

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Lucas Saldanha da Cruz

**OS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS E SEUS
EFEITOS DE SENTIDO EM EDITORIAIS DAS REVISTAS *CARTA
CAPITAL* E *VEJA* SOB UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA**

Santa Maria, RS
2018

Lucas Saldanha da Cruz

**OS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS E SEUS EFEITOS
DE SENTIDO EM EDITORIAIS DAS REVISTAS CARTA CAPITAL E VEJA SOB
UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivani Cristina Silva Fernandes

Santa Maria, RS
2018

da Cruz, Lucas

OS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS E SEUS
EFEITOS DE SENTIDO EM EDITORIAIS DAS REVISTAS CARTA
CAPITAL E VEJA SOB UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA / Lucas da
Cruz.- 2018.

199 p.; 30 cm

Orientadora: Ivani Cristina Silva Fernandes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2018

1. marcadores 2. pronomes 3. verbos 4. efeitos de
sentido 5. revistas I. Silva Fernandes, Ivani Cristina
II. Título.

Lucas Saldanha da Cruz

MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS E SEUS EFEITOS DE SENTIDO EM EDITORIAIS DAS REVISTAS CARTA CAPITAL E VEJA SOB UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Aprovado em 30 de agosto de 2018:

Ivani Cristina Silva Fernandes, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Janete Maria De Conto, Dr. (IFFar)

Célia Helena de Pelegrini Della Mèa, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

Neste momento de término de um período de muita dedicação, de muita dificuldade também, agradeço, primeiramente a Deus por ter me mantido firme, sem desistir. Agradeço à minha esposa pelo companheirismo, pela paciência nas horas de nervosismo, à Ísis, por sempre se orgulhar do pai que tem, ao Davi Lucas pelo amor incondicional. Agradeço aos meus pais, que, mesmo sem saber exatamente o tamanho dessa conquista, estão ao meu lado, pois embora sejam pessoas com pouco estudo, sempre quiseram que eu crescesse nos estudos. Também, agradeço aos meus irmãos, sobrinhos e sobrinhas e cunhadas por toda a força que me deram.

Não posso deixar de agradecer aos irmãos de fé, pelas orações e companheirismo. Também, agradeço à Escola Maria Rainha e Cursinho Aluno Nota 10 pelo apoio nesse período, seja para realizar mudanças de horários para eu cumprir as disciplinas, seja para compreender em alguns momentos a minha ausência.

Agradeço imensamente à professora Ivani, minha orientadora, pelo empenho e dedicação ao me orientar. Ela foi incansável e porque não dizer corajosa, por orientar um aluno sem qualquer domínio da enunciação. Obrigado, professora Ivani por tudo.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Letras por todo o aprendizado e também pelo entendimento de que eu realmente precisava da prorrogação para a defesa.

Enfim, agradeço a todos que estiveram ao meu lado, que entenderam a minha ausência.

RESUMO

OS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS E SEUS EFEITOS DE SENTIDO EM EDITORIAIS DAS REVISTAS CARTA CAPITAL E VEJA SOB UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Autor: Lucas Saldanha da Cruz
Orientadora: Ivani Cristina Silva Fernandes

Em decorrência da crise política brasileira, principalmente ocorrida a partir de 2015, pensamos em analisar discursos referentes a essa questão. Optamos por editoriais, pois apresentam a opinião de veículos de comunicação. Além disso, escolhemos as revistas *Veja* e *Carta Capital* por serem representativos da grande mídia e, supostamente, podem apresentar discursos contrários. Assim, esta dissertação apresenta como objetivo refletir sobre os efeitos de sentido enunciativo-discursivos dos marcadores discursivos, pronomes e verbos que poderiam contribuir para a identificação de tendências argumentativas nos editoriais das duas revistas. A fundamentação teórica está composta por estudos da Linguística da Enunciação, basicamente, a partir de Benveniste (1989, 1991), Flores e Teixeira (2013) e Flores (2013). O *corpus* para análise é constituído por 82 editoriais das revistas *Carta Capital* e *Veja* sobre o tema: crise política brasileira. O período de coleta foi de 01 de janeiro de 2015, data da posse da presidente Dilma, até 31 de maio de 2016, mês em que se intensificou o processo de *impeachment* da presidente. No que se refere às questões quantitativas, identificamos as ocorrências dos marcadores discursivos, pronomes e verbos no *corpus* para posterior análise qualitativa. Qualitativamente, refletimos sobre os efeitos de sentido decorrentes do uso desses marcadores, pronomes e verbos na materialidade linguística contribuindo para os efeitos de sentido enunciativo-discursivos. Como resultados, podemos concluir que essas categorias gramaticais contribuem para a identificação da tendência argumentativa a partir dos seus efeitos de sentido. Podemos perceber que nos editoriais de *Carta Capital* emerge um sujeito imaginativo e empático, com um estilo de linguagem bastante peculiar para um editorial. Já em *Veja*, observamos que emerge um sujeito professoral, com tom metódico. Por meio desta dissertação, podemos comprovar que as duas revistas possuem opiniões divergentes a respeito das questões políticas brasileiras. Além disso, consideramos, a partir de todo o trabalho, de suma importância se trabalhar em sala de aula o gênero editorial e as categorias gramaticais a partir de um viés enunciativo.

Palavras-chave: Marcadores discursivos. Pronomes. Verbos. Enunciação. Editorial.

ABSTRACT

THE DISCURSIVE MARKERS, PRONOUNS AND VERBS AND THEIR EFFECTS OF SENSE IN EDITORIALS OF THE CAPITAL JOURNAL MAGAZINES AND SEE UNDER A LANGUAGE ANALYSIS

AUTHOR: Lucas Saldanha da Cruz
ADVISOR: Ivani Cristina Silva Fernandes

As a result of the Brazilian political crisis, especially since 2015, we intend to analyze discourses related to this issue. We opted for editorials, as they present the opinions of the media. In addition, we have selected the magazines *Veja* and *Carta Capital* because they are representative of the mainstream media and, supposedly, can present opposing speeches. Thus, this dissertation aims to reflect on the enunciative-discursive sense effects of discursive markers, pronouns and verbs that could contribute to the identification of argumentative tendencies in the editorials of the two journals. The theoretical basis is composed of Enunciation Linguistics studies, basically, from Benveniste (1989, 1991), Flores and Teixeira (2013) and Flores (2013). The corpus for analysis consists of 82 editorials of the magazines *Carta Capital* e *Veja* on the theme: Brazilian political crisis. The collection period was January 1, 2015, the date of the inauguration of President Dilma, until May 31, 2016, the month in which the president's impeachment process intensified. With regard to quantitative questions, we identified the occurrences of discursive markers, pronouns and verbs in the corpus for later qualitative analysis. Qualitatively, we reflect on the effects of meaning arising from the use of these markers, pronouns and verbs in linguistic materiality contributing to the enunciative-discursive sense effects. As results, we can conclude that these grammatical categories contribute to the identification of the argumentative tendency from its effects of sense. We can see that in *Carta Capital* editorials emerges an imaginative and empathetic subject, with a language style quite peculiar to an editorial. In *Veja*, we observe that a professorial subject emerges, with a methodical tone. Through this dissertation, we can prove that the two journals have divergent opinions on Brazilian political issues. In addition, we consider, from all the work, of utmost importance if we work in the classroom the editorial genre and the grammatical categories from an enunciative bias

Keywords: Discourse markers. Pronouns. Verbs. Enunciation. Editorial.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – MDs nos editoriais de <i>Carta Capital</i>	60
Gráfico 2 – MDs nos editoriais de <i>Veja</i>	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrência dos marcadores discursivos no <i>corpus</i> de pesquisa.....	59
Tabela 2 – Ocorrência dos <i>Estruturadores de Informação</i>	62
Tabela 3 – Ocorrência dos <i>Conectores</i>	63
Tabela 4 – Ocorrência dos <i>Reformuladores</i>	64
Tabela 5 – Ocorrência dos <i>Operadores Argumentativos</i>	64
Tabela 6 – Ocorrência dos <i>Marcadores Conversacionais</i>	65
Tabela 7 – Pronomes Pessoais nos editoriais de <i>Carta Capital</i>	65
Tabela 8 – Pronomes Pessoais nos editoriais de <i>Veja</i>	66
Tabela 9 – Verbos nos editoriais de <i>Carta Capital</i>	66
Tabela 10 – Verbos nos editoriais de <i>Veja</i>	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de argumentos.....	28
Quadro 2 – Classificação dos marcadores discursivos	37
Quadro 3 – Pronomes pessoais do caso reto e oblíquo.....	43
Quadro 4 – Variações de pessoa e número dos verbos	44
Quadro 5 – Classificação dos marcadores para análise quantitativa	53
Quadro 6 – Personificações dos “botões” em <i>Carta Capital</i>	69
Quadro 7 – Discursos antipetista em <i>Veja</i> e antitucano e antipeemedebista em <i>Carta Capital</i>	80

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: O VIÉS ENUNCIATIVO	14
2.2	O <i>ETHOS</i> E AS MARCAS NO ENUNCIADO POR MEIO DOS MDs	23
2.3	A ARGUMENTAÇÃO	25
2.4	A LINGUÍSTICA TEXTUAL: DO PROCESSO DE COESÃO AOS MECANISMOS DOS MARCADORES DISCURSIVOS	29
2.4.1	Os pronomes e os verbos	42
2.5	A MÍDIA, O DISCURSO POLÍTICO E A FORMAÇÃO DE OPINIÃO	45
2.6	O GÊNERO EDITORIAL	48
3	PARÂMETROS METODOLÓGICOS	52
3.1	DEFINIÇÃO DO MÉTODO	54
3.2	COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	55
3.3	ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	56
4	EFEITOS DE SENTIDO GERADOS PELOS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS NOS EDITORIAIS DAS REVISTAS <i>VEJA</i> E <i>CARTA CAPITAL</i>	58
4.1	O EMPREGO DOS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS NO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	58
4.1.1	Tipos de marcadores discursivos empregados no <i>corpus</i> da pesquisa	62
4.2	EFEITOS DE SENTIDO E CONFIGURAÇÃO DO <i>ETHOS</i>	67
4.2.1	Os discursos antipeemedebista e antitucano em <i>Carta Capital</i>	80
4.2.2	Análise enunciativa de um exemplar de editorial das revistas <i>Carta Capital</i> e <i>Veja</i>	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	90
	ANEXO A – EDITORIAIS DA REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i>	94
	ANEXO B – EDITORIAIS DA REVISTA <i>VEJA</i>	155

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, o Brasil vive um momento extremamente conturbado no que se refere às questões políticas e percebemos que existem diversas opiniões sobre esse tema. A mídia, por exemplo, possui uma forte influência na sociedade, ao repassar informações. Já é senso comum que a palavra “manipulação” é atribuída aos veículos de comunicação, por defenderem, de forma contundente, seus ideais. Sendo assim, com este trabalho, buscamos entender, de forma mais eficaz, como se configura a linguagem utilizada por empresas midiáticas no que se refere à política.

Com esse intuito, este trabalho apresenta reflexões enunciativo-discursivas a partir dos efeitos de sentido gerados pelos marcadores discursivos (doravante MD) durante o processo de argumentação. Analisaremos, enunciativamente, essa categoria gramatical, pois acreditamos que ela contribua para identificarmos tendências argumentativas. Dessa forma, com o intuito de comprovar essa hipótese, propusemo-nos, como objetivos desta pesquisa, refletir sobre os efeitos de sentido enunciativo-discursivos por meio dos MDs, em editoriais de abordagem política dos anos 2015/2016.

Para a realização deste trabalho, tivemos como *corpus* 82 editoriais pertencentes ao domínio discursivo jornalístico, publicados nas revistas brasileiras *Carta Capital* e *Veja*, durante o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de maio de 2016, período no qual houve a posse da presidente Dilma Rousseff até a intensificação do processo de *impeachment*. Os editoriais coletados para compor o *corpus* encontram-se disponíveis, para consulta, no anexo do trabalho.

Pretendemos, assim, abordar o acontecimento político da crise vivida pelo Brasil, pois tem sido um assunto muito comentado em redes sociais e na mídia impressa e falada. Pensando dessa forma, optamos por compor o *corpus* da pesquisa de editoriais dessas duas revistas, pois elas abordam os fatos políticos de forma desigual e, ao analisar questões linguísticas, notamos essa ideia. Com isso, esta dissertação torna-se relevante para os estudos enunciativos, uma vez que pretende analisar os efeitos de sentido enunciativo-discursivos apresentados em editoriais de revistas por meio da análise de elementos linguísticos, nesse caso, os MDs.

No que tange à política, é relevante considerar que o autor desta dissertação, desde a infância, possuiu uma tendência a se engajar nos assuntos da área,

sobretudo na esfera municipal. Isso se intensificou durante a adolescência e, em 2016, com a grave situação que o país enfrentava, pensamos que seria imprescindível um estudo que envolvesse o tema.

Essa abordagem também se tornou relevante para o autor desta dissertação pelo interesse em utilizar uma visão enunciativa no trabalho docente, uma vez que ainda predomina uma abordagem tradicional da linguagem¹. Entendemos que o trabalho com a gramática normativa em sala de aula deva ser baseado em um estudo reflexivo da língua, como é proposto nesta dissertação. Ao encontro dessa ideia, temos Travaglia (2006), o qual aponta que o ensino gramatical precisa priorizar o desenvolvimento da competência comunicativa, trazendo ao aluno novas habilidades linguísticas.

Acreditamos, assim, que ao realizarmos esta pesquisa, possamos refletir sobre a possibilidade de incluir, na sala de aula, análises linguísticas de tendências teóricas diferentes, tal como a Linguística da Enunciação (doravante LE). No que se refere à escolha do gênero, optamos pelo editorial, pois o autor deste trabalho sentiu a necessidade de aprofundamento sobre esse gênero, uma vez que o aborda no Ensino Fundamental.

Ao considerarmos o ensino de Língua Portuguesa, principalmente, na educação básica, percebemos que ainda temos aulas baseadas no ensino de metalinguagem, ou seja, ainda há professores que ensinam a língua materna por meio de análises de frases soltas, sem contextualização alguma. Os alunos acabam, simplesmente, decorando regras para a aplicação nos exercícios.

Nesse sentido, cabe salientar que entendemos a língua como atividade interativa, direcionada para a comunicação social, que é sempre atualizada cada vez que um sujeito se apropria dela e a enuncia (BENVENISTE, [1970] 1989). Ao considerar a língua por esse viés, ou seja, em uso por um sujeito, atualizada em uma situação comunicativa, pressupõe-se, também, a composição de textos e uma situação de interação. Logo, saber as regras de gramática é necessário, mas não suficiente para ser eficaz comunicativamente, pois, ao focar-se apenas no ensino gramatical, perde-se de vista a apreensão da totalidade da língua.

¹ A abordagem tradicional da linguagem refere-se ao estudo estritamente gramatical realizado nas escolas, em que se analisam frases descontextualizadas, sem se pensar enunciativamente, por exemplo.

Outro ponto que se faz importante salientar é que a escola não ensina gramática aos alunos, mas, sim, a apreensão exaustiva de terminologias e de nomenclaturas que são aplicadas em atividades descontextualizadas. Talvez isso ainda aconteça por causa da confusão entre pais, alunos e professores de que isso é ensinar Língua Portuguesa. No entanto, se o estudo do componente gramatical não é suficiente para que o aluno tenha domínio da língua, o conhecimento de nomenclaturas em nada contribui para o exercício da linguagem em textos. Pensar na totalidade da língua e em seu uso significativo e efetivo requer o conhecimento de regras de textualização e de normas sociais que regulam a interação verbal, por exemplo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 49) corroboram com essa ideia ao trazerem o objetivo do ensino de Língua Portuguesa, que é o de “possibilitar ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem”, sendo capaz de operar sobre as dimensões pragmática, semântica e gramatical. Observa-se, nessa orientação, que a dimensão gramatical é apenas um dos aspectos que compõe o objetivo do ensino.

No que diz respeito à estrutura deste trabalho, está composto por três capítulos, além das considerações iniciais e finais, das referências bibliográficas e dos anexos. Como considerações iniciais, procuramos apontar as motivações, os objetivos, a pertinência e, de forma ainda insipiente, os pressupostos teóricos e metodológicos.

Tendo essa situação em mente, optamos por analisar textos que poderiam ser utilizados, futuramente, em sala de aula e analisamos a categoria gramatical dos MDs, que também poderia ser ensinada de forma enunciativo-discursiva.

No primeiro capítulo, *Fundamentação Teórica*, apresentamos conceitos basilares da LE, tais como linguagem e enunciado e também sobre a subjetividade da linguagem, de extrema importância para nossa pesquisa. Essas abordagens são relevantes para a pesquisa em questão, pois pretendemos analisar os efeitos de sentido que os MDs trazem aos enunciados. Na sequência, discutimos sobre as marcas que o sujeito deixa no enunciado no que se refere ao *ethos*, a imagem discursiva que emerge nos editoriais. Tratamos, na sequência, da coesão, especificamente dos MD, que são os elementos linguísticos analisados e sobre a oralidade, pois possui influência em nosso *corpus*. Por fim, enfocamos sobre discurso político, formação de opinião e o gênero editorial.

O segundo capítulo, *Parâmetros Metodológicos*, explicita o modo como procedemos à definição do método, à coleta e à análise do *corpus*. Apontaremos, nesse capítulo, todos os procedimentos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa.

O terceiro capítulo, *Efeitos de sentido gerados pelos Marcadores Discursivos nas Revistas Veja e Carta Capital*, aborda questões de ordem quantitativa sobre os MDs e sobre os efeitos de sentido que esses MDs trazem para os enunciados, apontando para as tendências argumentativas de cada revista. Nas considerações finais, apontaremos os resultados obtidos com esta investigação, as lacunas percebidas e as possíveis continuidades o estudo.

Já na sequência, tratamos da seção correspondente à Fundamentação Teórica, na qual revisamos noções e conceitos que nortearão a análise dos dados proveniente de nosso *corpus* de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, precisamos revisitar, primeiramente, o aparato teórico da LE, uma vez que apresentamos uma visão enunciativa para os MDs. Na sequência, discutiremos sobre as marcas do sujeito no enunciado por meio dessa categoria gramatical e a relação com o *ethos*, visto que precisamos compreender como se configura esse sujeito que emerge nos editoriais das revistas. Em seguida, realizamos um enfoque na argumentação, pois analisamos enunciados de um gênero predominantemente dissertativo-argumentativo. Após, revisitamos a teoria da Linguística Textual (doravante LT), com destaque para a coesão, principalmente nos MDs, os quais são os elementos linguísticos que serão analisados. Por fim, abordamos sobre a formação de opinião, o discurso político e o gênero editorial.

2.1 A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: O VIÉS ENUNCIATIVO

Visto que estamos nos propondo a uma reflexão enunciativa sobre os marcadores discursivos em editoriais, necessitamos revisitar a teoria da LE. Esse campo embasa o trabalho em questão, pois trata das relações entre a linguagem e o sujeito, pensando nas marcas linguísticas deixadas pelo sujeito nos textos. Essas marcas levam-nos a identificar os efeitos de sentido enunciativo-discursivos por meio dos MDs utilizados.

Neste trabalho, abordamos a LE a partir da obra de Benveniste, um dos precursores da Enunciação, e do olhar de Flores (2013), estudioso brasileiro sobre temáticas enunciativas. Para Flores e Teixeira (2013), a Linguística da Enunciação trata-se de uma

abordagem de um objeto no qual se inclui o sujeito, portanto, algo do campo da irrepetibilidade. A enunciação é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que a língua é enunciada tem-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares. Assim, cada análise da linguagem é única também. [...] Eis o diferencial da linguística da enunciação: prever na língua o lugar da irrepetibilidade dela mesma [...] (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 100).

A partir dessa observação, cabe destacar que o campo de estudos da enunciação consiste em uma questão de ponto de vista e aborda a língua em sua

totalidade, pensando em sujeito e estrutura de forma articulada, ou seja, analisam-se as marcas do sujeito que emergem do enunciado. Antes de discutirmos algumas noções importantes da LE para este estudo, apresentamos um breve percurso histórico com o objetivo de contextualizar sobre a teoria.

Os estudos da LE iniciaram-se a partir das noções de Retórica e de Gramática, principalmente, conforme Flores (2013). Com relação à Retórica, a partir de Fuchs (1985), Flores e seus colaboradores (2013) pontuam que advém a noção de “situação enunciativa”, devido às três distinções da Retórica: elocução, provas e disposição. Essas três partes referem-se àquele que fala, ao assunto sobre o qual se fala e àquele a quem se fala. Já no que se refere à Gramática, observou-se que há a existência de fenômenos enunciativos como a dêixis e a questão do sujeito.

Com relação à origem da abordagem enunciativa da Linguística, os autores afirmam que ela se constitui com Michel Bréal (1832-1915), interessado, entre outras temáticas, pelo sentido das palavras, pela relação sintaxe/semântica e pela parte subjetividade da linguagem. No entanto, os precursores do pensamento enunciativo são Charles Bally e Albert Sechehaye, discípulos de Saussure, nas primeiras décadas do século XX. Considerando o quadro saussuriano, é interessante pontuar, ainda que brevemente, a relação Saussure-Benveniste no estabelecimento da Linguística da Enunciação.

Benveniste (1991), em 1939, apresenta um capítulo dedicado à *Natureza do signo linguístico*, assim como Saussure (2006 [1916]), porém apresenta contradições com relação aos estudos saussurianos. Em texto posterior, de 1966/1967, *A forma e o sentido na linguagem*, também se percebe a importância dada por Benveniste à noção de signo linguístico que, para o autor, será a “glória” e o “infortúnio” de Saussure:

Uma das teses mais importantes de Saussure é que a língua é um dos ramos de uma semiologia geral. Isto foi o infortúnio e isto será a glória de Saussure, ter descoberto o princípio da semiologia meio século antes de seu tempo. Tratando do signo linguístico, ele abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas: estas devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta por sua vez como significante e como significado (BENVENISTE, 1992 [1966/1967], p. 225)

Nesse sentido, com relação à natureza do signo linguístico, deve-se lembrar que, para o pai da linguística, a relação entre o significado e o significante é

arbitrária e imotivada, sem nenhuma relação com a realidade. Sobre essa questão, Benveniste afirma que “está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade” (BENVENISTE, 1991 [1939], p. 54). Entende-se, assim, que a crítica do autor a Saussure é de que faltou a inclusão de um terceiro termo, a realidade já que

Saussure cansou-se de dizer que a ideia de “*soeur*” não está ligada ao significante *s-ö-r*, porém não pensa menos na realidade da noção. Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição (BENVENISTE, 1991 [1939], p. 54).

A partir dessa ideia, compreende-se que Benveniste apresenta uma crítica ao primeiro princípio do signo linguístico, discutido por Saussure, afirmando que o autor genebrino não considera a realidade. Isso acontece, porque Saussure, ao exemplificar, para comprovar esse princípio, esquece-se de que tais exemplos são aplicados na mesma realidade.

Assim, Benveniste (1991) apresenta uma nova ideia para a relação entre o significado e o significante. Para ele, essa relação não é arbitrária², mas é necessária para que exista uma língua e exemplifica que “o conceito (‘significado’) ‘boi’ é forçosamente idêntico [...] ao conjunto fônico (‘significante’) boi.”, pois “juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância” (BENVENISTE, 1991 [1939], p. 55). Dessa forma, “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não outro” (BENVENISTE, 1991 [1939], p. 56).

Ainda considerando a noção saussuriana de signo linguístico como ponto de partida, Benveniste (1991), no texto *A natureza dos pronomes* (1956), faz uma formulação que não é evidente em Saussure, ou seja, a distinção³ entre *signos vazios*, não referenciais com relação à realidade, sempre disponíveis e pertencentes

² “Benveniste, ao contrário de Saussure, passa a considerar a arbitrariedade como algo que diz respeito à relação entre o signo e a realidade, ao passo que a arbitrariedade ficaria circunscrita à relação entre o significante e o significado” (FLORES et al, 2009, p. 212).

³ Na esfera subjetiva da língua, os pronomes eu/tu, categoria de pessoa, seriam signos plenos, por apresentarem referência dêitica, promovendo a comunicação intersubjetiva. Na esfera objetiva da língua, ele, categoria de não-pessoa, seria signo vazio, por não apresentar referência dêitica (FLORES, 2013).

à sintaxe da língua, e *signos plenos*, que se tornam plenos quando o locutor os assume em cada instância do discurso (BENVENISTE, 1991 [1956]). Os *signos vazios* remetem à enunciação, refletindo o seu próprio emprego: são todos os indicadores de subjetividade. Observa-se, portanto, que Benveniste conserva a ideia de Saussure de que os signos devem ser vistos no sistema, mas amplia-os para o campo da enunciação, uma vez que o traço distintivo dos *signos vazios* é sua referência à instância do discurso. Essa noção é importante para a ampliação feita por Benveniste com relação ao objeto da Linguística, como será discutido na seção seguinte.

Benveniste não se opõe a considerar como objeto da Linguística a língua. No entanto, o autor faz uma releitura do objeto da Linguística para Saussure, indo além dele ao incluir nesse objeto outros elementos como, principalmente, a fundação do campo da semiologia da língua. Para Benveniste, a Linguística faria parte dessa ciência, ou seja, a semiologia, pois a especificidade da língua seria operar ao mesmo tempo em dois níveis de significação, nos domínios do semiótico (signo) e do semântico (frase/discurso). Nesse sentido, Flores (2013, p. 158) argumenta que

a semiologia de Benveniste não se funda exclusivamente sobre a noção de signo, tal como em Saussure, mas, sim, sobre o discurso e, principalmente, sobre o aspecto próprio da língua de ser interpretante de si e dos outros sistemas semiológicos.

Assim, partindo do conceito de signo para Saussure, isto é, relação entre forma/sentido, significante/significado, Benveniste aborda-o no domínio do semiótico, incluindo Saussure, mas indo além dele. No domínio semiótico, a unidade seria o signo e a significação se estabeleceria dentro do sistema, mediante distinção, significando em relação aos demais. Porém, a noção de signo desenvolvida por Benveniste (1992) inclui o uso. “É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua (BENVENISTE, 1992, p. 227).

No domínio semântico, por sua vez, a unidade seria a frase, entendida como unidade do discurso, uma vez que o locutor se apropria da língua, colocando-a em funcionamento (conforme será melhor explicitado na sequência). Essas noções são encontradas em alguns textos de Benveniste, como, por exemplo, *A natureza do*

signo linguístico, de 1939, *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966/1967 e *Semiologia da língua*, de 1969. Dessa forma, é possível afirmar que a dicotomia língua/fala de Saussure e sua opção pela língua como objeto da ciência da linguística, recebe, em Benveniste, outro estatuto: o de superação da dicotomia por uma ideia de estrutura que comporte sua atualização.

Além dessa distinção entre semiótico e semântico, outro ponto que merece destaque diz respeito ao conceito de sistema/estrutura. Todas essas discussões e ampliações referentes ao objeto da Linguística terão relação com a enunciação em Benveniste, mais especificamente, a seu objeto. Para Benveniste (1991 [1962]), o que interessa é o conceito de sistema linguístico de Saussure, isto é, o “conjunto de unidades em relação pertencentes à uma língua” (FLORES, 2013, p. 85), além da noção de sujeito falante⁴. O axioma da teoria benvenistiana “o homem está na língua” leva em conta a ideia de sujeito falante/locutor⁵ (“homem”) e de sistema (“está na língua”). Dessa forma, o objeto da Linguística da Enunciação “aparece como não redutível à língua como sistema, mas também não identificado à fala como o uso individual do sistema” (FLORES et al, 2008, p. 18).

Portanto, para elaboração do “aparelho formal da enunciação”, publicado em 1970 e considerado momento-síntese da obra enunciativa de Benveniste, todas as noções apresentadas anteriormente são imprescindíveis. A noção de “aparelho” formulada por Benveniste, por exemplo, advém da noção de sistema, uma vez que o locutor se apropria da língua, do sistema, para construir com ela o aparelho da enunciação: “a enunciação pode se definir, em relação à língua, como processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor [...]” (BENVENISTE, 1991 [1970], p. 84). O aparelho formal da enunciação é a marcação da subjetividade na estrutura da língua, uma vez que o locutor (eu) se apropria da língua, e, ao enunciar, a transforma em discurso, tendo como parâmetro o outro, ou seja, o alocutário (tu).

No entanto, ao integrar a Semântica, além da língua como sistema de signos, o autor inclui a noção de sujeito que coloca a língua em funcionamento. “O modelo de análise enunciativa pensada por Benveniste leva em consideração que os

⁴ Para Saussure, o sujeito falante está ligado à visão sincrônica do sistema.

⁵ Flores (2013, p. 101-102) distingue conceitualmente os termos *homem*, *locutor*, *sujeito*, *pessoa* e *eu*. Assim, *homem* designa o ponto de partida antropológico de Benveniste; *locutor* é responsável pela apropriação da língua; *sujeito* é uma instância que decorre da apropriação feita pelo locutor; *pessoa* é uma categoria linguística; e *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e *lhe* designa o locutor.

interlocutores referem e correferem na atribuição de sentido às palavras” (FLORES E TEIXEIRA, 2013, p. 32). Logo, a ideia central da teoria do autor, “o homem na língua” leva em consideração o sujeito falante que, em sua singularidade, constitui o sistema da língua por estar inserido nesse próprio sistema. “A semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (BENVENISTE, 1991, p. 230). É a partir da noção de sujeito que coloca a língua em funcionamento que Benveniste desenvolverá importantes noções como: fundamento da subjetividade e da intersubjetividade, categorias de pessoa, tempo e espaço, correlação de personalidade e de subjetividade (entre outras que não serão objeto de discussão neste trabalho).

O autor inclui, portanto, a noção de frase: “o sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego” (BENVENISTE, 1991, p. 231). Nesse caso, frase é entendida como língua atualizada em discurso, em que o *eu* coloca em seu dizer algo particular e subjetivo ao enunciar *eu*. O processo enunciativo ocorre por meio de um sujeito falando a outro sujeito, na interação, na troca. “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso” (BENVENISTE, 1991 [1958], p. 286). É, pois, na reversibilidade entre *eu* e *tu* que a língua acontece. Ao objeto da Linguística engloba-se à noção de subjetividade⁶ (e de enunciação). É possível afirmar, portanto, que Benveniste amplia a noção de objeto da ciência linguística proposta por Saussure, ao supor sujeito e estrutura articulados. “O objeto da Linguística de Benveniste aparece como não redutível à língua como sistema, mas também não identificado à fala como o uso individual do sistema” (FLORES E TEIXEIRA, 2013, p. 82). Logo, pode-se afirmar que o objeto de estudo da Linguística da Enunciação, tal como é concebida hoje, mas levando em consideração, na formulação desse objeto, a dicotomia saussuriana língua/fala, estuda fenômenos que “pertencem à língua, mas não se encerram nela, pertencem à fala na medida em que só nela e por ela têm existência, e questionam a existência de ambas já que emanam das duas” (FLORES et al, 2013, p. 18).

Apresentado esse breve percurso histórico sobre o estabelecimento da LE tal como se estuda hoje e a sua relação com a teoria de Saussure, passamos à

⁶ Subjetividade para Benveniste é a passagem de locutor a sujeito, ou seja, a passagem do responsável pela apropriação da língua à instância que decorre da apropriação feita pelo locutor, que se marca linguisticamente pela categoria de pessoa (FLORES, 2013).

discussão de algumas noções importantes referentes à enunciação. Tais noções serão mobilizadas no *corpus* de análise, em função do nosso objetivo geral.

O primeiro conceito que nos cabe discutir diz respeito à enunciação, presente no texto “O aparelho formal da enunciação” (1970), publicado no livro *Problemas de Linguística Geral II* (1989): “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, [1970] 1989, p. 82). Neste fragmento, observamos a presença do sujeito que transforma a língua (o sistema) em discurso e isso acontece ao enunciar. Na sequência do texto, Benveniste se propõe a definir a enunciação em seu quadro formal de realização. Em primeiro lugar, o autor considera o ato individual de utilização da língua que pressupõe um locutor, o qual se apropria do aparelho formal, enunciando seu posicionamento. Quando ele faz isso, surge o outro, ou seja, o alocutário. A partir dessas questões, pode ser esboçado o quadro da enunciação, com a língua em ação e as noções de pessoa, tempo e espaço. Passemos, agora, a discutir a respeito de alguns termos da LE, que são importantes para este trabalho, antes de entrarmos no quadro da enunciação.

Com base em Benveniste, compreendemos o enunciado como frase, ou seja, a unidade do discurso, o produto da enunciação. Outros conceitos relevantes neste trabalho são o de locutor e o de sujeito. Enquanto aquele é o responsável pela apropriação da língua, este é uma instância que decorre da apropriação feita pelo locutor (FLORES, 2013). Na materialidade linguística da análise, além de enunciação e enunciado, mobilizaremos os conceitos de locutor, como aquele que se apropria da língua e enuncia o discurso, e de sujeito, a partir das marcas que emergem do enunciado.

Conforme já afirmado anteriormente, a inovação do pensamento benvenistianiano consiste em supor sujeito e estrutura articulados. Em função disso, é necessário explicitar um pouco mais o que se entende por sujeito na LE. Inicialmente, cabe destacar que esse campo teórico não possui como objeto de análise o sujeito, mas sim a enunciação. Mesmo assim, devido ao *aparelho formal da enunciação*, o sujeito está presente na teoria. No entanto, o que se estuda são as marcas da enunciação e do sujeito no enunciado, que emergem da materialidade linguística, e não o sujeito em si (psicobiológico). Outro conceito importante para discutirmos nesta dissertação consiste no de texto. Conforme o quadro teórico benvenestiano, o ato de enunciar gera um enunciado, que chamamos de discurso.

Dessa forma, podemos compreender que texto e discurso se equivalem, ou seja, são produtos da enunciação.

Feitas essas definições conceituais e dando sequência à explanação do quadro da enunciação, apresentamos algumas ideias expostas nos textos “Estruturas das relações de pessoa no verbo” (1946) e “Da subjetividade na linguagem” (1958), ambos publicados em *Problemas de Linguística Geral I* (1991), no que tange à distinção entre pessoa e não-pessoa, a partir da correlação de personalidade, que opõe as pessoas *eu* e *tu* à não-pessoa *ele*, e de subjetividade, interior à precedente, opondo *eu* a *tu*. Para Benveniste, na correlação de personalidade, *eu* e *tu* são pessoas em função das características de unicidade, de inversibilidade e de ausência de predicação verbal. Essas características são ausentes em *ele*, considerado não-pessoa, pois um predicado é bem enunciado somente fora do *eu-tu*, além das formas de terceira pessoa indicarem um enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referido a uma pessoa específica. No que se refere à correlação de subjetividade, opõe-se *eu* a *tu* em função da natureza linguística: *eu* é interior ao enunciado e exterior a *tu*, além de *eu* ser sempre transcendente com relação a *tu*. Nas palavras do autor,

essas qualidades de interioridade e transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o *tu* como pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”) (BENVENISTE, [1946] 1991, p. 255).

Com relação à instalação da subjetividade na linguagem, Benveniste afirma que ela se dá na categoria de pessoa, mediante algumas formas, como o pronome *eu*, por exemplo. Para o autor, a subjetividade é “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, [1958] 1991, p. 286). Porém, essa subjetividade depende da inversibilidade entre *eu* e *tu*, que assegura a intersubjetividade, fundamento da LE. A intersubjetividade refere-se ao “eu [que] não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*” (BENVENISTE, [1958] 1991, p. 286). Nesse sentido, Flores e Teixeira (2013, p. 34) pontuam que, para Benveniste, “a intersubjetividade está para a linguagem assim como a subjetividade está para a língua”. Ainda referindo-se à noção de pessoa, *nós*, que é pronome de primeira pessoa do plural de *eu* na maioria das línguas, para Benveniste, *nós* não pode ser considerado plural de *eu*, porque a junção é de

diferentes, não de iguais. Nas palavras do autor, a “unicidade e a subjetividade inerentes a ‘eu’ contradizem a possibilidade de pluralização”, pois *nós* é “um eu *dilatado*, além da pessoa estrita” (BENVENISTE, [1946] 1991, p. 256). Isso significa que o *eu* que fala inclui um *não-eu*, qualquer que seja, indicando a relevância de *eu*. Para sintetizar: a forma *eu*, pronome pessoal, é um índice de subjetividade, diferente das formas *ele*, não-pessoa pertencente à sintaxe da língua, indicador de objetividade, e *nós*, que, em certos casos, é *eu* “amplificado”, além de ter indicação de subjetividade.

Até aqui, apresentamos noções relativas ao quadro da enunciação, mais especificamente, as noções de pessoa/não-pessoa. Além disso, a esquematização de tais noções foi realizada com o objetivo de realizar um contraponto com o quadro da língua, constituído pela noção de não-pessoa que pode ser submetida à enunciação. “O campo da *não-pessoa*, pois, é relativo a tudo o que é língua, mas que não é relativo a *eutu- aqui-agora*” (FLORES et al., 2013, p. 61, grifos dos autores). Isso significa dizer que, para Benveniste, a relação entre a língua e o mundo é instaurada pela enunciação. Dessa forma, os MDs, categoria que será identificada nos editoriais que compõem nosso *corpus* de pesquisa, constituirão uma análise da não-pessoa, que é possível de ser realizada já que toda a língua está na dependência da enunciação. Além disso, assim como outras categorias, tais mecanismos coesivos (MDs) indicam a apropriação que o sujeito fez da língua ao enunciar, identificável por suas marcas que emergem do enunciado. Corroborando com esse ponto de vista, Flores e seus colaboradores (2013, p. 35) argumentam que “pode ser estudado na enunciação todo o mecanismo linguístico cuja realização integra seu próprio sentido e que se auto-referência no uso que o sujeito faz da língua”.

Por fim, dado o exposto, a importância de análises de materialidades linguísticas com base na LE perpassa a língua, o sujeito e o sentido, ou seja, a língua é tomada em sua totalidade (isto é, em funcionamento), a partir do uso que o sujeito faz dela, irrompendo em sentidos que não podem ser determinados *a priori*, já que cada enunciação é única e irrepitível. Como pontuam Flores e Teixeira (2013, p. 110), nas análises enunciativas da materialidade linguística o foco reside no “fato de o locutor ter tido o que disse e não para o dito em si”, fazendo emergir sentidos pelas marcas do sujeito presentes no enunciado. Além disso, a LE

considera “a língua desde as relações do homem com o outro, do homem com a língua, do homem com o mundo via língua” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 109).

Ao se partir dessa perspectiva para o ensino de língua materna, na escola, de mecanismos coesivos, pronomes e verbos, por exemplo, muitas dúvidas e questões relativas ao sentido poderiam ser minimizadas. Portanto, este trabalho que tem por objetivo analisar os MDs com base na LE busca contribuir nessa problemática, ao evidenciar como essa categoria produz efeitos de sentidos e refletem o sujeito que se marca na língua, representando sua subjetividade, já que, como bem postula Benveniste, sujeito e língua são indissociáveis.

Na próxima seção, conjugada à LE, trazemos a noção de *ethos*, ou seja, o esboço da imagem discursiva do locutor do texto percebidas pelas marcas do sujeito no enunciado. Tal conceito será mobilizado na categoria de interpretação de MDs, identificados no *corpus*, já que essa categoria pode influenciar na construção da imagem de si, isto é, do *ethos*.

2.2 O *ETHOS* E AS MARCAS DO SUJEITO NO ENUNCIADO POR MEIO DOS MDs

Na seção anterior, discutimos a respeito da LE com base em Benveniste. Trouxemos algumas noções importantes não só para a teoria enunciativa, mas também para nosso *corpus* de análise. Neste tópico, abordamos a noção de *ethos* discursivo, que será mobilizada na categoria metodológica referente à interpretação dos dados, isto é, discutir-se-á o esboço da imagem discursiva do locutor do texto a partir das marcas do sujeito no enunciado que emergem na materialidade linguística. Optamos por trazer essa noção, neste trabalho, em função do sujeito que se marca na materialidade linguística por meio de determinados MDs, que podem influenciar, juntamente com os efeitos de sentido decorrentes da estratégia argumentativa, nas características do *ethos* discursivo, corroborando com o propósito dos editoriais, isto é, o convencimento e/ou persuasão dos interlocutores do texto.

Nesse sentido, com relação à imagem discursiva do locutor do texto, é importante esclarecer a noção de *ethos* desde seu surgimento até a apropriação desse conceito grego para as ciências da linguagem atualmente. Tal conceito vem de Aristóteles, na *Retórica*, que considerava o orador e o auditório como participantes do processo argumentativo. Dessa forma, partindo do orador e dos traços de seu caráter demonstrados em seu discurso ao auditório, buscava-se

compreender e explicar como o discurso se torna eficiente, sendo capaz de persuadir. Conforme Amossy (2014, p. 10), “os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. É importante ressaltar que a visão aristotélica de *ethos* inclui a noção de sujeito psicobiológico, porém, Aristóteles reconhece o valor da imagem discursiva do orador que levaria o auditório a aceitar determinadas teses. Recentemente, as ciências da linguagem como, por exemplo, a Pragmática, a Análise do Discurso, a LE, as teorias de Argumentação, resgatam o conceito grego de *ethos* de forma diferente ou de forma reformulada.

No que se refere à teoria da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), no *Tratado de Argumentação: a nova retórica*, apresentam a necessidade que o orador possui de se adaptar a seu auditório e de se considerar a construção da imagem dos enunciadores como meio eficiente e eficaz de elaborar uma argumentação de qualidade.

A construção de uma imagem de si está fortemente ligada à enunciação, já que o ato de produzir um enunciado remete ao locutor que mobiliza a língua, colocando-a em funcionamento ao usá-la, por meio do *aparelho formal da enunciação*, conforme propõe Benveniste (1970). Essa apropriação que o locutor faz da língua transformando-a em discurso constrói sua subjetividade, visando, também, a intersubjetividade, ou seja, a “interrelação constitutiva da enunciação que pressupõe o eu e o outro mutuamente implicados” (FLORES et al, 2013, p. 146), já que a enunciação é por definição alocação. Essa relação discursiva com o parceiro pressupõe a construção das imagens de um e de outro. É nessa perspectiva que reside nosso foco de interesse em aliar o conceito de *ethos* à Linguística da Enunciação, nas categorias de análise e interpretação dos MDs, pronomes e verbos encontrados no *corpus*. Entendemos que a eficácia da palavra deriva de um *ethos* inteiramente construído pelo discurso e possível de ser esboçado pelo sujeito enunciativo, mais especificamente, pelas marcas deixadas por esse sujeito na materialidade linguística, neste caso, com relação aos MDs, pronomes e verbos.

Por fim, trazemos as reflexões de Maingueneau (1984 apud AMOSSY, 2014) a respeito do *ethos*, uma vez que o autor desenvolve essa noção pensada de forma articulada à cena de enunciação, retomando as noções de quadro figurativo de Benveniste e de *ethos* proposta por Ducrot, expandindo-os. Cabe destacar que o autor elabora a noção de *ethos* em trabalho de Pragmática e de Análise do Discurso.

Para o autor, a maneira de dizer autoriza a construção de uma imagem de si, contribuindo para o estabelecimento de uma inter-relação entre locutor e interlocutor.

Em síntese, o referido conceito se vincula à questão enunciativo-discursiva, pois trata sobre a imagem do locutor, o tom enunciativo e a cena de enunciação. Para determinar o *ethos*, considerando a enunciação, é preciso estabelecer uma totalidade da produção de um sujeito enunciativo. Cabe destacar que “o *éthos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado” (FIORIN, 2016, p. 70). Assim, na materialidade discursiva dessa totalidade, no enunciado, procuram-se recorrências em qualquer elemento composicional do texto. No caso desta pesquisa, o *ethos*, imagem do sujeito construída pelo discurso, será esboçado a partir dos sentidos dos MDs, pronomes e verbos em exemplares de editoriais. Cabe destacar que os MDs, pronomes e verbos não definem, de forma isolada, categoricamente o *ethos*, pois outros elementos da totalidade da materialidade linguística também contribuirão para o estabelecimento desse *ethos*, como a argumentação do texto, por exemplo. Nesse sentido, como pontua Amossy (2014, p. 142), “o *ethos* [...] é uma imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes”. Portanto, o *ethos* pode se relacionar, além de mecanismos da argumentação, com os efeitos desses MDs, pronomes e verbos na medida em que esses efeitos podem influenciar suas características.

Na seção seguinte, apresentamos questões referentes à argumentação, uma vez que trabalhamos com o gênero editorial, essencialmente argumentativo.

2.3 A ARGUMENTAÇÃO

Argumentar é uma ação que se inicia desde a infância, quando queremos algo e tentamos persuadir nossos pais sobre o que queremos e ela acompanha o ser humano durante toda a vida. Na mídia, por exemplo, necessita-se, com frequência, fazer uso de estratégias argumentativas, como, por exemplo, em editoriais. Neles, a empresa apresenta sua posição sobre determinados assuntos. Assim, acreditamos ser necessário esse estudo para a obtenção de nosso objetivo de entender as tendências argumentativas presentes nos editoriais das revistas *Carta Capital* e *Veja*, por meio dos efeitos de sentido gerados pelos MD em uma visão enunciativa.

Os estudos sobre a argumentação iniciaram-se há bastante tempo. Já se trabalhava com a questão, por exemplo, na antiga Retórica, com o filósofo grego Aristóteles. Depois, tornou-se notável a obra de Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005). Um conceito básico apontado pelos autores e importante para a nossa pesquisa é a do auditório, uma vez que “como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 21). Assim, compreendemos que precisamos, também, identificar a quem são direcionados os editoriais das revistas *Veja* e *Carta Capital*, ou seja, quem são os seus leitores, o público-alvo.

Ainda conforme os autores, “*toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 21, grifos dos autores). A partir dessa ideia, entende-se que é imprescindível, no ato de argumentar, que haja a aceitação do que está sendo dito por meio do contato entre os interlocutores. Porém, para que tenha a formação de uma comunidade efetiva de pessoas, algumas condições precisam ser cumpridas: deve haver uma língua em comum, é necessário o apreço pela adesão dos interlocutores, é fundamental saber ouvir e é preciso fazer parte do mesmo meio. Sobre isso, destaca-se a última, pois é de suma importância aqui a questão do contexto, já que, para que a argumentação seja eficiente, locutor e interlocutor precisam estar a par do contexto evidenciado pelo texto, por exemplo. Ao pensar nos editoriais das revistas *Veja* e *Carta Capital*, entende-se que os editores, ao elaborarem o gênero, devem tratar de questões referentes ao contexto deles e dos leitores das revistas.

A partir dessas ideias, discute-se a relação entre o orador e seu auditório, pois é condição prévia da argumentação e essencial para seu desenvolvimento o contato entre o orador e seu auditório. Sobre este, pode-se afirmar que é, segundo a retórica, “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 22). Dessa forma, compreende-se que o orador precisa pensar conscientemente naqueles que busca persuadir, ou seja, nos indivíduos que constituem o auditório ao qual o seu discurso é dirigido. Analisando o caso das revistas *Veja* e *Carta Capital*, presumimos que os editores pensem no seu auditório ao elaborarem o discurso.

Perelman e Tyteca ([1958] 2005) também afirmam que, por vezes, deve haver a adaptação do orador ao seu auditório, pois é este que determina a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores. Sobre o auditório, os autores ainda o classificam em três espécies: auditório universal, como único ouvinte e como deliberação consigo mesmo⁷.

Sobre o auditório universal, os autores consideram que é “constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p.37). Dessa forma, a argumentação elaborada para um auditório universal deverá “convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p.35). Assim, é possível afirmar que as revistas em questão dirigem-se a um auditório universal, já que não deliberam consigo mesmo e não fazem uso da argumentação perante um único leitor.

Discutida a ideia do auditório universal, cabe ainda a questão da imparcialidade na argumentação, apresentada por Perelman e Tyteca e discutida também por Fiorin (2015). Entendemos que “[...] ser imparcial não é ser objetivo, é fazer parte de um mesmo grupo que aqueles a que se julga, sem ter previamente tomado partido por nenhum deles” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005, p. 67). Já Fiorin (2015, p. 82) afirma que “muitos jornais dizem que buscam a objetividade, a imparcialidade e a neutralidade na transmissão de notícias”, porém seus pontos de vista são apresentados nos editoriais. Assim, é possível compreender que o gênero textual editorial é o texto em que não há imparcialidade, ou seja, nele, o editor apresenta uma posição claramente identificada a partir dos argumentos utilizados.

Outra questão de suma importância para este trabalho são os tipos de argumentos apresentados por (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005). Segundo os autores, há uma possibilidade de visão sobre os tipos de argumentos,

⁷ Neste trabalho, apenas será tratado do auditório universal, por acreditar que, com relação às revistas *Veja* e *Carta Capital*, a discussão sobre como único ouvinte e como deliberação consigo mesmo não sejam relevantes. Pensamos assim, pois os textos analisados não são destinados, por exemplo, a pessoas específicas, mas sim a um grande grupo de leitores das revistas.

em que se relacionam entre si por processos de associação ou dissociação, surgindo, dessa forma, os argumentos associativos e os dissociativos.

Conforme os autores, os argumentos associativos são classificados em: “quase-lógicos”, “não baseados na estrutura do real” e “baseados na estrutura do real”. Os primeiros argumentos são os comparáveis ao raciocínio formal, lógico ou matemático, logo, possuem aparência demonstrativa. São exemplos de argumentos quase-lógicos, a contradição, a incompatibilidade, o ridículo, a redução ao absurdo, a ironia, a identidade e a definição.

O segundo tipo corresponde aos argumentos que se baseiam na representação de uma suposta realidade para estabelecer relações entre os argumentos. São exemplos desse tipo os causais, os pragmáticos, de fins e meios, de inércia, de coexistência entre a pessoa e seus atos, de autoridade e de dupla hierarquia.

Por fim, o terceiro tipo de argumentos refere-se aos que são identificáveis por se motivarem na realidade. Eles se subdividem em argumento por exemplo, por ilustração, por modelo e antimodelo, por analogia e por metáfora.

O quadro 01 apresenta, resumidamente, os tipos e subtipos de argumentos.

Quadro 01 - Tipos de argumentos

TIPOS DE ARGUMENTOS	SUBTIPOS DE ARGUMENTOS
Argumentos quase-lógicos (construídos à imagem de princípios lógicos)	Contradição, incompatibilidade, ironia, ridículo, identidade, definição, regra de justiça, quase matemáticos (transitividade, divisão, dilema, ad ignorantiam)
Argumentos fundados sobre a estrutura do real (no sentido do que o auditório acredita ser o real)	Sucessão, argumento pragmático, finalidade (desperdício, direção, superação), coexistência (essência, pessoa – autoridade, argumento ad hominem), duplas hierarquias, argumentos a fortiori (“com maior razão”)
Argumentos que fundam a estrutura do real (operam por indução)	Exemplo, ilustração, modelo, comparação, argumento pelo sacrifício, analogia, metáfora.

Fonte: (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, [1958] 2005).

No item 2.4, abordamos a Linguística Textual, especialmente, os marcadores discursivos, que são os elementos linguísticos analisados neste trabalho com um viés enunciativo.

2.4 A LINGUÍSTICA TEXTUAL⁸: DO PROCESSO DE COESÃO AOS MECANISMOS DOS MARCADORES DISCURSIVOS

Nesta subseção, explanaremos sobre algumas noções importantes que são a base para estudos de uma materialidade linguística. Em um primeiro momento, retomaremos, da Linguística Textual, o conceito de *texto*, bem como a diferenciação entre *texto* e *discurso*.

A segunda concepção de *texto* que embasará esta pesquisa é proveniente da Linguística Textual, perspectiva teórica que surgiu com o objetivo de ir além dos limites da frase, reintroduzindo o sujeito e a situação de comunicação, até então excluídos das pesquisas sobre linguagem. Para iniciar nosso percurso teórico, reproduzimos o olhar de Koch (1993), uma das principais expoentes da Linguística Textual no Brasil:

a Linguística Textual toma, pois, como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto (KOCH, 1993, p. 14).

A partir dessa observação, percebe-se que o objeto da Linguística Textual é o *texto* em sua relação com o sujeito e a situação comunicativa. No entanto, até a compreensão dessa noção, os estudos referentes ao *texto* foram mudando ao longo dos anos, a partir de alterações ocorridas nas concepções de *língua*, na concepção do próprio *texto* e com relação aos objetivos a serem alcançados nas análises. Assim sendo, embora não haja determinada cronologia de passagem de um momento a outro, houve gradual ampliação do objeto de análise da Linguística Textual, fazendo com que essa passasse por três momentos: *análise transfrástica*, *construção de gramáticas textuais* e *teoria do texto* (BENTES, 2008).

Com relação à concepção de *texto*, nos dois primeiros momentos do desenvolvimento da Linguística Textual, *análise transfrástica* e elaboração de *gramáticas textuais*, tal concepção era expressa pela forma de organização do material linguístico, existindo os conceitos de *textos* e *não-textos*, isto é, sequências

⁸ Optamos pela apresentação de uma seção sobre a Linguística Textual, porque a análise textual que antecede a enunciativa baseou-se nesta teoria, no que se refere aos marcadores discursivos, pronomes e verbos.

linguísticas coerentes ou incoerentes entre si. Dessa forma, o *texto* seria uma estrutura acabada e pronta, um produto, com ênfase em seu aspecto material e/ou formal.

No terceiro momento, elaboração de uma *teoria do texto*, passou-se a considerar as condições de produção e de recepção dos *textos* como parte de atividades mais globais de comunicação, encarando, pois, o *texto* não mais como produto. Neste terceiro momento, propõe-se a investigação da constituição, funcionamento, produção e compreensão de *textos* em uso, ou seja, em seu contexto pragmático do *texto* ao *contexto*. É por esse momento que nos interessamos, nesta pesquisa, em função da materialidade linguística que compõe nosso *corpus* de análise, ou seja, o *gênero textual artigo de opinião*. A discussão referente ao *gênero textual* será realizada na próxima seção. O que cabe destacar aqui é que os *gêneros* são textos que encontramos em nosso dia a dia, evidenciando o contexto e o uso. Nas palavras de Marcuschi (2008, p. 155), os *gêneros textuais* “apresentam padrões sociocomunicativos característicos” e são “bastante estáveis, histórico e socialmente situados”.

Nessa perspectiva, a definição de *texto* deve levar em consideração três pontos com relação ao que é a produção textual: a) uma atividade verbal, b) uma atividade verbal consciente e c) uma atividade interacional. É nesse terceiro ponto, mais especificamente na atividade interacional, que nos inserimos no que tange à definição de *texto* que embasa este estudo. Consideramos, de acordo com Bakhtin ([1895-1975], 2009), estudioso do princípio do dialogismo, que

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, [1895-1975] 2009, p. 117, grifos do autor).

Nesse sentido, na interação, os interlocutores estão envolvidos no processo não só de construção, mas de compreensão de um *texto*, obrigatoriamente e de várias formas. Para o autor, a “enunciação constitui o centro de referência do sentido dos fenômenos linguísticos”, como um evento renovado, por meio do qual o “locutor

se institui na interação viva com vozes sociais” (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 45). Ainda em termos bakhtinianos, pode-se fazer uma distinção linguística e uma diferenciação translinguística entre *texto* e *discurso*. Esses termos têm em comum o fato de serem produtos da enunciação. Mas precisam ser distinguidos, uma vez que os processos de textualização são diferentes dos processos de discursivização, como lembra Fiorin (2012):

Do ponto de vista da estruturação linguística, o discurso é um todo organizado de sentido, delimitado por dois brancos, pertencente à ordem da imanência, ou seja, ao plano do conteúdo; é a atualização de virtualidades da língua e do universo do discurso. O texto também é um todo organizado de sentido, delimitado por dois brancos, mas é do domínio da manifestação, isto é, do plano da expressão; é a realização do discurso. Do ponto de vista translinguístico, o discurso ganha sentido na relação com outro discurso: ele tem autoria, dirige-se a um enunciatário, tem completude e expressa valores, emoções, etc. O texto, sendo a manifestação do discurso, pode estar em relação com outros textos, mas não é necessário que esteja (FIORIN, 2012, p.154).

Surgida nos anos 60, na Alemanha, a Linguística Textual tem como “principal interesse o estudo dos processos de produção, recepção e interpretação dos textos, a partir da reintegração do sujeito e da situação de comunicação em seu escopo teórico” (MUSSALIM & BENTES, 2001, p.16). O termo “Linguística Textual” foi empregado pela primeira vez por Weinrich, autor alemão, e o seu surgimento se dá na tentativa de ir além das análises dos limites das frases, incluindo o sujeito e a situação da comunicação, excluídos das teorias anteriores. Pelo fato de essa teoria ir além dos enunciados em modalidade escrita e oral, ou seja, apresentar análises semânticas, é que se torna relevante para este trabalho utilizarmos a abordagem como base para as discussões.

A necessidade de diferenciação entre *texto* e *discurso* é justificada, nesta pesquisa, em função da enunciação, perspectiva teórica que embasa a análise aqui proposta. Embora *texto* e *discurso* sejam produtos da enunciação, suas existências semióticas são diferentes. Isso porque o *discurso* constitui a enunciação (translinguístico) e o *texto* o enunciado (linguístico), isto é, o produto da enunciação. Essas duas noções serão mobilizadas na materialidade linguística que compõe o *corpus* desta pesquisa, na medida em que analisar-se-ão: a) o *discurso*, ou seja, a enunciação enquanto processo que coloca a língua em funcionamento por um ato individual de utilização de um sujeito, como destaca Benveniste, e que é sempre única e irrepetível, e, também, b) o *texto*, isto é, o enunciado (produto da

enunciação), mais especificamente, a articulação entre os enunciados a partir dos articuladores textuais, pronomes e verbos que produzem efeitos de sentido e contribuem para o esboço do sujeito enunciativo, por meio das marcas deixadas nesse enunciado.

A partir dos estudos da LT, portanto, o objeto de investigação não era mais a palavra ou a frase, mas, sim, o texto, em que a linguagem se manifesta (FÁVERO & KOCH, 2012). Sobre isso, podemos distinguir três momentos com preocupações teóricas diferentes. No primeiro momento, o interesse predominante era o da *análise transfrástica*, limitada ao nível da frase. Em um segundo momento, postulou-se a criação da competência textual do falante e, assim, surgiram as *gramáticas gerais*. Por fim, no último momento, o texto passa a ser visto em seu contexto de produção e a ser compreendido como um processo, resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas. Tem-se aí, a *teoria do texto* (MUSSALIM & BENTES, 2006). Observa-se, portanto, que o objeto de estudo da LT consiste no texto, que, de acordo com Beaugrande e Dressler (1972, p. 03), “será definido como acontecimento comunicativo que reúne sete fatores de textualidade. Se qualquer um deles faltar, não se pode considerar comunicativo⁹.” É nessa visão e na visão enunciativa que se enquadra esta pesquisa, uma vez que estamos pensando em editoriais que se constituem como textos que passaram por determinado processo e estão inseridos em determinadas situações de interação verbal.

Apresentado o histórico da LT, chegando até o momento que nos interessa, discutiremos as noções de texto e discurso também para a LT.

Nesse sentido, Fiorin (2012) apresenta uma importante distinção entre essas duas noções. Para ele, enquanto o discurso é da ordem da imanência, o texto constitui-se na manifestação. Entendemos, assim, que o discurso manifesta-se por meio de um texto. Também, cabe salientar que tanto o texto como o discurso são “produtos da enunciação” (FIORIN, 2012, p, 148) e são organizados, porém, discurso é a atualização da língua e do universo do discurso, enquanto o texto é o plano de expressão, de realização do discurso.

⁹ “A text will be defined as COMMUNICATIVE OCCURRENCE which meets seven standards of TEXTUALITY. if any of these standards is not considered to have been satisfied” (BEAUGRANDE E DRESSLER, 1972, p. 03).

Um dos mecanismos para a organização dos textos é a coesão, apontado, segundo Beaugrande e Dressler (1972), como um dos sete fatores de textualidade¹⁰. Um texto, seja oral ou escrito, não pode ser considerado um conjunto de elementos isolados, deve apresentar sentido coerente e organizado. Ao estudarmos os recursos coesivos, avaliamos os componentes textuais de cuja significação depende de outros dentro do mesmo contexto¹¹ ou no mesmo contexto situacional. Assim, coesão, para Beaugrande e Dressler:

refere-se ao modo como os componentes da superfície textual, isto é as palavras e frases que compõem um texto, encontram-se conectadas entre si numa sequência linear, por meio de dependências de ordem gramatical (BEAUGRANDE E DRESSLER, 1972, p.03)¹².

Compreendemos, dessa forma, que tanto questões de léxico, como sentido estão relacionadas aos processos de coesão textual, uma vez que envolvem componentes léxico-gramaticais e podem alterar o sentido se forem retirados, por exemplo. A partir dessa constatação, entendemos que utilizar a coesão como suporte gramatical para chegarmos aos efeitos de sentido enunciativo-discursivos é viável.

Sobre essa questão de conexão entre as frases, os precursores foram Halliday e Hasan (1976) que já apontavam a coesão como um recurso para a construção do texto. Os autores, inicialmente, apresentam o texto como uma unidade de sentido, não apenas de forma (HALLIDAY & HASAN, 1976, p. 01). Essa concepção de texto dialoga com nossa pesquisa, uma vez que não entendemos o texto apenas como um “amontoado de palavras”, mas, sim, como algo que faz sentido. Nesta pesquisa, por exemplo, os marcadores discursivos, que servem como mecanismos de coesão, são analisados não apenas como “elos” entre as frases, sem sentido algum, eles significam e, assim, podem colaborar para a visão enunciativa que é nosso objetivo.

¹⁰ Conforme Beaugrande e Dressler (1972), textualidade consiste no modo de manifestação da atividade comunicativa, que só se pode concretizar por meio de um texto.

¹¹ Conforme Hanks (2008), contexto é baseado em relações, pois não existe contexto que não seja “contexto de”, ou “contexto para”. Para o autor, contexto consiste em “um estado de coisas que em parte está organizado a priori, e em parte está associado a uma significação que emerge de sua própria organização” (HANKS, 2008, p.67).

¹² Cohesion concerns the ways in which the components to the surface text, i.e. the actual words we hear or see, are mutually connected within a sequence. The surface components depend upon each other according to grammatical forms and conventions, such that cohesion rests upon grammatical dependencies.

Na sequência de sua obra, os autores supracitados tratam da coesão, afirmando que é um conceito semântico e que se refere às relações de significado do texto. Ainda para eles, coesão ocorre no momento em que um elemento no discurso depende de outro (HALLIDAY & HASAN, 1976, p.04). Compreendemos, assim, que ao fazermos análise de recursos coesivos, tais como os marcadores discursivos¹³, estaremos não apenas analisando as palavras de forma isolada, mas, principalmente, o sentido pretendido. Dessa forma, será possível encontrar os efeitos de sentido enunciativo-discursivos com a contribuição desses mecanismos de coesão.

Tratando ainda da teoria apresentada por Halliday e Hasan (1976), os autores apresentam os tipos de coesão: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. No Brasil, sobre esses estudos de coesão, temos diversos estudiosos que se preocuparam com a questão, são eles: Fávero (2009), Koch (1993) e Marcuschi (2008), dentre outros.

Primeiramente, cabe salientar que, conforme Fávero (2009, p.10):

A coesão manifestada no nível microtextual refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos estão ligadas entre si dentro de uma sequência.

Percebemos, dessa forma, que a coesão é uma das responsáveis pela organização do texto e se manifesta no nível da microestrutura¹⁴. Ainda sobre esse conceito, Antunes (2005, p. 47) também parte da ideia de “elo” e apresenta a coesão como “propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou semântica”. A partir desses conceitos, compreende-se que o estudo e a aplicação de mecanismos coesivos são essenciais para o estabelecimento de uma unidade temática e/ou de sentido.

Já Marcuschi (2008) não apenas apresenta o conceito de coesão, mas afirma que é o processo mais importante da textualidade. O autor afirma, também, que ela prevalece por meio da referenciação (por meios semânticos) e da sequenciação (por meio dos conectivos).

¹³ Os marcadores discursivos podem ser intraoracionais e estão no início das orações realizando a coesão ou, então, extraoracionais, conectando enunciados.

¹⁴ Diz respeito às estruturas das orações e relações de coerência e conexão entre elas (FÁVERO, 2003).

Devido a uma multiplicidade de elementos que fazem parte da coesão, eles são sistematizados de diferentes modos. Por exemplo, pronomes, preposições, advérbios e conjunções funcionam como conectivos nas orações. A utilização desses termos possibilita a referência a ideias ou estruturas antecedentes, evitando, assim, a repetição.

Sobre os mecanismos coesivos por referenciação e por sequenciação, Koch (1993) afirma que a primeira “é aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual” (KOCH, 1993, p. 30). Já a coesão sequencial “diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre os segmentos do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que faz o texto progredir” (KOCH, 1993, p. 49).

Nessa ideia de coesão sequencial, podemos dialogar com a questão dos marcadores discursivos, os quais entendemos que funcionam como elementos que estabelecem relações de sentido entre as partes do texto. Nesta pesquisa, portanto, trataremos apenas da coesão sequencial, com foco na teoria sobre MD.

Os marcadores discursivos começaram a ser estudados, no Brasil, pela perspectiva oral, com a Análise da Conversação, Marcuschi (1989) e Castilho (1990, 1992, 1993, 1996), por exemplo. Nosso trabalho, porém, analisa *corpus* escrito, assim como Moura Neves (2011) e Koch (1993).

Como podemos perceber, talvez não haja muitos estudos sobre os MDs pelo viés enunciativo. Dessa forma, buscamos referenciais em espanhol com Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), na *Gramática Descriptiva del Español*, a qual é organizada por Bosque e Demonte. Apoiamo-nos nessa obra, suficiente para nossa análise, visto que apresenta definição e uma variada classificação. Além disso, baseamo-nos em Fernandes (2005), que estudou os marcadores discursivos na argumentação escrita, comparando os usos em português e em espanhol peninsular no domínio jornalístico.

Com relação a estudos que abordem a questão enunciativa com os marcadores discursivos, abordamos alguns. Um exemplo que podemos destacar é o de Mack (2012), que buscou a constituição do *ethos* na argumentação por meio dos marcadores discursivos em ensaios jornalísticos. Outro caso é o de Fernandes (2013), que discutiu os efeitos de sentido dos marcadores discursivos em uma

perspectiva que vai além dos limites da coesão. Também, Carmo & Ribeiro (2014) tratam da questão dos MDs no ensino por meio do livro didático.

No que se refere à conceituação de MD, Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999, p. 4057), afirmam que eles são

unidades linguísticas que não exercem uma função sintática no marco da predicação oracional – são, pois, elementos marginais -, e têm uma incubência coincidente no discurso: o de guiar as inferências que se realizam na comunicação de acordo com suas diferentes propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas.¹⁵

Compreendemos que, dessa forma, os marcadores discursivos possuem a função de orientar as inferências na sua utilização na enunciação, mesmo sem possuir uma função sintática.

Apresentado o conceito sobre o estudo, abordaremos as características necessárias para a identificação de um MD, inspirando-nos em Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999). Segundo os autores, um marcador precisa apresentar algumas características as quais serão discutidas na sequência do texto.

Para serem MDs, os elementos precisam, em primeiro lugar, ser exteriores ao enunciado, não possuindo função sintática, como podemos perceber na sequência enunciativa 01¹⁶. O marcador *por exemplo* não exerce nenhuma função sintática, portanto, é exterior ao enunciado.

- (1) Do outro lado, existem belos exemplos de resistência. Vem, **por exemplo**, de Ciro Gomes, a evocar Leonel Brizola em defesa de Jango, ou de 16 governadores, ou de grandes juristas que não hesitam em identificar *impeachment* como golpe, ou de inúmeros cidadãos anônimos prontos a expor sua revolta. [#ECC31]

Em segundo lugar, precisam estar gramaticalmente fixados como uma estrutura invariável, a qual pode ser deslocada, como percebemos na sequência enunciativa 02. O marcador *no fim das contas* poderia ser colocado, por exemplo, depois do verbo *prevalece*, estando entre vírgulas. Há, portanto, mobilidade.

¹⁵ “Unidades linguísticas invariables, no ejercem una función sintáctica en el marco de la predicación oracional –son, pues, elementos marginales –y poseen un cometido coincidente en el discurso: el de guiar, de acuerdo con sus distintas propiedades morfossintáticas, semánticas y pragmáticas, las inferencias que se realizan en la comunicación”.

¹⁶ Foram utilizados exemplos do *corpus*, pois acreditamos que ao estudar a teoria era necessário fazer uma relação já com os textos que seriam analisados para verificar se realmente seria possível a realização da pesquisa. Assim, optamos por deixar os exemplos do *corpus*, por representar realmente nosso processo de escrita.

- (2) **No fim das contas**, o que prevalece é que os investidores se baseiam nas notas das agências quando decidem sobre onde colocar seu dinheiro. [#EV05]

Em terceiro lugar, os MDs precisam relacionar enunciados, conforme a sequência enunciativa 3. Nesse exemplo, notamos que o marcador *por exemplo* inicia a exemplificação do que foi afirmado no enunciado anterior.

- (3) Do outro lado, existem belos exemplos de resistência. Vem, **por exemplo**, de Ciro Gomes, a evocar Leonel Brizola em defesa de Jango, ou de 16 governadores, ou de grandes juristas que não hesitam em identificar *impeachment* como golpe, ou de inúmeros cidadãos anônimos prontos a expor sua revolta. [#ECC31]

Em quarto lugar, os marcadores orientam inferências, apontando para determinadas possibilidades de sentido, segundo constatamos na sequência enunciativa 4. Nesse exemplo, percebemos a partir do marcador *obviamente* se configura um sujeito que possui uma posição diante do processo de *impeachment*.

- (4) Duas saltam aos olhos, apresentadas como antídotos seguros ao desastre iminente. Uma, a do *impeachment* de Dilma Rousseff, como se, uma vez afastada a presidenta, o sol da ordem e do progresso voltasse a raiar. Trata-se, **obviamente**, de uma hipótese não somente golpista, mas também estúpida. Outra, defendida inclusive por sábios do jornalismo nativo, parece supor que, uma vez atingidos os corruptos por punições exemplares, o País reencontraria seu eixo. Nada impede que as duas receitas sejam tidas como complementares. [#ECC04]

Discutidas as características essenciais dos marcadores discursivos, passemos à classificação, conforme o quadro 2:

Quadro 2 - Classificação dos marcadores discursivos

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	EXEMPLOS ¹⁷
Estruturadores da informação	Comentadores	“Que viva em tempos interessantes”, expressão inglesa atribuída duvidosamente aos chineses, tem um significado que só pode ser compreendido quando se conhece a maneira como ela é utilizada. Pois quando alguém diz isso está jogando praga, torcendo

¹⁷ Foram utilizados exemplos do *corpus*, pois pretendemos demonstrar já aqui a relação entre a teoria e os textos analisados.

		<i>para que onde você estiver prevaleça o caos, este notório inimigo do progresso material e espiritual. [#EV18]</i>
	Ordenadores	<i>O homem foi capaz de tonitruar ameaças, dentro da PF, contudo, carece de verdadeira liderança. A situação resulta, em primeiro lugar, dessas duas ausências. [#ECC]</i>
	Digressores	<i>Em um caso, ou noutro, precipitou-se, por decisão solo ou compartilhada. A propósito, e esse tal de Joaquim Levy? [#ECC06]</i>
Conectores	Aditivos	<i>Ao mesmo tempo, 40% do território nacional não é alcançado pelo saneamento básico e mais de 60 mil brasileiros morrem assassinados anualmente. E nada disso fere a consciência dos demais. [#ECC07]</i>
	Contra-argumentativos	<i>O Brasil já passou por momentos parecidos como este e sobreviveu sem sequelas? Sim. Mas a resposta positiva conduz a outra indagação. [#EV06]</i>
	de Causalidade	<i>Se me dissessem, faz 35 anos, que o PT no poder se portaria como todos os demais partidos (partidos?) brasileiros, excluiria a possibilidade. Não havia, então, qualquer dúvida de que o partido nascia à esquerda, e valia confiar em quem o fundava. [#ECC18]</i>
Reformuladores	Explicativos	<i>Quem não precisa de oculista, percebe, isto sim, que o País é sempre o mesmo e que a situação propicia à casa-grande a oportunidade da revanche depois de 12 anos de batalhas perdidas. O ódio, aquecido pela chance, é o de classe. Ou seja, o de sempre. [#ECC22]</i>
	Retificativos	<i>Até então, a casa-grande suportava que o presidente cobrasse pedágios elevadíssimos em relação a obras feitas e ainda assim o imaginava adequado ao cargo de propiciador de benesses. Fora a Veja, aliás, que popularizara a definição de Collor como “caçador de marajás”. [#ECC23]</i>
	de Distanciamento	<i>O planeta teme as consequências da enésima crise no Oriente Médio, com epicentro na Síria, enquanto o EI avança, mata e destrói monumentos ilustres, com o envolvimento militar, para enfrentá-lo, de vários países, a começar por EUA e Rússia. Obama e Putin divergem em relação ao objetivo da operação bélica. O russo quer salvar Assad, o americano pretende riscá-lo do mapa, e a divergência assume tons ásperos e ameaça azedar mais e mais. O quadro, de todo modo, é mais amplo. [#ECC24]</i>
	Recapitulativos	<i>No fim das contas, o que prevalece é que os investidores se baseiam nas notas das</i>

		<i>agências quando decidem sobre onde colocar seu dinheiro. [#EV05]</i>
Operadores argumentativos	de Reforço Argumentativo	<i>Há quem observe: contássemos com outra mídia, a opinião pública brasileira seria bem menos enganável. À parte o fato de que tenho dúvidas em relação à expressão opinião pública, em um país de 204 milhões de habitantes onde a Folha de S.Paulo se orgulha de alcançar 20 milhões, graças a cálculos baseados no fator multiplicador. Mas, no fundo, não é este o motivo da minha preocupação. A atual diz respeito, de fato, ao quociente de inteligência (nem ousar falar no espírito crítico) do leitor. [#ECC25]</i>
	de Concretude	<i>Do outro lado, existem belos exemplos de resistência. Vem, por exemplo, de Ciro Gomes, a evocar Leonel Brizola em defesa de Jango, ou de 16 governadores, ou de grandes juristas que não hesitam em identificar impeachment como golpe, ou de inúmeros cidadãos anônimos prontos a expor sua revolta. [#ECC31]</i>
	Aditivos	<i>Não está claro até que ponto Lula pode e quer empenhar-se para recolocar seu partido nos trilhos originais. Tampouco estão claras suas intenções na perspectiva de 2018. [#ECC02]</i>
Marcadores conversacionais	de Modalidade epistêmica	<i>Duas saltam aos olhos, apresentadas como antídotos seguros ao desastre iminente. Uma, a do impeachment de Dilma Rousseff, como se, uma vez afastada a presidenta, o sol da ordem e do progresso voltasse a raiar. Trata-se, obviamente, de uma hipótese não somente golpista, mas também estúpida. Outra, defendida inclusive por sábios do jornalismo nativo, parece supor que, uma vez atingidos os corruptos por punições exemplares, o País reencontraria seu eixo. Nada impede que as duas receitas sejam tidas como complementares. [#ECC04]</i>
	de Modalidade Deontica	<i>O.k, mas você deve preocupar-se com isso.¹⁸</i>
	Enfocadores de Alteridade	<i>O Brasil já passou por momentos parecidos como este e sobreviveu sem sequelas? Sim. Mas a resposta positiva conduz a outra indagação. [#EV06]</i>
	Metadiscursivos conversacionais	<i>Bom, mas você deve se preocupar com isso.¹⁹</i>

¹⁸ Exemplo acrescentado, pois não houve ocorrência no *corpus*.

¹⁹ O exemplo também não faz parte do *corpus*, pois não houve ocorrência desse tipo de marcador discursivo nos editoriais.

A partir da tabela e conforme estudo em Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), notamos a presença de cinco categorias de marcadores discursivos, que são subdivididos em subcategorias.

Conforme os autores, a primeira categoria diz respeito aos *Estruturadores da Informação*, os quais organizam a informação de um conjunto de enunciados. Entre eles, há os *Comentadores* (dão destaque à apresentação de um novo enunciado em relação ao conjunto), os *Ordenadores* (marcam a introdução de um enunciado com os demais, destacando o lugar que ocupa entre eles, podendo caracterizar uma numeração, marcar um espaço, fazer a abertura, dar continuidade ou encerrar uma enumeração) e os *Digressores* (introduzem um enunciado, cujo conteúdo se relaciona tangencialmente com o conjunto dos demais enunciados).

Seguindo o estudo, identificamos os *Conectores*, que unem enunciados relacionados semanticamente. Eles se subdividem em: *Aditivos* (realizam a conexão entre enunciados que se orientam, pela argumentação, com a mesma conclusão). Existem, ainda, os *Contra-argumentativos* que introduzem argumentos que apresentam surpresas ou amenizam os apresentados nos enunciados anteriores e os de *Causalidade* (realizam uma relação de causa e consequência entre os enunciados).

Os *Reformuladores* introduzem o enunciado que explica ou retifica os enunciados anteriores. Eles se subdividem em: *Explicativos* (apresentam uma explicação ou um esclarecimento ao enunciado anterior), de *Retificação* (apresentam uma correção em relação ao enunciado anterior, assim, reorganizando a argumentação), de *Distanciamento* (refutam e reformulam o que foi exposto no enunciado anterior) e *Recapitulativos* (retomam enunciados anteriores).

Os *Operadores Argumentativos* condicionam as possibilidades argumentativas do enunciado em que estão, mas sem redirecioná-lo, pelo menos não de maneira explícita, com o anterior. Eles são subdivididos em: de *Reforço Argumentativo* (introduzem enunciados com relação de reforço argumentativo com os anteriores), de *Concretude* (com exemplificação para um argumento exposto no enunciado anterior) e os *Aditivos* (adicionam um reforço argumentativo, integrando-o com os demais argumentos).

Por fim, os *Marcadores Conversacionais* introduzem sequências discursivas conversacionais. São subdivididos em: de *Modalidade Epistêmica* (declaram uma evidência em relação ao enunciado anterior ou orientam sobre a fonte do

enunciado), de *Modalidade Deôntica* (marcam o posicionamento do locutor em relação ao exposto anteriormente, de aceitação ou não), dos *Enfocadores da Alteridade* (marcam o estabelecimento de uma relação com o interlocutor) e os de *Metadiscursivos Conversacionais* (introduzem enunciados autônomos, destacando turnos, assim como faz a pontuação, e, por vezes, trazendo marcas de oralidade na modalidade escrita).

Apresentadas as categorias e subcategorias de marcadores discursivos, cabe ainda ressaltar que, conforme Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), os marcadores discursivos apresentam instruções semânticas, as quais orientam as inferências e fazem existir um grupo concreto de marcadores. Há três tipos de instruções: sobre o significado de conexão, sobre a argumentação e sobre a estrutura informativa.

A primeira instrução, como já exposto, refere-se aos marcadores que relacionam, de forma direta, dois ou mais enunciados, assim como os *Conectores* e os *Reformuladores*. No fragmento a seguir, extraído do *corpus* da pesquisa, podemos observar isso:

- (5) O tempo que lhe sobra para agir é escasso, é bom sublinhar. O começo da ação tem de se dar antes do início do ano brasileiro, **ou seja**, depois do Carnaval, conforme nossa grotesca tradição. Caberia a Dilma partir de imediato para o mesmo gênero de investimento público que em 1933 colocou Roosevelt no caminho certo para estancar os efeitos do craque de 1929. [#ECC34]

Nesse fragmento, o reformulador *ou seja* introduz uma nova forma de estruturação para o exposto nos enunciados anteriores (tempo que a presidente Dilma tem para agir contra o processo de *impeachment*).

A segunda instrução diz respeito à força argumentativa de um enunciado. Para esse caso, apresentamos o seguinte fragmento:

- (6) O país passa por um período político conturbado, com reflexos paralisantes na economia. Surpresa mesmo será se tudo se acalmar de repente. Toda crise chega ao fim um dia. Esta é atualmente a única certeza positiva no cenário. Mas toda crise, para terminar, tem de ser percebida, enfrentada e vencida. Para vencer sem maiores traumas os períodos instáveis, o essencial é que nunca se perca o horizonte institucional. Não existem soluções fora das instituições. Os homens públicos sempre podem falhar. As instituições que eles dirigem, **no entanto**, não contam com esse benefício. [#EV19]

Nesse fragmento, o marcador *no entanto* introduz um enunciado que se opõe aos anteriores quanto à argumentação. É afirmado que os homens públicos podem falhar, mas, contrariamente a isso, as instituições que eles dirigem não podem.

No que se refere à última instrução, destacam-se os *Estruturadores da Informação*, como por exemplo, no fragmento 7:

- (7) Depois de um ano, sete meses e alguns dias, volto ao Palácio da Alvorada para entrevistar Dilma Rousseff, juntamente com dois ótimos companheiros, Sergio Lirio e André Barrocal. No mesmo salão, à mesma mesa perfeitamente encerada, na segunda semana de outubro de 2014, ouvimos a presidenta que se preparava a enfrentar Aécio Neves no segundo turno das eleições destinadas a lhe entregar seu segundo mandato. O confronto entre as situações me habilita a duas impressões a respeito do comportamento da entrevistada. **Em primeiro lugar**, anoto a serenidade em contraste com a tensão da entrevista dos tempos eleitorais. A presidenta afastada pela manobra golpista está bem mais à vontade do que a candidata ao segundo turno. Mais segura, mais incisiva.

Como podemos notar, por meio do marcador *em primeiro lugar*, há uma organização da exposição do comportamento da presidente Dilma Rousseff diante de uma entrevista, conforme as impressões do editorialista.

2.4.1 Os pronomes e os verbos

Os pronomes pessoais, segunda categoria morfológica que observamos no *corpus*, de acordo com Cunha e Cintra (2008), caracterizam-se por denotarem as três pessoas gramaticais, no singular e no plural: quem fala (*eu, nós*), com quem se fala (*tu, vós*) e de quem se fala (*ele/ela, eles/elas*). Além disso, eles podem variar de forma segundo a função que desempenham na oração ou a acentuação que nela recebem. Desse modo, quanto à função, na oração, eles podem ser retos, quando desempenham o papel de sujeito, ou oblíquos, quando são empregados como objeto direto ou indireto. Nesse último caso, quando o objeto direto ou o objeto indireto representa a mesma pessoa ou coisa que o sujeito do verbo, o pronome é reflexivo. O quadro a seguir ilustra a correspondência entre essas formas.

Quadro 3 - Pronomes pessoais do caso reto e oblíquo

		PRONOMES PESSOAIS RETOS	PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS NÃO REFLEXIVOS	
			Átonos	Tônicos
Singular	1ª pessoa	Eu	Me	Mim, comigo
	2ª pessoa	Tu	Te	Ti, contigo
	3ª pessoa	Ele/Ela	O, a, lhe	Ele, ela
Plural	1ª pessoa	Nós	Nos	Nós, conosco
	2ª pessoa	Vós	Vos	Vós, convosco
	3ª pessoa	Eles/Elas	Os, as, lhes	Eles, elas

Fonte: (CUNHA E CINTRA, 2008, p. 291).

Outra característica dos pronomes pessoais é que eles podem representar, na terceira pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa. Nesse caso, os pronomes se constituem como um recurso da coesão referencial, ou seja, “aquele em que um componente da superfície textual faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual” (KOCH, 1993, p. 30). No enunciado “As *crianças* estão viajando. *Elas* só voltarão no final do mês”, por exemplo, o pronome pessoal “elas” sinaliza a referência que deve ser colocada pelo leitor/ouvinte ao sintagma “as crianças” do contexto precedente. Essa relação, denominada anafórica, realizada pelos pronomes de terceira pessoa, “fornecem ao leitor/ouvinte *instruções de conexão* a respeito do elemento de referência com o qual tal conexão deve ser estabelecida” (KOCH, 1993, p. 37, grifos da autora).

O verbo, terceira categoria morfológica que observamos no *corpus*, pode ser caracterizado como uma palavra variável que exprime um acontecimento representado no tempo e exerce função obrigatória de predicado (CUNHA; CINTRA, 2008). O verbo possui três pessoas relacionadas com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito, podendo estar no singular ou no plural. Essa categoria morfológica apresenta variações de número (singular/plural), pessoa (1ª, 2ª e 3ª), modo (indicativo, subjuntivo e imperativo), tempo (presente, passado e futuro), aspecto e voz (ativa, passiva e reflexiva). Quanto à flexão, o verbo pode ser regular, irregular, defectivo e abundante, além de apresentar três formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio.

Nesta pesquisa, nosso foco recai nas variações de pessoa e número dos verbos, em função de como o locutor se marca na materialidade linguística. Novamente, cabe pontuar que isso não significa desconsiderar, na análise, as outras variações dessa categoria morfológica, como o tempo e o modo, por exemplo, uma vez que elas também podem revelar o processo de apropriação da língua pelo sujeito. O quadro a seguir mostra a relação entre pessoa e número, tomando como modelo o verbo de primeira conjugação “pesquisar” no tempo presente do modo indicativo:

Quadro 4 - Variações de pessoa e número dos verbos

NÚMERO	PESSOAS	VERBOS
Singular	1 ^a Eu	Pesquiro
	2 ^a Tu	pesquisas
	3 ^a Ele/Ela	pesquisa
Plural	1 ^a Nós	pesquisamos
	2 ^a Vós	pesquisais
	3 ^a Eles/Elas	pesquisam

Fonte: autor

No que se refere ao viés enunciativo de pronomes e verbos, destacamos que Benveniste também apresenta um estudo enunciativo baseado nessas categorias gramaticais, ocupando, inclusive, um lugar de destaque. Sobre essa questão, Benveniste ([1970] 1989) destaca a errônea ideia de que há uma universalidade dos pronomes, como podemos perceber:

A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui, para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos (BENVENISTE, 2005b, p. 277).

Para Benveniste ([1970] 1989), não podemos considerar uma teoria que engesse essa categoria gramatical e, além disso, com relação aos pronomes

personais, ele destaca que a noção de pessoa está presente em eu e tu e ausente no ele.

Benveniste, em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1991), demonstra a questão problemática do conceito de pessoalidade: “a forma dita terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma pessoa específica” (BENVENISTE, [1970] 1991, p. 250). Segundo o autor, há características comuns entre o “eu” e o “tu”, mas que não acontece com o “ele”.

Na sequência, discutiremos questões referentes à mídia, sobre o discurso político e sobre a formação de opinião, uma vez que trabalhamos com um *corpus* que discute questões políticas e são textos divulgados na mídia, que estão diretamente ligados à formação opinativa dos leitores.

2.5 A MÍDIA, O DISCURSO POLÍTICO E A FORMAÇÃO DE OPINIÃO

Em tempos de crise, discute-se muito sobre política e muito se lê sobre isso também na mídia. Assim, como este trabalho apresenta como *corpus* textos relacionados à política no meio midiático, faz-se necessário discutir essas questões. Primeiramente, cabe discutirmos sobre a diferença entre política e discurso político.

Em linhas gerais, compreendemos que política consiste na arte de bem administrar e governar um Estado, a partir dos fenômenos ou fatos políticos relacionados a este lugar. A base da política refere-se à diversidade humana, já que trata da comunicação e da aproximação entre as pessoas. A palavra política possui origem na Polis, que era a denominação dada às cidades-Estado na Grécia Antiga, mas, com o passar dos anos, passou a designar aqueles cuja função maior é cuidar para manter a ordem no convívio social.

Já o discurso político é, provavelmente, tão antigo quanto à vida do ser humano em sociedade. Na Grécia antiga, o político era o cidadão que, responsável pelos negócios públicos, decidia tudo em diálogo, na praça, onde se realizavam as assembleias dos cidadãos, mediante palavras persuasivas. Daí o aparecimento do discurso político, baseado na retórica e na oratória, orientado para convencer o povo.

Ao longo de toda a História, o discurso político faz parte das campanhas políticas, constituído de argumentações fortemente persuasivas, com o intuito de

tornar coletivas ideias e pensamentos, sobrepondo-se aos interesses da comunidade. Em períodos eleitorais, a sua maleabilidade permite sempre uma resposta que oscila entre a satisfação individual e os grandes objetivos sociais da resolução das necessidades elementares dos outros.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os discursos políticos estão inseridos nos contextos reais da produção humana e são perpassados por ideologias, formadas no meio social, e influenciadas pela historicidade, o que os torna suscetíveis a mudanças no intuito de melhor conseguir persuadir os seus eleitores.

Pensando neste trabalho, procuramos uma definição específica relacionada a uma questão política e não a encontramos, então, procuramos formular um conceito a partir de leituras. O termo a que nos referimos é *antipetismo*. Conforme Souza (2016, p.42):

Embora, o antipetismo seja um fenômeno presente desde a fundação do PT na década de 80, ele foi impulsionado pelo cenário eleitoral de 2014, radicalizando-se no ambiente institucional e de mobilização da sociedade civil no ano de 2015. A radicalização do antipetismo possui dois aspectos: ele se refere ao ódio de classe, ecoando um posicionamento ideológico afastado claramente de pautas relacionadas a valores como justiça, igualdade e inclusão social, assim como a mobilização das oposições partidárias e de segmentos da sociedade civil que se sustentam no argumento da inviabilidade institucional (crise) do governo petista.

Por antipetismo, entendemos, assim, que é o discurso contra o Partido dos Trabalhadores, que tem como líder principal, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

No que se refere à mídia, podemos dizer que ela possui grande influência no meio político e é um aparato indispensável nas campanhas eleitorais, por exemplo. Hoje a mídia é o instrumento principal para que se realize uma boa campanha. Os efeitos de sentidos são muitos e esses, influenciados pela mídia, são facilmente aceitos pelo povo.

A produção de sentido nas notícias dos fatos se realiza a partir de sentidos de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas, dos leitores e da linha política dominante no jornal. Por outro lado, há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. Nesse caso, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos/partidos para ganhar visibilidade (ou notoriedade) política (MARIANI, 1998, p.60).

Desse modo, a equipe que trabalha em jornais, embora apresente ideologias diferentes dos veículos de comunicação, acabam “concordando” com o que é pregado pelos donos dos suportes de comunicação.

Conforme Charaudeau (2016), a política produz um discurso com duas lógicas, a *simbólica*, com a idealização, tratando de valores coletivos e a *pragmática*, com propostas concretas. Assim, entendemos que os políticos possuem uma tarefa bastante complexa ao produzirem seus discursos, para que sejam bem aceitos pelo seu povo. Porém, não é o discurso do político que estamos analisando neste trabalho, mas o que se reflete a partir das ações e das falas deles.

Ao pensar no discurso sobre política, é indispensável tratar da opinião pública, uma vez que

A opinião é um fato de linguagem: sua construção resulta do entrecruzamento dos atos linguageiros que o indivíduo (ou o grupo) recebeu, ouviu e produziu. A manipulação das mentes também se faz através da linguagem [...] (CHARAUDEAU, 2016, p. 20).

Dessa forma, compreendemos que a linguagem constitui num aspecto essencial para se estudar quando se trata de opinião pública formada a partir de discursos políticos, até mesmo porque é por meio da linguagem que acontecem as manipulações das mentes. Compreendemos isso, pois “a opinião é intrinsecamente ligada à democracia” (CHARAUDEAU, 2016, p.42), logo, ela é um fator relevante para o estudo do discurso político.

Para que uma opinião seja expressa, faz-se necessário um motivo, um acontecimento que motive a sua manifestação, ou seja, ela se constrói no próprio acontecimento (CHARAUDEAU, 2016). Em nossa pesquisa, por exemplo, nos editoriais analisados, estão as opiniões dos editorialistas sobre o acontecimento do possível *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Convém ressaltar, também, que a opinião pública está constantemente em construção, segundo Charaudeau (2016), em um movimento triplo de *reação* por parte dos grupos sociais, de *atribuição* por parte dos atores políticos, de *categorização* por parte das instâncias midiáticas. A partir dessa ideia, compreendemos que a mídia funciona como um “mediador” entre os grupos sociais e os políticos, pelo fato de haver a categorização.

Discutida a questão da mídia, discurso político e formação de opinião, passamos à apresentação do gênero que analisamos: o editorial.

2.6 O GÊNERO EDITORIAL

Visto que analisamos textos que apresentam opiniões de veículos de comunicação, os editoriais, apresentamos uma base teórica sobre o assunto. O papel do jornal dentro do contexto em que está inserido e no qual é produzido, não é tão simples quanto parece. Aparentemente, ele é um meio de comunicação, cujo único objetivo é informar a população dos principais acontecimentos. No entanto, por menos que queira, sempre acaba transformando-se em um produtor de opiniões.

Báccaro (2007, p. 3) nos coloca que o estudo de gêneros jornalísticos é de enorme relevância social, uma vez que seus “discursos” circulam na sociedade e, muitas vezes, ajudam a formar opiniões. Ela afirma que “o discurso jornalístico baseia-se na busca de uma neutralidade e objetividade, mantendo assim uma relação de transparência com seus leitores. Essa ‘neutralidade’, contudo, é ilusória: a linguagem e o discurso sempre contêm intencionalidade”. Para Cavalcanti (1998, p. 1), “o discurso jornalístico se apresenta como simples “mediador” objetivo, num procedimento próximo daquele que ocorre na apresentação das notícias de televisão”.

Ainda segundo Cavalcanti (1998, p. 1), uma das principais características dos gêneros jornalísticos é a presença da heterogeneidade discursiva, a qual transparece “nos comentários metaenunciativos que demonstram uma preocupação do enunciador com o seu discurso”.

Melo (apud PEREIRA; ROCHA, 2006, p. 48) classifica os gêneros jornalísticos em dois tipos: gêneros informativos (nota, notícia, reportagem e entrevista) e gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha/crítica, crônica, coluna caricatura e carta). Os primeiros se caracterizariam pela objetividade, imparcialidade e pela “análise fria e racional dos fatos”. Já o segundo tipo reflete a opinião do jornalista (ou do jornal ao qual pertence), o fornecimento de dados acerca do fato noticiado e uma clara tentativa de fazer com que o leitor tome posição frente os acontecimentos que estão sendo relatados.

O jornalismo opinativo tem crescido e ganhado espaço de forma contínua nos últimos tempos. Os jornais passaram a ser, além de condutores/formadores de

opinião, também detentores de forças políticas e econômicas. Aparentemente, o jornal fala ao poder público e às autoridades em geral em nome da sociedade, tomando como intermediário da enunciação (enunciatário) o seu público leitor. No entanto, por trás de suas palavras está, também, a ideologia seguida pelo próprio jornal, os interesses políticos deste e de seus financiadores. Portanto, os gêneros jornalísticos, em especial os opinativos, perdem sua objetividade tendo em vista alcançar um propósito que está implícito em seu discurso. Para explicar essa ideia, Baccaro (2007, p. 3) cita Bronckart, que diz que “todo texto inscreve-se no quadro das atividades de uma formação social, e mais precisamente, no quadro de uma forma de interação comunicativa que implica o mundo social (normas, valores, regras, etc.) e mundo subjetivo (imagem que o agente dá de si ao agir)”.

Pinto (2004, p. 1) considera o gênero editorial como “um gênero de predominância organizacional argumentativa e funcional persuasiva”. O editorial, como um elemento do jornalismo opinativo, não poderia deixar de ser um dos gêneros discursivos presentes no jornal e que expressa o ponto de vista (seja ideológico, político ou econômico) do mesmo.

Em geral, o editorialista (profissional responsável pela redação do editorial) não é uma pessoa, mas um grupo de pessoas, que podem ou não partilhar de uma mesma ideia sobre determinado tema. Estes profissionais estão incumbidos da tarefa de passar aos leitores a visão do jornal, que, como dito anteriormente, vai depender de diversos fatores como ideologia do jornal, interesses de terceiros (financiadores e acionistas, por exemplo), público alvo, entre outros. Segundo Araújo (2007, p. 3), “o editorialista possui como função articular um discurso que consiga conciliar as opiniões de todos os que sustentam financeiramente a instituição jornalística”. É ainda função do editorialista se posicionar frente a temas polêmicos, aderindo ou rejeitando aos assuntos que estão em foco em âmbito local, nacional ou mesmo internacional.

O gênero editorial está, segundo Pinto (2004), classificado como um gênero discursivo argumentativo e que apresenta em sua estrutura, de uma forma geral: ideias, justificativas, sustentações, negociações e conclusão. Perfeito (2007), por sua vez, classifica a estrutura composicional do editorial em: apresentação do assunto, argumentação, conclusão e fecho (opcional).

Segundo Araújo (2007, p. 7), “o editorial é resultado de uma atividade lingüística produzida com dada intenção, sob determinadas condições necessárias a

que se atinja o propósito visado”. Ainda segundo a autora, os objetivos visados pelo editorial seriam: persuadir o leitor a aderir a posição defendida pelo jornal; levar instituições públicas ou privadas a agirem de acordo com os interesses coletivos ou do próprio jornal. Faria e Zanchetta Jr. (2002, apud PERFEITO, 2007) destacam um vocabulário objetivo e com frases curtas nesta composição.

Já Beltrão (1980) apresenta a opinião dividida em opinião do editor, do jornalista e do leitor. Cabe destacar que a que nos interessa neste trabalho é a primeira, definida “como o julgamento que faz sobre determinado problema ou questão do grupo de elite que mantém o veículo e que dita a política editorial (BELTRÃO, 1980, p.19).

Melo (2003) define o editorial como “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento (MELO, 2003, p.103). Porém, cabe salientar que as opiniões expressas nos editoriais não são, necessariamente, do proprietário do veículo de comunicação, uma vez que “nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (MELO, 2003, p.104).

No que se refere a questões de linguagem do gênero, Beltrão (1980) afirma que predomina: impessoalidade, topicalidade, condensabilidade e plasticidade, definidos pelo autor como:

Impessoalidade (não se trata de matéria assinada, utilizando portanto a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural); topicalidade (trata de um tema bem delimitado, mesmo que ainda não tenha adquirido configuração pública); condensabilidade (poucas ideias, dando maior ênfase às afirmações que às demonstrações); plasticidade (flexibilidade, maleabilidade, não dogmatismo) (MELO, 2003, p. 108).

Tratando especificamente de editoriais de revistas, que é o que nos interessa nesta pesquisa, consideramos relevante a afirmação de Melo (2003, p.111) de que “nas revistas, o editorial aparece com mais frequência nos periódicos culturais ou políticos, pois as revistas de informação geral recorrem ‘às cartas dos editores’”.

Com relação a recursos utilizados nos editoriais, destacamos a questão da aproximação com o leitor, apresentada por Boff (2013). Segundo esse autor, um dos recursos é a prática do editorial assinado, buscando

Justamente o oposto do atributo que distingue o espaço do editorial em um jornal: o que se pretende é personalizar a opinião, aproximar-se do leitor [...] outro modo de personalizar o editorial é não chamá-lo de editorial, mas de *carta ao leitor* ou *carta do editor* (BOFF, 2013, p.192).

Os editoriais analisados nesta pesquisa estão em conformidade com o que é discutido por Boff (2013), uma vez que os editoriais de *Carta Capital* são assinados pelo editor-chefe Mino Carta e os de *Veja* são chamados de “carta ao leitor”.

Discutidas as questões referentes às bases teóricas para a realização desta pesquisa, passamos para a apresentação dos pressupostos metodológicos que norteiam este trabalho.

3 PARÂMETROS METODOLÓGICOS

Este capítulo de nossa dissertação dedica-se à apresentação da metodologia empregada na pesquisa, a qual apresenta um caráter dedutivo. Partiu-se de um questionamento sobre a possibilidade de atrelar as marcas do enunciador aos MDs, pronomes e verbos em um estudo na área da LE, para, em um segundo momento, buscar uma materialidade, um gênero textual, no caso, o editorial, como amostra para a verificação da relação entre tais categorias gramaticais e a construção de uma imagem discursiva, o *ethos*.

Como vimos anteriormente, na LE, teoria que fundamenta nossa perspectiva analítica, cada enunciação é única. Ao analisar o produto da enunciação, o enunciado, estamos trabalhando com um produto de um ato individual de funcionamento da língua. Para analisar o produto desse ato, é necessária uma metodologia que possui como enfoque a singularidade dos fenômenos, e, por isso, optamos por uma metodologia qualitativa.

Segundo Gibbs (2009), “os pesquisadores qualitativos estão interessados em ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural, e de uma forma que dê espaço às suas particularidades e aos materiais nos quais são estudados” (GIBBS, 2009, p. 8). Nesse viés, a pesquisa se centra na singularidade das realidades sociais e dos fenômenos para interpretá-los e descrever detalhadamente situações, eventos, pessoas, etc.

Nosso dispositivo analítico compreende três categorias: categoria de análise, categoria de descrição e categoria de interpretação. Referente à primeira categoria, encontra-se a análise das categorias gramaticais; em um segundo momento, descreve-se o locutor que se apresenta mediante os enunciados dos editoriais das revistas *Veja* e de *Carta Capital*; como última categoria, trataremos da interpretação do *ethos* mediante os efeitos dessa materialidade linguística. Quanto às duas últimas categorias, tanto a descrição quanto a interpretação estão inter-relacionadas.

Apesar de nosso trabalho ter como plano de fundo a análise qualitativa, em um primeiro momento, para empreendê-la, utilizamos uma análise quantitativa. Consideramos necessário catalogar a quantidade de MDs, pronomes e verbos e suas classificações para podermos averiguar se existe uma tendência ao uso de algum deles. Categorizamos tais marcadores discursivos mediante a classificação de Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999), conforme o quadro 5:

Quadro 5 - Classificação dos marcadores para análise quantitativa

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Estruturadores da informação	Comentadores
	Ordenadores
	Digressores
Conectores	Aditivos
	Contra-argumentativos
	de Causalidade
Reformuladores	Explicativos
	Retificativos
	de Distanciamento
	Recapitulativos
Operadores argumentativos	de Reforço Argumentativo
	de Concretude
	Aditivos
Marcadores conversacionais	de Modalidade epistêmica
	de Modalidade Deontica
	Enfocadores de Alteridade
	Metadiscursivos conversacionais

Fonte: Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999).

No que se refere aos pronomes, partimos da classificação gramatical e buscamos os pronomes pessoais de primeira e de terceira pessoa. Já com relação aos verbos, a busca se deu às ocorrências de verbos em primeira e em terceira pessoa.

Para a análise dos dados coletados, utilizaremos a metodologia do paradigma indiciário, o qual, conforme Ginzburg (1989, p. 152), se caracteriza pela “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diariamente”. No caso desta dissertação, os elementos que “aparentemente” são “negligenciáveis” para uma maioria, mas que contribuem para os efeitos de sentido no texto, são os marcadores discursivos, cujo emprego de alguns deles serão os indícios no paradigma indiciário desta pesquisa. Consideramos que tais mecanismos funcionam como marcas de um sujeito, na materialidade linguística, capazes de delinear uma determinada imagem discursiva, o *ethos*. Juntamente com o paradigma indiciário, empregaremos aportes da LE para

constatar os possíveis efeitos de sentido que emergem a partir da análise do uso dos MDs, pronomes e verbos.

3.1 DEFINIÇÃO DO MÉTODO

A partir destes pontos da teoria benvenistiana, para pensarmos no método de análise, Flores propõe o conceito de transversalidade enunciativa, já que a enunciação está em todos os níveis da língua e qualquer fenômeno linguístico pode ser estudado do ponto de vista da enunciação. Para o autor, tal conceito “se caracteriza por permitir ver a língua como um todo atravessado pelas marcas da enunciação” (FLORES, 2010, p. 396, grifo do autor). Partindo dessa noção, compreendemos a língua como esse todo atravessado pelas marcas da enunciação e não como uma organização em níveis ou camadas sobrepostas. Logo,

os níveis lexical, pragmático e sintático estarão em inter-relação simultaneamente na enunciação. A transversalidade enunciativa releva de uma inter-relação entre os níveis canonicamente considerados pela linguística clássica sem se reduzir a eles (FLORES, 2010, p. 402).

A seguir, vamos apresentar alguns aspectos sobre o paradigma indiciário, pois esse norteia a nossa prática analítica. O historiador Ginzburg (1989), em seu livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, discorre sobre esse método no capítulo *Raízes do paradigma indiciário*. De acordo com esse autor, nessa metodologia, enfatiza-se a relevância dos elementos que são, muitas vezes, negligenciados, mas que servem de suporte para reconstruir uma realidade complexa.

Esse historiador exemplifica o método e seu uso, em diferentes áreas de conhecimento, por meio de alguns exemplos reais e ficcionais como o caso da personagem Sherlock Holmes (personagem), Giovanni Morrielli (historiador da arte) e Freud (psicanalista). No caso da personagem ficcional, a busca é de detalhes como pegadas, tocos de cigarro, para descobrir a autoria de dado crime. Por outro lado, o pintor usou os detalhes das mãos e orelhas, nas pinturas, para averiguar a autoria de determinadas pinturas e assim comprovar possíveis fraudes. Com relação ao psicanalista alemão, ele elaborava um diagnóstico a partir dos sintomas que seus pacientes apresentavam. Apesar de diferentes práticas e contextos, há uma

semelhança: o olhar do analista para os detalhes que se atrelam a individualidade e que revelam uma realidade mais profunda.

Os caçadores sempre fizeram isso e Ginzburg, muito atento a esse detalhe, ressalta que, apesar de ser uma prática antiga o emprego desta metodologia, o paradigma indiciário, firmou-se nas ciências humanas (por exemplo, na Psicanálise) somente o final do século XIX, em torno de 1870 a 1880 por meio da Semiótica. A explicação para isto se deve ao fato de haver uma tendência, nas ciências em geral, pela busca de quantificação e na repetibilidade dos fenômenos, baseadas na física galileana. “A ciência galileana tinha uma natureza totalmente diversa, que poderia adotar o lema escolástico *individuum est ineffabile*, do que é individual não se pode falar” (GINZBURG, 1989, p. 158), o que era um verdadeiro problema para as Ciências Humanas, que são intrinsecamente qualitativas, porque tratam de aspectos singulares, como casos, situações, documentos individuais, por exemplo.

Podemos aplicar o paradigma indiciário à LE, pois, como vimos anteriormente, esta área de estudos trata do irrepetível, isto é, da enunciação, cada vez que um locutor enuncia algo, deixa marcas no enunciado. Fazendo um paralelo, com a proposta do paradigma indiciário, os elementos negligenciados por alguns seriam os efeitos de sentido de determinadas palavras no enunciado. Mediante a observação desses signos, o linguista pode estabelecer um perfil do locutor, daquele sujeito responsável pela enunciação, assim como um detetive pode reconstruir a cena de um delito, analisando rastros, tocos de cigarro, gotículas de sangue.

Nesta dissertação, os índices que iremos investigar são os MDs, pronomes e verbos, que podem passar despercebidos a um leitor, no entanto, tais componentes interferem na forma como este constrói o perfil do locutor do gênero editorial. Ao classificarmos os MDs, pronomes e verbos conforme a função mais recorrente, podemos reconstruir um *ethos* daquele que é o sujeito responsável pela enunciação nesse gênero textual.

3.2 COMPOSIÇÃO DO CORPUS

O *corpus* de análise é composto por 82 textos do gênero editorial, veiculados nas revistas *Veja* (41) e *Carta Capital* (41)²⁰, durante o período de janeiro de 2015 à

²⁰ Houve a coleta dos textos e os escolhidos tratam de questões políticas do Brasil. Havia outros editoriais, mas que não apresentavam esse tema. Também, consideramos importante manter uma equivalência entre a quantidade de textos das duas revistas.

maio de 2016, início do mandato da então presidente Dilma Rousseff até a votação favorável ao *impeachment* na sessão da Câmara dos Deputados. Os textos estão em anexo, seguindo a ordem de publicação, com o seguinte código: #EV para editoriais da revista *Veja* e #ECC para editoriais da revista *Carta Capital*. Após esse código, segue o número que indica a ordem em que foi publicado. Os editoriais que selecionamos tratam da crise política brasileira, referindo-se, principalmente ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, investigações acerca do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e demais assuntos referentes à crise.

Com relação aos editoriais da revista *Veja*, verificamos que estão na seção “Carta ao leitor”, não possuem assinatura e tratam os temas acima citados, muitas vezes, de maneira desfavorável ao governo do Partido dos Trabalhadores (partido do ex-presidente Lula e da então presidente Dilma Rousseff). Já os editoriais da revista *Carta Capital* estão na seção “Editorial”, são assinados pelo editor-chefe da revista, Mino Carta, e tratam os temas de maneira favorável ao governo.

Assim, o nosso *corpus* foi coletado nos sites das revistas <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html> e <http://www.cartacapital.com.br/> e colocados em formato *Word*.

Depois, formatamos os textos da seguinte forma: com relação aos editoriais de *Carta Capital*, está em fonte Arial, tamanho 12, recuo do parágrafo em 1 cm, espaçamento entre linhas simples, alinhamento justificado e configuração da página acompanhando a do texto da dissertação (margem superior e esquerda em 3 cm, e margem inferior e direita em 2 cm). Já os editoriais de *Veja*, por não haver possibilidade de transpor para o word, ficaram em *pdf*, mantendo o original.

3.3 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Após a coleta do *corpus*, iniciamos a análise quantitativa, marcando cada ocorrência dos MDs, pronomes e verbos. Posterior a isso, são elaboradas tabelas nas quais se podem ser visualizadas as ocorrências dessas categorias gramaticais e, assim, possibilitando uma comparação entre os textos.

Na etapa qualitativa, buscamos os efeitos de sentido produzidos pelos usos dos MDs, pronomes e verbos nos textos das duas revistas. Depois, realizamos a comparação entre os efeitos produzidos em cada revista, para uma constituição do

ethos discursivo dos dois veículos de comunicação com a identificação da tendência argumentativa de cada revista.

Cabe salientar que entendemos por efeitos de sentido, conforme Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999, p.4078), os “valores semânticos que adquirem as unidades linguísticas em seu discurso”²¹.

No capítulo a seguir, apresentaremos os resultados das análises quali-quantitativas, analisando as ocorrências que são importantes para a produção de efeitos de sentido e a constituição do *ethos* discursivo. Na análise qualitativa, apresentamos os fragmentos dos textos como sequências enunciativas (SE), que são enunciados que se relacionam, formando, assim, uma unidade semântica.

Já com relação ao enunciado, compreendemos como a estrutura que possui uma unidade de significação e está delimitado pelo ponto (.), pelo ponto e vírgula (,) ou ainda pelos dois pontos (:). Também, os enunciados são destacados, neste trabalho, por números em ordem crescente, entre colchetes, de acordo com a necessidade do que é apresentado na análise.

No capítulo que segue, apresentaremos os resultados da análise quantitativa e explicitaremos a qualitativa, verificando em que medida os MDs, pronomes e verbos são relevantes no que se refere à produção dos efeitos de sentido e ao *ethos*.

²¹ Valores semânticos que adquieren las unidades linguísticas em su uso discursivo.

4 EFEITOS DE SENTIDO GERADOS PELOS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS NOS EDITORIAIS DE *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

Este capítulo é destinado à apresentação das análises realizadas sobre o *corpus* da pesquisa. Como assinalamos anteriormente, nossa metodologia é analítico-descritivo-interpretativa, sendo feita em duas etapas: a primeira de teor quantitativo e a segunda de valor qualitativo. Sabendo que o escopo desta dissertação é compreender os efeitos de sentido que surgem a partir dos MDs, pronomes e verbos, realizamos, obviamente, na primeira etapa, a quantificação dessas categorias conforme detalhamento e resultados que apresentaremos a seguir.

4.1 O EMPREGO DOS MARCADORES DISCURSIVOS, PRONOMES E VERBOS NO *CORPUS* DA PESQUISA

O aspecto quantitativo tornou-se importante, pois, a partir dele, conseguimos dar início ao processo analítico de ordem qualitativa e, também, porque orientou algumas escolhas diante das infinitas possibilidades que surgiram ao procedermos a análise do *corpus* de trabalho.

Desse modo, o primeiro dado relevante que essa análise nos traz é o fato de, nos editoriais de *Carta Capital*, termos encontrado o maior número de emprego de MDs: são 199 casos em 41 textos. Já nos editoriais de *Veja*, identificamos que a quantidade de MDs empregados corresponde a, pelo menos, duas vezes menos do que os que aparecem em *Carta Capital*. No total, existem 67 casos em 41 textos.

Em segundo lugar, a etapa quantitativa desta pesquisa mostrou que, nos textos de ambas as revistas, os marcadores empregados em maior escala são da classe dos *conectores* (113 elementos, nos editoriais de *Carta Capital*, e 44 nos editoriais de *Veja*), sendo mais recorrentes, também nos dois conjuntos de textos, os *contra-argumentativos*, seguidos dos *aditivos* e, por fim, dos *de causalidade*.

Com esses dados, observamos que há uma diferença significativa de uso de marcadores discursivos entre os dois conjuntos de editoriais. Portanto, justifica-se nosso trabalho na medida em que buscamos compreender os efeitos de sentido dos marcadores discursivos, utilizando o paradigma indiciário.

Por fim, a estatística indica um terceiro dado significativo: nos editoriais de *Carta Capital*, depois dos *conectores*, predomina a classe dos *operadores argumentativos* (35 casos). Já nos editoriais de *Veja*, depois dos *conectores*, predomina a classe dos *estruturadores da informação*. Salienta-se, ainda, outro dado importante: as classes dos *reformuladores*, *operadores argumentativos* e *marcadores conversacionais* apresentam uma enorme disparidade na quantificação em relação aos textos das duas revistas. Em *Carta Capital*, há 19 *reformuladores*, enquanto em *Veja*, apenas 01. Com relação aos *operadores argumentativos*, há 35 em *Carta Capital* e somente 02 em *Veja* e, por último, no que se refere aos *marcadores conversacionais*, há 16 em *Carta Capital* e apenas 02 em *Veja*. Os resultados obtidos na primeira etapa (de teor quantitativo) foram organizados na tabela 1.

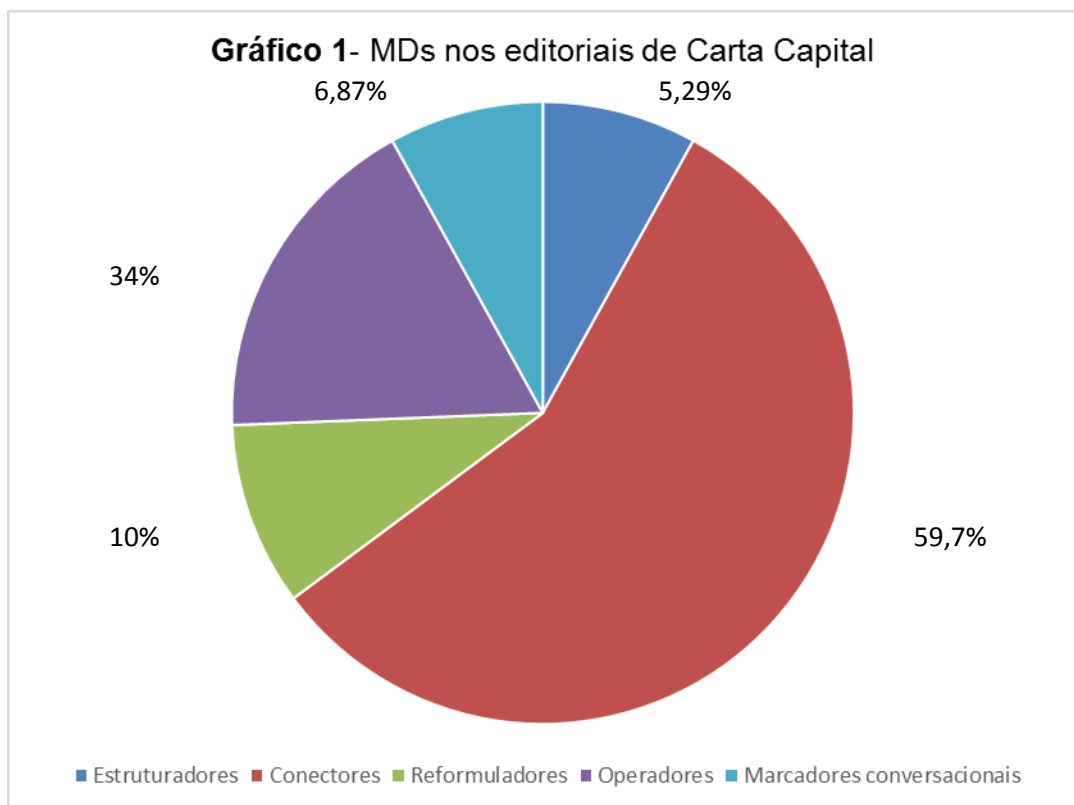
Tabela 1 - Ocorrência dos marcadores discursivos no *corpus* da pesquisa

Categoria	Subcategoria	Número de ocorrências	
		Editoriais de <i>Carta Capital</i>	Editoriais de <i>Veja</i>
Estruturadores da informação	Comentadores	1	1
	Ordenadores	14	17
	Digressores	1	0
Conectores	Aditivos	43	5
	Contraargumentativos	64	29
	De Causalidade	6	10
Reformuladores	Explicativos	3	0
	Retificativos	5	0
	De Distanciamento	11	0
	Recapitulativos	0	1
Operadores argumentativos	De reforço Argumentativo	6	1
	De concretude	12	0
	Aditivos	17	1
Marcadores conversacionais	De Modalidade Epistêmica	13	1
	De Modalidade Deontica	0	0
	Enfocadores de Alteridade	3	1
	Metadiscursivos Conversacionais	0	0

Fonte: autor.

Convém ressaltar que nossa pesquisa objetiva, também, investigar o porquê dessas diferenças que se identificaram na primeira etapa do trabalho, pois podem refletir sobre os efeitos de sentido produzidos por elas quando a tomamos de modo mais amplo, isto é, no conjunto dos discursos, embora nosso foco de estudo não seja o uso pragmático, mas o efeito enunciativo dessas estruturas. Desse modo, as razões apresentadas pelo sujeito empírico para o emprego ou não dos marcadores discursivos fogem aos objetivos de nossa perspectiva teórica. O que cabe a nós tentar responder, com base na Linguística da Enunciação, é como forma e sentido se unem no aparecimento do enunciado, deixando emergir deste, um efeito de sentido e uma imagem discursiva, o *ethos*.

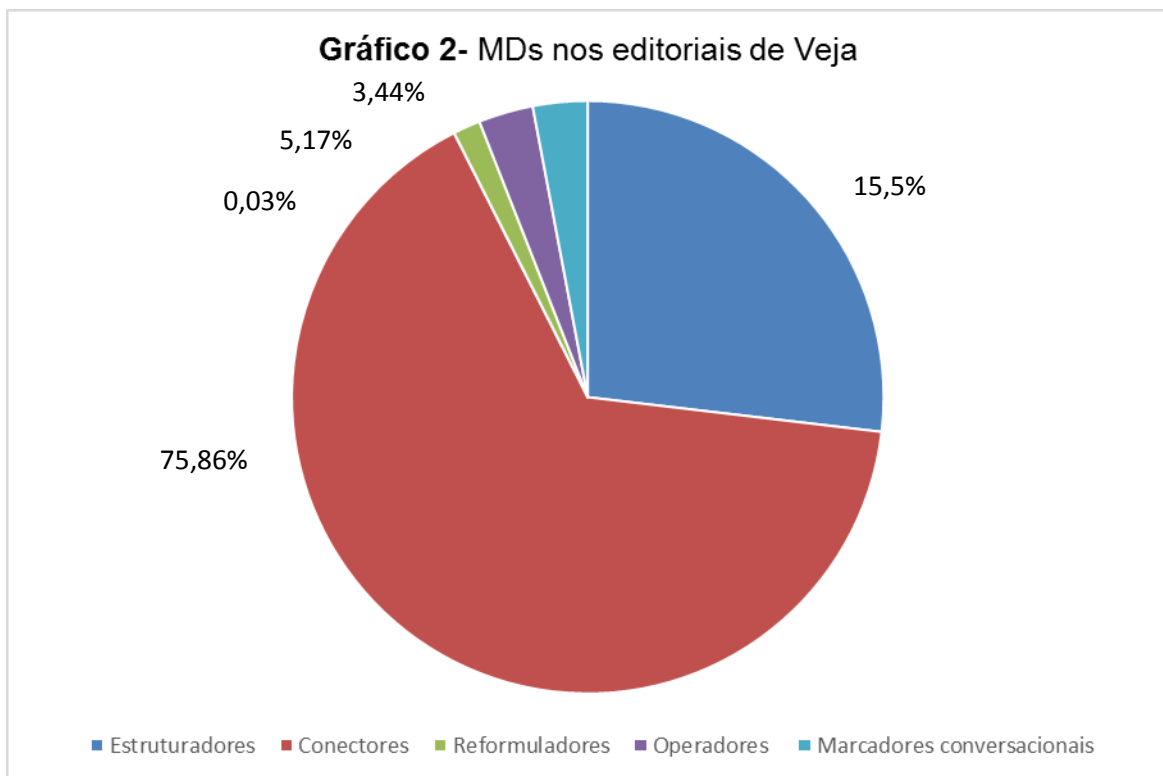
Para melhor visualizarmos as diferenças nas ocorrências dos dois conjuntos, organizamos os seguintes gráficos. Primeiramente, apresentamos o que indica a quantificação dos marcadores discursivos nos editoriais de *Carta Capital*. Nele, observamos a grande diferença do uso dos conectores em relação aos demais.



Fonte: autor.

Por meio desse gráfico, podemos perceber que, nos editoriais de *Carta Capital*, predominam os MDs do tipo *conectores* (59,7%), seguidos dos *operadores argumentativos* (34%).

Em segundo lugar, apresentamos o gráfico que demonstra a quantificação dos MDs nos editoriais de *Veja*. A partir dele, observamos que, também predominam os conectores, porém, não com tanta diferença com os demais, em comparação com os textos de *Carta Capital*.



Fonte: autor.

Percebemos que, nos editoriais de *Veja*, predominam os MDs do tipo *conectores* (75,86%) e *estruturadores* (15,5%). Podemos notar, assim, que a classe dos conectores predomina nos editoriais das duas revistas, embora em *Veja*, por exemplo, o número seja bem menor do que em *Carta Capital*.

Na sequência, apresentaremos os tipos de marcadores e suas ocorrências no *corpus*.

4.1.1 Tipos de marcadores discursivos no *corpus* da pesquisa

Nesta seção, mostraremos quais foram os marcadores empregados nos editoriais que compõem o *corpus* da pesquisa. Os dados foram organizados em tabelas, distribuídos por revistas, de acordo com a quantidade de casos que cada elemento apresentou. Ressaltamos, porém, que, como o objeto deste estudo não é os marcadores discursivos, mas sua influência na identificação da tendência argumentativa e constituição do *ethos*, a razão deste espaço é apenas apresentar, nas tabelas a seguir, o trabalho que realizamos para chegar até os dados que nortearão as nossas análises enunciativas.

Tabela 2 - Ocorrência dos *Estruturadores da Informação*

CARTA CAPITAL			VEJA	
Subcategoria	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
Comentadores	<i>Pois</i>	1	<i>Pois</i>	1
	<i>Em um primeiro momento</i>	1	<i>Primeiro</i>	3
	<i>No primeiro</i>	1	<i>Em seguida</i>	1
	<i>No outro polo</i>	1	<i>No primeiro</i>	1
	<i>Em primeiro lugar</i>	3	<i>No segundo</i>	1
			<i>A primeira</i>	1
			<i>A segunda</i>	1
<i>A terceira</i>			1	
Ordenadores	<i>De resto</i>	1	<i>Uma segunda</i>	1
			<i>Depois</i>	1
	<i>No princípio</i>	1	<i>O primeiro</i>	1
			<i>O segundo</i>	1
	<i>Segundo</i>	2		
	<i>Na primeira</i>	1	<i>Terceiro</i>	1
	<i>Na outra</i>	1		
<i>Primeiro</i>	1			
<i>Segundo</i>	1			
<i>A segunda</i>	1			
Digressores	<i>A propósito</i>	1	-	-

Fonte: autor.

Por meio da tabela 2, notamos que os editoriais das duas revistas apresentam os *estruturadores* de forma quase equivalente, no que se refere à quantificação.

Tabela 3 - Ocorrência dos *Conectores*

	CARTA CAPITAL		VEJA	
Subcategoria	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
Aditivos	<i>E</i>	43	<i>E</i>	4
			<i>sobretudo</i>	1
Contra-argumentativos	<i>No entanto</i>	5	<i>Porém</i>	4
			<i>Ao contrário</i>	1
	<i>Por outro lado</i>	1	<i>Mas</i>	11
			<i>Embora</i>	3
	<i>Nem por isso</i>	8	<i>Mesmo assim</i>	2
			<i>Apesar de</i>	2
	<i>Porém</i>	13	<i>Apesar disso</i>	1
	<i>Contudo</i>	9		
	<i>Mesmo assim</i>	4	<i>No entanto</i>	2
	<i>Ao contrário</i>	1		
	<i>Pelo contrário</i>	2	<i>De outro</i>	1
	De Causalidade	<i>Então</i>	2	<i>Portanto</i>
<i>Porque</i>		1		
<i>Daí</i>		1	<i>Por isso</i>	3
<i>Por isso</i>		1	<i>Por essa razão</i>	2
<i>Pois</i>		1		

Fonte: autor.

No que se refere aos *conectores*, MDs predominantes no *corpus* da pesquisa, percebemos, claramente, que, enquanto em *Carta Capital* predominam os *conectores contra-argumentativos*, mas com os *aditivos* bem próximos, em *Veja*, há

uma diferença significativa entre os *contra-argumentativos*, que predominam e os *aditivos*.

Tabela 4 - Ocorrência dos *Reformuladores*

Subcategoria	EDITORIAIS DE CARTA CAPITAL		EDITORIAIS DE VEJA	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
Explicativos	<i>Ou seja</i>	3	-	-
Retificativos	<i>aliás</i>	5	-	-
De Distanciamento	<i>De todo modo</i>	10	-	-
	<i>Em todo caso</i>	1		
Recapitulativos	-	-	<i>No fim das contas</i>	1

Fonte: autor.

Pela tabela 4, observamos que o discurso dos editoriais de Carta Capital apresenta mais reformulações, suponhamos, pelo caráter mais didático que será discutido na sequência.

Tabela 5 - Ocorrência dos *Operadores Argumentativos*

Subcategoria	EDITORIAIS DE CARTA CAPITAL		EDITORIAIS DE VEJA	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
De Reforço argumentativo	<i>De fato</i>	6	<i>De fato</i>	1
De Concretude	<i>Exemplo</i>	2	-	-
	<i>Exemplos</i>	1		
	<i>Por exemplo</i>	9		
Aditivos	<i>Ou</i>	11	<i>ou</i>	1
	<i>Nem</i>	3		
	<i>tampouco</i>	3		

Fonte: autor.

Ao analisarmos a tabela 5, percebemos que em *Carta Capital*, há muitos MDs do tipo *operadores argumentativos*.

Tabela 6 - Ocorrência dos *Marcadores conversacionais*

Subcategoria	EDITORIAIS DE CARTA CAPITAL		EDITORIAIS DE VEJA	
	Tipo de marcador	Número de ocorrências	Tipo de marcador	Número de ocorrências
De Modalidade epistêmica	<i>certa</i>	1	Obviamente	1
	<i>certo</i>	2		
	<i>claro</i>	1		
	<i>obviamente</i>	4		
	<i>indiscutível</i>	1		
	<i>inegavelmente</i>	1		
	<i>evidente</i>	2		
	<i>certamente</i>	1		
De Modalidade Deontica	-	-	-	-
Enfocadores de alteridade	<i>Sim</i>	3	<i>sim</i>	1
Metadiscursivos conversacionais	-	-	-	-

Fonte: autor.

Com base na tabela 6, percebemos que, nos editoriais de *Carta Capital*, há muitos marcadores conversacionais, o que suponhamos que seja também pelo caráter mais didático que discutiremos a seguir.

No que se refere aos pronomes pessoais, apresentamos a tabela 7, a qual demonstra o uso desses pronomes nos editoriais de *Carta Capital*:

Tabela 7 - Pronomes Pessoais nos editoriais de *Carta Capital*

Pronomes pessoais	Quantificação
Caso Reto - 1ª pessoa	80
Caso Oblíquo - 1ª pessoa	103
Caso Reto - 3ª pessoa	232
Caso Oblíquo - 3ª pessoa	445

Fonte: autor.

Uma diferença bastante importante que podemos perceber é que em *Veja*, não há uso de pronomes pessoais em primeira pessoa, como é possível observar na tabela 8.

Tabela 8 - Pronomes Pessoais nos editoriais de *Veja*

Pronomes pessoais	Quantificação
Caso Reto - 1ª pessoa	-
Caso Oblíquo - 1ª pessoa	-
Caso Reto - 3ª pessoa	225
Caso Oblíquo - 3ª pessoa	200

Fonte: autor.

Com relação aos verbos, temos, inicialmente, a tabela 9, a qual apresenta a quantificação de verbos em primeira, em segunda e em terceira pessoa nos editoriais de *Carta Capital*.

Tabela 9 - Verbos nos editoriais de *Carta Capital*

Verbos em	Quantificação
1ª pessoa (singular e plural)	98
3ª pessoa (singular e plural)	307

Fonte: autor.

Também com relação aos verbos, observamos que nos editoriais de *Veja*, não temos a ocorrência dessa classe gramatical conjugada na primeira pessoa, como é possível ser comprovado pela tabela 10.

Tabela 10 - Verbos nos editoriais de *Veja*

Verbos em	Quantificação
1ª pessoa (singular e plural)	-
3ª pessoa (singular e plural)	234

Fonte: autor.

Apresentados os dados quantitativos, discutiremos, na sequência, os efeitos de sentido que emergem dos enunciados ao analisarmos essas categorias gramaticais que quantificamos nesta seção.

4.2 EFEITOS DE SENTIDO E CONFIGURAÇÃO DO *ETHOS*

Nesta subseção dos resultados, após a apresentação da parte quantitativa do nosso trabalho, discutimos os efeitos de sentido deixados pelo locutor, sobretudo por meio dos marcadores discursivos. Na sequência, abordamos a configuração do *ethos* a partir desses sentidos.

Um primeiro dado importante que a análise quantitativa apresenta é com relação aos *conectores aditivos*. Nos editoriais de *Carta Capital*, há, pelo menos, oito vezes mais *conectores aditivos* do que nos editoriais de *Veja*. Essa relação é bastante recorrente em gêneros de modalidade oral ou escrita, cuja tipologia textual predominante é a argumentativa, já que, na relação de conjunção/soma, “mais um argumento é acrescentado a favor de uma determinada conclusão” (ANTUNES, 2005, p. 154). Na medida em que objetiva-se, em tais gêneros, defender uma tese, é esperado que argumentos sejam acrescentados a outros já apresentados, sinalizando para o leitor a direção argumentativa, ou seja, a direção dos argumentos para uma mesma conclusão.

A seguir, analisamos algumas sequências enunciativas para compreendermos esses usos e que efeitos eles trazem. O primeiro exemplo que trazemos é o (8).

- (8) Perguntam meus botões: “Será que Dilma sabe ter ganho a eleição?” Evito respostas, embora perceba que o ajuste excogitado pelo ministro da Fazenda prejudica os eleitores da presidenta, antes de quaisquer outros. De todo modo, ao pensar no governo sorridente, me ocorre a imagem de um pescueiro a navegar ao largo da costa nortista da Escócia, na neblina da madrugada invernal. E sem dispor do apito, irremediavelmente avariado. [#ECC03]

A partir dessa sequência enunciativa, podemos perceber que o sujeito se marca como imaginativo. Essa configuração do *ethos* pode ser comprovada pelos mecanismos linguísticos utilizados, como, por exemplo, o uso da linguagem metafórica ao se fazer referência aos botões e ao pescueiro na Escócia. No que se refere aos botões, podemos notar que é dado vida a esses objetos. É possível, assim, inferir que se trata dos interlocutores que dialogam com esse sujeito, mas ele não quer explicitar de quem se trata. Essas ideias levam-nos a compreender que o sujeito emerge como imaginativo, pois se configura relacionando os fatos políticos a

questões imagéticas. Além disso, observamos como tipo de argumento, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1985] 2005), “argumentos que fundam a estrutura do real”, pela recorrência de metáforas. Isso pode ser comprovado pela imagem que é utilizada do pescador navegando na Escócia, levando o interlocutor a associar o governo com uma situação bastante difícil.

Sobre essa sequência enunciativa, também podemos tratar do pronome possessivo *meus*, pertencente à primeira pessoa do singular, que, utilizado mesmo que de forma metafórica, revela o posicionamento do autor do editorial. Na continuidade do exemplo, com a pergunta retórica a qual é respondida pelo próprio locutor com o verbo na primeira pessoa do singular *evito*. Ao utilizar esse verbo, o sujeito se marca, inicialmente, como fugaz, ou seja, prefere não apresentar a sua real opinião. Porém, em seguida, acaba se configurando como pertencente ao discurso contra o *antipetismo* sim, mas desfavorável à presidente Dilma e isso fica claro com o verbo da primeira pessoa do singular *perceber* e pelo verbo da terceira pessoa do singular *prejudicar*. No que tange ao MD *desse modo*, consideramos que, mais do que reformular o conteúdo anterior, ele inicia a crítica mais acentuada ao governo, possuindo, além disso, um valor concessivo, ou seja, mesmo havendo problema com o ministro da Fazenda, o governo aparece *sorridente*.

Já o *conector aditivo e* inicia uma crítica ao governo da presidente, pois é comparado, metaforicamente, ao pescador em uma situação difícil de neblina no inverno e ainda sem o apito, o qual nos remete à ideia de que o governo não apresenta controle da situação, porque está solitário diante do pedido de ajuda não realizado. Percebemos, também, que esse marcador apresenta a segunda parte da metáfora, com um enunciado curto, mas que possui a essência da crítica ao Partido dos Trabalhadores: a autocrítica petista. Com relação aos dois MDs presentes na sequência enunciativa 08, notamos que eles não só introduzem conteúdos essenciais, mas argumentos fundamentais para o discurso.

Antes de seguirmos para a análise da próxima sequência enunciativa, apresentamos um dado relevante, no que se refere aos editoriais de *Carta Capital*, que se torna importante discutir. Nesses textos, há 38 ocorrências da palavra “botões”, como apareceu na sequência 08. Em todas, tais objetos são personificados de uma das duas formas: com ideia de prostração ou agentes que interferem nos pensamentos do locutor.

O quadro 6 apresenta essas personificações:

Quadro 6 – Personificações dos “botões” em *Carta Capital*

Passividade	Ação
<p>Vale perguntar aos nossos botões, desde que saibamos ouvi-los, por que não vamos à praça ou à avenida, diante de outros crimes contra a humanidade, perpetrados ou não por grupos islamitas? [#ECC10]</p>	<p>Perguntam meus botões: “Será que Dilma sabe ter ganho a eleição?” Evito respostas, embora perceba que o ajuste excogitado pelo ministro da Fazenda prejudica os eleitores da presidenta, antes de quaisquer outros. [#ECC03]</p>
<p>A tragédia mediterrânea resulta, em primeiro lugar, dos erros seculares, da violência e da arrogância dos poderosos do Ocidente, a decidirem unilateralmente, a partir daqueles que veem como seus exclusivos interesses, os destinos da África e do Oriente Médio. <u>E de todos aqueles que não sabem, ou não querem, ouvir seus botões.</u> [#ECC10]</p>	<p>Que pretende a mídia nativa? <u>Meus acabrunhados botões respondem:</u> o caos. Será possível? Pois é, retrucam, por esta atoadada haveria de se esperar por algo mais que o caos? Será o resultado inescapável da insensatez geral, e, na moldura, destaque, por exemplo, para os vislumbres de eminentes cavalheiros da Fiesp inclinados a encarar com alívio a eventual substituição das empreiteiras nacionais atingidas pela Lava Jato por empresas chinesas. [#ECC08]</p>
<p>Pergunto aos meus macambúzios botões: será? Evidente, respondem em tom estranhamente soturno, claro, claríssimo. Encaro-os, a me fingir de desentendido. Ora, ora, que sentimento o toma, perguntam do seu lado, quando constata que as figuras mais representativas deste país são hoje Eduardo Cunha, Gilmar Mendes e Joaquim Levy? São os três poderes da democracia brasileira, três conforme manda Montesquieu. Insistem: como deixar de ser otimista? Espíritos condoídos às vezes deságuam em sarcasmo. [#ECC11]</p>	<p>Os meus botões puxam-me pelo paletó. Vem cá, e então qual seria a culpa da presidenta, ou ela simplesmente não tem culpa alguma? Confabulamos, na zona miasmática situada entre o fígado e a alma. [#ECC06]</p>
<p>Nestes dias realiza-se em Salvador o Congresso do PT, o partido que, chegado ao poder, distanciou-se dos propósitos iniciais e se portou igual aos demais em todos os tempos da história republicana. <u>E ali, Lula aparece como o líder habilitado a redesenhar-lhe as feições. Cabe perguntar aos nossos botões,</u> em todo caso, se a chamada democracia partidária ainda se coaduna com as circunstâncias, nem digo da política nacional, mundial é a palavra adequada. [#ECC14]</p>	<p><u>Mas</u> há quem ela ouça? <u>Os botões insistem,</u> pergunta irrespondível por falta de informação. [#ECC06]</p>
<p>Diante da gravidade da situação, das manobras do pássaro incapaz de voar, dos atentados contra a deusa vendada e da insensatez geral, <u>desta vez vou além dos meus aturdidos botões</u> para consultar um ser estratosférico, nascido do conúbio entre Maquiavel e Palas Ateneia. [#ECC16]</p>	<p>A propósito, e esse tal de Joaquim Levy? E lá vou eu: talhado para fazer o exato contrário daquilo que seria preciso para tirar o Brasil do atoleiro. Nem deve saber de Keynes, <u>comentam os botões.</u> [#ECC06]</p>
<p><u>Não preciso perguntar aos meus botões</u> por que a Operação Lava Jato prossegue impávida, a nos brindar com acusações a serem provadas, e até condenações, enquanto em torno da célebre lista dos grandes sonegadores brasileiros que filtrou através do sigilo do HSBC suíço fecha-se a omertà, como se diria na Sicília, igual ao mar sobre um barco furado. Inclusive por parte do</p>	<p><u>Aos botões peço que imaginem</u> o preço da transação. Aventam a hipótese: e que tal se fosse à base do preço atual do barril, na previsão de uma elevação substancial, se não a curto, a médio prazo? Se for assim, devolveremos a alma. Não haja espantos. [#ECC08]</p>

<p>jornalista nativo que milita em um Consórcio de dimensões globais, em poder de uma parte do elenco vip (leia a reportagem que começa na página 34). [#ECC17]</p>	
<p>Por que, <u>pergunto intrigado aos meus pensativos botões</u>. Respondem que o mundo também mudou, o maniqueísmo dos anos 60 assumiu formas e cenários adequados a alterações fatais. [#ECC19]</p>	<p>Dispensados de saída, <u>os botões murmuram sinistramente</u> a probabilidade de que os nomes ilustres elencados no disco do Opportunity figurem em parte, ou mesmo in totum, na lista do HSBC. [#ECC17]</p>
<p>Nem o Washington Post manifestou tamanha empolgação ao colher as provas do envolvimento de Nixon no Watergate. <u>Pergunto aos meus estupefactos botões</u> em que país dito democrático e civilizado confusas delações premiadas de um lobista, obviamente a carecerem de prova, seriam apresentadas pelos principais jornais com o destaque que lhes foi conferido pelos jornalões paulistas? Respondem em unísono: Brazil, zil, zil. Algo me preocupa, nesta e outras situações similares, a saber a imediata credulidade de quem lê, pronto a repetir quanto leu qual fosse a sacrossanta verdade. [#ECC25]</p>	<p>Somos também o país onde os torturadores não são punidos, os ditadores tornam-se nome de ponte e rodovia, e uma comissão dita da verdade, com V pateticamente grande, cuida de preservar uma Lei da Anistia imposta pela ditadura. <u>Meus botões confessam a dúvida</u>: talvez sejamos o que merecemos. [#EECC17]</p>
<p>Na moldura, se estabelece uma preciosa informação prestada por Fernando Henrique Cardoso em seu livro de memórias. Mereceria, esta sim, muito mais destaque do que lhe foi oferecido pelos jornalões de quarta 21: em 1996, quando presidente, o príncipe dos sociólogos teve sua atenção chamada para a corrupção reinante na Petrobras e deixou de intervir. <u>Invoco a ajuda dos meus perplexos botões</u>: “Mas a Petrobras não era governo também na época de FHC? Ou muito me engano?” [#ECC25]</p>	<p><u>Meus inquietos botões permitem-se a dúvida</u>: não teriam mentido inúmeros nativos que se apresentavam como esquerdistas convictos? Responde, indiretamente, a peremptória afirmação de quem entende superada a questão e obsoleta <u>a indagação dos botões</u>, ambas a cheirar a bolor, como a exalar de um velho baú abandonado no sótão. Batem na mesma tecla desde a queda do Muro de Berlim. [#ECC18]</p>
<p>Na primeira plateia, falava-se em democratização da mídia. Na outra, em liberdade de imprensa ameaçada. Pontos de vista opostos, ambos equivocados, <u>conforme meus botões</u>, embora o segundo seja ou hipócrita ou francamente néscio. Aqui a plateia acredita que liberdade se completa por si só, sem o corolário da igualdade, de sorte a se tornar, graças a tal ausência, na liberdade dos senhores de contar a história a seu talento. [#ECC25]</p>	<p>Em qual país do mundo civilizado e democrático, a mídia, praticamente em bloco, se uniria para envolver um importante líder político em um escândalo das proporções da Lava Jato? <u>Sem serem convocados, os meus botões assumem a cadência do coro grego e declamam</u>: não há país democrático e civilizado em que um fenômeno deste porte pudesse verificar-se. [#ECC21]</p>
<p><u>Murmuram meus cétricos botões</u>: mais um que confia na impunidade, a par da incompetência dos adversários. Quem sabe também ele não se tenha dedicado à leitura de Maquiavel. Nem por isso Cunha tira a máscara. [#ECC28]</p>	<p>Estranho, comentário: João Roberto Marinho foi a Brasília para garantir que a Globo quer, de alguma forma, acalmar os ânimos, e até o Jornal Nacional baixou a bola. E eis que Época, semanal global se sai com essa capa, e além disso, para o horror dos seus leitores, revela que Dilma é amiga de Cuba. Ora, ora, <u>intervêm os botões</u>, o problema Dilma não é o problema Lula, e este, na perspectiva, é muito mais inquietante. [#ECC21]</p>
<p><u>Agora cabe perguntar aos botões</u> se a presidenta saberá livrar-se de outros ministros escassamente eficazes em postos-chave. O ministro da Fazenda, de ceifadeira em punho, entregue à sanha do corte, pronto a sacrificar a</p>	<p>O desastre ocorre se também um governo eleito dentro da lei entrega-se ao hábito da submissão. <u>Murmuram sinistramente os meus botões</u>: falta é peito, e também coerência. Por parte do governo, que faz genuflexão aos pés do altar do deus</p>

<p>maioria pobre qual fosse relvado inulto. [#ECC28]</p>	<p>mercado, assim como do PT, ameaçado literalmente de extinção. [#ECC22]</p>
<p>Até ontem, o governo jogou contra si mesmo, ao ensaiar a rendição à chantagem: desenhou-se nas últimas semanas a tendência a instruir os integrantes petistas da Comissão a votarem a favor de Cunha, <u>donde a pergunta inevitável do cidadão atento aos seus botões</u>: quer dizer que todos os envolvidos têm telhado de vidro? Ora, ora. Impeachment era, e continua a ser, golpe. [#ECC30]</p>	<p>Recordo épocas tragadas pelo galope do tempo, em que um termo da moda era conscientização. Talvez algo se mova agora neste sentido. <u>Meus botões admitem</u> a crença de que cresceu o contingente de quantos se habilitam a perceber o lado tolo, e até ridículo, de um enfadonho, desvairado ataque midiático, a aguçar o açodamento raivoso da minoria e exibir sua fraqueza. [#ECC26]</p>
<p><u>Pergunto aos meus botões</u> qual seria o propósito de quem entrega o ouro ao bandido. Ao que tudo indica, comover o bandido, respondem prontamente. Insisto: com quais chances de êxito? Concluem: com bandido de 18 quilates, nenhuma. Moral da história: quem entrega o ouro ao bandido, ou é ingênuo ou néscio. [#ECC32]</p>	<p>“Apesar da rejeição – e aqui volto a citar o Estadão – o porcentual dos eleitores que com certeza votariam nele (Lula, leia-se) é maior do que a de todos os seus potenciais adversários.” Ou seja: 23% contra 15% de Aécio, 11% de Marina, 8% de Serra e 7% de Ciro. Cuja presença na liça favoreceria o petista, <u>conforme a análise dos meus botões</u>. Ou, por outra, se as eleições se dessem hoje, a despeito de toda a campanha contrária febrilmente desfechada pela mídia, o ex-metalúrgico, homessa!, retomaria a Presidência. [#ECC26]</p>
<p>Se é golpista a tentativa de impeachment de Dilma Rousseff, é por igual pateticamente golpista a manobra urdida em várias frentes na busca frenética de motivos para incriminar Lula. Por ora, trombeteiam-se motivações inconsistentes. Tal é, porém, a arte da calúnia, haveria de funcionar com a paciência da água mole do ditado. <u>Pergunto aos meus entediados botões</u>: como terminaria o mandato de Getúlio se ele não apanhasse o revólver pousado sobre o criado-mudo? [#ECC36]</p>	<p>Se o fosse, disse a mim diante de testemunhas o então diretor da PF, o impecável delegado Paulo Lacerda, “cairia a República”. DD detém poderes infindos. <u>Os botões sugerem</u> que dispõe de informações cabeludas demais. Seria por causa disso que o próprio Cardozo, illo tempore, secundado pelo deputado Sigmaringa Seixas, organizou um jantar do ministro Márcio com o banqueiro na casa do senador Heráclito Fortes? [#ECC28]</p>
<p><u>Às vezes me toma o impulso de perguntar aos meus céticos botões</u> como se deu que tantos, outrora a pretender professar ideias tidas pela reação como subversivas, tenham se identificado tão profundamente com as ideias dos seus patrões reacionários?</p>	<p><u>Os botões me puxam pelo paletó</u>: que esperar desta Justiça desvendada, embora tão verborrágica, empolada, falsamente solene? [#ECC30]</p>
<p>Mundo afora, ganha substância a percepção de que o paraquedista do impeachment, arguto professor, prepara-se para assumir o comando de um governo inexoravelmente ilegítimo. A despeito de sua sagacidade, <u>permito-me formular uma pergunta aos meus céticos botões</u>: será que percebe sua condição de títere do momento? [#ECC38]</p>	<p><u>E se, perguntaram por sua vez os botões</u>, eles tivessem passado a compartilhar com total sinceridade o pensamento de quem lhes paga o salário? [#ECC37]</p>
<p>Incomoda-me, ao cogitar de outras personagens que já arcaram com papéis de relevo, José Dirceu e Antonio Palocci, uma pergunta inevitável, <u>válida para quaisquer botões de quaisquer cidadãos</u>: existe uma esquerda brasileira? Os meus, ao menos, soletram dúvidas atrozes, embora admitam dignas tentativas corajosamente levadas a cabo no passado para ser aplastradas pelos jagunços da casa-grande. [#ECC40]</p>	
<p>Ao pensar que, digamos, sir Winston Churchill foi de direita, formulo outra pergunta aos meus</p>	

<p>botões: que parentesco haveria entre o grande conservador e a casa-grande? A mesma que existe entre um cavalheiro britânico e um aborígene a viver no estágio da Idade da Pedra Lascada. Notáveis liberais militavam, como tais, à direita, mas não se confunda liberalismo com neoliberalismo, ou melhor, com neoliberalismo, palavra mais adequada para definir a tragédia que o mundo enfrenta, incapaz de aviar o remédio. [#ECC40]</p>	
---	--

Fonte: autor.

A partir desse quadro, inferimos que o locutor de *Carta Capital* possui um estilo peculiar: o de utilizar a linguagem figurada mesmo se tratando de textos de base argumentativa. No que se refere aos “botões”, observamos que, em 97% dos editoriais, há ocorrência de tal palavra. Como constatamos por meio do quadro, esses objetos são personificados como íntimos do locutor.

Apresentado esse estilo alegórico, característica dos editoriais de *Carta Capital*, comentamos analiticamente algumas sequências enunciativas presentes no quadro anterior, também no que se refere aos MDs, pronomes e verbos, como é o objetivo deste trabalho.

- (9) A tragédia mediterrânea resulta, **em primeiro lugar**, dos erros seculares, da violência e da arrogância dos poderosos do Ocidente, a decidirem unilateralmente, a partir daqueles que veem como seus exclusivos interesses, os destinos da África e do Oriente Médio. **E** de todos aqueles que não sabem, ou não querem, ouvir seus botões. [#ECC10]

Percebemos, inicialmente, o MD *ordenador em primeiro lugar*, o qual possui a função de realizar um ordenamento do discurso. A construção modélica do fragmento pressupõe o surgimento do MD *em segundo lugar*, para manter o paralelismo sintático-semântico. Porém, temos o *conectivo e*, ao final da sequência enunciativa e supomos que, após ele, poderia estar o outro ordenador, *em segundo lugar*, que se encontraria na elipse.

Além disso, notamos que o MD *aditivo* inicia um período ao qual se objetiva dar ênfase à alegoria dialógica. Há, portanto, um destaque a uma imagem negativa de quem não consulta ou não segue o que a consciência indica.

Podemos notar que essa ênfase na ideia alegórica dos botões também acontece na sequência 10, os quais são personificados como a consciência e acabam até se questionando sobre os fatos da mídia.

- (10) Que pretende a mídia nativa? Meus acabrunhados botões respondem: o caos. Será possível? **Pois é**, retrucam, por esta atoadada haveria de se esperar por algo mais que o caos? Será o resultado inescapável da insensatez geral, e, na moldura, destaque, por exemplo, para os vislumbres de eminentes cavalheiros da Fiesp inclinados a encarar com alívio a eventual substituição das empreiteiras nacionais atingidas pela Lava Jato por empresas chinesas. [#ECC08]

Cabe salientar a importância, para nossa análise, do MD conversacional *pois* é, o qual nos mostra o quanto o discurso do editorial de *Carta Capital* se aproxima da oralidade e da representação de uma tipologia dialogal. Ao ler a sequência enunciativa, temos a impressão de que o locutor está inserido em um diálogo com o leitor. Dessa forma, compreendemos que há um tom didático, com a simulação de um diálogo, com o objetivo de criar um efeito empático. Além disso, inferimos que existe uma relação entre o locutor e o interlocutor na materialidade textual, em que este está personificado também no papel dos botões, em alguns casos.

Também, por meio dessa sequência enunciativa, destacamos que a crítica à mídia está atribuída à consciência, pois é ela que, personificada pelo termo “botões”, considera que a mídia pretende o caos na política. A partir da análise desses trechos referentes à personificação mencionada, entendemos que essa marca do sujeito revela a natureza dialógica da linguagem, da presença de um interlocutor.

Observamos também que, de forma ressignificativa, os botões assumem diversos papéis, além de ação e passividade. Notamos que eles são constantemente consultados, como nas sequências enunciativas a seguir:

- (11) Vale perguntar aos nossos botões, desde que saibamos ouvi-los, por que não vamos à praça ou à avenida, diante de outros crimes contra a humanidade, perpetrados ou não por grupos islamitas? [#ECC10]

- (12) Mundo afora, ganha substância a percepção de que o paraquedista do impeachment, arguto professor, prepara-se para assumir o comando de um governo inexoravelmente ilegítimo. A despeito de sua sagacidade, permito-me formular uma pergunta aos meus cétricos botões: será que percebe sua condição de títere do momento? [#ECC38]

Na sequência enunciativa 11, percebemos que os botões são utilizados para iniciar uma sequência dialógica com a consulta à autoconsciência, com o objetivo da autoanálise.

Por outro lado, no trecho 12, há o acréscimo do adjetivo *céticos*, caracterizando essa autoconsciência como incrédula, o que é recorrente no quadro 6.

Por meio do quadro 6 e pelas sequências enunciativas analisadas, indicamos que emerge do discurso dos editoriais de *Carta Capital*, como já afirmado, um esboço de um ethos dialógico.

Comentada essa questão predominante no discurso dos editoriais de *Carta Capital*, continuamos a comentar sobre as questões gramaticais e discursivas que nos prestamos a encontrar os efeitos de sentido: MDs, pronomes e verbos.

Discutida essa questão predominante no discurso dos editoriais de *Carta Capital*, continuamos a analisar as categorias gramaticais que nos prestamos a encontrar os efeitos de sentido: os MDs, pronomes e verbos.

Na sequência enunciativa 13, também observamos o uso do *conector aditivo* e, mas trazendo um tom gradativo ao discurso, como podemos constatar:

(13) O combate à corrupção tem todas as justificativas, mas a Operação Lava Jato é apenas o último (espera-se, se ainda houver espaço para esperanças) ato de um longo enredo. Juscelino conferiu às empreiteiras um papel determinante, a ditadura fortaleceu e ampliou. Desde o primeiro ato, a peça desenrola-se ao sabor da corrupção. E de muita incompetência até na hora de roubar. **E** de prepotência e manobras escusas, e da insuportável conciliação das elites. [#ECC04]

Neste exemplo, no qual se aborda sobre a corrupção, inicia-se com um histórico partindo do ex-presidente Juscelino. No que se refere ao tipo de argumento, percebemos, também, o tipo *que funda a estrutura do real*, com o subtipo *exemplo*, pela exemplificação do que aconteceu com o ex-presidente Juscelino. A partir do momento em que se trata da corrupção como algo antigo, o *conector aditivo* e aparece duas vezes, não só somando ideias ao afirmar que além de corrupção, houve incompetência e prepotência, mas também trazendo o tom gradativo ao discurso.

Além dos efeitos metafórico e gradativo, encontramos outro efeito de sentido presente nos editoriais da revista *Carta Capital*, presente na sequência enunciativa 14.

- (14) Os botões puxam-me pelo paletó. Vem cá, e qual seria a culpa da presidenta, ou ela simplesmente não tem culpa alguma? Confabulamos, na zona miasmática situada entre o fígado e a alma. Conclusão acordada: faltou a ela talento político para o diálogo com o Congresso e com o atento empresariado, aquele gênero de conversa que faz de Lula um mestre na matéria. Faltou avaliação atenta e precisa na escolha dos principais colaboradores. **Mas** há quem ela ouça? Os botões insistem, pergunta irrespondível por falta de informação. Na segunda 9, após o painel, Dilma quis revidar ao dizer que nada na Constituição justificaria o impeachment. Talvez lhe faltasse ânimo para ser mais clara e falar em golpe. **E** não seria então da mais relevante conveniência que a presidenta evitasse pronunciar a palavra impedimento? [#ECC06]

Nesta sequência enunciativa, novamente, podemos constatar que emerge do enunciado um sujeito imaginativo, pois são usadas as expressões *botões puxam-me pelo paletó* e, depois, é tratado, metaforicamente, sobre a região entre o fígado e a alma. Assim, temos, mais uma vez, a presença de uma argumentação baseada em metáforas. Primeiramente, no início do trecho, os botões aparecem como alguém que estaria indignado com algo e depois como alguém que continua insistindo em alguma coisa. Observamos, também, que os dois MDs presentes iniciam perguntas retóricas, dando destaque a elas, pois se relacionam aos enunciados anteriores, com ideias de adversidade e de adição, respectivamente, mas, além disso, eles enfatizam essas perguntas. No que se refere ao tipo de argumento, temos, mais uma vez *argumentos que fundam a estrutura do real*, com o subtipo *metáfora*.

Podemos assim notar que no discurso de *Carta Capital* emerge um sujeito empático, configurando-se a partir das perguntas retóricas e de tentativas de aproximação com o leitor. Essas tentativas de aproximação com o leitor podem ser observadas também pela questão dos *botões*, pois consiste em um discurso peculiar que acaba chamando a atenção do interlocutor.

A partir disso, percebemos que emerge, também, um sujeito dialógico e didático e essa configuração também é observada na sequência enunciativa 15.

- (15) Às vezes, me surpreendo na tentativa de imaginar o que vai entre o fígado e a alma nem digo dos senhores da mídia, moradores cativos da casa-grande, mas dos seus empregados, habitantes de redações onde o desequilíbrio social a assolar o país se repete para

separar quem ganha mais de quem ganha menos. O que leem para alimentar sua visão do mundo e da vida? O que sentem ao praticar seu jornalismo bucaneiro? Alguns, do alto de pirâmides de florins, talvez, encontrem apaziguantes justificativas. E os outros remediados que se curvam passivamente? [#ECC32]

A partir desse exemplo, podemos observar a presença de dois efeitos que emergem dos enunciados: o metafórico e o didático. Inicialmente, há, novamente, as expressões *fígado* e *alma* e *casa-grande* usadas em sentido figurado. Depois, há uma série de perguntas retóricas, como se o locutor quisesse explicar os assuntos referentes à política por meio dessas perguntas. Por fim, na última frase, o *conector aditivo* e encerra esse efeito didático com outra pergunta retórica. Podemos assim perceber que, mais uma vez, o MD está contribuindo para esse efeito de sentido didático, ao enfatizar mais uma pergunta retórica. Compreendemos, então, que essas estruturas funcionam enunciativamente como uma tentativa de deixar no interlocutor uma série de dúvidas que levariam a uma conclusão: o povo brasileiro é facilmente manipulado pela mídia. Esse exemplo contribui também para a constituição do *ethos*, identificável pelo verbo *surpreender*, em primeira pessoa, uma vez que colabora para a emergência de um locutor que tende a revelar uma imagem de perplexidade diante dos fatos políticos.

Além disso, cabe uma observação sobre o uso do substantivo *casa-grande*²², bastante utilizado nos editoriais de *Carta Capital*, remetendo ao período do Brasil em que era a casa dos senhores de engenho no período colonial do Brasil. Observamos, assim, que há uma metáfora se referindo ao lugar onde ficam pessoas influentes, política e economicamente.

Esse substantivo é utilizado diversas vezes nos editoriais de *Carta Capital*, assim como *senzala* para se referir à população brasileira, que vive uma situação parecida com a dos escravos dos senhores de engenho. A sequência enunciativa 16 apresenta claramente o uso dos substantivos *casa-grande* e *senzala* demonstrando essa comparação.

²² Os termos *casa-grande* e *senzala* evocam a memória do período de escravidão no Brasil, no qual as unidades de produção (engenhos, minas de ouro, fazendas) eram de propriedade de brancos, que exerciam seu senhorio sobre os negros, que, por sua vez, eram alojados em senzalas e serviam de mão de obra escrava para o trabalho. Dessa forma, esse enunciado traça uma relação de sinédoque²² entre *casa-grande*/brancos e *senzala*/negros, que nos editoriais de *Carta Capital* seria *casa-grande*/políticos e *senzala*/povo brasileiro.

(16) Não são poucos os brasileiros competentes e honestos. São, **porém**, minoria absoluta e não podem fazer a diferença. Campo livre para a chamada elite, cujo empenho total foi e é manter de pé a casa-grande e a senzala. [#ECC04]

Nessa sequência enunciativa, observamos o uso dos dois termos citados acima. Há uma crítica ao fato de que os poucos brasileiros honestos e competentes não conseguem fazer a diferença o que contribui para a elite manter a separação entre o *poder* e os *empregados*. A partir disso, compreendemos que emerge do enunciado um sujeito que adere ao discurso do *antipetismo*.

Esse discurso *petista* está bastante presente nos editoriais de *Carta Capital*, como podemos perceber na sequência enunciativa 17.

(17) Nestes dias realiza-se em Salvador o Congresso do PT, partido que, chegado ao poder, distanciou-se dos propósitos iniciais e se portou igual aos demais em todos os tempos da história republicana. **E** ali, Lula aparece como o líder habilitado a redesenhar-lhe as feições. [#ECC14]

A partir da sequência enunciativa 17, podemos perceber que o MD *e* realiza um acréscimo de informações. Primeiramente, há um julgamento de que o Partido dos Trabalhadores (partido da então presidente, Dilma Rousseff) portou-se como os demais, ou seja, não cumpriu com os objetivos iniciais. Logo após, acontece o acréscimo da informação de que o ex-presidente Lula consiste na esperança de que o partido melhorará. Podemos compreender que o *e* está também funcionando com valor adversativo, pois seria como afirmar que “o Partido não vai bem, mas Lula é a saída”. O MD *e*, portanto, traz uma conclusão com ideia de concessão, ao concluir que o Partido dos Trabalhadores não mostrou um trabalho diferente dos demais no governo do Brasil, mas, mesmo assim, Lula configura-se como a pessoa que pode mudar os rumos do país. Verifica-se, ainda, que, após o MD *e*, há o dêitico *ali*, como uma referência ao partido em questão. Além disso, a palavra *líder* deixa uma marca no enunciado confirmando a ideia de que há um apoio implícito ao ex-presidente.

Outro dado bastante importante, que colabora para a identificação do *ethos* e da tendência argumentativa de cada revista, diz respeito ao uso dos marcadores discursivos da classe dos *operadores argumentativos* e dos *estruturadores da informação*. Há 35 casos de operadores argumentativos nos editoriais analisados de *Carta Capital* contra apenas 2 nos editoriais de *Veja*. Isso colabora para a constituição do *ethos*, uma vez que identificamos um sujeito mais contundente em

suas opiniões nos editoriais de *Carta Capital* do que o sujeito de *Veja*. Salientamos o uso de operadores da subcategoria de *concretude*, que são 12 casos em *Carta Capital* e nenhum em *Veja*. Na sequência enunciativa 18, apresentamos um caso desses marcadores.

(18) Há regiões que progrediram em todos os sentidos. O Nordeste, por exemplo, outrora dos coronéis e do voto de cabresto, hoje politizado em boa medida. Surgiram também movimentos sociais importantes e uma porção conspícua da Igreja, embora tenha perdido espaço para os evangélicos, já não se prontifica a abençoar a casa-grande. [#ECC37]

Nessa sequência enunciativa, percebemos, pelo marcador *por exemplo*, a introdução de um exemplo para provar que há regiões que progrediram com o governo do Partido dos Trabalhadores. Essa questão colabora para a identificação da tendência argumentativa, uma vez que confirma a ideia de que a revista *Carta Capital* tenta ser imparcial em suas colocações, mas acaba defendendo o partido do ex-presidente Lula e da então presidente Dilma Rousseff.

Podemos, dessa forma, constatar que nos editoriais de *Carta Capital*, ao analisarmos os enunciados, tendo como guia os MDs e os verbos e pronomes como itens acessórios, emergem as seguintes configurações de *ethos*: didático, empático gradativo e pertencente ao discurso *petista*.

Já com relação aos editoriais de *Veja*, cabe-nos lembrar que predominaram os MDs *conectores* e os *estruturadores*.

Contrariamente ao observado nos editoriais de *Carta Capital*, nos de *Veja*, não temos predominância da linguagem metafórica. Na sequência enunciativa 19, podemos notar a presença de um tom didático também, porém com configuração diferente dos editoriais de *Carta Capital*.

(19) O PT é o maior culpado pelo clima hostil, mas não é o único. A pregação tosca de que todo cidadão contrário ao impeachment de Dilma seria defensor da corrupção é um primarismo que só serve para cavar o fosso e nutrir o ódio. A criminalização das ideias adversárias é o cemitério da política. O cemitério da política é o berço do totalitarismo. E o totalitarismo é nada menos que o fim. [#EV36]

Por meio dessa sequência enunciativa, observamos, claramente, a configuração de um sujeito não só didático, mas professoral pela presença de cinco vezes o verbo *ser*, na terceira pessoa do singular, denotando conceituações.

Esse tom discursivo também pode ser observado na sequência enunciativa 20.

(20) Executado estritamente dentro do rito regimental, o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país. Mesmo que em sentidos inversos, os dois mecanismos servem ao propósito constitucional da preservação da ordem democrática. Embora tenha sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político. [#EV27]

A partir desse exemplo, mesmo que, na tentativa de manter-se imparcial, o sujeito apresenta-se a favor do processo de *impeachment* utilizando, para isso, dois *conectores contra-argumentativos* com sentido de concessão: *mesmo que* e *embora*. Esse discurso *antipetista* também é observado pelo efeito de sentido didático por meio de definições com o verbo *ser* na terceira pessoa do singular no presente do indicativo. Além disso, observamos um silogismo, para o qual contribuem os MDs destacados, pois eles iniciam as proposições e o verbo *ser* inicia a inferência.

Contrariamente ao que encontramos nos editoriais de *Carta Capital*, nos de *Veja*, as perguntas são respondidas, como podemos observar na sequência enunciativa 21.

(21) O Brasil já passou por momentos parecidos como este e sobreviveu sem sequelas? Sim. Mas a resposta positiva conduz a outra indagação. O Brasil está de posse agora dos recursos que lhe permitiram contornar crises semelhantes ao passado? Talvez não. [#EV06]

Já nos editoriais de *Veja*, após os *conectores*, predominam os *estruturadores da informação*, sobretudo, os *ordenadores*, com 17 casos. Há uma preocupação, portanto, em ordenar as informações. Os estruturadores organizam o surgimento de argumentos dependentes, de natureza factual, auxiliam no estabelecimento de um tom mais direto e categórico de expor os enunciados, conforme podemos constatar na sequência enunciativa 22.

(22) Depois de um ano, sete meses e alguns dias, volto ao Palácio da Alvorada para entrevistar Dilma Rousseff, juntamente com dois ótimos companheiros, Sergio Lirio e André Barrocal. No mesmo salão, à mesma mesa perfeitamente encerada, na segunda semana de outubro de 2014, ouvimos a presidenta que se preparava a enfrentar Aécio Neves no segundo turno das eleições destinadas a lhe entregar seu segundo mandato. O confronto entre as situações me habilita a duas impressões a respeito do comportamento da entrevistada. Em primeiro lugar, anoto a serenidade em contraste com a tensão da entrevista dos tempos eleitorais. [#ECC21]

Nesse exemplo, o marcador *em primeiro lugar* ordena as visões apresentadas pelo enunciador a respeito da situação de tensão *versus* contraste que havia na visita ao Palácio da Alvorada.

Por último, com relação aos MDs, analisaremos um caso de *marcador conversacional* presente em um editorial de *Carta Capital*, visto que há 13 casos, contra 1 apenas nos editoriais de *Veja*. A sequência enunciativa 23 apresenta o caso.

(23) Os adeptos do “Fora Dilma” acham, em boa ou má-fé, que o *impeachment* resolve. Enganam-se, obviamente. Nada pior do que golpear fatalmente a nossa incipiente democracia. Do seu lado, Dilma, para não conferir sentido à sua presidência, não tem, na minha opinião, outra saída a não ser encarnar o espírito da guerrilheira prometida, e temida, e não cumprida. [#EV27]

Pela sequência enunciativa apresentada, observamos, claramente, a opinião da revista em relação ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Nela, há a declaração de que é um engano acharem que esse processo vá resolver os problemas enfrentados pelo país e, para ser mais contundente na afirmação, o editorialista utiliza o marcador *obviamente*, afirmando, assim, que não há dúvidas com relação a isso. Notamos, dessa maneira, que o locutor surge como uma imagem que tende a estabelecer uma relação de contradição com o interlocutor por meio da visão de *obviedade* da ideia.

Por fim, salientamos que, por meio da análise realizada, constatamos que, nos editoriais de *Carta Capital*, há uma ideia de aversão ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, apoio ao governo de Lula, mas considera-se que o Partido dos Trabalhadores, no poder, portou-se como os demais. Os argumentos utilizados para defender essas opiniões são introduzidos,

principalmente, por marcadores do tipo *conector*, *operador argumentativo* e *marcador conversacional*.

Já nos editoriais de *Veja*, há uma tentativa maior de imparcialidade, mas conseguimos identificar a tendência argumentativa de apoio ao processo de impeachment, mas podemos afirmar que apenas os *marcadores discursivos* do tipo *conector* e *estruturadores da informação* colaboram na argumentação apresentada.

Outra questão importante para destacarmos das análises é que, pelo intenso uso de metáforas e gradações nos editoriais de *Carta Capital*, observamos um discurso mais subjetivo, mais figurado, enquanto em *Veja*, temos um discurso mais objetivo, denotativo. Assim, concluímos que, em *Carta Capital*, a preocupação maior está no interlocutor, ou seja, no *pathos*, pois, podemos assim dizer, há um apelo emocional para a apresentação das opiniões, o que podemos constatar, sobretudo pelo uso intenso de *operadores argumentativos* e de verbos e pronomes em primeira pessoa. Já em *Veja*, o foco maior está no *logos*, ou seja, no discurso, pois há bastantes *estruturadores da informação*, demonstrando um teor metódico ao discurso.

Na subseção seguinte, apresentamos uma análise no que diz respeito aos posicionamentos encontrados nos editoriais.

4.2.1 Os discursos antipetista em *Veja* e antipeemedebista e antitucano em *Carta Capital*

Por meio da análise dos textos, podemos perceber que nos editoriais de *Carta Capital* se revelam dois posicionamentos bastante peculiares: antipeemedebista e antitucano e, nos editoriais de *Veja*, o discurso *antipetista*.

O quadro 7 apresenta 4 sequências enunciativas de cada tipo de discurso encontrado.

Quadro 7 – Discursos antipetista em *Veja* e antitucano e antipeemedebista em *Carta Capital*

Discurso antipetista	Discurso antitucano	Discurso antipeemedebista
O PT é o maior culpado pelo clima hostil, mas não é o único. A pregação tosca de que todo cidadão	E no outro dia, janto em um restaurante e na mesa ao lado senta-se um tucano	O vizinho da mesa, quando o conheci, tempos de ditadura, declarava-se de esquerda, até

<p>contrário ao impeachment de Dilma seria defensor da corrupção é um primarismo que só serve para cavar o fosso e nutrir o ódio. A criminalização das ideias adversárias é o cemitério da política. O cemitério da política é o berço do totalitarismo. E o totalitarismo é nada menos que o fim. [#EV36]</p>	<p>emérito, cercado, creio eu, por familiares. Conheço-o faz quase quatro décadas, mas ele não me cumprimenta. Chamo o garçom e peço tucano ao forno em tom audível da rua. “Não sei se tem, vou verificar”, diz o garçom, e parte para a cozinha. Chega o maître minutos após: “O que o senhor pediu?” Tucano ao forno, repito no tom precedente. O maître ri com gosto. [#ECC03]</p>	<p>com alguma veemência. Era um jovem e promissor quadro e, de fato, fez carreira como parlamentar e na administração pública. Emedebista, peemedebista, enfim tucano desde os primórdios. Perfeitamente à vontade dentro de um partido que se tornou o melhor representante da casa-grande. Já o PMDB é a agremiação que interpreta admiravelmente, e sem a mais pálida intenção de disfarce, o oportunismo, o arrivismo, a falta de escrúpulos e compromissos ideológicos. O poder pelo poder. [#ECC03]</p>
<p>Os adeptos do “Fora Dilma” acham, em boa ou má-fé, que o <i>impeachment</i> resolve. Enganam-se, obviamente. Nada pior do que golpear fatalmente a nossa incipiente democracia. Do seu lado, Dilma, para não conferir sentido à sua presidência, não tem, na minha opinião, outra saída a não ser encarnar o espírito da guerrilheira prometida, e temida, e não cumprida. [#EV27]</p>	<p>Nem por isso, vozes das redações apressam-se a esclarecer que não é só de ricos que se nutre o panelaço. Não foram somente estes os cidadãos que votaram contra Dilma, está claro, não fosse assim Aécio não conseguiria 48% dos sufrágios. Resta ver por que pobre grita “Fora Dilma”, rico a gente já sabe. Muitos aderem por imitação, por modismo, por servilismo. Por espírito festeiro, por parte de quem não se dá conta do possível desfecho disso tudo. [#ECC06]</p>	<p>O empenho é tanto que um mero boato espalhado pelos apaniguados (ou seriam acólitos?) de Eduardo Cunha, intérpretes do seu espírito ardiloso, a respeito da viabilidade técnica do impeachment, move as manchetes da quarta 28, para que o próprio presidente da Câmara as desminta na manhã do mesmo dia. [#ECC26]</p>
<p>Executado estritamente dentro do rito regimental, o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país. Mesmo que em sentidos inversos, os dois mecanismos servem ao propósito constitucional da preservação da ordem democrática. Embora tenha</p>	<p>Recorde-se que durante a ditadura, no seu respeitável Cebrap, FHC contou com o apoio financeiro da Fundação Ford, quem sabe a provar a teoria da dependência. Não é complicado, contudo, entender as razões da diferença de tratamento reservado ao ex-presidente sociólogo e ao ex-</p>	<p>No poder o PT portou-se como os demais partidos (partidos?) e os bons augúrios minguardaram progressivamente. É bom, para a dignidade do governo e do seu partido que enfim não capitulem diante da chantagem de Eduardo Cunha. [#ECC30]</p>

<p>sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político. [#EV27]</p>	<p>presidente metalúrgico. Entram na receita a classe social de um e outro, está claro, bem como seus desempenhos na Presidência. FHC implantou um governo de extremo agrado da casa-grande. Lula, sem deixar de fazer concessões aos graúdos, voltou seus olhos também para a senzala. Por isso, aliás, goza do reconhecimento do mundo, como se deu na sua recente visita à Itália, encerrada dia 8 desta semana. [#ECC14]</p>	
<p>O Brasil já passou por momentos parecidos como este e sobreviveu sem sequelas? Sim. Mas a resposta positiva conduz a outra indagação. O Brasil está de posse agora dos recursos que lhe permitiram contornar crises semelhantes ao passado? Talvez não. [#EV06]</p>	<p>Dilma foi também criticada em diversas oportunidades: pela escolha de certos ministros, pela formulação de um código florestal que favorece os latifundiários, pelo abrandamento do tom e do estilo da política exterior, pelos numerosos erros da política econômica, pela falta de apetite da própria presidenta por uma atuação política destinada a facilitar o diálogo com o Congresso e com o empresariado. Mesmo assim, confirmamos nosso apoio ao seu segundo mandato, como alternativa exclusiva ao PSDB, partido da reação. [#ECC15]</p>	<p>Qual é o papel do vice-presidente Michel Temer? Um Judas, um lago? Não parece. Sabe, apenas, da simpatia de que goza nos ambientes graúdos e levanta o braço para dizer “estou aqui”. [#ECC31]</p>

Fonte: autor.

Por meio desse quadro, percebemos, claramente, que há um discurso, em *Carta Capital*, contra os partidos MDB e PSDB e, em *Veja*, contra o PT.

A partir desses discursos contra certos partidos, notamos, mais uma vez que esses dois veículos de comunicação são totalmente imparciais e, como referido na

Fundamentação Teórica, possuem mais do que a função de persuadir os seus leitores, mas serem porta-vozes dos discursos preconizados... Assim, comprovamos que a mídia possui sim um papel manipulador na sociedade, pois por meio da linguagem, possibilita os leitores e eleitores a refletirem sobre os seus governantes.

4.2.2 Comentário analítico de um exemplar de editorial das revistas *Carta Capital* e *Veja*

Nesta seção, apresentamos um comentário analítico de um exemplar do *corpus* da revista *Carta Capital* e outro da revista *Veja*, para contrastarmos e melhor identificarmos as tendências argumentativas.

A seleção se deu pelo fato de se ter uma indagação a respeito de como as duas revistas viam o processo de impeachment da presidente Dilma. Assim, escolhemos os seguintes editoriais para a realização da análise enunciativa integral dos textos.

#ECC23

Eterno golpismo

por Mino Carta — publicado 18/09/2015 06h25

Miúda reflexão sobre impeachment, democracia e Estado de Direito no país da casa-grande

Na esteira do Cruzado 1, em outubro de 1986 José Sarney cometeu estelionato eleitoral logo após a vitória peemedebista nas eleições para os governos estaduais, Congresso e Assembleias, ao lançar o Cruzado 2 e arrastar o País para uma crise econômica de grande porte. A situação, complicada pelo fracasso da moratória do começo de 87, perdurou até o fim do mandato de Sarney.

Nem por isso se cogitou, em momento algum, do *impeachment* do ex-vice-presidente tornado presidente pela morte de Tancredo Neves, em claro desrespeito a qualquer regra do jogo pretensamente democrático.

Ao lançar o olhar além-fronteiras, temos o exemplo recente de Barack Obama, atingido em cheio pela explosão da bolha financeira de 2008, a mergulhar os Estados Unidos em uma crise de imponentes proporções. Obrigado a enfrentar a queda progressiva do valor do dólar, assoberbado pelas habituais pressões e ameaças das agências de *rating*, vítima de índices de aprovação cada vez mais rasos, Obama acabou sem o apoio da maioria parlamentar. Nem por isso sofreu o mais pálido risco de *impeachment*, mesmo porque hipóteses a respeito seriam simplesmente impensáveis aos olhos dos parlamentares americanos, mesmo republicanos.

Se a ideia já teve no Brasil razão de vingar, ao menos de ser aventada, foi em relação a Fernando Henrique Cardoso: comprou votos para se reeleger e comandou privatizações que assumem as feições inequívocas das maiores bandalheiras-roubalheiras da história pátria, realizadas às escâncaras na certeza da impunidade. Praticante emérito do estelionato eleitoral, fez campanha para a reeleição à sombra da bandeira da estabilidade para desvalorizar o real 12 dias depois da posse para o segundo mandato.

FHC é recordista, conseguiu quebrar o Brasil três vezes. Ao cabo, entregou a Lula um país endividado até a raiz dos cabelos e de burras vazias. Ao longo da sua trajetória presidencial, jamais se imaginou a possibilidade do seu *impeachment*.

O príncipe dos sociólogos, outrora encarado como elemento perigoso por quantos hoje o veneram, tornou-se xodó da mídia nativa e dos senhores da casa-grande. Favor irrestrito e justificado: nunca houve alguém tão capacitado para a defesa dos interesses do reacionarismo na sua acepção mais primitiva.

Hoje em dia, FHC arca com o papel de oráculo da política brasileira com invulgar destemor. Tudo dentro dos conformes, a desfaçatez, a hipocrisia e o oportunismo tucanos não têm limites. O enredo é típico, assim como já é clássico o caso de Fernando Collor, que se retirou antes de sofrer *impeachment*. Exemplar entrecho, de todos os pontos de vista, que vivi de perto por mais de dois anos, quando dirigia a redação de *IstoÉ*.

Para mim a história começa 25 anos atrás. O então repórter da *IstoÉ* Bob Fernandes tocaia por dois meses o operador do presidente, PC Farias. Chega a hospedar-se por algum tempo no apart-hotel, onde em São Paulo vive o tocaiado. Enfim a revista publica uma reportagem de capa sobre as façanhas do PC, em que se relata tudo aquilo que o irmão de Collor diria a *Veja* um ano e meio depois, com exceção dos supositórios de cocaína.

Eis aí, neste roteiro, um aspecto ineludivelmente brasileiro. Quando da reportagem, a mídia cuidou de não lhe dar eco e seguimento, ao contrário do que se daria em qualquer país democrático e civilizado.

Até então, a casa-grande suportava que o presidente cobrasse pedágios elevadíssimos em relação a obras feitas e ainda assim o imaginava adequado ao cargo de propiciador de benesses. Fora a *Veja*, aliás, que popularizara a definição de Collor como “caçador de marajás”. Com o tempo, a cobrança collorida passou a ser considerada insuportável e se entendeu que valeria submeter o cobrador a um aperto sério, embora comedido. Foi a hora da entrevista do irmão, esta sim imediatamente repercutida.

A CPI convocada para cuidar do caso moeu meses de sessões inúteis à falta de provas. Não fosse *IstoÉ*, daria em nada. A sucursal de Brasília da revista, dirigida por João Santana, foi capaz de demonstrar a ligação entre a Casa da Dinda e o Palácio do Planalto, e o encaminhamento do *impeachment* foi inevitável.

A Globo prontificou-se a chamar para as praças manifestações bastantes parecidas àquelas que pipocam de dois anos para cá, frequentadas, sobretudo, por burguesotes festeiros, enquanto a *Veja* ganhava o Prêmio Esso de Jornalismo, remota invenção alienígena destinada a consagrar o jogo corporativo, festival do compadrio da mídia nativa.

Há quem diga que estamos a transitar por uma conjuntura similar àquela, e se engana, está claro, por hipocrisia ou ignorância. O *impeachment* de Dilma Rousseff é totalmente impossível à luz da Constituição. Se quiserem mandar as aparências às favas, seria golpe mesmo, conforme conhecimento até do mundo mineral. Mas golpismo é inerente ao país da casa-grande. Editoriais, colunas, artigos e reportagens dos jornalões recordam, cada vez mais, os textos de 51 anos atrás.

Carta ao Leitor

A beleza do impeachment

A reportagem de abertura da edição especial de VEJA sobre o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado na semana passada, tem como título “Impeachment não é guerra”. Também não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950. Não é também uma disputa pessoal, a despeito de a chefe da nação e o deputado Eduardo Cunha, presidente

da Câmara dos Deputados, dono da iniciativa, terem dado ao processo as cores dramáticas de um confronto em torno da integridade moral de cada um. Reagiu Dilma: “Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública”.

A presidente Dilma Rousseff tem o direito e, sobretudo, o dever de se defender, de modo que o atual processo de impeachment seja fiel ao espírito dos legisladores que o conceberam, sabiamente, como um rigoroso, complexo e deliberadamente difícil procedimento constitucional. Um impeachment concluído sem que o dono do mandato tenha esgotado seus recursos legais de defesa abriria um precedente perigosamente desestabilizador. Executado estritamente dentro do rito regimental, o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país. Mesmo que em sentidos inversos, os dois mecanismos



servem ao propósito constitucional da preservação da ordem democrática.

Embora tenha sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político. Seus rumos e seu desfecho não são determinados pela força ou fraqueza das evidências de autoria do crime imputado ao presidente, mas pelo somatório de forças contra e a favor de sua destituição. A presidente Dilma manterá seu cargo enquanto contar com uma base forte de sustentação no Congresso. Se perder essa base, perderá o mandato.

A beleza do processo de impeachment está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mas inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade sem inflação, da segurança pessoal, da saúde e da educação de qualidade.

Podemos perceber uma notável diferença no que diz respeito ao ponto de vista apresentado sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e isso já é confirmado no título. Nos dois temos apenas sintagmas nominais, mas possuem estruturas sintáticas diferentes, pois em *Carta Capital*, temos como determinante para o núcleo do sintagma *golpismo* apenas o adjetivo *eterno*. Já em *Veja*, o núcleo *beleza* está determinado pelo artigo *a* e pelo sintagma preposicional *do impeachment*. Essa estrutura sintática nos leva a pensar em um paralelo entre os dois títulos. Enquanto em *Carta Capital* não temos o artigo definido, em *Veja* temos e essa diferença se deve ao que já foi tratado de que em *Veja* temos um sujeito que emerge de forma autoritária, por isso definir o núcleo *beleza*, para não deixar dúvidas de que exista sim algo bom no processo de impedimento. Já em *Carta Capital*, o título já se aproxima muito do que já foi tratado, da intensa utilização da linguagem figurada, pelo adjetivo *eterno*, perfilando ainda mais um sujeito figurativo. Além disso, no título de *Carta Capital*, emerge a ideia de um sujeito que analisa o possível impedimento como um golpe, filiando-se, portanto, ao movimento contra o antipetismo, pelo substantivo *golpismo*. Já em *Veja*, temos um sujeito que se configura como a favor do antipetismo, por todo o sentido que o título traz.

Após esse paralelo entre os dois títulos, apresentamos uma análise de cada editorial e depois uma comparação entre os dois textos.

No primeiro parágrafo, o texto inicia-se com a exposição do fato político de que José Sarney teria motivos também para passar pelo processo de impedimento e isso fica evidenciado por algumas passagens. Na linha 1, já temos a afirmação de que o ex-presidente *cometeu estelionato eleitoral* e, da forma como foi apresentado, observamos que o locutor possui certeza disso. Na linha 3, o verbo *arrastar* continua comprovando que José Sarney errou na presidência.

O segundo parágrafo inicia-se pelo MD do tipo *conector contra-argumentativo nem por isso*, o qual apresenta um efeito de sentido de contrariedade ao processo enfrentado pela presidente Dilma e o adjunto adverbial *em momento algum* também contribui para essa ideia.

O terceiro parágrafo apresenta mais um presidente que, ao ver do locutor, também teria motivos suficientes para sofrer o processo de impeachment. Nesse parágrafo, é falado sobre o presidente norte-americano Barack Obama e há também índices que comprovam que ele também errou ao governar, como as expressões *atingido em cheio, mergulhar os Estados Unidos em uma crise, vítima de índices de*

aprovação cada vez mais rasos. E, no final do parágrafo, aparece, novamente, o MD *nem por isso*, comprovando o apoio à ideia de que o processo de *impeachment* da presidente Dilma constitui-se em um verdadeiro golpe à democracia brasileira, pois até o presidente dos Estados Unidos teria falhado e, mesmo assim, não sofreu o processo. Além disso, a metáfora *o mais pálido risco de impeachment*, nas linhas 12 e 13, colaboram para afirmar que nem chegou perto de se pensar no impedimento.

Do quarto ao sétimo parágrafos, são apresentados argumentos que desfavorecem o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e comprova que ele também poderia ter passado pelo processo de impedimento. Ao observarmos essa questão, percebemos mais uma vez, que emerge do enunciado um sujeito que adere ao discurso *antitucano*. O oitavo parágrafo inicia-se com a expressão *para mim*, apresentando uma ideia particular do locutor é, portanto, uma marca explícita da opinião dele.

Sobre o décimo parágrafo, consideramos importante destacar que, ao citar a revista *Veja*, percebemos que os discursos das duas revistas são reconhecidos e legitimados entre si.

Já no editorial da revista *Veja*, o discurso é diferente, a começar pelo título, pois se infere que há algo de “belo” no processo de *impeachment*.

Ao final do editorial, há uma explicação da expressão “beleza do impeachment”, ao afirmar que, após o processo de impedimento, o país terá a oportunidade de ter um presidente e um Congresso voltados para o bem da população. Portanto, notamos, nesse texto, que emerge um sujeito pertencente ao discurso *antipetista*.

Apresentadas as análises enunciativo-discursivas para identificação das tendências argumentativas, passamos para as considerações finais referentes a esta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou identificar as categorias de MDs, pronomes e verbos em editoriais, provenientes das revistas *Carta Capital* e *Veja*, acerca da crise política brasileira de 2015/2016, e analisar os possíveis efeitos de sentido decorrentes do emprego dessas categorias, colaborando para traçar a imagem discursiva do locutor do texto. Para isso, a perspectiva teórica e metodológica que embasou este estudo foi a LT e a LE. Acreditamos que a Linguística da Enunciação permite um melhor entendimento acerca da imagem de um sujeito, o *ethos* discursivo, por meio de mecanismos linguísticos empregados na enunciação e recuperáveis por meio da análise das marcas deixadas no enunciado. Com isso, tivemos como hipótese que o *ethos* discursivo pode ser esboçado, em textos produzidos neste contexto específico, entre outros elementos, pelos MDs, pronomes e verbos.

Dos 82 exemplares textuais analisados, podemos afirmar que nossa hipótese foi comprovada, ou seja, o *ethos* pode ser esboçado pela análise enunciativa das categorias MDs, pronomes e verbos. Entretanto, outras categorias linguísticas, bem como o estilo argumentativo dos locutores dos textos também contribuíram para o esboço do *ethos*. Com isso, reiteramos a pertinência do método do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), já que, a partir de detalhes presentes na materialidade textual, mas não percebidos em um primeiro momento, podemos compreender um fenômeno mais geral: o *ethos*. Nesse sentido, os MDs funcionaram como guias para esboçarmos os efeitos de sentido e os pronomes e os verbos funcionaram como suportes.

Acreditamos, assim, ter contribuído com a *transversalidade enunciativa*, método analítico proposto por Flores (2010), tendo em vista postulados benvenistianos de análise intralinguística e translinguística. Tal proposta busca estudar a língua em todos os níveis, a partir de qualquer fenômeno linguístico. Nesse caso, na busca por compreender a constituição do *ethos*, refletimos sobre os efeitos de sentido decorrentes do emprego de MDs, pronomes e verbos, que não estão em um único nível linguístico. Portanto, no texto argumentativo, ao pensarmos nesses efeitos de sentido que emergem do emprego dessas categorias por um sujeito que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, estamos pensando em LE.

No que se refere aos resultados alcançados, podemos destacar: o uso significativo de *conectores* tanto nos editoriais de *Carta Capital* quanto nos de *Veja*. A subclasse dos *contra-argumentativos* foi a mais recorrente nos dois grupos. Destaca-se, porém, a grande diferença com relação ao uso de *conector aditivo*, que em *Carta Capital* há pelo menos dez vezes mais que em *Veja*. Além disso, outro dado importante e que colabora para a identificação da tendência argumentativa e constituição do *ethos* consiste na quantificação de *operadores argumentativos*, que em *Veja* quase não há e em *Carta Capital* há e de todos os subtipos. Também, é relevante considerar o uso de *marcadores conversacionais* nos editoriais de *Carta Capital* que praticamente inexistem nos de *Veja*.

A partir dessas constatações, pudemos perceber que, nos editoriais analisados de *Carta Capital* e *Veja*, emergem dos enunciados um tom didático, porém de forma diferente. Enquanto nos textos de *Carta Capital* faz-se o uso de perguntas retóricas com o intuito de criar empatia com o leitor, em *Veja*, percebemos um tom professoral, com diversas conceituações.

Além disso, pelo intenso uso de metáforas e gradações nos editoriais de *Carta Capital*, observamos um discurso mais subjetivo, mais figurado, enquanto em *Veja*, temos um discurso mais objetivo, denotativo. Assim, concluímos que, em *Carta Capital*, a preocupação maior está no interlocutor, ou seja, no *pathos*, pois, podemos assim dizer, há um apelo emocional para a apresentação das opiniões, o que podemos constatar, sobretudo pelo uso intenso de *operadores argumentativos* e de verbos e pronomes em primeira pessoa. Já em *Veja*, o foco maior está no *logos*, ou seja, no discurso, pois há bastantes *estruturadores da informação*, demonstrando um teor metódico ao discurso.

Por fim, podemos afirmar que este trabalho contribuiu para os estudos enunciativos, pois provou que é possível analisar os MDs, pronomes e verbos para identificar efeitos de sentido enunciativo-discursivos. Além disso, esta pesquisa também pode auxiliar professores de Língua Portuguesa na elaboração de suas aulas, visto que é consenso que não se pode trabalhar questões gramaticais apenas pelo viés tradicional de análise de frases descontextualizadas. Uma discussão enunciativo-discursiva como essa proposta nesta dissertação, de forma mais didática, seria uma boa estratégia.

Outro fato que é imprescindível mencionar é que as análises aqui realizadas podem contribuir para confirmarmos a ideia de que a mídia possui um papel

bastante manipulador no processo de formação de opinião. Isso foi comprovado, pois dos editoriais, que serviram como *corpus* desta pesquisa, podemos afirmar que em nenhum temos um tom imparcial. Todos eles possuem o objetivo de disseminar opiniões a favor ou contra determinadas questões políticas.

Por fim, cabe-nos pensar em estudos futuros. A partir deste trabalho, surgiu a ideia de aliar esta pesquisa com a sala de aula, pois poderíamos pensar em como seria possível abordar o gênero editorial com análise também enunciativa em aulas de Língua Portuguesa, por exemplo. Poderiam ser pensadas, inclusive, oficinas em que seriam feitas essas abordagens com os alunos e, depois, tentarmos configurar o *ethos* que emerge desses alunos que teriam a análise enunciativa e não simplesmente a tradicional.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.
- ANTUNES, I. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- ARAÚJO, C. R. **Editorial**: um gênero textual? 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <<http://www3.unisul.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- BÁCCARO, L.; NASCIMENTO, E. L. O gênero editorial na perspectiva do interacionismo sóciodiscursivo: o contexto de produção. In: V Encontro Científico do Curso de Letras - O Desafio das Letras FACCAR, 2007, Rolândia-PR. **Anais do V Encontro Científico do Curso de Letras - O Desafio das Letras FACCAR**. Rolândia-PR : FACCAR, 2007.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. A interação verbal. In.: BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais de método sociológico da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BEAUGRANDE, R., DRESSLER, W. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1972.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.
- BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1991.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1992.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Brasília, 1997; 1998.
- CARMO, B., B., S., RIBEIRO, M., A., A. Os marcadores discursivos na educação básica: necessidade de sistematização a partir do livro didático. In: **Fórum Linguístico**, v.11, n.º4 2014.
Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/viewFile/1984-8412.2014v11n4p457/29513>. Acesso em 12 jan. 2017.
- CASTILHO, A. et al. **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP: I:1990, II: 1992, III: 1993, IV, V, VI: 1996.
- CAVALCANTI, J. **O jornal como proposta pedagógica**. São Paulo: Paulus, 1998.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.** Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais.** 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística Textual: introdução.** – 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, I, C, S. **Los marcadores discursivos en la argumentación escrita: estudio comparado en el español de España y en el Portugués de Brasil.** Tese de doutorado. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2005.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo.** São Paulo: Ática, 2010.

_____, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. (orgs.) **Texto ou discurso.** São Paulo: Contexto, 2012.

_____, J. L. **Argumentação.** São Paulo: Contexto, 2016.

FLORES, V. N. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, p. 396-402, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SITED, 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/ValdirDoNascimentoFlore.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____, V, N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação.** São Paulo: Contexto, 2013.

_____, V, N. et al. **Enunciação e gramática.** São Paulo: Contexto: 2013.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Trad. Roberto Ataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí iali. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2009.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English.** New York: Longman, 1976.

HANKS, W. F. O que é contexto. In: BENTES, A.C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M.R. (Orgs.) **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin.** São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I.G.V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1993.

MACK, D. R. **A constituição do ethos na argumentação**: um estudo dos marcadores discursivos no ensaio jornalístico. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais. Campinas, Rio de Janeiro: Revan & Ed. da Unicamp, 1998.

MARTÍN ZORRAQUINO, M. A; PORTOLÉS LÁZARO, J. Los marcadores discursivos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Orgs.) **Gramática descriptiva del Español**. Madrid: España, 1999.

MELO, J. M. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33. Caxias do Sul, 2010. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2010.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. S. Paulo: Unesp, 2011.

NORMAND, C. **Convite à linguística**. Org. de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. Trad. de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: Contexto, 2009.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERFEITO, A. M. **Gênero editorial**: análise linguística contextualizada às práticas de leitura e de produção textual. In: Siget - 4o. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros textuais. Tubarão : Ed da Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007.

PINTO, R. B. W. S. **A heterogeneidade constitutiva do ethos no editorial português**. Calidoscópio, São Leopoldo, 2004.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB; Mercado de Letras, 1996.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SOUZA, C.A. **Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil:** uma análise das manifestações ocorridas em 2015. IN: Em debate. Belo Horizonte, 2016.

ANEXO A – EDITORIAIS DA REVISTA CARTA CAPITAL

#ECC01

A ilusão de Dilma

por Mino Carta — publicado 10/01/2015 08h27

A presidenta está enganada se, ao agir como fariam os derrotados, garante tranquilidade ao seu segundo governo

Volto de viagem, duas semanas de olvido, e sou recebido pelas seguintes informações. Não vou hierarquizá-las ao sabor da sua importância, todas, aliás, me parecem importantes. Se não, vejamos.

O mais inútil dos ministros do primeiro mandato de Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, insuperável em pronunciar asneiras em momentos de tensão pinçados a dedo, foi confirmado na Justiça.

Aldo Rebelo deixa a pasta do Esporte para dedicar-se à Ciência e Tecnologia, a mostrar sua versatilidade. Vivesse ele na França do século XVIII quem sabe figurasse entre os enciclopedistas e passasse à história como indômito iluminista.

O novo titular do Esporte admite desconhecer a matéria entregue aos seus cuidados, mas se habilita a cumprir a tarefa por conhecer a alma humana. Em 2007 foi preso ao carregar uma caixa repleta de papel-moeda, verdadeiro tesouro dos piratas, e prontamente expulso do DEM, onde militava. Evangelizador antes de evangélico, o ministro infunde segurança na perspectiva das Olimpíadas de 2016, evento de hábito favorável a quem aprecia papel-moeda.

Ao assumir a pasta da Defesa, Jaques Wagner comunica à Nação que não carrega uma lanterna para vasculhar o passado, pelo contrário, encara apenas e tão somente as brumas do futuro. Nítida promessa da continuidade da dita lei da anistia, da impunidade dos torturadores e seus mandantes e da prescrição dos crimes contra a humanidade. Notícia preciosa no país que, pretensamente democrático, inova Montesquieu ao alinhar aos Três Poderes clássicos, o militar, provavelmente por dispor de tanques e canhões, argumento decisivo de uma pressão insopitável na terra da casa-grande e da senzala.

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, exhibe toda a sua competência para o posto ao decretar que no Brasil o latifúndio não existe. Pouco importa se a dama em questão não somente ignora que no País 50% das terras agriculturáveis ficam na mão de 1% da população, mas também o tamanho das suas propriedades.

Surgem sinais de que um dos trunfos brasileiros em meio à crise global, o baixo índice de desemprego, começa a ensaiar uma tendência de alta. Com Joaquim Levy na Economia, cabe o temor de que o esboço se torne obra feita e acabada, mais uma conspícua oferenda ao deus mercado.

O ministro das Comunicações aventa novamente a hipótese da regulamentação da mídia, e logo espoucam as reações indignadas dos paladinos da liberdade de imprensa, entendida como aquela atribuída por direito divino aos porta-vozes da casa-grande, e, portanto, credenciados a omitir, inventar e mentir a seu talento. O deputado Eduardo Cunha, pretendente ao cargo de presidente da Câmara, apressa-se a anunciar que, com ele eleito, os propósitos do ministro *Berzoini no pasarán*.

Isso tudo não me proporcionou uma acolhida alvissareira. As intenções governistas me soam claras: garantir um transcurso mais ou menos tranquilo ao segundo mandato de Dilma. Como se fazer mais ou menos o que a oposição faria, com o useiro apoio da mídia nativa, tivesse o condão de colocar a presidenta a salvo, ao menos em boa parte, da virulência dos ataques daquelas.

A presidenta engana-se. E a quem ela ouve sugiro, por exemplo, a leitura do editorial do *Estadão* de quinta 8. O que está em jogo é uma questão visceral, pela qual Dilma, faça o que bem entender, representa a malta, assim como seu titubeante partido e quem o fundou, o inextinguível Lula. Não consigo imaginar o que ele pensa neste exato instante. Lá pelas tantas, fui levado a supor, no momento mais agudo do recente embate eleitoral, que criador e criatura haviam se reaproximado. Agora não sei. Única certeza: Dilma precisa de melhores conselheiros.

#ECC02

A linha levítica. Ou leviana?

por Mino Carta — publicado 26/01/2015 05h09

Há quem vaticine que Dilma, a bem do mercado (com m pequeno), ainda vai mudar seu ministro da Fazenda

Diz o Oráculo de Delfos: “À vista do que se delinea, até setembro o empresariado vai pedir a Dilma que tire Joaquim Levy do Ministério da Fazenda”. Por que setembro? Tento entender: até lá a recessão seria inevitável ao sabor da política monetarista que caracteriza a atual gestão da economia brasileira. A se considerar que a opção do País nesta atribulada situação é crescer e crescer, nada mais daninho do que a orientação levítica. Ou leviana?

O Oráculo, como se sabe, é originário da Grécia antiga, mas ao longo dos séculos deu para se encarnar em figuras distintas e devidamente influentes. Refiro-me, portanto, a alguém merecedor de respeito. Veremos o que veremos, embora o Oráculo não costume errar.

À indústria cabe protagonizar crescimento. O Conselheiro Acácio concorda. Seu êxito depende do mercado nacional e internacional, aquele que não se confunde com o Mercado, com M grande, já há décadas alçado à condição de Moloch global. Aquele é habitado por quem consome, este faz a felicidade de banqueiros e especuladores. Não há como enganar-se quanto ao fato de que Joaquim Levy está na Fazenda para agradar ao Mercado.

Falha gravíssima do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi o descaso com que a indústria brasileira foi abandonada ao seu destino. Convém insistir no erro? Em um primeiro momento, não faltou quem se regozijasse quando a presidenta faz exatamente o que faria a turma da casa-grande caso ganhasse a eleição de outubro passado. Procuo interpretar o vaticínio oracular: com o tempo, e em meio ao recrudescer da crise, o empresariado irá render-se à voz da razão, a bem de todos. O almejado bem geral da Nação. Geral? Nem tanto, a turma do privilégio gostaria que tudo ficasse como está.

Em um país forçado à devoção do neoliberalismo, o investimento dará lugar ao rentismo no seu exercício mais desbragado. Outras as demandas recomendadas pelo momento difícil. **Em primeiro lugar**, esforço concentrado para renovar os objetivos do PAC em obras de infraestrutura, em um Brasil aflito por imperdoáveis crises, uma energética, outra hídrica, sem contar o desastre da administração tucana de São Paulo, a exhibir o leito da Cantareira crestado como as secas das terras nordestinas de outros tempos.

Outro empenho decisivo diz respeito à recuperação do prestígio da Petrobras, quarta maior empresa petrolífera do mundo, hoje em risco insustentável vítima de escândalos que ferem a credibilidade do próprio Estado brasileiro. A ação exige, **obviamente**, determinação e firmeza, sem tergiversações, e muito menos leniência, na punição dos culpados e no reacerto das rotas.

O que preocupa é a mediocridade dos conselheiros da presidenta, enquanto a distância entre a própria e Lula repete neste momento as dimensões do primeiro mandato. Está certo, dirá o ex-presidente, sempre disposto a entender, desde a vitória de Dilma em 2010, a justa aspiração da criatura de afirmar independência em relação ao criador, dizer a que veio e deixar seu legado.

Lula também sublinhará jamais ter pressionado a favor da nomeação de qualquer ministro, embora seja do conhecimento até do mundo mineral não apreciar vários entre os mais chegados a Dilma. Resta ver o que acontecerá se os maus agouros vingarem. **Ou seja**, se a recessão chegar em um Brasil que não cresce. Qual haverá de ser, se assim for, a postura de Lula?

O Brasil carregou, por mais de um século, a tradição de votar em pessoas em lugar de partidos, aspecto de óbvia explicação em um país onde partidos, na acepção democrática, desde sempre não passaram de clubes recreativos fundados por senhores da casa-grande. Com o PT desenhou-se a possibilidade de uma mudança. Não foi mantida. No poder o PT portou-se como todos os demais, com a agravante de ter prometido para não cumprir.

Não está claro até que ponto Lula pode e quer empenhar-se para recolocar seu partido nos trilhos originais. **Tampouco** estão claras suas intenções na perspectiva de 2018. **Nem** lhe conviria, agora, uma definição. **Certa** é sua boa saúde, o que poderia contribuir para apresentar a candidatura na hora oportuna. Trágico para Dilma se ele surgisse como o salvador da pátria. Não menos trágico para a casa-grande. Para os moradores da mansão, e dos seus aspirantes, Lula é a ameaça de longe mais apavorante, com ou sem partido.

#ECC03

E do que se riem?

por Mino Carta — publicado 02/02/2015 05h54

E de quem? Deles mesmos, ou de todos nós, vítimas da incompetência das nossas elites? Para o país da casa-grande e da senzala, a Idade Média continua

E no outro dia, janto em um restaurante e na mesa ao lado senta-se um tucano emérito, cercado, creio eu, por familiares. Conheço-o faz quase quatro décadas, mas ele não me cumprimenta. Chamo o garçom e peço tucano ao forno em tom audível da rua. “Não sei se tem, vou verificar”, diz o garçom, e parte para a cozinha. Chega o *maître* minutos após: “O que o senhor pediu?” Tucano ao forno, repito no tom precedente. O *maître* ri com gosto.

O vizinho da mesa, quando o conheci, tempos de ditadura, declarava-se de esquerda, até com alguma veemência. Era um jovem e promissor quadro e, **de fato**, fez carreira como parlamentar e na administração pública. Emedebista, peemedebista, enfim tucano desde os primórdios. Perfeitamente à vontade dentro de um partido que se tornou o melhor representante da casa-grande. Já o PMDB é a agremiação que interpreta admiravelmente, e sem a mais pálida intenção de disfarce, o oportunismo, o arrivismo, a falta de escrúpulos e compromissos ideológicos. O poder pelo poder.

E o PT? No governo não difere dos demais. Sua frequência da hipocrisia está no fato de que ainda proclama ser dos trabalhadores. A esta altura, não engana mesmo os mais ingênuos, a começar por aqueles que afirma representar. Se o governo já praticou políticas de inclusão social, e com êxito não somente para os diretos beneficiados, hoje em dia tal orientação está em xeque, por obra de um ajuste fiscal a prometer desemprego e recessão.

Ajuste necessário, **em princípio**, mas desde logo vincado pela inspiração neoliberal. Avisa-se do alto, com pretensa generosidade, que de ajuste “pequeno” se trataria, quando até o mundo mineral capta o contrário. Pequeno? À mesa do governo, 39 ministros ali sentados em torno da presidenta, se riem largamente, e nesta bonomia risonha tem algo de sinistro. De todos, o mais vampiresco é o ministro da Fazenda. Podem crer, ele não é de ajustes pequenos. Gargalha, em unísono, um Aíckmin de boné, ao anunciar o drama hídrico instalado em São Paulo.

Um grande ajuste poderia haver, salutar, a taxação dos ricos. **No entanto**, que esperança, tanto mais no país da casa-grande e da senzala. Joaquim Levy, aliás, poderia nos poupar de suas lições a respeito de patrimonialismo, mesmo porque, ou não entende do assunto, ou tenciona levar-nos na conversa. A ideia vale em dois sentidos. Um gênero de patrimonialismo é aquele praticado pelo governante que se nega a perceber a diferença entre público e privado e usa o poder qual fosse de sua propriedade. Outro é aquele que permite a presença do Estado onde se faz necessária conforme as circunstâncias. Se tiverem dúvidas, perguntem a Franklin D. Roosevelt e *lord* Keynes.

Não há progresso desde a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, sem a participação decisiva do Estado. Suponho que a este gênero de patrimonialismo se refira Joaquim Levy ao se dispor a erradicá-lo. Prefere um mundo de insuportável desigualdade, construído para a felicidade de banqueiros e especuladores, a fim de conseguir que 1% da população detenha 99% dos bens, como acontecerá em breve.

Perguntam meus botões: “Será que Dilma sabe ter ganho a eleição?” Evito respostas, embora perceba que o ajuste excogitado pelo ministro da Fazenda prejudica os eleitores da presidenta, antes de quaisquer outros. **De todo modo**, ao pensar no governo sorridente, me ocorre a imagem de um pescueiro a navegar ao largo da costa nortista da Escócia, na neblina da madrugada invernal. **E** sem dispor do apito, irremediavelmente avariado.

Joaquim Levy se moverá ao escárnio se alguém se permitisse dizer que Tsipras, o grego, arca com um papel interessante. Cabe-lhe, ao menos, o destemor de levantar um debate importante sobre questões vitais. Inescapáveis, se estivermos interessados no futuro, do Brasil e da humanidade. Certo é, e insisto neste ponto, que nossa imensa terrinha poderia ter sido o paraíso terrestre. Se não é, cada vez mais escancarada a responsabilidade de uma elite incompetente, sobretudo incompetente, empenhada em manter de pé a casa-grande e a senzala.

Se padecemos uma crise hídrica e outra energética, a quem atribuir a responsabilidade? Quem sabe valesse perceber que o Brasil não carece de águas. São Paulo, digamos, atravessada por dois rios de notável porte, transformados em esgotos ao ar livre, em um país incapaz de alcançar com saneamento básico um terço do seu território. Incompetência, descaso, ignorância, irresponsabilidade, jactância dos provincianos recalçados e a impotência de um povo ignaro de sua

própria cidadania. No meio, a ausência de mediação política eficaz. Meros exemplos da nossa persistente Idade Média.

O Brasil pretende-se democrático e civilizado e é o único país em que mais de 60 mil assassinios são cometidos anualmente, crimes contra a humanidade prescrevem, rico não vai para a cadeia e o novo ano só começa depois do Carnaval

#ECC04

O suicídio do Brasil

por Mino Carta — publicado 02/03/2015 04h26

Aqui estão os responsáveis pela crise, após séculos de predação e escravidão

Com a maior urgência o Brasil haveria de implorar por um New Deal para enfrentar a gigantesca crise em que o meteram. Caso se desse conta da necessidade, ainda assim faltariam um Roosevelt e um Keynes brasileiros para executá-lo. Convém admitir, **por outro lado**, que, nos começos dos anos 30 do século passado, o presidente americano e seu extraordinário inspirador britânico, se não careciam de coragem para desafiar a elite dos Estados Unidos, não se viam, **entretanto**, às voltas com uma Operação Lava Jato.

Na entrevista a *CartaCapital* publicada na primeira edição deste ano, o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli, ao afirmar que o Brasil tem de recuperar o crescimento, entendia como medida essencial investimentos em infraestrutura. “São portos – dizia Gabrielli –, estradas, ferrovias, aeroportos e, no caso do petróleo, estaleiros, sondas, plataformas...”

Gabrielli não nos brindava com uma revelação, e sim com uma constatação. O New Deal significou um enorme investimento em infraestrutura, em benefício do trabalho e do emprego. É o que se recomenda neste momento de recessão brava, com óbvia tendência a se acentuar, mais e mais. **Nem por isso**, a despeito das evidências, outras são as receitas sugeridas, ou reclamadas com veemência.

Dois saltam aos olhos, apresentadas como antídotos seguros ao desastre iminente. Uma, a do *impeachment* de Dilma Rousseff, como se, uma vez afastada a presidenta, o sol da ordem e do progresso voltasse a raiar. Trata-se, **obviamente**, de uma hipótese não somente golpista, mas também estúpida. Outra, defendida inclusive por sábios do jornalismo nativo, parece supor que, uma vez atingidos os corruptos por punições exemplares, o País reencontraria seu eixo. Nada impede que as duas receitas sejam tidas como complementares.

No primeiro parágrafo deste editorial, aludia ao Brasil como vítima. De quem? De Dilma? Da corrupção? Do Partido dos Trabalhadores? Vejamos. Dilma foi reeleita com vantagem de 5% dos votos sobre Aécio Neves. Vitória clara. A corrupção é doença crônica no País. O PT não cumpriu o que prometia e no poder portou-se como os demais. **Ou seja**, aqueles que mantêm a tradição partidária brasileira, vetusta ao contrário do tempo de vida do PT, nascido depois da reforma criada pela ditadura em 1979, e capaz, por mais de duas décadas, de se parecer com um partido de verdade, na melhor acepção democrática e republicana.

O combate à corrupção tem todas as justificativas, mas a Operação Lava Jato é apenas o último (espera-se, se ainda houver espaço para esperanças) ato de um longo enredo. Juscelino conferiu às empreiteiras um papel determinante, a ditadura o fortaleceu e ampliou. Desde o primeiro ato, a peça desenrola-se ao sabor da corrupção. **E** de muita incompetência até na hora de roubar. **E** de prepotência e manobras escusas, e da insuportável conciliação das elites.

Não são poucos os brasileiros competentes e honestos. São, **porém**, minoria absoluta, e não podem fazer a diferença. Campo livre para a chamada elite, cujo empenho total foi e é manter de pé a casa-grande e a senzala. **Ou**, por outra, uma Idade Média dotada de computadores e celulares de infinitas serventias. A Operação Lava Jato, ao mirar nas empreiteiras, sem entrar no mérito das razões que a movem e exigem justas condenações, precipita o impasse paradoxal.

A nossa elite, a turma do privilégio, os correntistas do HSBC da Suíça e de quem sabe quantos mais paradeiros de dinheiro lavado e sonegado, é a única, inescapável vilã do entrecho. Sem empresas adequadas à tarefa, Roosevelt e Keynes não teriam condições de levar a cabo o New Deal salvador. Aqui, com o processo às nossas empreiteiras, assistimos ao suicídio imposto ao Brasil por cinco séculos de predação e três séculos e meio de escravidão.

Apelo ao perdão não é admissível, está claro. Registre-se, apenas, o desfecho de uma tragédia, que parece até agora não percebida em toda a sua imponentia por quem a provocou e por quem a sofre. **E** ainda mais sofrerá, vítima anunciada o tempo inteiro.

Dois episódios desta semana são o perfeito retrato da sociedade que condena o Brasil ao suicídio. Trata-se dos moradores da casa-grande e de quantos sonham em chegar lá e já agem como se fossem inquilinos. O juiz que se apossa do carro do réu. Os apupos dos frequentadores do Hospital Albert Einstein de São Paulo dirigidos contra o ex-ministro da Fazenda em visita a um amigo enfartado.

Exemplos eficazes e aterradores, reveladores de uma sociedade que ostenta, a par de suas grifes, ignorância, parvoíce, vocação de trapaça, incapacidade crônica para a ironia e o senso de humor, prepotência e arrogância sem limites, hipocrisia e desfaçatez, velhacaria e vulgaridade. São estes os brasileiros que impõem o suicídio a um país favorecido pela natureza como nenhum outro.

#ECC05

A cretinização em marcha

por Mino Carta — publicado 09/03/2015 04h04, última modificação 10/03/2015 09h30

De como a casa-grande e os sábios do jornalismo nativo apontam as soluções erradas para sair da crise

De Rodrigo Janot cabe acentuar o correto desempenho, de sábia prudência, segundo Wálter Fanganiello Maierovitch. Na foto ao lado, o procurador-geral da República sorri com bonomia, como se dissesse “não exagerem”. Reparo merece o dizer do cartaz que Janot exhibe para os fotógrafos. No caso, a esperança é malposta.

Se indiciar um mero grupo de cidadãos brasileiros acusados de corrupção, e até condená-los ao cabo do processo que se seguirá, resolvesse o problema central e imediato do Brasil, a esperança teria sentido. Não é assim, **porém**. A corrupção é mal antigo e crônico. O cartaz em questão resulta da maciça campanha midiática urdida para desestabilizar o governo, alimentada pelo ódio de classe antipetista e pela leviandade e má-fé dos sábios do jornalismo nativo.

Este lamentável e forçado equívoco tem raízes. Por trás está a parvoíce de um país que emburrece progressivamente. Não chamemos em causa o povo, primeira vítima da corrupção e da prepotência da casa-grande, e sim aqueles que encaram o mundo a partir do seu umbigo. **E** aqui *CartaCapital* não esmorece na denúncia das responsabilidades do PT, a se mostrar incapaz de agir com independência e criatividade em relação aos andamentos tradicionais.

Todos caem na armadilha que eles próprios montaram, encarada paradoxalmente como única forma de exercício do poder. **E** é nesta moldura que se agita a crença no *impeachment* como antídoto à crise, bem como na corrupção de alguns enfim punida, a confirmar a cretinização em marcha, sem intenção de metáfora. Ideia que ecoa o passado para propor o golpe em um país muito diferente daquele dos começos da década de 60 do século passado. Os marchadores do próximo dia 15 talvez apresentem algum parentesco com aqueles de 51 anos atrás, mas o cenário é outro.

Punir a corrupção seria justo e salutar, e emprego o condicional porque ainda aguardo o desfecho desse enredo. O qual está longe de abarcar a corrupção em peso, os humores malignos que percorrem o Brasil do Oiapoque ao Chuí, os maus hábitos mais ou menos generalizados, macunaímicos. **De todo modo**, o problema central e imediato é a recessão que nos aflige, em meio a uma situação mundial sombria ao extremo.

Há sinais de resistência à austeridade imposta pelos apóstolos do neoliberalismo, nada, porém, indica mudanças profundas a curto prazo, em um mundo que oferece acolhida bem menos generosa à soja e ao minério de ferro do Brasil, eterno exportador de *commodities*. Sobram uma indústria abandonada, o desemprego, a inflação, a penúria. O índice negativo do PIB.

Igual à comparação precipitada entre a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade e a manifestação do próximo dia 15, outra, francamente inadequada, se dá entre a Operação Mãos Limpas, que mudou os rumos da política italiana, e a Lava Jato. A Itália de 1990 era a quinta economia do mundo, sua indústria gozava de boa saúde, a Justiça provava a sua eficácia e não havia um único, escasso comunista envolvido no episódio, bem ao contrário dos petistas, que, aliás, comunistas nunca foram.

Quando diz que a Mãos Limpas gerou Berlusconi, Lula não erra. Sempre que o campo da política é devastado, na terra arrasada costumam surgir os piores oportunistas. A Itália de então não precisava, **porém**, de um *New Deal*, como sustenta *CartaCapital*, para sair da crise que no Brasil obscurece irremediavelmente os efeitos positivos do governo Lula. **E** que se origina dos males de sempre, repetidos *ad infinitum*, em uma sequência tão dolorosa quanto avassaladora.

#ECC06

O país insensato

por Mino Carta — publicado 14/03/2015 09h34

Assistimos a um espetáculo deplorável e ninguém é poupado

A noite do dia 8 de março, domingo, ofereceu um impecável retrato do Brasil. A presidenta vai dirigir-se à nação estacionada diante do vídeo, a Globo nos proporciona a bem de um gordo ibope o *Domingão do Faustão*, festival de inomináveis bobagens e vulgaridade irrefreável. Irritados com a interrupção do programa, os telespectadores, sobretudo aqueles dos bairros que se declaram nobres, erguem-se do sofá da sala e, de panela em punho, vão à janela, debruçam-se a meio busto e batem no instrumento improvisado com talheres adequados à tarefa e com o vigor dos tocadores de tambor de gasolina na Martinica. Acompanha o batuque clangoroso o coro “Fora Dilma”, com o contorno dos melhores exemplos do primitivo turpilóquio nacional.

Indiscutível prova dos alcances da imaginação nativa. A mídia exulta. A nobreza dos bairros eleitos a cenário do espetáculo, e de seus moradores, inúmeros apinhados nos terraços gourmet, não passa de demonstração de provincianismo tropical. A mídia prazerosamente embrenha-se neste cipoal de parvoíce e grosseria, é partícipe ativa e empenhada, donde incapaz de perceber o que, **de fato**, acontece e acontecerá.

Nem por isso, vozes das redações apressam-se a esclarecer que não é só de ricos que se nutre o panelaço. Não foram somente estes os cidadãos que votaram contra Dilma, está claro, não fosse assim Aécio não conseguiria 48% dos sufrágios. Resta ver por que pobre grita “Fora Dilma”, rico a gente já sabe. Muitos aderem por imitação, por modismo, por servilismo. Por espírito festeiro, por parte de quem não se dá conta do possível desfecho disso tudo.

Observem nas fotos publicadas pelos jornalões na quarta 11 quantos riam entre os visitantes do 2º Salão da Construção de São Paulo ao vaiarem a presidenta recém-chegada para a inauguração. **E** quantos, em geral, em todas as praças, acreditam efetivamente que Dilma, Lula e o PT são os únicos responsáveis pela crise? **E** quantos enxergam no *impeachment* a solução que a situação recomenda?

Os meus botões puxam-me pelo paletó. Vem cá, e então qual seria a culpa da presidenta, ou ela simplesmente não tem culpa alguma? Confabulamos, na zona miasmática situada entre o fígado e a alma. Conclusão acordada: faltou a ela talento político para o diálogo com o Congresso e com o empresariado, aquele gênero de conversa que faz de Lula um mestre na matéria. Faltou avaliação atenta e precisa na escolha dos principais colaboradores.

Mas há quem ela ouça? Os botões insistem, pergunta irrespondível por falta de informação. Na segunda 9, após o panelaço, Dilma quis revidar ao dizer que nada previsto na Constituição justificaria o *impeachment*. Talvez lhe faltasse ânimo para ser mais clara e falar em golpe. **E** não seria então a mais relevante conveniência que a presidenta evitasse pronunciar a palavra impedimento? Teria ela consultado previamente os conselheiros mais próximos, ou um apenas, antes de falar? **Ou** teria agido por conta própria? Em um caso, ou noutro, precipitou-se, por decisão-solo, ou compartilhada.

A propósito, e esse tal de Joaquim Levy? E lá vou eu: talhado para fazer o exato contrário daquilo que seria preciso para tirar o Brasil do atoleiro. Nem deve saber de Keynes, comentam os botões. Conseguem ser bastante azedos. Este é um ponto crucial: Dilma não haveria de esquecer que a vitória eleitoral se deveu ao voto dos prejudicados, ou melhor, dos humilhados e ofendidos, por qualquer programa de austeridade, o nosso já em marcha.

Há um complicador, é óbvio. A Operação Lava Jato, além do mais declamada pela mídia como se a corrupção fosse obra exclusiva do PT, de Dilma, de Lula. Ora, ora, Lava Jato, mensalões, compra de votos no Congresso, privatizações para enriquecer apaniguados, *inside information* etc. etc. Trambiques, falcatruas, o patrimonialismo inesgotável no País que às vezes se arvorou a ser do futuro, terra de 500 anos de predação e onde a escravidão, oficialmente encerrada depois de três séculos e meio, ainda não terminou na prática do cotidiano.

Na semana passada, ao dar razão a Lula quando afirma que a Operação Mãos Limpas na Itália resultou em Berlusconi, observei que na terra arrasada costumam triunfar os piores oportunistas. Esqueci de registrar que no Brasil os piores oportunistas estão a postos desde sempre.

#ECC07

Pobres e desprezados

por Mino Carta — publicado 06/04/2015 05h37

Sai na França um libelo contra a esquerda europeia. Mas no Brasil a situação é pior

Um livro de recomendabilíssima leitura acaba de sair na França, intitulado *Le Mépris du Peuple*, o desprezo do povo. Subtítulo: de como a oligarquia fez da sociedade seu refém. Autor, Jack Dion, jornalista de origem esquerdista.

Escreve Dion: “Quando os partidos que chegam ao poder se tornam instrumentos de defesa do *establishment*, o povo transforma-se em inimigo e passa a simbolizar um perigo potencial”. O autor aponta o emprego enganoso do termo *populismo* para negar alternativas ao *liberalismo*, ou seja, à ortodoxia neoliberal, como único caminho destinado a preservar a democracia.

Dion recorda que há 40 anos o então chanceler alemão, Helmut Schmidt, socialista, dizia que os lucros de hoje serão os investimentos de amanhã e os postos de trabalho de depois de amanhã. Quarenta anos após, são os dividendos de amanhã e o desemprego de depois de amanhã. E em lugar de Schmidt, a Europa e o mundo padecem Angela Merkel.

Caso voltasse seus olhos para o Brasil, Dion anotaria, como sinônimo de *populismo*, outro termo esbanjado, *chavismo*, eventualmente associado a *comunismo*, em um país cujos burguesotes em 2010 qualificavam a candidata Dilma Rousseff como guerrilheira. Com o estímulo e o apoio dos escribas da mídia nativa, sem deixar de sublinhar que a palavra escriba não indica lida fácil com o vernáculo.

Dion escreve um vigoroso libelo contra a esquerda do ex-Primeiro Mundo, insensível e desarmada diante da concentração da riqueza nas mãos de uma minoria cada vez mais diminuta, fenômeno de maior evidência nos Estados Unidos, onde, faz seis anos, 95% do crescimento é confiscado por 1% da população. E haja *Tea Party*. Pois saiba Dion que nós temos o nosso *Tea Party*, promovido pela mídia nativa, com o beneplácito, quando não da colaboração de quem já se disse de esquerda, ou ainda se diz, impávido.

Sejamos claros: o primeiro governo de centro-esquerda na história do País foi o de Lula. Houve, a precedê-lo, a Carta aos Brasileiros e, após a posse em janeiro de 2003, a entrega do Banco Central a Henrique Meirelles. Logo, porém, políticas foram praticadas para tirar da miséria mais de 30 milhões de cidadãos. Lula liquidou a dívida externa, encheu as burras do Estado, inaugurou uma política internacional independente. Ótimo governo que conseguiu escapar aos dias piores da crise econômica global.

Esta, contudo, não poupou Dilma, e nem poderia. Inútil, além de hipócrita ou estulto, negar que o recrudescimento da crise foi determinante na baixa progressiva do nosso PIB. Erros foram cometidos, *inegavelmente*, para piorar a situação. O descaso governista em relação à indústria, antes de mais nada. *Mesmo assim*, parte das políticas sociais cultivadas por Lula foi mantida, e algumas até reforçadas.

Foi quanto bastou para justificar o apoio de *CartaCapital* à candidatura da presidenta ao segundo mandato, na certeza de que uma vitória tucana nos devolveria ao final do século passado, quando FHC reinava. Em meio às vicissitudes, esperávamos por um governo de centro-esquerda, aquilo que o de hoje não é, submisso ao mercado, indiferente ao rentismo dominante, em retirada nas políticas sociais, refém de predadores do porte mais primário, para não dizer primitivo, de Eduardo Cunha e Renan Calheiros.

Há tempo *CartaCapital* reconhece a necessidade de um reajuste fiscal, permite-se, *no entanto*, a seguinte dúvida: pode a manobra ser da responsabilidade de um discípulo de Angela Merkel? Não dos mais atilados, diga-se, seu depoimento de terça 31, no Senado, é uma obra-prima de incongruências. Se Dion encarasse o Brasil, não deixaria de verificar que por aqui está em curso um ataque à própria razão, não bastassem as medidas a quem faz o mal do mundo. Para combater a criminalidade, cogita-se de atirar menores nas cadeias superlotadas. Para combater a corrupção, pretende-se aprisionar réus a partir da condenação em primeira instância. Meu professor de Direito Romano na Faculdade do Largo de São Francisco, Alexandre Correa, padeceria de um sobressalto interior, talvez fatal.

E o ministro da Justiça opina a respeito? Silêncio condescendente. Em compensação, contamos na pasta da Agricultura com uma latifundiária, a representar aquele 1% que detém a propriedade de 50% das terras agriculturáveis. Os ricos erguem seus palácios, blindam seus carros, exigem *valet parking* nos logradouros públicos e seguranças engravatados enquanto circulam de

bermudas e havaianas. Ao mesmo tempo, 40% do território nacional não é alcançado pelo saneamento básico e mais de 60 mil brasileiros morrem assassinados anualmente. E nada disso fere a consciência dos demais. Alegrementemente desprezam-se os pobres, e estes deixam-se desprezar.

#ECC08

A marcha do caos

por Mino Carta — publicado 12/04/2015 06h47

O previsível desfecho da situação criada por quem enxerga em “foradilha” o abracadabra do sortilégio que acaba com a crise

A Operação Zelotes amplia largamente o retrato do poder à brasileira. Tenho usado a dicotomia casa-grande e senzala para representar a situação do País que não muda, a viver uma Idade Média vinculada pelo brutal desequilíbrio social. Na casa-grande moram os senhores envolvidos nas operações em andamento, e em outras anteriores, enterradas e esquecidas. Contam com coinquilinos de porte e nem tanto, desde graúdos até hoje incólumes, até remediados sonhadores do *upgrade*, mas por ora instalados no sótão.

Em boa parte, ali se cultivam ódio de classe e racismo e, mesmo entre os mais ricos, o espírito pequeno-burguês que move à ostentação para combater os recalques e encobrir as lacunas intelectuais. Chama atenção, no confronto entre Lava Jato e Zelotes, a diferença de comportamento tanto da autoridade judiciária que conduz os casos quanto da cobertura midiática. Explicação rápida e rasteira: os zelotes não são petistas. Se fossem, ai deles.

Há anos *CartaCapital* registra, sem meias palavras, que o PT no poder portou-se como todos os demais partidos surgidos na história do Brasil, de fato clubes recreativos do pessoal da casa-grande. **Nem por isso** deixamos de ser rotulados como revista chapa-branca, ou lulopetista. Basta, para tanto, afirmar que o PT, de 1980 a 2003, foi o primeiro e único partido brasileiro merecedor do título, sem contar a peculiar história do MDB de Ulysses Guimarães. **Ou** que, Lula presidente, o Brasil cresceu em todos os sentidos, sem excluir a política internacional. Tivessem dado ouvidos a Lula e ao seu chanceler, Celso Amorim, o acordo nuclear com o Irã teria sido concluído muito antes e Barack Obama teria poupado o mundo, o Oriente Médio e a si próprio de anos de incerteza e tensão.

Também aqui a explicação é óbvia e veloz: *CartaCapital* pratica o jornalismo honesto, enquanto a mídia nativa é instrumento da casa-grande e como tal acaba por assumir o papel de partido de oposição. Domingo 12 de abril, mais uma marcha vai desfilar contra o governo, e seu êxito depende da Globo, cujos propósitos parecem ser bastante agressivos. Mudados os horários do futebol, a emissora prepara-se para uma transmissão minuto a minuto dos eventos que dispensam a bola, no habitual esforço de se valer da credulidade da multidão. Da absoluta ausência de espírito crítico.

Que pretende a mídia nativa? Meus acabrunhados botões respondem: o caos. Será possível? **Pois é**, retrucam, por esta atoadada haveria de se esperar por algo mais que o caos? Será o resultado inescapável da insensatez geral, e, na moldura, destaque, **por exemplo**, para os vislumbres de eminentes cavalheiros da Fiesp inclinados a encarar com alívio a eventual substituição das empreiteiras nacionais atingidas pela Lava Jato por empresas chinesas. **Aliás**, a China está no topo dos pensamentos positivos, depois do polpudo empréstimo feito à Petrobras.

Aos botões peço que imaginem o preço da transação. Aventam a hipótese: e que tal se fosse à base do preço atual do barril, na previsão de uma elevação substancial, se não a curto, a médio prazo? Se for assim, devolveremos a alma. Não haja espantos. Há quem se regozije com a gestação em curso do banco mundial dos BRICS. Falamos de Rússia, África do Sul, Índia, Brasil. Ah, **sim**, e China. Na prática, a que se deve a nova esperança? Lula nos livrou da condição de súditos do império norte-americano, mas o rol de país-satélite nos agrada sobremaneira. De sorte que torcemos agora para ser súditos do império chinês que vem aí, inexorável.

Infeliz terra, nosso querido Brasil, tesouro de valor inestimável atirado ao lixo por uma elite predadora e incompetente. Estamos a colher o resultado do tempo perdido, de uma forma repentina, inesperada até, embora o tempo possa incumbir-se de exibir toda a sua inevitabilidade. Talvez os fados tivessem assentado o trágico desenlace, precipitado pela aposta no caos. O qual começaria pela quebra das empreiteiras, únicas empresas brasileiras habilitadas a oferecer emprego e crescimento. O apelo é tão inevitável quanto desesperado: punam-se os corruptos, zelotes e que tais, salvem-se, **porém**, as empresas.

Quanto ao governo, é tolo e irresponsável quem acredita que “foradilha” é o “abracadabra” de um sortilégio que redime o Brasil.

#ECC09

De Mussolini a Eduardo Cunha
por Mino Carta — publicado 20/04/2015 09h56

O enterro da CLT levaria ao túmulo todo o esforço de várias décadas para conferir dignidade ao trabalho

Ao cabo de uma longa temporada de governos ditos de esquerda qual fosse pecado irreparável, a inextinguível direita nativa terá de admitir que se precipitou na definição caso seja sacramentado o enterro da CLT, cerimônia esta de óbvia qualidade reacionária. Como sabemos, o debate parlamentar a respeito do assunto está em andamento e ainda há espaço para um veto presidencial, invocado em primeiro lugar por Lula.

A história das nossas leis trabalhistas tem seu lado paradoxal. **De fato**, é bastante peculiar. Getúlio Vargas, ao criar a legislação social brasileira, recorreu à *Carta del Lavoro* encomendada por Mussolini ao jurista Alfredo Rocco, competente do ponto de vista técnico, além de disponível para qualquer empreitada. Certo é que o código fascista representava, pasmem à vontade, um avanço notável para o Brasil do fim dos anos 30 e começos dos 40. Exemplo, apenas: naquele tempo, empresas de São Paulo usavam máquinas adequadas à altura de meninos de 12 anos e ao braço negro juntavam o branco, do emigrante.

Getúlio, figura imponente da história, capaz de um projeto pioneiro de Brasil, não deixou de se tornar ditador por largo período e de cultivar o chamado peleguismo, assim como Mussolini transformou os sindicatos italianos, de grandes tradições, em corporações sujeitas aos seus desígnios.

Houve figuras respeitáveis mesmo na quadra dominada pelo peleguismo, herdeiros do anarquismo que deflagrou as greves paulistanas nas duas primeiras décadas do século passado, até a deportação de 400 anarquistas por Altino Arantes. Sem condições, os herdeiros, de mudar o rumo que convinha aos donos do poder.

Decisivo, para pôr fim ao peleguismo, o papel de Lula quando presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Negociador hábil, **certamente**, disposto à composição, mas também ao confronto, se fosse o caso, como se deu nas greves de 1978, 79 e 80. O pico de maior tensão em abril daquele último ano, quando Lula foi preso e enquadrado na chamada, ignóbil, Lei de Segurança Nacional. Melhor, de segurança da casa-grande. Aquele período de três anos precipita no País um sindicalismo contemporâneo e forma futuros eleitores do Partido dos Trabalhadores. **E** representa a mais eficaz resistência à ditadura civil-militar.

É fácil entender como e por que o projeto da terceirização do trabalho fira profundamente o ex-presidente do Sindicato de São Bernardo e Diadema, e do Brasil todo, diante de quem o deputado Eduardo Cunha se posta como o vilão na encruzilhada deste momento espantoso e insano a caminho do caos. **E** tanto mais se o enterro da CLT se der em uma situação de impotência de um governo tido de esquerda até ontem, ou anteontem. Por muitos, entre os quais não figuro há bom tempo.

Ser de direita ou de esquerda seria opinável hoje em dia, na crença de que os contornos das ideologias esmaeceram, ou se apagaram de vez. Na qualidade de crente da igualdade, creio que o governo de Lula foi francamente de esquerda ao implementar suas políticas de inclusão social. A caducar a CLT, fenece o impulso que fez brotar o PT, a partir das arengas de Lula do palanque da Vila Euclides. Recordo que até a *Time* se comoveu então e dedicou a Lula uma página, em reconhecimento da liderança nascente.

Desolador até os limites extremos é que daquele enredo exaltante, a gerar 22 anos após o governo do próprio líder do movimento, surja hoje quem possa cancelar o fim da CLT velha de guerra. Assim como é sinal sinistro desta fase da nossa história o poder de um Eduardo Cunha (na esteira, Renan Calheiros) a decidir os destinos de todos nós.

#ECC10

A má informação

por Mino Carta — publicado 27/04/2015 04h30

A mídia se esforça para nos confundir. Diante do balanço da Petrobras, evidente a tentativa de devolvê-la ao projeto entreguista de FHC

Ilustra esta página a primeira capa deste ano, belo exemplo do jornalismo que *CartaCapital* pratica. Honesto, fiel à verdade factual, responsável, crente da melhor lida com o vernáculo. Naquela mesma ocasião, a mídia nativa dedicava seu verbo mais retumbante à chacina na redação do *Charlie Hebdo* e clamava contra mais um atentado contra a liberdade de imprensa e de expressão.

CartaCapital optou por outra visão das coisas da vida e escolheu o assunto que iria inquietar o País nos meses seguintes, dominar a cena política e criar problemas crescentes para o governo recém-empossado de Dilma Rousseff. A mídia, com as habituais exceções, preferiu banalizar a tragédia. Abandonou-se à correnteza, seguiu o exemplo do jornalismo mundial, conforme manda a tradição colonial. Com os resultados almejados: até brasileiros foram em espírito à *la place*, assim como hoje marcham de corpo presente pelas avenidas aos gritos de *foradilma*.

A cretinização é fenômeno mundial e os comportamentos midiáticos contribuem notavelmente para tanto. O massacre cometido na redação do jornal satírico parisiense é crime hediondo. Ganha, **porém**, uma repercussão que outros fatos tão graves não têm, sem contar as interpretações rasteiras. Vale perguntar aos nossos botões, desde que saibamos ouvi-los, por que não vamos à praça ou à avenida, diante de outros crimes contra a humanidade, perpetrados ou não por grupos islamitas?

Não nos incomodamos, **por exemplo**, se 250 estudantes são sequestradas pelo Boko Haram e delas nada mais se sabe. **Ou** com a chacina de cristãos em pontos diversos do mapa africano. **E** perfeitamente indiferentes recebemos as notícias da espantosa situação dos fugitivos da miséria e da prepotência que atravessam o Mediterrâneo em busca de praias seguras, e que soçobram pelo caminho. Falam de milhares de mortos, entregues à sanha de organizações criminosas e tragados pelas ondas de rotas odisséicas. Vítimas da desigualdade social de um mundo cada vez mais injusto, com o beneplácito da aceitação passiva do neoliberalismo e do silêncio de quem teria condições de reagir.

A tragédia mediterrânea resulta, em primeiro lugar, dos erros seculares, da violência e da arrogância dos poderosos do Ocidente, a decidirem unilateralmente, a partir daqueles que veem como seus exclusivos interesses, os destinos da África e do Oriente Médio. **E** de todos aqueles que não sabem, ou não querem, ouvir seus botões.

Aqui na nossa cena, o ataque midiático à razão mira, entre outros alvos, a situação da Petrobras, nossa estatal que Fernando Henrique Cardoso pretendia privatizar. **Pois** a inegável crise da companhia alega jornalões e revistas. Os fatos falam claro, mas o primeiro objetivo é atingir o governo e o PT. Entre os participantes da festa, ninguém, **obviamente**, se digna avisar o público a respeito do efeito negativo da queda do preço do petróleo sobre os balanços de todas as companhias petrolíferas do mundo. Transparente, de todo modo, é outra manobra: a tentativa de agarrar pelos cabelos a fugidia oportunidade de reconduzir a Petrobras ao projeto do governo FHC. Não é por acaso que nas páginas da imprensa se aventa como inevitável a venda do pré-sal, a despeito do enérgico desmentido do presidente Bendine.

Certos comportamentos em outros tempos eram definidos como entreguistas. Nada de surpresas. Exemplo: nas mais altas esferas da Fiesp, órgão mais representativo da mentalidade da indústria brasileira, há quem defenda com olhos radiantes a substituição das empreiteiras brasileiras pelas chinesas.

O relato das efetivas condições da Petrobras está na reportagem de capa desta edição, para concluir que a situação é melhor, muito melhor, do que gostaria a mídia nativa.

#ECC11

Os três Poderes

por Mino Carta — publicado 11/05/2015 05h19

E que diria Montesquieu ao constatar que no Brasil se chamam Eduardo Cunha, Gilmar Mendes e Joaquim Levy?

Propala-se que a sociedade brasileira padece de exagerado, desbordante pessimismo. Afinal, o Brasil é a sétima economia do mundo, pagou suas dívidas etc. etc. O que vem a ser a sociedade brasileira, quais seus contornos precisos, confesso não saber. Sei que o advérbio *afinal* tem o poder de me irritar sobremaneira. Não há conversa, fala na tevê, texto midiático, isento do recheio de um ou mais *afinal*. Já houve tempo do inevitável *com certeza*, mais remotamente de *a nível de*. Talvez sejamos muito vulneráveis às modas em geral, e não me surpreenderia se surgissem os defensores da tese de que a moda atual é o pessimismo.

Pergunto aos meus macambúzios botões: será? **Evidente**, respondem em tom estranhamente soturno, claro, claríssimo. Encaro-os, a me fingir de desentendido. Ora, ora, que sentimento o toma, perguntam do seu lado, quando constata que as figuras mais representativas deste país são hoje Eduardo Cunha, Gilmar Mendes e Joaquim Levy? São os três poderes da democracia brasileira, três conforme manda Montesquieu. Insistem: como deixar de ser otimista? Espíritos condoídos às vezes deságuam em sarcasmo.

Costumo declarar-me anarco-gramsciano. Apossei-me de uma regra de comportamento de Antonio Gramsci, recomendava pessimismo na inteligência e otimismo na ação. Significa jamais entregar os pontos, mesmo em situação adversa. A apropriação do conceito não é indébita. O próprio pensador italiano a tomou do escritor francês Romain Rolland. A lição não vale somente para mim, mas também para *CartaCapital*. Mesmo com vento contrário, não perdemos a bússola.

Vento forte, a bem da verdade, mistral bravo, noroeste carregado de umidade maligna, é preciso reconhecer. Vivemos uma crise de proporções imponentes, de origem mundial, complicada, **porém**, por graves erros da nossa lavra, econômicos e políticos, cometidos em boa parte pelo próprio governo e por quem o sustenta, ou haveria de sustentá-lo. **E** por males endêmicos, próprios de um arremedo malogrado de civilização. Triste resumo de um enredo que resulta em um governo travado, à beira da impotência.

No outro polo, uma oposição incapaz de desempenhar um papel construtivo, empenhada exclusivamente em promover os desígnios da minoria e devolver o País à condição de súdito de algum império. O questionamento da serventia dos partidos como mediadores de interesses sociais junto ao poder é fenômeno que hoje aflige todos os países democráticos, ou tidos como tais. No Brasil, a questão alcança níveis paroxísticos, mesmo porque o PT, o único que poderia assumir o papel com um mínimo de dignidade, está agora em escombros, tragado por seu próprio fracasso ao chegar ao poder.

Consta haver exemplos notáveis de criatividade no empresariado jovem, e *CartaCapital* se compromete a procurá-los e valorizá-los. A novidade não atinge, **contudo**, o patronato tradicional, perfeitamente representado pelos sonhos tucanos. Nesta moldura, a presidenta Dilma oscila entre um bancário graúdo e o instável, subdolo apoio do PMDB, a inesgotável agremiação do poder pelo poder. Otimistas na ação, nós somos, cétricos ao extremo, **entretanto**, em relação às perspectivas de um país que carece de homens e ideias.

Tudo contribui para favorecer, e mesmo impor, a ideia do caos, e nela cabem situações e personagens sem conta. Desde a aprovação da PEC da Bengala pelo Congresso até a presença de Marco Polo Del Nero na presidência da CBF, pessoa privada, para a costumeira conveniência de poucos, mas representativa de um esporte fundamental para a expressão da cultura brasileira. Sem contar a nomeação de João Doria Jr. para a chefia da delegação brasileira à Copa América, claro desafio ao próprio governo, integrado por um ministro do Esporte absolutamente inepto.

Desde a desastrada intervenção do ministro de Minas e Energia, que, em Nova York, representante do Brasil em uma conferência sobre o petróleo, admite a possibilidade da entrega de bens da Petrobras a quem estiver disposto a adquiri-los contra os interesses nacionais, até aspectos mais contundentes deste gravíssimo momento, como a ausência de uma sociedade (**pois é**, sociedade) civil e de uma nação pronta e acabada, livre da herança de três séculos e meio de escravidão e consciente da cidadania.

#ECC12

Cuidado com ele

por Mino Carta — publicado 18/05/2015 09h30

Recado aos senhores: se Lula entrar na briga, vai provar sua condição de líder do povo brasileiro

A situação de caos que o País vive precipita um grande equívoco e duas urgências. Destas, uma investe Dilma Rousseff. Esgota-se o tempo que lhe sobra para tentar rever posturas, orientações, escolhas.

Não esqueço a última vez em que estive com ela, em companhia de Sergio Lirio e André Barrocal, para entrevistá-la às vésperas das últimas eleições. Impressionou-me o isolamento da presidenta sobrepujada pelo álgido cenário fascistoide transplantado para o Trópico no Palácio da Alvorada, enorme redoma de solidão. A outra urgência diz respeito a Lula. O ex-presidente chegou a uma peremptória encruzilhada e tem de escolher a saída que mais lhe convém.

Recordo o dia, mais ou menos recente, em que ouvi de Lula a seguinte frase: “Um presidente considera-se bem-sucedido quando se reelege, e digno da excelência quando elege seu sucessor”. Inviável o *impeachment* de Dilma sonhado por muitos opositores, é difícil, nas circunstâncias atuais, deixar de imaginar um final melancólico para o segundo mandato da presidenta. Se for assim, ela não fará seu sucessor.

Como observava Mauricio Dias em sua Rosa dos Ventos, na edição passada, faltam para a sucessão quadros potáveis no governo e no PT. Resta mirar em Lula. A própria oposição ajusta a alça. Eis o verdadeiro inimigo, antes de qualquer outro. O que a elite brasileira mais teme é a volta por cima do ex-presidente. O ex-operário, de novo!? Vaias e panelaços que de uns tempos para cá lhe são reservados, além de patéticos, não escondem o medo, e não exagero no emprego da palavra. Resta ver se Lula pretende, ou não, transformar o Brasil em uma infinda Vila Euclides.

Ele pode, é o único, verdadeiro líder do povo brasileiro, se quiser, enche as praças. Ao longo de dois mandatos realizou avanços importantes, inferiores a meu ver, àqueles que poderia e deveria realizar. Bastou, **contudo**, para deixar a Presidência com altíssima aprovação, nunca dantes navegada. O que pretende a partir deste momento não está claro. Evidente é sua irritação. Não contemplo somente os comportamentos midiáticos, as acusações de envolvimento em escândalos variados, os apupos do preconceito elitista, como prova seu discurso no evento da CUT promovido em São Paulo dia 1º de maio. **De fato**, abala-se também a críticas ao governo Dilma, a rigor as primeiras públicas.

Estamos na encruzilhada e o equívoco seria a consequência, a depender da escolha de Lula ao determinar seu caminho. Se decidir, em lugar da aposentadoria, pela disputa do poder, assistiremos a um imperioso retorno à ribalta, mesmo que agora não seja seu objetivo descer à liça em 2018. Quanto ao equívoco, suponho ser geral, da oposição, da chamada elite, da mídia, bem como do PMDB, do próprio PT, e do governo que o partido haveria de sustentar.

Lula tem todas as condições, e mais algumas, de reassumir uma liderança avassaladora, em parte abandonada para deixar espaço a Dilma Rousseff. Quem supõe que, ao sabor do dito petrolão, da tibieza governista e do martelar midiático, Lula esteja encurralado, engana-se além da conta. Quem se ilude, corre o risco de, como se diz, cutucar a fera com vara curta.

O Brasil vai mal, graças a um acúmulo de erros e desmandos, de resto encadeados no decurso das décadas de sorte a se tornarem mal endêmico, mas o jogo, o trágico enredo que entrega o País ao caos, não está encerrado. Diz um antigo provérbio italiano: *non destar il cane che dorme*. Não desperte o cão que dorme.

#ECC13

Meu pai enganou-se

por Mino Carta — publicado 25/05/2015 03h00

O Brasil tinha tudo para ser o país do futuro, mas ao longo do tempo reforçou sua ligação com o passado

Ao chegar a São Paulo em agosto de 1946, meu pai tinha certeza de aportar no país do futuro. Com ele vinham a mulher e dois filhos, ou seja, meu irmão Luis e eu, ambos rapidamente remetidos ao Colégio Dante Alighieri. São Paulo era uma cidade composta e pacata, não abrigava favelas ou exibia pobreza nas ruas, os homens, todos sem exceção, assim me pareceu, usavam chapéu no inverno e meias brancas quase sempre.

A cidade tinha 1 milhão e meio de habitantes e 50 mil carros, e as chapas dos senhores apresentavam números baixos, às vezes um apenas, até o 9. O conde Chiquinho Matarazzo tinha direito ao número 1 para o seu carrão preto, não recorro se Cadillac ou Lincoln Continental. Quando chegamos, nos postes da Avenida São João, a mais importante do Centro, estavam pendurados cartazes que apresentavam uma perturbadora Rita Hayworth no papel de Gilda, em tamanho gigante, a convidar a população ao Cine Ipiranga para assistir ao filme homônimo.

Morávamos no Jardim Paulistano e meu irmão e eu andávamos 10 minutos até o ponto final do bonde. Jogava futebol na rua, quando toda pedra ou lata merecia meu chute, e nas manhãs de domingo no campo do Corintinha da Maria Carolina, de terra e desnível de dois metros entre um gol e outro. Cedo vinham os carrinhos carregados de verdura para bater à porta das casas, e um coxo passava com seu aviso em tom de ladainha: cinco cá-beças de alho, dois cruzeiros. Telefone era luxo, a pagamento usava-se o da venda na esquina mais próxima. Os graúdos moravam nos casarões da Avenida Paulista, eram quatrocentões, ou seja, originários de Portugal que pretendiam ter chegado pouco após Cabral, ou italianos e árabes enriquecidos, às vezes muito, estes últimos chamados de turcos por terem desembarcado com passaporte do Império Otomano.

Diluídas no tempo as histórias aventurosas do mítico ladrão Amleto Gino Meneghetti, capaz de escalar as paredes das mansões e de dizer: “A diferença entre um banqueiro e eu é que aquele tem paciência”. Os carcamanos e os descendentes de espanhóis ficavam nos bairros operários, Brás, Bexiga, Mooca, Pari, onde havia décadas representavam o braço válido da transformação de São Paulo no maior centro industrial do Hemisfério Sul.

O Brasil mudaria a partir desta região da cidade, em sentidos diversos. De noite, as famílias levavam as cadeiras para as calçadas, tomava-se vinho e jogava-se aos gritos a *morra*, um palitinho em que os dedos da mão substituem os palitos. *Illo tempore*, e me refiro ao período que vai de 1946 até o golpe de 64, estavam vivos, só para lembrar alguns, Gilberto Freyre, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Candido Portinari, Nelson Rodrigues, e havia jornalistas como Claudio Abramo.

Que sobrou daquela cidade e daquele Brasil? Sabemos dos efeitos trágicos do golpe civil-militar. **Mas** já naquela risonha quadra paulistana as oligarquias esticavam seus tentáculos. Vínhamos da época das monoculturas, dos coronéis, dos senhores de engenho, que plantaram hábitos antes que raízes. Vínhamos das greves de São Paulo nas duas primeiras décadas do século passado, resolvidas por Altino Arantes com a expulsão de 400 anarquistas. **Mesmo assim**, Getúlio Vargas cuidara de criar Volta Redonda e a Petrobras, a CLT e o salário mínimo.

O mal irreparável causado pelo golpe é escancarado aos nossos olhos, interrompeu um processo habilitado a levar o Brasil à contemporaneidade. Vivemos até hoje as consequências do golpe, e das tradições e dos humores gerados pela colonização predatória e pela escravidão. Baseados na inesgotável vocação golpista, na corrupção endêmica, e até na vocação da rasteira e do passa-moleque, própria do agir necessariamente subdolo do escravo.

Quando cheguei ao Brasil, a nossa cultura olhava para Paris, os filhos dos senhores haviam estudado na França, embora os pais viajassem para Marselha em companhia de vacas leiteiras, a garantir a qualidade do café da manhã. Logo nos entregamos ao exemplo dos Estados Unidos, e com esta escolha erguemos uma caricatura. Foi o primeiro passo da desgraça, estética, se quiserem, a qual não é de modo algum secundária, a alimentar e fecundar provincianismo, ignorância, insensibilidade, mau gosto, arrogância, bem como inúmeros recalques. O momento que atravessávamos não é inútil, ao menos é revelador.

Meu pai, está claro, enganava-se.

#ECC14

O suicídio dos filisteus

por Mino Carta — publicado 15/06/2015 04h44

A tentativa de incriminar Lula prova somente a sua condição de único líder popular brasileiro reconhecido mundo afora, como se deu na Itália dias atrás

Quando Fernando Henrique Cardoso deixou a Presidência da República, o Banco Itaú forneceu-lhe de graça a sede do Instituto que acabava de criar e lhe doou 2 milhões de reais. Outras importantes empresas cuidaram de atapetar suavemente o futuro do ex-presidente, entre elas, Camargo Corrêa (doação de 7 milhões) Odebrecht, Klabin e Gerdau. Sem contar a Sabesp, empresa pública em mãos tucanas (500 mil).

As primeiras páginas dos jornalões negaram-se então a noticiar algo que, de verdade, só ofendia a lei por causa da Sabesp. Ao contrário do que aconteceu na manhã de quarta-feira passada para insinuar a suspeita em relação à doação feita há tempo pela Camargo Corrêa ao Instituto Lula, bem como o pagamento de conferências do mesmo Lula, o qual na atividade de palestrante segue o exemplo do seu antecessor.

Recorde-se que durante a ditadura, no seu respeitável Cebrap, FHC contou com o apoio financeiro da Fundação Ford, quem sabe a provar a teoria da dependência. Não é complicado, **contudo**, entender as razões da diferença de tratamento reservado ao ex-presidente sociólogo e ao ex-presidente metalúrgico. Entram na receita a classe social de um e outro, está claro, bem como seus desempenhos na Presidência. FHC implantou um governo de extremo agrado da casa-grande. Lula, sem deixar de fazer concessões aos graúdos, voltou seus olhos também para a senzala. **Por isso, aliás**, goza do reconhecimento do mundo, como se deu na sua recente visita à Itália, encerrada dia 8 desta semana.

O Brasil vive em profundo tormento: recessão, desemprego em aumento, criminalidade de proporções bélicas, empresariado frustrado, inquietação política, empreiteiras a risco, mercado prepotente, e assim por diante. Fermentam os temores da minoria privilegiada enquanto a maioria sofre por ora sem a nítida noção de quanto acontece. Às vezes parece surgir em cena uma espécie de sanha suicida, forma aguda de fanatismo do Apocalipse, como se os filisteus tivessem decidido não esperar por Sansão.

Algo mais, **de todo modo**, precipita pesos e medidas diversos na atenção midiática dedicada a Lula na comparação com outras figuras nacionais, algumas francamente negativas. Discrepância escancarada, provocada, em primeiro lugar, por uma razão do conhecimento até do mundo mineral. O que mais apavora os privilegiados é o retorno de Lula em 2018.

Preocupação dominante, avassaladora. Antes de mirar em Dilma e no PT, visa-se o vencedor de 2002 e 2006, sem atentar para o fato de que o destino de Lula está nas mãos do governo da presidenta e do partido que ele fundou faz 35 anos. E da própria, célebre mosca azul, se as coisas tiverem funcionado a contento antes da hora da decisão.

Apesar de alvejado incansavelmente, Lula é o único, autêntico líder popular brasileiro. Na Itália, onde visitou a Exposição de Milão, conversou com o premier Renzi e com o ex-presidente da República Napolitano, palestrou na prefeitura de Roma aos pés da estátua de Júlio César, e na reunião da FAO, a contar com a presença de 30 chefes de Estado, surgiu como personagem principal, saudado campeão da luta contra a miséria e a fome. Não houve retórica nas manifestações das autoridades e muito menos nos aplausos recebidos pelas ruas.

Nestes dias realiza-se em Salvador o Congresso do PT, o partido que, chegado ao poder, distanciou-se dos propósitos iniciais e se portou igual aos demais em todos os tempos da história republicana. **E** ali, Lula aparece como o líder habilitado a redesenhar-lhe as feições. Cabe perguntar aos nossos botões, em todo caso, se a chamada democracia partidária ainda se coaduna com as circunstâncias, nem digo da política nacional, mundial é a palavra adequada.

Em Roma, Lula centrou sua fala na prefeitura na democracia participativa, no “diálogo com o povo”, enquanto na FAO acentuou a dificuldade de um governo obrigado a concessões variadas na falta de maioria parlamentar absoluta, forçado, portanto, a alianças nem sempre desejáveis. As ideias expostas pelo ex-presidente são de fato bastante atuais nos debates acadêmicos europeus. O chamado Velho Mundo ainda é o lugar onde vingam ideias novas e percepções mais precisas da realidade, ou menos anacrônicas. Discute-se em torno de uma fórmula batizada “democracia do líder”, encarada como solução possível do problema da governabilidade, a pressionar em todas as latitudes.

Proposta em gestação, *CartaCapital* ainda falará dela em profundidade, como, entre outras interpretações possíveis, sistema de governo de unidade e salvação nacionais, reunido em torno de uma liderança incontestável. Certo é que Lula continua a desempenhar um papel determinante, como se não bastasse a prova irrefutável de sua importância, representada pela obsessiva tentativa dos porta-vozes da casa-grande de incriminá-lo de alguma forma, de envolvê-lo em tramoias, conchavos e corrupção.

Vibra nos ataques a Lula, a aposta na ignorância, na parvoíce, na ausência de espírito crítico de quem lê e ouve, a fomentar a paroxística situação de extremo maniqueísmo em que nos mergulha o atentado diuturno à razão dos iluministas. Resulta disso tudo a intolerância irremediável, a impossibilidade de diálogo, de qualquer tentativa de entendimento, ao sabor de uma navegação oposta àquela desejável para o bem do País.

#ECC15

As agruras do jornalismo honesto

por Mino Carta — publicado 06/07/2015 01h38, última modificação 06/07/2015 10h06

*Ao manifestar antipatia pelo delator, a presidenta exprime um sentimento global.
Mas basta isso para sermos tachados de dilmistas, lulopetistas, bolivarianos*

Até o mundo mineral não nutre maior apreço pela figura do delator. A personagem não é simpática, nem mesmo quando sua delação é legalmente premiada. A mídia nativa, somente ela, e quem acredita nela, foge à regra, ao sentimento comum não somente do Oiapoque ao Chuí, mas também de um polo a outro do planeta Terra.

Mídia peculiar, empenhada em enganar seus leitores, a precipitá-los no equívoco a respeito da verdadeira essência e dos alcances da delação. Sem falar do insondável mistério de tantos vazamentos, o que o delator delata terá de ser provado. Exponho o óbvio. Parece-me, **porém**, que os crentes na mídia, ao lerem as manchetes ou ao ouvirem âncoras, locutores e comentaristas, supõem ler e ouvir a sacrossanta verdade factual.

Coisas de um país que, de muitos pontos de vista, vive uma espécie de Idade Média, como acaba de dizer a presidenta Dilma Rousseff, a reforçar o vetusto e insubstituível conceito: *in dubio pro reo*. A imprensa da quarta 1º de julho, a mesma que remeteu enviados especiais a Washington para produzirem provas excelentes (eles, sim) do estágio patético da nossa mídia (*leia a reportagem à página 28*), esmeraram-se em críticas e outros azedumes às declarações de Dilma sobre a Lava Jato, conduzida, de fato, ao sabor de um cardápio de arbitrariedades variadas.

A presidenta tem todo o direito de dizer o que pensa a respeito do delator, como númeno e como fenômeno, e a mim agradou bastante que, ao falar do seu passado na luta armada, evocasse quantos não foram delatores mesmo sob tortura. Houve um colunista, disposto a ironizar Dilma “por confundir o STF com o DOI-Codi”. Se a comparação for possível, cabe dizer que a masmorra dos torturadores foi mais coerente com a ferocidade da ditadura civil-militar do que a atual Suprema Corte, tão escassamente parecida com as similares do mundo civilizado, em relação a um regime democrático. Ali a política pesa mais que a Justiça, e não faltam provas a respeito.

Sei que, ao tecer tais considerações, corro o risco de ser tachado de dilmista, lulopetista, bolivariano. Ocorre que a mídia nativa, intérprete do reacionarismo à brasileira, não perdoa a singular presença de praticantes do jornalismo honesto. No caso de *CartaCapital*, sofremos os ataques dos sabujos do baronato midiático, simplesmente porque apoiamos as duas candidaturas do PT à Presidência da República. Definir a posição tão logo comece oficialmente a campanha eleitoral, além de ser ato comum na mídia de países democráticos e civilizados, é próprio do jornalismo honesto, em lugar de uma isenção diuturnamente desmentida.

A bem da verdade factual, o acima assinado manifesta-se a favor da candidatura de Lula desde as primeiras Diretas pós-ditadura, onde quer que estivesse nas minhas andanças profissionais. **Nem por isso** *CartaCapital* deixou de criticar o governo do metalúrgico, no primeiro e no segundo mandato. Lamentamos, logo de saída, a escolha de Henrique Meirelles para o Banco Central ou, mais tarde, a entrada dos transgênicos na lavoura nacional. Por ocasião do enterro da Satiagraha e na condução do Caso Battisti. **E** não escondemos os envoltimentos em mazelas variadas de dois dos seus mais importantes ministros, José Dirceu e Antonio Palocci. De Lula, **no entanto**, valeram muito mais seus notáveis méritos. **Em primeiro lugar**, a política social e a internacional.

Ao apoiá-lo em 2002, víamos nele o único, autêntico líder popular brasileiro, e assim o vemos até hoje. Ao apoiar Dilma em 2010, a entendemos capaz de levar adiante a linha definida por Lula. **Mas** não deixamos de ser críticos do seu primeiro governo e, sem meios-termos, do PT: desde os tempos de Lula presidente, condenamos o partido por igualar-se aos demais, depois de ter sido, na oposição, uma forte esperança de resgate da senzala.

Dilma foi também criticada em diversas oportunidades: pela escolha de certos ministros, pela formulação de um código florestal que favorece os latifundiários, pelo abrandamento do tom e do estilo da política exterior, pelos numerosos erros da política econômica, pela falta de apetite da própria presidenta por uma atuação política destinada a facilitar o diálogo com o Congresso e com o empresariado. **Mesmo assim**, confirmamos nosso apoio ao seu segundo mandato, como alternativa exclusiva ao PSDB, partido da reação.

Hoje sublinho que o próprio Lula confirma nossas críticas a Dilma e ao PT, ela descumpridora das promessas da campanha, o partido cópia dos demais. Faço questão de acentuar que nunca fui

filiado a qualquer agremiação política e que a amizade pessoal com Lula me honra e me alegra faz 38 anos. Recordo que, recém-empossado, o velho amigo me chamou a Brasília para uma conversa a respeito de assuntos públicos e privados.

Falamos também da publicidade dita governista, assunto significativo para quem fora praticamente ignorado pelo governo de Fernando Henrique e seu solerte ministro Andrezinho Matarazzo. Disse então a Lula: “Não peço favores, basta a isonomia”. E isonomia foi. De pouco mais de 500 mil reais em 2001, quando a revista passou em agosto de quinzenal para semanal, e de pouco mais de 1 milhão em 2002, avançamos para 4 milhões em 2003. Enquanto isso, naquele mesmo ano, *Veja* recebia 40 milhões. *Época*, 13, *IstoÉ*, 10. Trata-se de dados que a Secom acaba de divulgar.

A contribuição mais rica do financiamento estatal ao ódio antigovernista, para *Veja* deu-se em 2009, com 43,7 milhões, para *Época* em 2010, com 19. Sem contar a desbordante injeção de recursos aos cofres da Globo. No quadro acima, a média anual da publicidade estatal nas quatro semanais, de 2002 a 2013, mostra que nunca fomos favorecidos.

Nada disso nos poupou das agressões de quantos apontam *Carta Capital* como revista “chapa-branca”. Nada de surpresas: no país da casa-grande e da senzala, jornalista honesto é, automaticamente, lulopetista, dilmista, bolivariano. Aqui deste lado, entendemos que nossa existência, e de outros respeitáveis praticantes do jornalismo honesto, minora as lacunas da pretensa democracia brasileira.

#ECC16

Sonho de inverno

por Mino Carta — publicado 13/07/2015 04h39

Inspirado por Maquiavel e Palas Ateneia, um estadista enfrenta a crise para evitar o suicídio coletivo

A presidenta Dilma, permito-me imaginar, sabe que de nada adianta falar com a mídia nativa. Abre o espaço para as entrevistas presidenciais, mas nem por isso muda sua postura francamente golpista. Dilma ganha, **porém**, a oportunidade de dar o seu recado, e isso é melhor que o silêncio.

O pessoal da casa-grande não arrefece, mesmo porque não mira somente no governo, mas também na possível, eventual, candidatura de Lula em 2018. Diante da gravidade da situação, das manobras do pássaro incapaz de voar, dos atentados contra a deusa vendada e da insensatez geral, desta vez vou além dos meus aturdidos botões para consultar um ser estratosférico, nascido do conúbio entre Maquiavel e Palas Ateneia. Como haveria de agir um estadista em meio a essa conjuntura?

A partir desta linha, tomem quanto se segue como capítulo de pura ficção, e aos leitores peço perdão por minha ousadia. Aconselhado em sonho pela entidade acima mencionada, o estadista convoca ao Palácio o presidente do STF e os presidentes de Câmara e Senado. “Chamei-os para uma análise da situação – diz o estadista –, que espero ser definitiva. **E**, de saída, esclareço que me inspira um demiurgo nascido da união entre o mestre da *realpolitik*, matizada pela ironia indispensável ao melhor conhecimento da natureza humana, e a filha de Zeus, deusa da sabedoria, grega, obviamente.”

À frente dos convocados, talvez presas de alguma perplexidade, o estadista prossegue: “Não sei se os senhores se dão conta da profundidade da crise que o Brasil é obrigado a enfrentar, econômica, política e social. Falemos **em primeiro lugar** da econômica, premente pelas perspectivas que descortina, a começar pelo desemprego crescente, em um país onde a maioria tem emprego de baixa qualidade.

“A gente sabe o que 2008 acarretou e acarreta para o mundo todo. O Brasil não poderia passar incólume, como não passou, por exemplo, quando do primeiro choque do petróleo, ocasião em que um asno pomposo, o ditador Ernesto Geisel, nos definiu como uma ‘ilha de prosperidade’. Ou no estouro das bolhas financeiras durante o governo de FHC. Uma agravante foram nossos erros, sem dúvida, e o conjunto da obra precipita a necessidade de um ajuste fiscal, de verdade indispensável.

“Riguroso, **sim**, o ajuste, inclusive para taxar os ricos e salvar os pobres, e acabar com a alta dos juros, inominável contrassenso nas circunstâncias. O peso da corrupção nessa moldura é elevado, mas não é fatal, embora ofenda em demasia moral e eticamente. Parece-me, **aliás**, que dois dos presentes também figuram entre os visados pela Justiça. **E** a respeito vale dizer ainda que a corrupção, filha do espírito predador semeado pelos colonizadores, no Brasil é doença endêmica. Fernando Henrique, para citar fatos recentes, comandou algumas das grandes bandalheiras da história pátria, comprou votos de congressistas para se reeleger * e não faltaram em seus governos personagens tão suspeitas quanto outras de origem petista. Não dou nomes, porque os senhores sabem perfeitamente a quem me refiro, de um lado e de outro.

“A diferença é precipitada, sobretudo em São Paulo, por algo que em outros tempos e outros recantos se chamou luta de classe. Os graúdos nativos, com honrosas exceções, enxergam no PT, antes ainda que uma forma aguda e imperdoável de esquerdismo, o partido da ralé, da choldra, da malta infecta. O PT, a bem da verdade, em tempos idos pregou o certo e no poder praticou o errado. Ocorre que os graúdos contam com o apoio irrestrito da mídia, também aqui com honrosas exceções.

“A mídia é um entrave poderoso à realização da democracia, a qual somente acontece onde todos os segmentos da sociedade contam com canais midiáticos para sua informação e orientação. Neste país só existe a mídia do pensamento único, compacta no ataque, quase sempre desonesto embora hipócrita, quando não insano **, a quem combate o privilégio e defende a igualdade. Clamam pela liberdade de expressão, trata-se, porém, da liberdade de dizerem o que bem entendem, sem exclusão de omissões, invenções e mentiras. O poder atual errou gravemente ao não impor limites ao monopólio e ao oligopólio e ao subvencionar largamente o ódio que a mídia destila contra o governo.

“O que me move agora é saber se os senhores se dão conta das suas responsabilidades em relação a uma crise que, em primeiro lugar, ameaça a nossa frágil democracia e o destino do Brasil.

O que os senhores pretendem: secundar a marcha lenta, contudo inexorável, para o abismo? Curvar-se à vontade suicida da oposição e da mídia? Por que, meus senhores, do processo em curso não sobra pedra sobre pedra.”

Silêncio dos ilustres ouvintes. “Pois bem, senhores – continua o estadista –, responsáveis pela democracia a risco: chegou o momento de entendermos a importância do nosso papel. Não deixarei, **de todo modo**, de lembrá-los da minha primazia, na qualidade de eleito para chefiar o governo e, faço questão de sublinhar, de representar o Estado. Cabe-me, em nome dos princípios que hão de nos conduzir, exigir a vossa lealdade em defesa dos valores e dos ideais ameaçados.”

Entreolham-se os convocados. Diz o estadista: “Dirijo-me ao presidente do STF: é admissível que a Suprema Corte não intervenha em relação às arbitrariedades cometidas pelo tribunal de primeira instância de Curitiba ao prender cidadãos com endereço certo e sabido em nome de acusações a serem provadas? Não é, tanto mais em um país em que figuras como Daniel Dantas, Carlos Cachoeira e Edemar Cid Ferreira estão soltas, a viver à larga. E aos presidentes da Câmara e Senado, ambos peemedebistas, donde aliados do PT para governar o Brasil, pergunto se é possível assumir posições bastante ambíguas diante dos propósitos devastadores da oposição, em busca de pretextos para promover um *impeachment* a contrariar a lei e a razão. Senhores, não podemos permitir, cada qual dentro da sua função, que a Operação Lava Jato paralise o País com a disposição transparente de levar à bancarrota o setor mais ativo da economia brasileira, insubstituível para o combate ao desemprego. Provadas finalmente as culpas, punam-se exemplarmente corruptos e corruptores. Salvem-se, porém, as empresas, das quais o País tanto precisa. As circunstâncias, à beira da tragédia, nos solicitam à demonstração da nossa fé na democracia e do Brasil.”

A minha ficção para por aqui. Ah, sim, há uma derradeira fala do estadista: “Aproveito a oportunidade para informá-los a respeito de uma decisão tomada hoje, doa a quem doer: acabo de demitir o diretor-geral da Polícia Federal, que se manifesta como se o golpe estivesse à vista, e vou chamar de volta o delegado Paulo Lacerda, que mostrou toda sua lealdade e competência tanto na chefia da PF quanto da Abin”.

Notas de Rodapé

**Por ter comprado o voto de um senador, com o propósito de derrubar o segundo governo Prodi em 2008, Silvio Berlusconi foi condenado na quarta a 3 anos de reclusão e 5 de interdição de qualquer atividade pública.*

***Um comentarista-colunista das Organizações Globo afirma que a crise grega é culpa de Lula, que sugeriu ao premier Tsipras a solução do “não”.*

#ECC17

E agora, a lista do HSBC

por Mino Carta — publicado 27/07/2015 04h10

O disco do Opportunity não foi aberto. Dez anos depois, o Brasil parece disposto a deixar em paz os sonegadores graúdos, protagonistas em ambos os casos

Delicioso editorial do *Estadão* de terça 21, a lembrar os melhores textos do senhor Pott, inolvidável diretor da *Gazeta de Eatanswill* em os *Pickwick Papers* de Dickens. Lê-se no jornalão que o ex-presidente Lula “só pensa em 2018”. Era do hábito do senhor Pott que a verdade factual pouco lhe importasse, tratava-se de alguém dotado exclusivamente de certezas. Parece difícil acreditar que Lula, neste exato instante, só pense em 2018. Quem, pelo contrário, cultiva a obsessão aterrorizada do retorno do ex-metalúrgico à Presidência é, de fato, a mídia nativa.

Aos barões midiáticos desaconselho fervorosamente a leitura da coluna de Marcos Coimbra à página 43 desta edição, desde que se dignem a tanto. O diretor do respeitável Instituto Vox Populi aponta em Lula o favorito do próximo pleito presidencial, a despeito das turbulências atuais, com efeitos semelhantes àqueles precipitados pelo chamado “mensalão”.

Só faltava esta, mas Coimbra é cidadão desassombrado. Há escândalos e escândalos, está claro, para influenciar momentos políticos variados, e não me referirei desta vez aos eclodidos durante o governo de Fernando Henrique, monumentais e mesmo assim silenciados. Estrondosamente. **Mas também** há presidentes e presidentes.

Não preciso perguntar aos meus botões por que a Operação Lava Jato prossegue impávida, a nos brindar com acusações a serem provadas, e até condenações, enquanto em torno da célebre lista dos grandes sonegadores brasileiros que filtrou através do sigilo do HSBC suíço fecha-se a *omertà*, como se diria na Sicília, igual ao mar sobre um barco furado. Inclusive por parte do jornalista nativo que milita em um Consórcio de dimensões globais, em poder de uma parte do elenco vip (*leia a reportagem que começa na página 34*).

Moita. Caluda. **E** não se trata de café-pequeno, e sim de mais de 7 bilhões de dólares escondidos em cofres pretensamente seguros. Me sobe à memória o episódio protagonizado, dez anos atrás, pelo disco rígido capturado pela Operação Chacal na sede do Opportunity do indestrutível, onipresente Daniel Dantas. Aquele mesmo que, preso anos após pela Operação Satiagraha, contou com o pronto socorro de Gilmar Mendes, o ministro do STF disposto a “chamar às falas” o então presidente Lula e provocar o desterro do honrado e competente delegado Paulo Lacerda.

Esquecido o disco rígido, enterrada a Satiagraha. Em 2005, o disco foi entregue ao STF pela PF dirigida por Lacerda, que no segundo mandato de Lula se transferiria para a Abin, substituído por um duvidoso Luiz Fernando Corrêa. O disco acabou nas mãos da ministra Ellen Gracie, a qual nunca disse por que o seu conteúdo deixou de ser revelado. Em oportunidades diversas, duas autoridades de alto nível pronunciaram em benefício dos meus ouvidos, e na presença de testemunhas, a seguinte frase: “Se abrirem o disco, cai a República”. Não era conjectura. **E** uma das fontes admitiria que parlamentares exerciam pressões no sentido de jogar ao lixo o fatídico apetrecho, e também um ministro, o chefe da Casa Civil José Dirceu.

Nada disso me surpreendeu, a corrupção é doença endêmica. Hoje em dia o Partido dos Trabalhadores, que vi nascer esperançoso, encanta-se com um site de obscura origem, que desconfio abastecido por dinheiro do inesgotável Dantas, quem sabe com o beneplácito ou intermediação de Dirceu. Cruzam-se os caminhos da corrupção, a bem da confirmação de um vetusto enredo, que não exclui o moralismo primário dos ingênuos e dos hipócritas.

Dispensados de saída, os botões murmuram sinistramente a probabilidade de que os nomes ilustres elencados no disco do Opportunity figurem em parte, ou mesmo *in totum*, na lista do HSBC. Machuca, solettram constrangidos, que a Argentina mais uma vez mostre a qualidade da sua democracia na comparação com a nossa incipiente, ao investigar seus sonegadores, com a colaboração de Hervé Falciani, revelador do escândalo, entrevistado páginas adiante e pronto a colaborar também com o Brasil.

Pois é, a Argentina... Somos também o país onde os torturadores não são punidos, os ditadores tornam-se nome de ponte e rodovia, e uma comissão dita da verdade, com V pateticamente grande, cuida de preservar uma Lei da Anistia imposta pela ditadura. Meus botões confessam a dúvida: talvez sejamos o que merecemos.

#ECC18

Cadê a esquerda?

por Mino Carta — publicado 10/08/2015 01h09

Houve tempo em que o PT foi crível, mas o tucanato nunca enganou

Meus inquietos botões permitem-se a dúvida: não teriam mentido inúmeros nativos que se apresentavam como esquerdistas convictos? Responde, indiretamente, a peremptória afirmação de quem entende superada a questão e obsoleta a indagação dos botões, ambas a cheirar a bolor, como a exalar de um velho baú abandonado no sótão. Batem na mesma tecla desde a queda do Muro de Berlim.

De minha parte, fico com a lição do Norberto Bobbio, e ousa a constatação de que coincide (estranhamento? Surpreendentemente?) com a palavra de papa Francisco: intransponível a dicotomia entre luz e treva, bem e mal, Deus e Diabo, se quiserem, ser de esquerda significa defender a igualdade, pois a liberdade por si só acaba por valer somente para poucos. Tanto mais no Brasil da casa-grande e da senzala, ainda de pé, implacáveis.

Penso em José Dirceu e em tantos outros, que ganharam fama de guerrilheiros da igualdade ao sabor de ideologias mais ou menos contingentes. Penso nos rebeldes que hoje pretendem voar com as asas inúteis do tucano, ou na patética turmeta da chamada Libelu, mais fanáticos do que o fanatismo no seu empenho medieval. Entre estes milita certo Antonio Palocci, ainda dará o que falar além do que já se falou. Grande Operador, como P. C. Farias, mas este, ao menos, nunca se disse de esquerda.

Quando, do alto da boleia de um caminhão, José Dirceu exibia às calçadas a camisa ensanguentada do estudante assassinado pela ditadura, cerca de 50 anos atrás, acreditava na fé que aparentemente o movia? Não me atiro a negar. Nego, **porém**, qualquer semelhança entre aquele e o atual, lobista do banqueiro Daniel Dantas e outros graúdos. O mesmo Dantas que já ofereceu apoio ao jornalista (jornalista?) criador do site 247, o preferido do PT, embora ele tenha passado boa parte da vida a agredir o próprio partido e seus governos, sem hesitar em mentir, omitir e inventar. **E** ainda lhe pagam os serviços.

Figura central, e sempre protegida neste enredo trágico, o fantasmagórico DD, inatingível, cabe suspeitar, porque dono dos segredos da República. Houve, em tempos tucanos, quem pretendesse torná-lo ministro, declinada a oferta com a seguinte observação: “Serei mais útil no bastidor”. Márcio Thomas Bastos, apressadamente santificado, sabia disso tudo, bem como José Dirceu, que pressionou para que o disco rígido do Opportunity capturado pela Operação Chacal fosse jogado ao lixo. Foi atendido.

Se me dissessem, faz 35 anos, que o PT no poder se portaria como todos os demais partidos (partidos?) brasileiros, excluiria a possibilidade. Não havia, **então**, qualquer dúvida de que o partido nascia à esquerda, e valia confiar em quem o fundava. Que sobrou daquela plataforma ideológica, daquele programa, corajoso e justo? A imagem de uma agremiação à deriva, esmagada por seus erros e pelo vácuo de quadros, incapaz de definir uma linha diferente, oposta mesmo, àquela dos clubes recreativos dos donos do poder.

Neste momento, não como petista que nunca fui, como cidadão simplesmente envolvido nos destinos do País e como jornalista honesto, declaro espanto e desalento, diante de um espetáculo em que se mesclam incompetência e cobiça. Elementar, chã, primitiva, a cobiça dos falsos líderes. Sejam claros, **contudo**: a traição do PT a si mesmo estava desenhada desde o primeiro mandato de Lula e *CartaCapital* não deixou de registrá-la.

Quanto ao tucanato, Fernando Henrique à testa, nunca me enganou. Neste exato instante, o ex-presidente social-democrata (social-democrata?) pede que o PT pecador faça ato de contrição, aquele que lhe caberia em dobro: durante seu governo FHC quebrou o País três vezes, aumentou a dívida e esvaziou suas burras, comprou votos parlamentares para se reeleger e comandou a maior bandalheira-roubalheira da história. Agora não hesita em desenrolar sua versão a respeito do encontro que não houve com Lula. Mais uma aula de hipocrisia e desfaçatez.

#ECC19

A fênix nativa

por Mino Carta — publicado 14/08/2015 03h27

Se o golpe não convém, ressuscite-se a conciliação

Com K ou sem K, a palavra caos se oferece a diversas interpretações. Em 1964, havia quem acreditasse que o golpe de Estado salvaria a pátria ao sustar o caos no nascedouro. Passados 51 anos, não falta quem entenda que do golpe nasceria o caos.

Cinquenta e um anos atrás, e mesmo desde agosto de 1961 com a renúncia de Jânio Quadros, a casa-grande deu para sentir-se ameaçada por Jango Goulart, o vice alçado à Presidência. O mundo era outro, dividido ao meio entre dois impérios, beligerantes de uma guerra dita fria. Os graúdos nativos apreciavam a condição de súditos do império do Oeste, o qual padecia, **porém**, de uma espinha no flanco, fincada bem ali a 100 quilômetros da Flórida, Cuba fidelista.

Jango ostentava um passado buliçoso, a começar pela origem getulista, e a prosseguir pela valente militância petebista, sem exclusão da perigosa proximidade com o cunhado Leonel Brizola. Só faltava chamar San Tiago Dantas para a Chancelaria. Implorada pela casa-grande e seus porta-vozes midiáticos, sustentada por Washington, a intervenção militar se deu sem derramar uma única, escassa gota de sangue nas calçadas. Falsos pretextos fazem parte do jogo.

O golpe de 64 é uma das grandes desgraças brasileiras, a mais recente. Interrompeu um processo natural que, ao longo dos anos, décadas talvez, demoliria a casa-grande e a senzala. Sofremos até hoje suas consequências.

Em relação à situação atual, gravemente turvada pelo descontrole parlamentar, pelo fracasso petista, pelo reacionarismo tucano, pelo terrorismo da mídia em meio a uma profunda crise econômica provocada tanto pela fé neoliberal que assola a Terra quanto por erros governistas, a posição de *CartaCapital* já foi exposta inúmeras vezes. Entendemos como golpismo puro qualquer propósito de *impeachment* ou de convocação de novas eleições.

Poderia causar estranheza o fato de cidadãos graúdos, federações empresariais, dois jornalões e as próprias Organizações Globo se pronunciarem publicamente contra qualquer tentativa de apejar Dilma Rousseff. Se bem entendemos editoriais, manifestos e entrevistas, desta feita a sanha golpista, caso satisfeita, precipitaria o caos, que agora é obrigatório evitar. Mudaram de ideia, e não me queixo. Até ontem os barões da mídia trombeteavam as manobras e, em geral, as manifestações anti-Dilma, e eis que aderem ao senso comum.

Por que, pergunto intrigado aos meus pensativos botões. Respondem que o mundo também mudou, o maniqueísmo dos anos 60 assumiu formas e cenários adequados a alterações fatais. Ao observar a conjuntura mundial, constata-se que o Brasil deixou de ser aquele súdito submisso de Tio Sam graças à política exterior praticada por Lula, ainda que Dilma tenha baixado um tanto a bola. Vale também registrar que o velho Sam perdeu muito do vigor de antanho. **E**, de resto, o Demônio hoje em dia não é o comunista. Além disso, as Forças Armadas, conquanto incutam um inextinguível temor como númeno, deixaram de ser, como fenômeno, um exército de ocupação pronto ao papel de jagunço da casa-grande.

É o pano de fundo. Na ribalta, a “guerrilheira” Dilma não é Jango, e seu governo oferta à casa-grande garantias suficientes para pôr em sossego seus inquilinos. Não é por acaso que o diligente bancário Joaquim Levy lá está para executar a lição da própria. Por que intervir, se a vivenda dos especuladores e dos rentistas está em ordem? **E**, de outro ângulo, por que enfrentar a incógnita do pós-Dilma, se por ora o governo acuado se dispõe a levar em conta, e se possível executar, um pacote de providências excogitadas pelo Senado, reduto, aliás, de numerosos oligarcas?

Melhor assim. Melhor que a tensão diminua e que o pior seja evitado. Nada impede que paineleiros incapacitados para o exercício do espírito crítico, e mesmo para a consciência da cidadania, renovem no domingo 16 seu protesto insensato. Pouco importa, prevalecerá a tendência desenhada pelos graúdos, tão escassamente preocupados com a fragilidade da democracia verde-amarela, mas sobremaneira com sua própria paz espiritual e material.

Na circunstância, melhor assim, repito. **Nem por isso** perco a oportunidade de assinalar: casa-grande e senzala continuam de pé. Vivemos a enésima versão, revisada e corrigida, da conciliação das elites velhas de guerra, fênix nativa. Percebo que neste momento mexe as asas debaixo das cinzas.

#ECC20

Tragicomédia

por Mino Carta — publicado 21/08/2015 04h42

Ódio de classe nas marchas e as contribuições de Fernando Henrique ao besteiro nacional

Que sobra das manifestações de domingo 16 de agosto? Ódio de classe. Inextinguível, inesgotável, inexorável ódio de classe. Insuportável para qualquer democrata autêntico. Não figuram na categoria, **obviamente**, os barões midiáticos e os seus sabujos. **Tampouco**, Aécio Neves e o tucanato em geral, encabeçado por Fernando Henrique Cardoso. Diriam dele as vovós de antanho: está gagá.

Ao contrário do que divulgaram os jornalões de segunda 17, as manifestações não foram o sucesso esperado pelos organizadores. Reunir 800 mil brasileiros em 169 municípios de um país de 200 milhões de habitantes não impressiona, apesar das reações entre eufóricas e triunfantes da mídia e da oposição. A última versão dessas novas marchas da Família, com Deus e pela Liberdade levou às ruas, meses atrás, o dobro de participantes. Nem esta comoveu.

Uma pesquisa do Datafolha nos diz quem compareceu: mais homens que mulheres, bem mais brancos que pretos ou pardos, a maioria passou dos 51 anos de idade e mais de 70% votaram em Aécio Neves. Como as marchas do golpe de 64, manifestações burguesas e burguesotas, como de resto prova o grau elevado de escolaridade dos marchadores, a denunciar ao mesmo tempo o baixo nível das nossas escolas.

Sim, o pessoal está movido a ódio de classe, com particularidades tropicais. A vocação festeira e o impulso ficcional da fantasia estimulado pela estiagem. Não ganham a praça para clamar contra Dilma, Lula e o PT, e sim contra o que supõem ser a presidenta, o ex-presidente e seu partido. Figuras romanescas que em outros tempos chamariam de comunistas, representantes de uma esquerda metida a redentora do povo enquanto chafurda na corrupção. Algo assim como um Robinson Crusoe que caiu na gandaia.

CartaCapital há mais de uma década lamenta que o PT tenha se portado no poder como todos os demais partidos. No caso de Dilma Rousseff, enxerga uma presidenta que descumpriu as promessas da campanha, inapetente no jogo político, proba, porém, acima de qualquer suspeita. Quanto a Lula, é o presidente mais amado do Brasil pós-ditadura a despeito do chamado “mensalão”, seu governo foi o primeiro a implementar uma política social, modesta, e uma política internacional independente, primorosa.

Vale acentuar também que, no hediondo capítulo dos escândalos, o PT no governo é bem menos vistoso do que o PSDB. À sombra de dois mandatos de FHC, o tucanato esbaldou-se diante do olhar conivente e protetor da mídia nativa. Nuvens imaculadas singraram os céus e o PSDB, capaz de escândalos monumentais, se assumia como partido da reação e seu presidente mergulhava nos braços de Clinton.

Nestes dias FHC se apressa a uma contribuição póstuma, digamos assim, ao saudoso Febeapá de Stanislaw Ponte Preta, uma das figuras do passado que faz tanta falta ao Brasil de hoje, parvo quando não vulgar, incapaz de graça, menos ainda de relâmpagos de humor como já se deu nos tempos idos e sepultados. Se bem entendi, do alto da sua comprovada vocação de contorcionista do retoque constitucional. FHC propõe agora mais uma reforma, pela qual o presidente, embora eleito conforme a lei, teria de renunciar tão logo as pesquisas indicassem desfavor popular.

Conclusão: Dilma Rousseff teria de entregar-se passivamente a um “gesto de grandeza” e renunciar à vista das pesquisas negativas, a tornarem seu governo “ilegítimo”. Deixo a Marcos Coimbra a tarefa de confrontar FHC presidente com a atual presidenta (páginas 28 e 29). Registro apenas que o PSDB adere de pronto ao pensamento do seu príncipe para justificar o abandono da ideia do impeachment impossível.

Realista, **pelo contrário**, a análise do ex-ministro das Comunicações de FHC, Luiz Carlos Mendonça de Barros, grande personagem da maior bandalheira/roubalheira da história do Brasil, as privatizações tucanas, quando chamava o então presidente de “bomba atômica” ao lhe atribuir poderes nucleares. Diz ele, talvez inspirado por sua condição recente de empresário, além de investidor, que a solução conveniente está hoje no “acordão”, que prefiro chamar, mais propriamente, de conciliação das elites. A qual está em gestação, nas barbas de tucanagens, marchas e painelaços.

Os jornalões divulgam o besteiro tucano em uníssono e em manchetes, enquanto o governo acuado exhibe sua incapacidade de reação à altura, que se recomendaria enérgica, com o exato

tempero da ironia. Como se vê, a crise não é somente econômica, política e social, é também cultural.

#ECC21

Só mesmo por aqui

por Mino Carta — publicado 04/09/2015 10h10, última modificação 04/09/2015 10h14

É fato inédito que a mídia em bloco atire contra um líder para impedir, ou enfraquecer, sua eventual candidatura 3 anos depois

Em qual país do mundo civilizado e democrático, a mídia, praticamente em bloco, se uniria para envolver um importante líder político em um escândalo das proporções da Lava Jato? Sem serem convocados, os meus botões assumem a cadência do coro grego e declamam: não há país democrático e civilizado em que um fenômeno deste porte pudesse verificar-se.

Colhido de surpresa, argumento: mas é o que acontece no Brasil neste exato instante. Retrucam: e haveria como comparar o Brasil com países como Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Alemanha etcétera? Cabisbaixo, silencio. O coro grego insiste: a mídia nativa porta-se qual fosse a própria oposição, igual a um partido disposto, para alcançar seu alvo, a forjar pretensas provas. A inventar, omitir, mentir.

Provoco: e a reportagem de capa da revista *Época* da semana passada? Diz que o ex-presidente Lula intermediou negócios da Odebrecht em Cuba. Até apresentam documentos secretos... Patética reportagem, decreta o coro, embora tenha assumido o tom da velha tia. Revelam-se informados, **de todo modo**, a respeito do assunto. A chefe de Comércio Exterior do BNDES, Luciene Ferreira Monteiro Machado – dizem pausadamente – esclarece que o financiamento do banco às obras do porto cubano de Mariel já estavam em andamento antes da viagem de Lula a Cuba em 2011, à qual *Época* se refere. Acrescenta dona Luciene: qualquer pressão do ex-presidente seria impossível, porque os contratos necessitam da aprovação de diversas equipes e comitês do BNDES.

Estranho, comentário: João Roberto Marinho foi a Brasília para garantir que a Globo quer, de alguma forma, acalmar os ânimos, e até o *Jornal Nacional* baixou a bola. **E** eis que *Época*, semanal global se sai com essa capa, e além disso, para o horror dos seus leitores, revela que Dilma é amiga de Cuba. Ora, ora, intervêm os botões, o problema Dilma não é o problema Lula, e este, na perspectiva, é muito mais inquietante.

O objetivo de envolver Lula na Lava Jato, ou em outro escândalo qualquer, tornou-se obsessão febril. Um caso patológico, define o coro, de volta à cadência inicial. O motivo é do conhecimento até do mundo mineral: pretende-se, se não inviabilizar, ao menos enfraquecer uma candidatura do ex-presidente em 2018. Vara curta: pela primeira vez em cinco anos longe da Presidência, Lula admite a possibilidade da sua candidatura ao próximo pleito. Se for para impedir uma ascensão tucana.

Quem ganha espaço na mídia, cedido com simpatia e apreço, é um ex-petista de denominação de origem controlada e garantida, o veterano Hélio Bicudo. Salvo melhor juízo, desinteressado da conciliação em andamento, renova a ideia do *impeachment* de Dilma Rousseff por “crime de responsabilidade”.

Aos meus olhos, a postura de Bicudo configura uma situação peculiar. Na minha mocidade, enxergava nele um conservador, sem, com isso, experimentar irritação. Tempos de ditadura, ele exerceu com honra o papel de tribuno contra os esquadrões da morte. Logo tornou-se petista no começo dos anos 80 ao fazer profissão de fé esquerdista. Não duvidei da sua sinceridade.

Ao longo da existência, sempre desprezei quem começa à esquerda e descamba para a direita, a par de que trafega pela vida com o propósito de amealhar fortuna. Ao abandonar o PT à época do chamado “mensalão”, Bicudo deu crédito a acusações em boa parte mal formuladas e inequivocamente hipócritas, mas seu gesto poderia ter sido ditado por um impulso moral.

Agora não me arrisco a insinuar que Bicudo guinou mais uma vez. Não deixo, porém, de apontar para uma situação nova em relação à minha resistente ojeriza. Começou à direita, foi para a esquerda e não se entende aonde acabou.

#ECC22

Ódio? Sim, de classe

por Mino Carta — publicado 11/09/2015 06h06

O governo cede às pressões da casa-grande e aceita o naufrágio dos avanços sociais que ele próprio promoveu nos últimos 12 anos

A crise econômica oferece à casa-grande a oportunidade de impor sua vontade, favorecida pela leniência de quem haveria de resistir. **E** está claro que, antes de econômica, a questão é política e social, e diz respeito à estrutura medieval da sociedade nativa. Sofre de miopia quem supõe, do ponto de vista político, que tudo se resume na disputa do poder entre PT e PSDB, acirrada por níveis de ódio nunca dantes navegados, enquanto PMDB ora assiste de camarote, ora joga lenha na fogueira. Que o diga o vice Temer ao vaticinar impávido que Dilma, de tão impopular, não resiste até o fim do mandato.

Quem não precisa de oculista, percebe, isto sim, que o País é sempre o mesmo e que a situação propicia à casa-grande a oportunidade da revanche depois de 12 anos de batalhas perdidas. O ódio, aquecido pela chance, é o de classe. **Ou seja**, o de sempre. Na moldura, a chantagem evidente. Dilma fica, vinga, porém, o receituário neoliberal, e o sofrimento da senzala, minorado ao longo de três mandatos petistas, volta a ser aquele que lhe cabe na visão dos senhores.

Programas implementados por Lula, e por Dilma no seu primeiro mandato, responsáveis pela evolução das classes menos favorecidas, ou melhor, miseráveis, são atacados de rijo, a ponto de questionar, paradoxalmente, a razão de ser de um partido dito dos trabalhadores, a se apresentar na origem como de esquerda. Tentativas de escapar ao retorno, do passado, são frustradas no nascedouro, tanto mais agora que uma das agências de *rating* escaladas pelo neoliberalismo para arbitrar a sorte do mundo sentencia o Brasil como mau pagador.

Penso no fracasso da proposta de reeditar a CPMF, recomendável de todos os pontos de vista e de seguro efeito. Por que soçobrou muito antes de alcançar a praia? **Porque** mexe com os interesses do privilégio, por menores que sejam, mínimos para o pessoal graúdo. Em compensação, qualquer corte na Educação, ou na Previdência Social, é recebida com indiferença absoluta pelos usuários do cheque.

Como de hábito, paga a maioria, em um país que alega ser democrático e onde a civilização é confundida com o luxo provinciano e espalhafatoso dos bairros ditos nobres, embora despidos de qualquer nobreza em proveito do exibicionismo vulgar. A situação empurra o praticante do jornalismo honesto a duas conclusões.

A primeira diz respeito ao governo. Da Nação ou da minoria? **Ou** simplesmente desarmado, acuado pela pressão e incapaz de reação? **Ou** inadequado à gravidade do momento? Ou súcubo da prepotência da casa-grande? *CartaCapital* sempre defenderá o legítimo, intocável mandato de Dilma Rousseff contra o golpismo que nem me abalo a definir como reacionário, pois anterior à ideia de reação, bem mais moderna, digamos assim.

No princípio, no nosso miúdo universo, não era o verbo, e sim coabitavam o hábito da prepotência e o hábito da submissão. Para romper com esta turva realidade, resistente até hoje, são indispensáveis ousadia intelectual e desassombro moral. Por exemplo, para levar adiante, tenazmente, a proposta do retorno à CPMF, de mais e mais sacrifício tão pequeno para quem pode contribuir à saída da crise.

O desastre ocorre se também um governo eleito dentro da lei entrega-se ao hábito da submissão. Murmuram sinistramente os meus botões: falta é peito, e também coerência. Por parte do governo, que faz genuflexão aos pés do altar do deus mercado, assim como do PT, ameaçado literalmente de extinção.

Governo e partido parecem incapacitados para a aposta certa, no próprio povo brasileiro, esse bem tão importante quanto as dídivas da natureza. Povo espezinhado, mantido o quanto for possível na senzala material e moral. Se porções da população subitamente conseguem evadir-se, que sejam reconduzidas às condições iniciais como o escravo fugido. Trata-se agora de reduzir os percalços de uns poucos para dilatar o sofrimento de muitos.

A segunda conclusão decorre da primeira, e não leva em conta o confronto entre PSDB e PT, ambos traidores, a seu modo, dos princípios e valores que diziam defender. Cabe dividir os brasileiros, não direi em duas classes, e sim em duas categorias. De um lado, aqueles que só cogitam da felicidade própria e dos seus pares, fechados no mundo do privilégio. Do outro, aqueles

que se percebem responsáveis pelo destino do País e da Nação, e enxergam sua terra como sua casa e como iguais os conterrâneos, próximos ou distantes.

#ECC23

Eterno golpismo

por Mino Carta — publicado 18/09/2015 06h25

Miúda reflexão sobre impeachment, democracia e Estado de Direito no país da casa-grande

Na esteira do Cruzado 1, em outubro de 1986 José Sarney cometeu estelionato eleitoral logo após a vitória peemedebista nas eleições para os governos estaduais, Congresso e Assembleias, ao lançar o Cruzado 2 e arrastar o País para uma crise econômica de grande porte. A situação, complicada pelo fracasso da moratória do começo de 87, perdurou até o fim do mandato de Sarney.

Nem por isso se cogitou, em momento algum, do *impeachment* do ex-vice-presidente tornado presidente pela morte de Tancredo Neves, em claro desrespeito a qualquer regra do jogo pretensamente democrático.

Ao lançar o olhar além-fronteiras, temos o exemplo recente de Barack Obama, atingido em cheio pela explosão da bolha financeira de 2008, a mergulhar os Estados Unidos em uma crise de imponentes proporções. Obrigado a enfrentar a queda progressiva do valor do dólar, assoberbado pelas habituais pressões e ameaças das agências de *rating*, vítima de índices de aprovação cada vez mais rasos, Obama acabou sem o apoio da maioria parlamentar. **Nem por isso** sofreu o mais pálido risco de *impeachment*, mesmo porque hipóteses a respeito seriam simplesmente impensáveis aos olhos dos parlamentares americanos, mesmo republicanos.

Se a ideia já teve no Brasil razão de vingar, ao menos de ser aventada, foi em relação a Fernando Henrique Cardoso: comprou votos para se reeleger e comandou privatizações que assumem as feições inequívocas das maiores bandalheiras-roubalheiras da história pátria, realizadas às escâncaras na certeza da impunidade. Praticante emérito do estelionato eleitoral, fez campanha para a reeleição à sombra da bandeira da estabilidade para desvalorizar o real 12 dias depois da posse para o segundo mandato.

FHC é recordista, conseguiu quebrar o Brasil três vezes. Ao cabo, entregou a Lula um país endividado até a raiz dos cabelos e de burras vazias. Ao longo da sua trajetória presidencial, jamais se imaginou a possibilidade do seu *impeachment*.

O príncipe dos sociólogos, outrora encarado como elemento perigoso por quantos hoje o veneram, tornou-se xodó da mídia nativa e dos senhores da casa-grande. Favor irrestrito e justificado: nunca houve alguém tão capacitado para a defesa dos interesses do reacionarismo na sua acepção mais primitiva.

Hoje em dia, FHC arca com o papel de oráculo da política brasileira com invulgar destemor. Tudo dentro dos conformes, a desfaçatez, a hipocrisia e o oportunismo tucanos não têm limites. O enredo é típico, assim como já é clássico o caso de Fernando Collor, que se retirou antes de sofrer *impeachment*. Exemplar trecho, de todos os pontos de vista, que vivi de perto por mais de dois anos, quando dirigia a redação de *IstoÉ*.

Para mim a história começa 25 anos atrás. O então repórter da *IstoÉ* Bob Fernandes tocaia por dois meses o operador do presidente, PC Farias. Chega a hospedar-se por algum tempo no apart-hotel, onde em São Paulo vive o tocaiado. Enfim a revista publica uma reportagem de capa sobre as façanhas do PC, em que se relata tudo aquilo que o irmão de Collor diria a *Veja* um ano e meio depois, com exceção dos supositórios de cocaína.

Eis aí, neste roteiro, um aspecto ineludivelmente brasileiro. Quando da reportagem, a mídia cuidou de não lhe dar eco e seguimento, ao contrário do que se daria em qualquer país democrático e civilizado.

Até então, a casa-grande suportava que o presidente cobrasse pedágios elevadíssimos em relação a obras feitas e ainda assim o imaginava adequado ao cargo de propiciador de benesses. Fora a *Veja*, **aliás**, que popularizara a definição de Collor como “caçador de marajás”. Com o tempo, a cobrança collorida passou a ser considerada insuportável e se entendeu que valeria submeter o cobrador a um aperto sério, embora comedido. Foi a hora da entrevista do irmão, esta sim imediatamente repercutida.

A CPI convocada para cuidar do caso moeu meses de sessões inúteis à falta de provas. Não fosse *IstoÉ*, daria em nada. A sucursal de Brasília da revista, dirigida por João Santana, foi capaz de demonstrar a ligação entre a Casa da Dinda e o Palácio do Planalto, e o encaminhamento do *impeachment* foi inevitável.

A Globo prontificou-se a chamar para as praças manifestações bastantes parecidas àquelas que pipocam de dois anos para cá, frequentadas, sobretudo, por burguesotes festeiros, enquanto a *Veja* ganhava o Prêmio Esso de Jornalismo, remota invenção alienígena destinada a consagrar o jogo corporativo, festival do compadrio da mídia nativa.

Há quem diga que estamos a transitar por uma conjuntura similar àquela, e se engana, está claro, por hipocrisia ou ignorância. O *impeachment* de Dilma Rousseff é totalmente impossível à luz da Constituição. Se quiserem mandar as aparências às favas, seria golpe mesmo, conforme conhecimento até do mundo mineral. **Mas** golpismo é inerente ao país da casa-grande. Editoriais, colunas, artigos e reportagens dos jornalões recordam, cada vez mais, os textos de 51 anos atrás.

#ECC24

O Brasil perdeu o senso

por Mino Carta — publicado 16/10/2015 03h56, última modificação 16/10/2015 16h04

O mundo preocupa-se com a sua paz, enquanto o País aposenta a Razão e move-se a ódio de classe

Volto depois de duas semanas de férias na Itália, as primeiras tiradas neste ano inquieto. Lá fora vivem-se também dias tensos por motivos que ameaçam a paz do mundo. Por aqui reencontro o mesmo deplorável debate em torno da trama golpista pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, assunto tão exaustivo quanto, a seu modo, insuportavelmente enfadonho.

O planeta teme as consequências da enésima crise no Oriente Médio, com epicentro na Síria, enquanto o EI avança, mata e destrói monumentos ilustres, com o envolvimento militar, para enfrentá-lo, de vários países, a começar por EUA e Rússia. Obama e Putin divergem em relação ao objetivo da operação bélica. O russo quer salvar Assad, o americano pretende riscá-lo do mapa, e a divergência assume tons ásperos e ameaça azedar mais e mais.

O quadro, **de todo modo**, é mais amplo. A terceira Intifada parece dar seus primeiros passos nas ações terroristas palestinas contra Israel, que prepara represálias, enquanto o Hamas avisa: é guerra. **E** neste tabuleiro sombrio cabe ainda a crise na Turquia de Erdogan, participante do ataque ao EI e deflagrador da guerra interna contra a resistência curda. O Ocidente paga pelo acúmulo de erros cometidos no Oriente Médio, a começar, para não buscarmos razões mais antigas, pelo fim do Império Otomano, quando Grã-Bretanha e França deram para redesenhar a seu talante o mapa da região.

Entende-se que o mundo se preocupe com o futuro, mas nós aqui estamos a discutir o *impeachment* como se fosse possível rasgar a Constituição em nome, apenas e tão somente, do que nos proporciona, diária e inexoravelmente, a mídia nativa, ou seja, o verdadeiro partido de oposição a representar, ao mesmo tempo, os interesses da casa-grande e o atual estágio da sociedade brasileira.

A gravidade do momento brasileiro compõe um fenômeno único, peculiar e desolador, sem parentesco com as atuais inquietações do mundo, a não ser na desigualdade social, matéria em que somos campeões. Vale saber, **porém**, que inúmeras nações, embora apartadas pelos editos neoliberais, vivem bem melhor do que a nossa, mesmo porque aqueles milhões de cidadãos tirados da miséria absoluta no tempo de Lula estão a regressar à condição anterior.

Por onde tenha andado durante as férias, sempre fui alcançado pela pergunta: que aconteceu com o País ainda recentemente cotado para o progresso rápido? Que involução foi essa? Difícil explicar, mesmo porque casa-grande e senzala são conceitos inconcebíveis para europeus, assim como o interlocutor me teria como mentiroso se lhe contasse dos mais de 60 mil assassinatos anualmente entre o Oiapoque e o Chuí.

Complicadíssimo também esclarecer que o Brasil é um país que literalmente perdeu o senso. Além da ridícula ostentação da minoria rica, hipocrisia, arrogância, prepotência, intolerância, ódio de classe grassam impetuosos no nosso desmesurado rincão. E ignorância, primarismo, parvoíce. Se algum dia nos habilitamos à cultura da Razão, esta soçobrou como um barco furado. Está ausente nas frases feitas emboloradas de tanto uso, na ladainha dos editoriais, colunas, artigos, nas diatribes dos tribunos de uma pretensa aristocracia, nas demandas de alegados juristas que ignoram a lei, ou a desrespeitam, nas invectivas dos políticos açodados, entre eles um príncipe dos sociólogos que ninguém leu.

A quem me pedia explicações enquanto eu me informava no *La Repubblica*, gostaria de ter mostrado as edições do mesmo dia do *Estadão*, da *Folha*, de *O Globo*, sem acrescentar verbo, em perfeito silêncio. Seria o bastante para o bom entendimento do Brasil de hoje. Excelente exemplo dos comportamentos da mídia nativa o recente seminário sobre jornalismo promovido pela revista *Piauí*. Convidado especial do evento, Daniel Dantas, o banqueiro do Opportunity. Condenado em Nova York, Londres e Cayman, não pode sair do Brasil sem correr o risco de ser preso, como, mais cedo ou mais tarde, se dará, por exemplo, com Marco Polo Del Nero e os senhores da Globo. Ao cabo de sua palestra em São Paulo, Dantas foi aplaudido de pé.

#ECC25

O rebaixamento do QI por Mino Carta — publicado 23/10/2015 09h27

Além de política, econômica e social, a crise é a da inteligência

Proclama a manchete da *Folha de S.Paulo* de sexta-feira 16: “Delator diz ter repassado R\$ 2 mi para nora de Lula”. Texto a justificar o título, retumbante na primeira página, relata que, segundo o lobista Fernando Soares, o Baiano, o dinheiro foi entregue por ele a um amigo de Lula para ser levado à mulher de um dos filhos do ex-presidente, de fato dotado de quatro noras. O tal amigo, apontado como intermediário da operação, nega.

Alto e bom som, como não poderia deixar de ser, o *Estadão* também na sexta trombeta: “Baiano diz que amigo de Lula acertou propina de US\$ 5 mi”. De novo em cena aquele prestativo amigo, esclarece o texto, capaz de precipitar a manchete, para entregar a grana ao já ilustre Nestor Cerveró e mais dois funcionários da Petrobras.

Nem o *Washington Post* manifestou tamanha empolgação ao colher as provas do envolvimento de Nixon no Watergate. Pergunto aos meus estupefactos botões em que país dito democrático e civilizado confusas delações premiadas de um lobista, obviamente a carecerem de prova, seriam apresentadas pelos principais jornais com o destaque que lhes foi conferido pelos jornalões paulistas? Respondem em uníssono: Brazil, zil, zil. Algo me preocupa, nesta e outras situações similares, a saber a imediata credulidade de quem lê, pronto a repetir quanto leu qual fosse a sacrossanta verdade.

Há quem observe: contássemos com outra mídia, a opinião pública brasileira seria bem menos enganável. À parte o fato de que tenho dúvidas em relação à expressão opinião pública, em um país de 204 milhões de habitantes onde a *Folha de S.Paulo* se orgulha de alcançar 20 milhões, graças a cálculos baseados no fator multiplicador. Mas, no fundo, não é este o motivo da minha preocupação. A atual diz respeito, de fato, ao quociente de inteligência (nem ousar falar no espírito crítico) do leitor.

O momento do Brasil dos graúdos, devastado pela insensatez e movido a ódio de classe, favorece o triunfo da sandice e a impossibilidade de um debate justo, honesto, equilibrado. Inteligente. Por exemplo. Em um rompante de coerência, o PT se manifesta contra a política econômica do ministro Levy, e a mídia nativa, como sempre fiel do pensamento único, clama contra o engodo.

Ou, por outra, avisa: não se deixem enganar, isto é jogo de cena. Pelo comedido emprego de neurônios, não seria difícil entender que a sinceridade petista, no caso, bate de frente com os propósitos da presidenta. Não há, é solar, o estratagema das cartas marcadas.

Na moldura, se estabelece uma preciosa informação prestada por Fernando Henrique Cardoso em seu livro de memórias. Mereceria, esta sim, muito mais destaque do que lhe foi oferecido pelos jornalões de quarta 21: em 1996, quando presidente, o príncipe dos sociólogos teve sua atenção chamada para a corrupção reinante na Petrobras e deixou de intervir. Invoco a ajuda dos meus perplexos botões: “Mas a Petrobras não era governo também na época de FHC? Ou muito me engano?”

Esta, sim, é incoerência, dizem. Como assim? Recorrem a Justiniano: quem cala consente. Donde, concluo, seria o caso de dar à confissão do presidente tucano o peso devido, do tamanho de um deslize gravíssimo, de uma indiferença criminoso. Seria, retrucam, mas FHC tem poltrona cativa, adamascada, na casa-grande, e a reverência inoxidável da mídia nativa. Sei, sei, resmungo, mas ele também, ao confessar, não nos brinda com uma prova de esperteza. Pode tudo, no entanto.

Susto enorme levei, na manhã da quarta 21, ao tropeçar na manchete do *Estadão*. Ao vê-la de longe imaginei a eclosão da guerra mundial. Em toda a largura da primeira página, e em duas linhas. Ao lê-la, respirei aliviado, falava de uma das habituais delações destinadas a incentivar a crença no envolvimento de Lula em algum, qualquer, negócio escuso. Tentativa patética, se não estivéssemos no Brazil, zil, zil, ambiente cada vez mais propício ao rebaixamento progressivo do QI.

Nos últimos dias, me peguei diante de duas plateias bastante distintas. Em um debate sobre o excelente livro de Paulo Henrique Amorim, *O Quarto Poder, Uma Outra História*, em companhia de Laura Capriglione e do próprio autor.

Outra oportunidade tive ao receber o Prêmio Especial Vlado Herzog, que me honra e me comove, mesmo porque aquele assassinio cometido na masmorra do DOI-Codi é perfeito símbolo da violência

de uma ditadura feroz e insana, ditadura antes civil que militar, porque nascida nas dependências da casa-grande, de onde saiu a convocação da caserna para a execução do serviço sujo.

Na primeira plateia, falava-se em democratização da mídia. Na outra, em liberdade de imprensa ameaçada. Pontos de vista opostos, ambos equivocados, conforme meus botões, embora o segundo seja ou hipócrita ou francamente néscio. Aqui a plateia acredita que liberdade se completa por si só, sem o corolário da igualdade, de sorte a se tornar, graças a tal ausência, na liberdade dos senhores de contar a história a seu talante.

Quanto à democratização da mídia, não sei o que exatamente significa. Bastaria aplicar por meio de leis específicas o que a Constituição determina com toda clareza contra o monopólio e o oligopólio. Sosseguem, leões: nosso Congresso nunca dará qualquer passo neste rumo. A democracia implica naturalmente uma mídia democrática. Precisaríamos é democratizar o Brasil.

#ECC26

Desta vez não dá
por Mino Carta — publicado 30/10/2015 04h29

O desvairado ataque midiático movido a ódio de classe trai a fraqueza e o desespero da casa-grande

Transcrevo o primeiro período do editorial do *Estadão* de quarta 28: “Não se pode dizer que tenha causado surpresa o fato de a Operação Zelotes da Polícia Federal ter estendido suas investigações à empresa de um dos filhos de Luiz Inácio Lula da Silva e convocado a prestar depoimento seu fiel acólito, Gilberto Carvalho”. Na mosca.

De fato, não causa surpresa alguma que a Zelotes ganhe subitamente a atenção nunca merecida. **Tampouco** causaram as retumbantes manchetes tanto do próprio *Estadão* quanto da *Folha de S. Paulo* que na terça 27 celebraram o evento. Há uma operação em curso, **contudo**, a transcender os alcances da Zelotes e quaisquer outras. A Operação Anti-Lula, Anti-Dilma, Anti-PT, precipitada por um afã destruidor capaz de atentados à verdade factual e aos valores e princípios democráticos e republicanos.

O empenho é tanto que um mero boato espalhado pelos apaniguados (ou seriam acólitos?) de Eduardo Cunha, intérpretes do seu espírito arditoso, a respeito da viabilidade técnica do *impeachment*, move as manchetes da quarta 28, para que o próprio presidente da Câmara as desminta na manhã do mesmo dia. Ele avisa, com a expressão de Buster Keaton, não ter nada a ver com o rumor. Ah, sim, Keaton: grande ator cômico do passado remoto que jamais sorria.

A Operação a serviço do ódio de classe é ampla e complexa, conta com a instrumentação da mídia nativa e evoca situações pregressas. Não é por acaso que o editorial do *Estadão*, que me inspira de saída, intitula-se: “Lula e o mar de lama”. Pois é, o fatídico mar de lama em que, segundo o *Estadão* de 60 anos atrás, então nutrido pela retórica de Carlos Lacerda, soçobrava o Palácio do Catete habitado pelo velho Getúlio Vargas.

É do conhecimento até do mundo mineral que se esboçava o golpe de 1964. A história repete-se. Como farsa, há quem diga. De minha parte, intuo um progresso, na acepção mais completa da palavra, mesmo porque não enxergo em Lula a vocação suicida que muitos historiadores apontam em Getúlio. Lula gosta da vida e quer vivê-la. Não sei se a encenação atual há de ser definida como farsa, embora não me desagrade a ideia ópera-bufa. Sobra-me apenas uma certeza, e me atrevo a decliná-la em pleno andamento do espetáculo: desta vez a manobra está destinada ao fracasso. Por ora, no que diz respeito ao *impeachment*. Depois, veremos.

Entenda-se. O tempo é outro. Às vezes, admito, o meu ceticismo dobra meu inextinguível otimismo na ação, mesmo assim há na trama uma patetice que trai o desespero. Uma dúvida latente dos graúdos, a denunciar a desconfiança na sobrevivência da força esmagadora que, faz 60 anos, alimentava as certezas dos senhores da casa-grande. Algo se deu pelo caminho, além de uma leve melhora nos índices da desigualdade.

Recordo épocas tragadas pelo galope do tempo, em que um termo da moda era conscientização. Talvez algo se mova agora neste sentido. Meus botões admitem a crença de que cresceu o contingente de quantos se habilitam a perceber o lado tolo, e até ridículo, de um enfadonho, desvairado ataque midiático, a aguçar o açodamento raivoso da minoria e exibir sua fraqueza.

Surpreende uma pesquisa Ibope, divulgada pelo site do infatigável *Estadão*, para tratar dos índices de rejeição das figuras políticas eventualmente candidatas às eleições de 2018. Os 55% que penalizam Lula são citados em primeiro lugar, mas o júbilo dura pouco. José Serra tem 54, Geraldo Alckmin e Ciro Gomes 52, Marina Silva 50, Aécio Neves 47. Creio, **em todo caso**, que estas porcentagens tenham peso relativo. Muitos dos entrevistados quem sabe entendam ser a pesquisa prematura, à vista do longo prazo que nos separa do pleito.

“**Apesar da** rejeição – e aqui volto a citar o *Estadão* – o percentual dos eleitores que com certeza votariam nele (Lula, leia-se) é maior do que a de todos os seus potenciais adversários.” **Ou seja**: 23% contra 15% de Aécio, 11% de Marina, 8% de Serra e 7% de Ciro. Cujas presença na liça favoreceria o petista, conforme a análise dos meus botões. **Ou**, por outra, se as eleições se dessem hoje, a despeito de toda a campanha contrária febrilmente desfechada pela mídia, o ex-metalúrgico, homessa!, retomaria a Presidência.

#ECC27

O espírito do passado

por Mino Carta — publicado 06/11/2015 05h16

Dilma Rousseff tem de mostrar que a democracia ainda precisa de uma guerrilheira

Véspera eleitoral de 2010, almoço em uma “mansão” de bairro “nobre”. Singulares situações, embora largamente justificadas, me escalam à mesa de alguns “colunáveis” a rodearem o rei da Suécia, como se sabe casado com brasileira e desde então a fazer lobby do seu célebre caça Gripen. Coloquei algumas palavras entre aspas por obra de respeitosa adequação ao linguajar do jornalismo nativo.

Permito-me uma digressão. Eu também moro em região “nobre”, os Jardins paulistanos, e me abalo a garantir que de nobre ali não há coisa alguma. O bairro do almoço, de fato um banquete, é ainda mais graúdo, e me pergunto como o chamariam os repórteres ao confrontá-lo com o meu. Nobilíssimo? Principesco?

Reina naquele recanto uma acentuada balbúrdia arquitetônica, de sorte a impor no mesmo cenário a casa dos sete anões, sempre à espera da neve, e Tara, moradia neoclássica de Scarlett O'Hara, em meio aos algodoais. Ou a vivenda de Zorro e um disco voador.

Há outros contrastes, **contudo**, naquele faiscante rincão: nele se encravam favelas do tamanho de históricas cidades europeias, uma Siena ou uma Bruges. Sem maior tormento por parte dos moradores, acham tudo muito natural. Afora os assaltos.

Retorno ao almoço opíparo. Inquietava a alguns dos convivas a perspectiva de ver eleita uma “guerrilheira” (continuam as aspas) de origem búlgara, uma tal de Dilma Rousseff. A conversa produzia um ruído desagradável aos meus ouvidos e lá pelas tantas não me contive e, de lança em riste, proclamei que uma coisa é ser guerrilheiro contra uma ditadura e outra é sê-lo contra um Estado de Direito.

É a diferença entre Dilma, digamos, e Cesare Battisti, o assassino que ganhou asilo no Brasil graças à devastadora ignorância nativa, alimentada, inclusive, por muitos ditos esquerdistas nas nossas plagas.

Exagerei, repito. Em determinados momentos pareço-me com Pickwick, a personagem de Dickens que perdia as estribeiras enquanto aumentava a empolgação do revide. Deveria eu era ter dado uma gargalhada. Nem sempre, infelizmente, reajo como convém no confronto com a selvageria.

Por exemplo. Como reagir diante das últimas capas das revistas *Veja* e *Época*? Independentemente das acusações que precisam ser provadas, algo similar não aconteceria, disso tenham certeza, em qualquer país civilizado e democrático.

Ninguém à mesa imaginava que algum dia ainda culparia Lula por ter cumprido a mesma tarefa desempenhada pelo rei da Suécia, afável presença, alheia ao entrevero, e a quem não foi simples explicar-lhe as razões. De todo modo, alguém perguntara se um nascido em terra estrangeira, ou seja, o acima assinado, teria direito de tomar aquelas ofensivas atitudes.

A evocação se deve a uma consideração posterior: Dilma Rousseff não foi a “guerrilheira” sugerida naquele almoço guardado na memória. Fez, **porém**, um governo inquestionável até final 2013, conforme prova em sua magistral coluna desta edição o professor Delfim Netto. Os problemas fermentaram em seguida, e não apenas como efeito da crise econômica mundial. Os resultados estão aí, e nos penalizam a todos.

Os adeptos do “Fora Dilma” acham, em boa ou má-fé, que o *impeachment* resolve. Enganam-se, **obviamente**. Nada pior do que golpear fatalmente a nossa incipiente democracia. Do seu lado, Dilma, para não conferir sentido à sua presidência, não tem, na minha opinião, outra saída a não ser encarnar o espírito da guerrilheira prometida, e temida, e não cumprida.

Adaptada aos dias de hoje e às esperanças de quem sonha o Brasil como um país feliz para todos. Trata-se de reencontrar a energia da juventude combativa para assumir a chefia afetiva do governo e reavaliar as políticas até aqui implantadas, e as figuras políticas chamadas a pô-las em prática.

Trata-se, sobretudo e antes de mais nada, de enfrentar de cara aberta uma oposição desvairada, apoiada pelo delírio midiático e favorecida pela tibieza das reações dos seus alvos. Contra a desesperança, é preciso mostrar imperiosamente que o País não está desgovernado.

#ECC28

O homem e a máscara

por Mino Carta — publicado 13/11/2015 10h18

Pequena reflexão a respeito das características de algumas figuras da República, a começar por Eduardo Cunha

Eduardo Cunha é inventor notável de enredos, mas ele próprio é personagem romanesca. Eleito faz menos de um ano para a presidência da Câmara, provou que os manobristas políticos da presidenta Dilma não se esmeraram na leitura de Maquiavel. Mostrou, também, um traço invulgar da sua personalidade: o prazer do risco.

Como entender, de outra forma, que alguém se atire a um embate parlamentar aparentemente tão renhido, e se disponha, ao vencê-lo, a acuar o governo até colocar em xeque a rainha, digo, a presidenta, a despeito de seu conspícuo telhado de vidro? Como chegar tão longe na ousadia sem imaginar que, mais cedo ou mais tarde, as mazelas viriam à tona? Vieram mais cedo.

Personagem a seu modo fascinante, talvez dotado para a roleta, ou o pôquer. Em lugar do cassino, aportou ao Congresso. Desassombrado até o limite, sem alterar a expressão irônica de quem se regala no desafio sem trair emoção.

Murmuram meus céticos botões: mais um que confia na impunidade, a par da incompetência dos adversários. Quem sabe também ele não se tenha dedicado à leitura de Maquiavel. **Nem por isso** Cunha tira a máscara.

Deste ponto de vista, o presidente da Câmara é bem mais interessante do que, digamos, os ministros Levy e Cardozo. Estes não usam máscara, são exatamente o que aparentam ser, não há disfarces para seu escasso alcance. De forma diferente, entenda-se.

O ministro da Justiça é um ser hesitante, nele, **porém**, a ausência de certezas não é sinal de mente fervilhante. O ministro da Fazenda, pelo contrário, é munido exclusivamente de certezas, baseadas na devoção ao deus mercado e no emprego de uma calculadora.

No começo do seu primeiro governo, Dilma soube como se livrar de algumas figuras incômodas, embora competentes ao cuidarem em primeiro lugar dos seus negócios pessoais. Hábeis operadores, como se diz, mas ambos com suas falhas.

Nelson Jobim é, antes de mais nada, um farejador das mudanças barométricas. Quanto a Antonio Palocci chegou a montar uma casa do prazer às margens do Lago de Brasília, aberta à frequência de figurões e figurinhas da política e até, incautamente, de jornalistas mais ou menos graúdos.

Agora cabe perguntar aos botões se a presidenta saberá livrar-se de outros ministros escassamente eficazes em postos-chave. O ministro da Fazenda, de ceifadeira em punho, entregue à sanha do corte, pronto a sacrificar a maioria pobre qual fosse relvado inculto.

Já Cardozo prefere ficar sentado na cadeira almofadada do seu gabinete, assistente impassível de graves irregularidades da mesma Justiça que deveria controlar.

Sobre minha mesa de trabalho conservo a primeira página do *Estadão* de 5 de julho, onde a manchete chama para a entrevista do diretor da PF, Leandro Daiello. Diz ele, em letras pesadas: “A Lava Jato prossigue, doa a quem doer”. A quem haveria de doer?

É claro que Daiello se refere a quem o nomeou, e não é, obviamente, da competência do diretor da PF um pronunciamento deste gênero. Que fez o ministro da Justiça? Ficou sentado em perfeito silêncio. Haveria de dizer, incontinentemente: “Rua, prezado delegado, rua!” Diante da sua indiferença, Dilma é quem teria de convocar o insubordinado para uma seca despedida.

Há quem suponha não faltarem candidatos à substituição de Levy, que, segundo os arautos midiáticos, estaria em vias de fritura. Não ousa aventar nomes. Quanto a Cardozo, existe a recordação do mitológico ministro Márcio Thomaz Bastos.

Há um elo entre os dois, chama-se Daniel Dantas. Ambos advogaram para o banqueiro do Opportunity. Bastos, quando no governo, ou pelo menos seu escritório, contra o acima assinado, no Criminal. Cardozo foi à Itália para sustentar uma tentativa de ataque dantesco contra a TIM e teve um desempenho patético.

DD regressou batido, turva figura do bastidor, concreta como um fantasma cinematográfico. Em relação ao banqueiro, Bastos manteve uma atitude esquiva durante a Operação Chacal, aquela que apreendeu o célebre disco rígido jamais aberto.

Se o fosse, disse a mim diante de testemunhas o então diretor da PF, o impecável delegado Paulo Lacerda, “cairia a República”.

DD detém poderes infindos. Os botões sugerem que dispõe de informações cabeludas demais. Seria por causa disso que o próprio Cardozo, *illo tempore*, secundado pelo deputado Sigmaringa Seixas, organizou um jantar do ministro Márcio com o banqueiro na casa do senador Heráclito Fortes?

Nem todas as maracutaias vêm à tona neste nosso peculiar país.

#ECC29

Em cena, a covardia

por Mino Carta — publicado 27/11/2015 03h33, última modificação 18/12/2015 11h35

Os poderes da República assistem impávidos à demolição progressiva do Estado de Direito

Faz duas semanas, em carta publicada na seção competente, um leitor elogiou *CartaCapital* ao defini-la como revista de esquerda. Que significa ser de esquerda? Bom ou mau? As opiniões, como se sabe, divergem, e em um país maniqueísta como o Brasil divergem absolutamente, embora o significado exato da palavra tenha perdido a clareza de antanho.

Há mesmo quem diga que o tempo das ideologias acabou de vez como se fosse possível admitir a inexistência de ideias capazes de mover as ações humanas. **De todo modo**, em terra nativa, basta pouco para ser classificado de esquerda, ou mesmo comunista. Vários requisitos exigem-se para chegar a tanto, mas dois são determinantes.

Primeiro, denunciar com todas as letras a insuportável desigualdade reinante no País, recordista em má distribuição de renda. Segundo requisito. Não se acovardar diante da prepotência oligárquica, tão desbragadamente exercida por meio da mídia nativa, paladina de uma liberdade de imprensa que não passa de liberdade de propalar impunemente o que interessa aos patrões, moradores cativos da casa-grande e, portanto, de inventar, omitir e mentir. Esta é também uma forma de corrupção.

No enredo político em pleno desenvolvimento no cenário nacional, o papel da covardia é capital, é a partícula primeva que explode no big-bang. Espero ser entendido ao acentuar que a encenação é digna de um colossal hollywoodiano, e talvez fosse oportuno entregar a direção a Cecil B. DeMille. Cinéfilos vetustos como o acima assinado sabem o que estou a dizer. Vamos, porém, ao ponto, sem exagerar em esperanças quanto a essa compreensão.

A par da credulidade de muitos leitores, ouvintes e telespectadores e da benfazeja indiferença da senzala, preocupada com temas práticos e cotidianos, sobra, com extraordinário vigor, a covardia de quem haveria de resistir. A começar pelo Supremo Tribunal Federal. Lembrei-me do meu professor de Direito Penal na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em uma das cúspides do chamado Triângulo de uma São Paulo adoravelmente provinciana. Noé Azevedo, cavalheiro de cabelos brancos, supunha-o parecido com Caronte, o barqueiro do Styx na versão dantesca, “branco por antigo pelo”. Ensinava a supremacia do Direito Natural: os fatos merecedores de julgamento, hão de sê-lo no mesmo local em que se dão.

Aí está o pecado original, imperdoável, da Lava Jato. Escudado pela polícia curitibana, Sergio Moro manda às favas o Direito Natural. Os ministros do STF não foram alunos do professor Noé, está claro, e talvez nem saibam dele. Poderiam, **contudo**, ter consciência das suas responsabilidades. **No entanto**, diante do desmando e de muito outros cometidos na república jurídico-policial de Curitiba, se acovardam.

Divididos nos sentimentos e nos humores, os senhores ministros de uma justiça desvendada, curvam-se aos pés da arrogância midiática. Apavoram-se com a reação, impressa, radiofônica e televisada, a qualquer tentativa de recolocar a situação nos trilhos da lei, sem deixar de apreciar referências gaudiosas às suas pessoas, uma foto aqui, uma nota favorável, ou mesmo uma entrevista, acolá. A citação empolga e compensa o medo.

O mesmo gênero de temor atinge o próprio governo, acuado e até hoje incapaz de inaugurar o segundo mandato de Dilma Rousseff, tão bem representado na sua inércia aturdida por um ministro da Justiça inexoravelmente inepto. Aceita-se a afirmação da prioridade do combate à corrupção, enquanto demole-se o Estado de Direito.

E as bancadas petistas do Congresso e os parlamentares da dita base aliada? Acovardados, alguns à sombra da espada de Dâmocles, outros por que simplesmente tementes à mídia em lugar de Deus, possivelmente alheado como de hábito das misérias humanas. Se algum dia o Brasil foi um Estado de Direito a despeito da presença inesgotável da casa-grande e da senzala, deixa de sê-lo agora debaixo dos golpes das manchetes.

Observa um velho amigo ao me visitar no meio da tarde melancólica: tínhamos um salvador da pátria, chamava-se Joaquim Barbosa, de um tempo para cá tomou-lhe o lugar Sergio Moro. Nada mais simbólico do que a homenagem que lhe fez a Aner, contada nesta edição por Nirlando Beirão na página 30. O herói de camisa preta, adequada a mostrar antes a vaidade do que a identificação

ideológica, conforme o editor de *CartaCapital*. Permito-me observar que o preto também é próprio do coveiro.

#ECC30

Tempos de chantagem

por Mino Carta — publicado 04/12/2015 05h26

Assistimos a uma tragédia iniciada há 500 anos, a explicar como um país destinado a ser paraíso foi condenado ao inferno por sua elite

Em qual país dito democrático o destino do governo e do seu partido fica sujeito à chantagem do presidente da Câmara dos Deputados, disposto a vender caro a sua pele de infrator?

Somos espectadores de um enredo assustador, a negar a democracia que acreditamos viver, mas nem todos entendem que o espetáculo é trágico.

O PT nega-se a uma capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade, logo Eduardo Cunha parte para a vingança. Também o gesto do presidente da Câmara é tipicamente brasileiro, ao exprimir a situação de um país que há tempo perdeu o senso e a compostura.

Se já a teve, a capacidade de entender a gravidade do momento político, sem contar o aspecto pueril e os complicadores econômicos e sociais.

Até ontem, o governo jogou contra si mesmo, ao ensaiar a rendição à chantagem: desenhou-se nas últimas semanas a tendência a instruir os integrantes petistas da Comissão a votarem a favor de Cunha, donde a pergunta inevitável do cidadão atento aos seus botões: quer dizer que todos os envolvidos têm telhado de vidro?

Ora, ora. *Impeachment* era, e continua a ser, golpe. Quanto a Cunha, suas mazelas são mais que evidentes. Então, por que o governo cederia à chantagem? Quem se deixa acuar está perdido.

Tempo de chantagem, a delação premiada resulta dela também, a partir de prisões preventivas que põem em xeque a presunção da inocência, o indispensável *in dubio pro reo*. Esta é a democracia à brasileira, diariamente chantageada pela mídia nativa. Segundo uma pesquisa Datafolha, a maioria dos entrevistados enxerga na corrupção o calcanhar de aquiles do País.

Não procuro saber das técnicas empregadas para chegar a esse resultado, de todo modo é certo que a corrupção não passa de uma consequência de 500 anos de desmandos na terra da predação. O poder verde-amarelo muda seu endereço, mas não altera propósitos e comportamentos. É sempre o mesmo, desde as capitânias hereditárias. Feroz, hipócrita, velhaco. E impune.

De pé, ainda e sempre, a casa-grande e a senzala, e também sobrados e mocambos. Gilberto Freyre referia-se ao Nordeste, mas a dicotomia se impõe até hoje do Oiapoque ao Chuí, e é mesmo possível que agora, nas terras do historiador pernambucano, seja menos acintosa do que em outros cantos.

Permanece, em pleno vigor, a lei do mais forte, e desta brotam os nossos males, a começar pela desigualdade, pelo assassinio anual de mais de 60 mil brasileiros, pelo caos urbano. E assim por diante. Supor que a situação atual tem alguns responsáveis, identificados pela Lava Jato, não esclarece a real dimensão do problema.

Responsável é quem usa o poder em proveito próprio. Colonizadores, escravagistas, bandeirantes, capitães do mato, os senhores do império, os militares golpistas que proclamaram a República etc. etc.

O golpe de 64 foi precipitado para evitar uma mudança apenas vagamente esboçada graças à convocação dos gendarmes fardados, coroada a operação 20 anos após, paradoxalmente, pelo enterro da campanha das Diretas Já.

A chamada redemocratização foi uma farsa, com a contribuição dos fados que levaram à Presidência Sarney, principal artífice da derrota da Emenda Dante de Oliveira, a favor das diretas, e vencedor da batalha da indireta à sombra de uma Aliança pretensa e hipocritamente apresentada como Democrática.

A casa-grande e sua mídia elegeram Fernando Collor, para apeá-lo quando passou a cobrar pedágio alto demais, e Fernando Henrique, que “não é tão esquerdista assim”, como dizia Antonio Carlos Magalhães.

O governo tucano em oito anos cometeu as maiores infâmias contra os interesses nacionais, esvaziou as burras do Estado, organizou com as privatizações a maior bandalheira da história brasileira, comprou votos a fim de reeleger FHC, para não mencionar as aventuras do filho do então presidente, grandiosas e silenciadas. Quem pode, pode.

Lula, Dilma e o PT são intrusos nesta pantomima e esta presença, usurpada na visão dos antecessores no poder, explica por que hoje são visados como únicos réus. A eleição do ex-metalúrgico em 2002 ofereceu uma esperança de renovação, e assim pareceu divisor de

águas no rumo do progresso. No poder o PT portou-se como os demais partidos (partidos?) e os bons augúrios minguaram progressivamente. É bom, para a dignidade do governo e do seu partido que enfim não capitulem diante da chantagem de Eduardo Cunha.

Seria o suicídio. Infelizmente, há muitos outros erros morais e funcionais, falhas, deslizes, e até tramoias, trambiques, falcatruas, a serem remidos, e não é fácil imaginar que o serão.

Às vezes me colhe a sensação de que atravessamos a fase final do longo processo da decadência crescente e inexorável de um país destinado a ser o paraíso terrestre e condenado ao inferno por sua elite, voltada a cuidar exclusivamente dos seus interesses em detrimento da Nação.

E de administrá-los contra a lei, se necessário. Na circunstância, cheia de riscos e incógnitas, a saída pela Justiça soa como o recurso natural. Não seria o STF o guardião da Constituição ofendida, o último defensor do Estado de Direito?

Os botões me puxam pelo paletó: que esperar desta Justiça desvendada, embora tão verborrágica, empolada, falsamente solene?

#ECC31

Chamem o Cunha

por Mino Carta — publicado 12/12/2015 07h07

Em 64, a casa-grande recorreu ao Exército. Hoje basta-lhe o presidente da Câmara, que já deveria ter sido cassado

Em 1964, a casa-grande teve de chamar o Exército para dar o golpe. Hoje, basta chamar o Cunha. Os fatos que se interpõem entre a derrubada de João Goulart e a atual tentativa de derrubar Dilma Rousseff explicam paradoxalmente a diferença entre os executores do passado e do presente. Ao fim da ditadura, o Brasil pretendeu apresentar-se ao mundo como país de democracia reencontrada, e houve quem acreditasse, aqui e lá fora, que era para valer. **E** é à sombra de um simulacro que se movem as personagens do novo enredo.

Bem ou mal, alguns agiram com empenho e sinceridade. No caso, cito de saída Ulysses Guimarães, que seria o primeiro presidente eleito da dita redemocratização não tivesse sido derrotada a campanha das Diretas Já. Sobrou-lhe o consolo de comandar a elaboração da nova Carta, finalmente concluída em 1988. Há falhas inegáveis naquele processo desenrolado durante o governo Sarney, a começar pelo fato de que aquele Congresso não foi Constituinte exclusiva. **Mas** era infinitamente melhor do que esse a encenar o espantoso espetáculo em cartaz.

Democracia incipiente, manquitolante, tanto mais em um país de desequilíbrio social insuportável, onde anualmente morrem assassinados mais de 60 mil cidadãos, na maioria sem consciência da cidadania. **E** ainda nos assustamos com o terrorismo e as guerras que assolam diversos cantos do mundo... Terror e guerra moram aqui mesmo, com suas formas peculiares, típicas da terra da casa-grande e da senzala. Cunha age ao sabor de technicalidades introduzidas por uma grotesca pretensão democrática em pleno vigor da Idade Média.

Difícil classificar o espetáculo profundamente brasileiro que somos obrigados a assistir conforme os usuais padrões teatrais, rico, denso, de todo modo, a levar ao palco personagens vivas e os fantasmas de antanho, gerações e gerações. Quem sabe mistura de tragédia, ópera-bufo, farsa, teatrinho dos Pupi sicilianos com patrocínio mafioso. Obra em vários atos, de desfecho incerto, embora desfraldada a posição das forças em confronto.

Ao chamar Cunha e visar o *impeachment*, arma-se a frente ferozmente disposta a rasgar de vez a Constituição de 88 e a enterrar o nosso penoso arremedo de democracia. As razões do pedido de impedimento são inconsistentes, é do conhecimento até do mundo mineral, a ser claro, aliás, que os formuladores das motivações jurídicas não atingiram o estágio do quartzo ou do feldspato. É que alardeamos ser o que não somos. Em países democráticos, a trama tecida a partir das demandas da casa-grande seria impossível.

Qual é o papel do vice-presidente Michel Temer? Um Judas, um Iago? Não parece. Sabe, apenas, da simpatia de que goza nos ambientes graúdos e levanta o braço para dizer “estou aqui”. Para tanto, com gesto obsoleto (romântico?) em tempos de redes sociais, escreve uma carta. Aproveita-se do descaso que em diversas ocasiões lhe reservou Dilma e se dispõe, sem demitir a expressão sonsa, a oferecer colaboração a Eduardo Cunha, sinuosa, poderosa porém. Um Talleyrand de arrabalde. Resultados imediatos já os obteve, com a demissão de Leonardo Picciani da liderança do PMDB na Câmara, enquanto o partido se recompõe em torno do seu tradicional oportunismo.

Atenção, Aécio Neves surge na ribalta e faz objeções à participação de Temer: em lugar de apontar as mazelas petistas, observa o tucano, parte para queixumes fisiológicos. Surpresa? Nem um pouco: se houver *impeachment*, e Temer for presidente, será candidato à reeleição em 2018 e Aécio mira na mesma data. **E** se ao cabo prevalecer a razão, e Dilma sair incólume do ataque da insensatez, que será de Temer? Soltem a imaginação, ao cogitar das alternativas.

Quanto a Cunha, o grande operador, já deveria estar cassado, a amargar o julgamento do STF. Ah, sim, a Justiça... Em qual país civilizado e democrático um Cunha poderia arcar com o rol que o momento lhe atribui diante da indiferença de muitos e a aprovação, até eufórica, de outros tantos?

Do outro lado, existem belos exemplos de resistência. Vem, **por exemplo**, de Ciro Gomes, a evocar Leonel Brizola em defesa de Jango, ou de 16 governadores, ou de grandes juristas que não hesitam em identificar *impeachment* como golpe, ou de inúmeros cidadãos anônimos prontos a expor sua revolta. Dilma ao dizer, em nome do governo, “nós não cometemos delitos”, como se aos adversários quisesse amparar-se em provas de mazelas imperdoáveis para sustentar

o *impeachment*, não percebe que a intenção não é provar coisa alguma, e simplesmente enxotar do Planalto sua legítima inquilina, à revelia da Constituição.

Vale a pena tirar os olhos do palco, para encarar a plateia. Quantos ali acreditam que o impedimento equivale a salvar o País em meio a um ciclone causado exclusivamente pelo PT e seus dois presidentes? Quantos esquecem o que representou para o Brasil a Presidência de Lula, e também a de Dilma, ao menos nos três primeiros anos? Quantos ignoram que a maioria das acusações desfechadas pela Lava Jato precisam ser provadas, bem ao contrário dos trambiques de Cunha? Quantos caem no engodo urdido diariamente pela mídia nativa, alinhada como sempre de um lado só, compactamente a favor do *impeachment* e, portanto, dedicada a promover o arbítrio, a irresponsabilidade, a ignorância?

A esperança há de ser oposta àquela destes espectadores, que o impedimento naufrague e Dilma permaneça onde está. Ainda há tempo para impedir o desastre final. Ainda há tempo para dar outro rumo à política econômica, embora seja evidente que a crise não se deve apenas aos erros do governo. Pesam também os efeitos da Lava Jato, as tempestades a varrer o mundo e as debilidades do Brasil, até hoje exportador de commodities.

O País viveu dois momentos bastante promissores: a década de 50 e o tempo do governo Lula, reconhecidos como tais em todo o planeta. O golpe de 64 não foi precipitado pelo risco de cubanização de uma terra tão pouco parecida com a ilha do Caribe, e sim pela perspectiva do surgimento de um autêntico proletariado, capaz de tornar-se mola do progresso e da contemporaneidade, como se dera bem antes na Europa. O ingresso na cena de um operariado consciente da sua força representaria uma mudança insuportável para os tradicionais donos do poder.

Hoje para a casa-grande é indispensável impedir a permanência do PT no comando. Por mais decepcionante que tenha sido o comportamento do partido depois da eleição de 2002, há decisões que um governo petista jamais tomaria. Com o golpe, fica aberto o caminho da privatização da Petrobras, incluída a negociação do pré-sal com as Sete Irmãs, e do retorno à condição de satélite de Washington.

#ECC32

Ouro ao bandido

por Mino Carta — publicado 08/01/2016 12h37, última modificação 08/01/2016 16h56

Incrível: o governo sonha em ganhar a simpatia da casa-grande

Pergunto aos meus botões qual seria o propósito de quem entrega o ouro ao bandido. Ao que tudo indica, comover o bandido, respondem prontamente. Insisto: com quais chances de êxito? Concluem: com bandido de 18 quilates, nenhuma. Moral da história: quem entrega o ouro ao bandido, ou é ingênuo ou néscio.

Tenho reunido há tempo farta documentação da incapacidade do governo de perceber em toda a sua extensão o papel da mídia nativa. Vem de tão longe a colheita que, a esta altura, é do conhecimento até do mundo mineral a exata dimensão da quadrilha midiática. Mas nem todos entre os humanos têm a sensibilidade do quartzo e do feldspato.

Em países civilizados e democráticos, atuam jornais, revistas, rádios, canais de tevê, fontes de informação em geral, em condições de expor ideias e defender interesses os mais variados. No Brasil, não, diz a voz das entranhas da Terra, no Brasil vigora o jornalismo do pensamento único, a serviço exclusivo da ideologia da casa-grande. Defini-la conservadora, ou mesmo reacionária, é redutivo. Ela é simplesmente medieval, com todas as implicações da condição. Anterior à Idade Moderna.

Espanta-me que um governo que pretendeu ser da renovação ao implementar políticas desenvolvimentistas e de inclusão social, ainda não tenha logrado enxergar na mídia nativa o verdadeiro partido de oposição disposto a cometer atos de descarada bandidagem. Não há limite para os barões midiáticos e os rapazes do bando. Não se trata de uma justa competição a bem da democracia, e sim, de um combate desleal, sem trégua e sem compromisso algum com a verdade factual. Partido *sui generis*, está claro, próprio de uma época de trevas.

Às vezes me surpreendo na tentativa de imaginar o que vai entre o fígado e a alma nem digo dos senhores da mídia, moradores cativos da casa-grande, mas dos seus empregados, habitantes de redações onde o desequilíbrio social a assolar o País se repete para separar quem ganha mais de quem ganha menos. O que leem para alimentar sua visão do mundo e da vida? O que sentem ao praticar seu jornalismo bucaneiro? Alguns, do alto de pirâmides de florins, talvez encontrem apaziguantes justificativas. E os outros remediados que se curvam passivamente?

Neste começo do novo ano, sou forçado a anotar que o governo reitera implacavelmente a sua ignorância em relação ao rol midiático, que tão eficaz se revelou na criação da crença de que todas as culpas hão de cair sobre os ombros de Dilma e de Lula, sem exclusão do atraso do ônibus ou do precário funcionamento do celular. E não é que os governistas se apressam a entregar o ouro ao bandido? A presidenta colabora com a *Folha de S.Paulo* com uma mensagem do primeiro dia de 2016. O ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, dá uma entrevista ao mesmo jornal, enquanto o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, opta para sua primeira fala com o *Estadão* e o *Valor Econômico*. Será que gostam tanto assim de quem quer vê-los pelas costas?

Produzi algum gênero de autocrítica a respeito de pecados que já foram cometidos impunemente por quem os precedeu no comando da chamada redemocratização, iguais e até piores, diante da absoluta indiferença da mídia, quando não da aprovação? Quem sabe o ministro Barbosa quisesse fazer genuflexão aos pés do deus mercado, sem deixar de bater na tecla do desenvolvimento. Uma no cravo, outra na ferradura. Tempo perdido, clamorosamente.

Sempre supus Jaques Wagner qualificado para a chefia da Casa Civil e louvei sua escolha para o posto. Mas por que denegrir o PT nas páginas da *Folha*? *CartaCapital* repete há uma década que o Partido dos Trabalhadores portou-se no poder como todos os demais. Admitir, porém, a traição aos princípios e valores iniciais em benefício do inimigo é descabido, além de imprudente, sem contar que, em termos de política econômica, o PT defende faz algum tempo causas justas. Quanto a Barbosa, conseguiu o oposto do que desejava.

Que a maioria dos brasileiros seja resignada, até hoje incapaz de reação a tanta prepotência, tem suas razões de ser ao cabo de séculos de escravidão. Já o governo passa da conta com sua remissividade. Para não usar outra palavra, que por ora não quero pronunciar. O governo do PT deveria era encontrar motivos de orgulho no ódio irreversível que o cerca. Apesar de muitos e graves deslizos, o partido poderia ainda apostar em uma decisiva e redentora diversidade.

#ECC33

Conspiração policial

por Mino Carta — publicado 15/01/2016 06h04

Vazamentos de informações sigilosas para a mídia nativa provam que a polícia trabalha a favor dos interesses da casa-grande

Já tivemos um exército de ocupação, convocado pela casa-grande em 1964. O gendarme indispensável ao golpe, a favor dos senhores com a bênção, não somente metafórica, de Tio Sam. De mais de uma década para cá, somos forçados a colher fortes indícios de que contamos com uma polícia para cuidar dos interesses da minoria privilegiada.

Aquelas Forças Armadas derrubaram o governo. Esta polícia, ou pelo menos alguns de seus núcleos, conspira contra o governo. O tio do Norte está aparentemente mais distante, mas não desgosta de um satélite em lugar de um país independente.

A postura conservadora da caserna, em momentos diversos francamente reacionária, sempre arcou com um papel poderoso, quando não decisivo, na história do Brasil.

Hoje, graças também a um comando firme e responsável, mantém a atitude correta na moldura democrática, a despeito dos esforços da mídia nativa para oferecer eco a vozes discordantes de reduzido alcance. A defesa do *status quo* ficou para a Polícia Federal?

A PF não foi treinada para a guerra, dispõe, porém, de armas afiadas para conduzir outro gênero de conflito, similar àquele da água mansa que destrói pontes.

Um dos instrumentos usados para atingir seus objetivos com a expressão de quem não quer coisa alguma é o vazamento, a repentina revelação de fatos do seu exclusivo conhecimento, graças ao fornecimento de informações destinadas ao segredo e, no entanto, entregue de mão beijada e por baixo do pano a órgãos midiáticos qualificados para tanto, sem descaso quanto à pronta colaboração do Ministério Público.

Na manhã de terça 12 sou atingido pela manchete da *Folha de S.Paulo*: “Cerveró liga Lula a contrato investigado pela Lava Jato”. O delator, diz o texto, declara ter sido premiado com um cargo público pelo então presidente da República por quitar “um empréstimo de 12 milhões de reais considerado fraudulento pela Lava Jato”.

Logo abaixo, com título em corpo bem menor em duas colunas, o jornal informa que o mesmo Cerveró “cita Renan Calheiros”. Finalmente, no mesmo corpo e extensão de texto, anuncia-se: “Delator fala em propina sob FHC”.

Incrível: na mesma manhã, o *Estadão* me surpreende ao se referir apenas ao envolvimento do governo de Fernando Henrique. O jornalão, é evidente, não foi beneficiado pelo vazamento de todo o material disponível.

O *Estadão* redime-se aos olhos dos leitores no dia seguinte e na manchete declama: “Cerveró cita Dilma”. E no editorial principal da página 3, sempre fatídico e intitulado “No reino da corrupção”, alega a abissal diferença entre o envolvimento de Lula e de FHC.

Em relação a este “a informação é imprecisa, de ouvir dizer”. No caso de Lula, a bandalheira é óbvia e desfraldada. Patéticos desempenhos do jornalismo à brasileira. Inúmeros leitores não percebem, carecem da sensibilidade do quartzo e do feldspato.

Nada surpreende neste enredo, próprio de um país medieval, indigno da contemporaneidade do mundo civilizado e democrático. O vazamento de informações sigilosas tornou-se comum há muito tempo nas nossas tristes latitudes, como diria Lévi-Strauss.

Mesmo assim, seria interessante descobrir as razões desta conspirata policial. Inútil, está claro, dissertar a respeito dos comportamentos da mídia. Dos seus donos, o mesmo pensador belga observava: “Eles não sabem como são típicos”.

O cargo de diretor da PF é da exclusiva competência do Palácio do Planalto, que o subordina ao seu ministro da Justiça, no caso, José Eduardo Cardozo.

Foi ele quem indicou o delegado Leandro Daiello, aquele que em julho passado proclamou, a bem da primeira página do *Estadão*: “A Lava Jato prossegue, doa a quem doer”. **E** a quem haveria de doer?

Nos bastidores da PF, Cardozo é apelidado de Rolando Lero, personagem inesquecível criado por Chico Anysio, o parlapatão desastrado que diz muito para não dizer coisa alguma.

Tendo a crer que Cardozo aplica seu lero-lero em cima da presidenta Dilma e consegue deixar tudo na mesma. **De fato**, o nosso ministro é tão incompetente no posto quanto vaidoso.

Achou, **porém**, em Daiello o parceiro ideal. O homem foi capaz de tonitruar ameaças, dentro da PF, contudo, carece de verdadeira liderança. A situação resulta, **em primeiro lugar**, dessas duas ausências.

Da conspirata em marcha, vislumbro de chofre três QGs, em recantos distintos. Número 1, escancarado, em Curitiba, onde três delegados dispõem da pronta conivência do Ministério Público e da vaidade provinciana do juiz Sergio Moro, tão inclinado a se exibir quando os graúdos lhe oferecem um troféu.

Os representantes locais da polícia não hesitaram, ainda durante a campanha eleitoral, em declinar suas preferências pelo tucanato, sem omitir referências grosseiras a Dilma, Lula e PT. De onde haveriam de sair os vazamentos se não desses explícitos opositores chamados a ocupar cargos públicos?

Há algo a se apontar no Paraná: a falta de liderança, também ali, de superintendente. Não é o que se dá em São Paulo, onde o chefão recém-empossado decidiu prender um filho do presidente Lula na mesma noite da festa de aniversário do pai, debaixo do olhar indiferente de Cardozo e Daiello. Diante de cenas como essa, o arco-da-velha desmilingue.

O novo superintendente substituíra outro da mesma catadura, brindado por serviços prestados por uma das mais cobiçadas aditâncias, como se diz na linguagem policial, em embaixadas localizadas nos mais aprazíveis recantos, Paris, Roma etc.

As aditâncias fazem a felicidade de alguns, destacados delegados, espécie de prêmio à carreira. Tal seja, talvez, o sonho do superintendente em Belo Horizonte, que se distingue sinistramente por seus desmandos em relação ao governador Fernando Pimentel.

Passou por cima da lei e do decoro para torná-lo seu perseguido em nome de uma autoridade de que carece, como é fácil provar.

Até que ponto haveria um comprometimento político e ideológico entre esses policiais e os partidos da oposição? Vale imaginar que, egressos da chamada classe média, alimentem o descabido ódio de classe de quem acaba de sair do primeiro, ínfimo degrau, e atingiu um patamar levemente superior.

Donde, ojeriza irreversível em relação àqueles que nutrem preocupações sociais. Existem, também, claramente detectáveis, umas tantas rugas, a soletrar a diferença salarial entre delegados e advogados da União, consagrada a favor destes pela presidenta.

É possível, **entretanto**, que quem vaza informações sigilosas não se dê conta das consequências? Os conspiradores atuam à vontade, com o beneplácito silencioso dos chefes.

#ECC34

A vez da coragem

por Mino Carta e Luiz Gonzaga Belluzzo — publicado 22/01/2016 05h46, última modificação 22/01/2016 19h00

Há de se esperar que Dilma encontre a força necessária para agir

Desde a vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014, *CartaCapital*, nesta e em muitas outras das suas páginas, aponta a única saída possível para a crise econômica que humilha o Brasil: crescer e crescer. O grande exemplo é o *New Deal* rooseveltiano, inspirado por *lord* Keynes, mas vale reconhecer que o presidente dos EUA contava com instituições sólidas e com uma base popular politizada. Mais ou menos o contrário da situação atual no Brasil.

Temos Executivo, Legislativo, Judiciário? Cabem ponderáveis, desoladoras dúvidas. Um juiz da província, um punhado de delegados de polícia e de promotores assumem tranquilamente o poder diante da indiferença governista e do comando da PF, enquanto um presidente da Câmara inequivocamente corrupto até hoje comanda a manobra golpista do *impeachment* de Dilma Rousseff, legítima presidenta. Está claro, porém, que ela somente, na qualidade de primeira mandatária, tem autoridade para reverter a rota, já a trafegar em pleno desastre.

O tempo que lhe sobra para agir é escasso, é bom sublinhar. O começo da ação tem de se dar antes do início do ano brasileiro, ou seja, depois do Carnaval, conforme nossa grotesca tradição. Caberia a Dilma partir de imediato para o mesmo gênero de investimento público que em 1933 colocou Roosevelt no caminho certo para estancar os efeitos do craque de 1929.

Ao se mover com esse norte, a presidenta teria de enfrentar as iras do chamado mercado, o onipresente Moloch, espantalho do tempo e do mundo, onde, debaixo da sua hegemonia, pouco mais de 270 famílias detêm o equivalente a 50% da riqueza do resto da humanidade. Para decisões de tal porte, de tamanha ousadia, exigem-se coragem, bravura, desassombro além dos limites. A questão é saber se o governo tem estatura para chegar a tanto.

Por ora, é doloroso constatar que o Executivo se deixa acuar, em primeiro lugar pela mídia e por quem esta apoia e protege. Está provado que toda tentativa de mediar, compor, conciliar, fracassou. Há tempo o governo exibe uma assustadora incapacidade de reação, a beirar a resignação. A quem mais, senão a Dilma, compete salvar o País? Creio não exagerar no emprego do verbo.

Pouco importa quanto o FMI propala a nosso respeito. O próprio Banco Central mostra-se agora mais atento às pressões do Planalto do que às do Fundo (*leia, logo abaixo, as observações de Luiz Gonzaga Belluzzo*). O Brasil dispõe de recursos, a despeito do abandono a que foi relegada a indústria, maiores de quanto supõe a feroz filosofia oposicionista. Por exemplo, a chance de produzir petróleo a 8 dólares por barril, como se lê na reportagem de capa desta edição.

A tarefa que o destino atribui à presidenta é grandiosa e empolgante e lhe garantiria um lugar decisivo na nossa história. Os cidadãos de boa vontade, abertos a um diálogo centrado nos interesses nacionais, não de esperar que Dilma encontre a força interior para agir.

#ECC35

Isto não é jornalismo por Mino Carta — publicado 29/01/2016 10h36

O comportamento da mídia nativa é o sintoma mais preciso da decadência do Brasil

Incomodavam-me, em outros tempos, os sorrisos do sambista e do futebolista. Edulcorados pela condescendência de quem se crê habilitado à arrogância. Superior, com um toque de irônica tolerância. Ou, por outra: um sorriso vaidoso e gabola.

Agora me pergunto se ainda existem sambistas e futebolistas capazes daquele sorriso. Foi, aos meus olhos, por muito tempo, o sinal de desforra em relação ao resto do mundo, a afirmação de uma vantagem tida como indiscutível. Incomodou-me, explico, considerar que a vantagem do Brasil, enorme, está nos favores recebidos da natureza e atirados ao lixo pela chamada elite, que desmandou impunemente.

Quanto ao sambista e ao futebolista, não estavam ali por acaso. Achavam-se os tais, e os senhores batiam palmas. Enxergavam neles os melhores intérpretes do País e no Carnaval uma festa para deslumbrar o mundo.

O Brasil tinha outros méritos. Escritores, artistas, pensadores, respeitabilíssimos. Até políticos. Ocorre-me recordar a programação do quarto centenário de São Paulo, em 1954, representativa de uma metrópole de pouco mais de 2 milhões de habitantes e equipada para realizar um evento que durou o ano inteiro sem perder o brilho.

Lembro momentos extraordinários, a partir da presença de telas de Caravaggio em uma exposição do barroco italiano apresentada no Ibirapuera recém-inaugurado, até um festival de cinema com a participação de delegações dos principais países produtores.

A passar pela visita de William Faulkner disposto a trocar ideias com a inteligência nativa. Não prejudicaram a importância da presença do grande escritor notadas em companhia de Errol Flynn encerradas ao menos uma vez pelo desabamento do primeiro Robin Hood de Hollywood na calçada do Hotel Esplanada.

A imprensa servia à casa-grande, mas nela militavam profissionais de muita qualidade, nem sempre para relatar a verdade factual, habilitados, contudo, a lidar desenvoltos com o vernáculo. Outra São Paulo, outro Brasil.

Este dos dias de hoje está nos antípodas, é o oposto daquele. A despeito da irritação que então me causava o sorriso do futebolista e do sambista, agora lamento a sua falta, tratava-se de titulares de talentos que se perderam.

Vivemos tempos de incompetência desbordante, de irresponsabilidade, de irracionalidade. De decadência moral, de descalabro crescente. Falei em 1954: foi também o ano do suicídio de Getúlio Vargas, alvejado pelo ataque reacionário urdido contra quem dava os primeiros passos de uma industrialização capaz de gerar proletariado, ou seja, cidadãos conscientes de sua força, finalmente egressos da senzala.

Não cabe, **porém**, comparar Carlos Lacerda com os golpistas atuais, alojados na mídia, grilos falantes dos barões, a serviço do ódio de classe. Lacerda foi mestre na categoria vilão, excelente de fala e de escrita.

Os atuais tribunos de uma pretensa, grotesca aristocracia, são pobres-diabos a naufragar na mediocridade. Muitos deles, como Lacerda, começaram na vida adulta a se dizerem de esquerda, tal a única semelhança. Do meu lado, sempre temi quem parte da esquerda para acabar à direita.

Os sintomas do desvario reinante multiplicam-se, dia a dia. Alguns me chamam atenção. Leio, debaixo de títulos retumbantes de primeira página, que o ex-ministro Gilberto Carvalho admitiu ter recebido certo lobista.

Veicula-se a notícia como revelação estarrecedora, e só nas pregas do texto informa-se que Carvalho convidou o visitante a procurar outra freguesia. **De todo modo**, vale perguntar: quantos lobistas passam por gabinetes ministeriais ao praticar simplesmente seu mister? Mesmo porque, como diria aquela personagem de Chico Anysio, advogado advoga, médico medica, lobista faz lobby.

Outro indício, ainda mais grave, está na desesperada, obsessiva busca de envolver Lula em alguma mazela, qualquer uma serve. Tanto esforço é fenômeno único na história contemporânea de países civilizados e democráticos. Não é difícil entender que a casa-grande está apavorada com a possibilidade do retorno de Lula à Presidência em 2018, mesmo o mundo mineral percebe.

Mas até onde vai a prepotência insana, ao desenrolar o enredo de um apartamento triplex à beira-mar que Lula não comprou? A quem interessa a história de um imóvel anônimo? Que tal falarmos dos iates, dos jatinhos, das fazendas, dos Rolls-Royce que o ex-presidente não possui?

Este não é jornalismo. Falta o respeito à verdade factual e tudo é servido sob forma de acusação em falas e textos elaborados com transparente má-fé. Na forma e no conteúdo, a mídia nativa age como partido político.

#ECC36

O patético complô

por Mino Carta — publicado 15/02/2016 04h15

Suspeitas levantadas para incriminar Lula deveriam provocar gargalhadas, não indicassem desastre intelectual e moral de que não escapam governo e PT

Dona Marisa Letícia exorbita, não se limita a carregar para o celeberrimo (famigerado?) sítio de Atibaia um barquinho de lata no valor de 4 mil reais, mas lá criou uma horta e ergueu uma pequena estátua de Cristo, quem sabe miniatura do Redentor do Corcovado. Espantoso.

E como se não bastasse, a ex-primeira-dama teve o acinte de organizar no sítio festas familiares. Comes e bebes caseiros, ponche, vale apostar. Parece incrível, está provado, contudo, pelas fotos aéreas tiradas por desassombrados perdigueiros da informação, paladinos da verdade.

Diante desse apavorante conjunto de desmandos, não poderia faltar a intervenção providencial do juiz Sergio Moro, que há dois anos, graças ao Altíssimo, rege o destino do País. E ele convoca a Polícia Federal a se aprofundar na investigação das razões de ser da propriedade rural suspeita, a implicar a possibilidade (probabilidade? certeza?) de incriminar Lula em crime de ocultação do patrimônio. Ou coisa pior.

Raymundo Faoro recomendava: “Mino, não pratique a ironia, eles vão entender que você fala sério”. Apresso-me a sublinhar: exponho uma situação risível até a gargalhada não fosse indicativa também da miséria intelectual e moral em que precipitamos. Se é golpista a tentativa de *impeachment* de Dilma Rousseff, é por igual pateticamente golpista a manobra urdida em várias frentes na busca frenética de motivos para incriminar Lula.

Por ora, trombeteiam-se motivações inconsistentes. Tal é, **porém**, a arte da calúnia, haveria de funcionar com a paciência da água mole do ditado. Pergunto aos meus entediados botões: como terminaria o mandato de Getúlio se ele não apanhasse o revólver pousado sobre o criado-mudo?

No caso houve um complicador gravíssimo, o atentado contra o inquisidor Lacerda que resultou no assassinio do major Vaz. Arrisco-me a imaginar que o golpe de 1964 se daria dez anos antes, em um Brasil de 60 milhões de habitantes, e muito diferente do atual não somente por causa do crescimento populacional.

Há regiões que progrediram em todos os sentidos. O Nordeste, **por exemplo**, outrora dos coronéis e do voto de cabresto, hoje politizado em boa medida. Surgiram também movimentos sociais importantes e uma porção conspícua da Igreja, embora tenha perdido espaço para os evangélicos, já não se prontifica a abençoar a casa-grande.

E quantos brasileiros, efetivamente, são alcançados pela campanha anti-Lula? Não chega aos que vivem no limbo, e são dezenas de milhões, e aos que enxergam em Lula o melhor presidente da República pós-ditadura, e não se enganam.

A conspiração fermenta debaixo dos nossos olhos, capaz até de desprezar a contribuição dos profissionais da política para conluiar a mídia, verdadeiro partido de oposição, alas da PF e do MP, um ou outro ministro do Supremo (não é preciso declinar nomes) e líderes empresariais de um país que até hoje basicamente exporta *commodities*.

E quem comove e exalta? Leitores de jornalões e revistões, ouvintes e assistentes dos penosos torquemadas da tevê e do rádio. Não se trata da maioria do povo brasileiro.

O que espanta de verdade, e tolhe a gargalhada que de outra forma mereceria saudar o esforço de quem até o momento furo a água, é a inércia governista e o pífilo comportamento do PT, o partido que no poder portou-se como os demais.

O ministro da Justiça imerge-se no vácuo de Torricelli, enquanto Rui Falcão constata algo que define como o “linchamento” do seu líder, quando apenas lhe cabe demolir um castelo de areia. Faltam picardia e senso do ridículo, chiste e graça.

Sobrou o lugar-comum, quase a confissão da impotência, sem falar da apatia de um governo que se deixa acuar. Não são bons sinais, revelam a falta de rumo em um Brasil à deriva. A conspirata se dá antes de mais nada contra o próprio País e são poucos os que escapam à derrocada geral.

A conclusão é inescapável, estamos muito longe da maturidade de uma nação habilitada à democracia. De fato, inexistem na prática os poderes ensinados por Montesquieu, enquanto a crise grassa e fatias da população, beneficiadas pela política social de Lula, descem os degraus galgados nos últimos anos.

Outra conclusão se impõe: se as acusações contra o ex-presidente não passarem das aduzidas até agora, Lula sairá desta refrega extremamente fortalecido. Se quiser, candidato imbatível em 2018.

#ECC37

Vendedores de fumaça
por Mino Carta — publicado 22/02/2016 04h46

Um conto de Andersen, A Roupas Nova do Imperador, merece ser adaptado à situação do Brasil de hoje

Um conto de Hans Christian Andersen, entre muitos outros, encantou a minha infância, *A Roupas Nova do Imperador*. Mas tem condições de encantar também a idade adulta. É a história dos vendedores de fumaça que com ela vestem o soberano, parvo e miseravelmente enganado, pronto a desfilar diante dos súditos aglomerados na praça certo de envergar roupas de seda e veludo. Até que um menino perdido no meio da multidão, voz da inocência, grita: “Ele está nu”. O enredo tornou-se lugar-comum para denunciar quem não consegue se esconder atrás de falácias.

Volta e meia a gente lê ou ouve que o “rei está nu” ao se contar o inútil esforço de algum graúdo pego com a mão na massa apesar dos seus disfarces. Chico Caruso, chargista na primeira página de *O Globo*, já desnudou os incriminados pela Lava Jato e, em outra charge, achincalhou as duas centenas de advogados, alguns dos réus da operação, que em janeiro passado divulgaram um manifesto para protestar contra irregularidades variadas cometidas ao longo da investigação.

Maurício Dias em sua Rosa dos Ventos da edição passada criticou o chargista, e este se queixa agora com um texto postado no meu e-mail para defender seu trabalho, sem deixar de admitir que eu poderia ter autorizado “tal ataque”. Nada inspirei, nada autorizei, pelo simples fato de que *CartaCapital* nunca se permitiu censura interna, ou autocensura. Seus colunistas escrevem o que bem entendem. Chico trabalhou comigo na primeira *IstoÉ* e gozou do meu respeito e da minha amizade, mantida no decorrer de décadas, desde os tempos em que me apelidou “catapulta de talentos” com chiste amigo, saudável de todos os pontos de vista.

Esta não é uma resposta, é reflexão ampla. Impossível dialogar nas circunstâncias de hoje com quem acredita, como Chico Caruso, que “o Judiciário aponta uma nova direção para a nossa política”. Não está só.

Este gênero de peculiar humorismo é praticado pela larga maioria dos chargistas de jornalões, revistas, programas. As exceções contam-se nos dedos de uma única mão. De chofre, ocorre-me Laerte, artista fiel às suas crenças de sempre, a contradizer a linha do jornal que a publica.

Às vezes me toma o impulso de perguntar aos meus cétricos botões como se deu que tantos, outrora a pretender professar ideias tidas pela reação como subversivas, tenham se identificado tão profundamente com as ideias dos seus patrões reacionários? E se, perguntaram por sua vez os botões, eles tivessem passado a compartilhar com total sinceridade o pensamento de quem lhes paga o salário?

Debandada geral. A mudança radical não se dá porque a ex-rapaziada deixou de votar no PT, ou porque se empenha em buscar obsessivamente razões para o *impeachment* de Dilma e para sepultar de vez qualquer veleidade eleitoral de Lula. *CartaCapital* sabe, e repete, que no poder o PT portou-se como os demais clubes recreativos envolvidos na arena política. Sabe, porém, e repete, que a tentativa de *impeachment* é francamente golpista e que os argumentos até o momento trombeteados para incriminar o melhor presidente pós-ditadura por ora o fortalecem de tão inconsistentes.

Certos entendimentos apoiam-se apenas na razão, assim como diferenças insanáveis se estabelecem a partir de percepções opostas, no bem ou, se quiserem, no mal. Quem não mudou de casaca enxerga no ódio de classe o porquê da campanha anti-Lula, incapaz de aceitar um operário nordestino na Presidência da República. E enxerga a distância que separa um país onde ainda permanecem de pé casa-grande e senzala da democracia e da civilização. E enxerga a incompetência dos senhores, inabilitados até ao capitalismo sonhado por Adam Smith: ao cuidarem exclusivamente dos seus interesses, condenaram um país exportador de *commodities* a viver até hoje uma Idade Média.

Cada qual tem direito a pensar o que quer, livremente. Trato somente de esclarecer a discrepância e a impossibilidade de diálogo. Anoto, também, a generalizada, epidêmica, avassaladora falta de graça. De um senso de humor que outrora conhecemos, de um lado e de outro, de Stanislaw Ponte Preta a Nelson Rodrigues, de Noel Rosa ao *Pasquim*, de Raymundo Faoro a Gilberto Freyre.

Entrego-me à releitura do conto de Andersen: a mídia nativa vende fumaça e, ao cabo, a realidade ficará nua.

#ECC38

O títere como convém

por Mino Carta — publicado 02/05/2016 04h14

Será que o arguto professor Temer percebe a qualidade do seu papel?

A rapidez de raciocínio de Michel Temer pareceu-me demonstrada na quarta-feira 20. Disse ele que a história do golpe prejudica a imagem do Brasil no exterior. Observação impecável. Prejudica muito. Além da conta.

Mundo afora, ganha substância a percepção de que o paraquedista do *impeachment*, arguto professor, prepara-se para assumir o comando de um governo inexoravelmente ilegítimo. A despeito de sua sagacidade, permito-me formular uma pergunta aos meus cétricos botões: será que percebe sua condição de títere do momento?

Lá está porque convém ter à mão quem se habilita a conferir uma aparência ao resultado contingente do golpe de Estado ao sabor de uma falsa, irrecorrível, indistigível ilegalidade. Nada o garante, **contudo**, na perspectiva do amanhã sombrio, a galopar ao seu encontro. Títeres são facilmente intercambiáveis e um vale tanto quanto o outro.

Como diz Massimo D'Alema na entrevista que me precede, o Brasil recua várias décadas. Recua, **porém**, em um mundo e um país bem diferentes daqueles de 40, 50, 60 anos atrás. É como se recuasse em outra dimensão. Cheguei em São Paulo há exatos 70 anos e a cidade onde vivo até hoje tinha 1,5 milhão de habitantes, civilizada e deliciosamente provinciana, prometia ser uma das mais importantes metrópoles do mundo e o Brasil era, com méritos, o país do futuro.

Começos dos anos 60. A população paulistana chegava aos 3 milhões. No entorno crescia um parque industrial digno da contemporaneidade, capaz de produzir, algum dia quem sabe próximo, um proletariado, ou, por outra, o eleitorado cativo e consciente de um partido de esquerda. Sonhava-se com as reformas de base, enquanto a sombra de Cuba se alastrava pela América Latina. Era o caldo de cultura ideal para o conluio da casa-grande com Tio Sam.

Hoje o enredo desenrolado em novo cenário nacional e internacional, e que no caso de São Paulo apresenta uma metrópole abnorme e doente, mantém empresários e comerciantes brasileiros nas costumeiras posturas reacionárias, mas, de saída, discrepa no silêncio dos banqueiros e no comportamento exemplar da Forças Armadas diante de um golpe de feitio inusitado.

Além da previsível tibieza da Suprema Corte, há de se registrar como novidades a contribuição decisiva de um juizco de província e de iletrados promotores, a assombrosa convivência policial e a clamorosa parvoíce de um Congresso, habitado por hipócritas e canalhas, ou simplesmente canalhas hipócritas.

A mídia nativa merece uma observação especial. No Brasil atual ela não é quarto poder, mesmo porque os demais não existem, é o primeiro, na qualidade de instrumento mais eficaz da casa-grande.

Os barões midiáticos e seus sabujos, sem exclusão de quem nos informa a respeito do belo porte físico de Michel Temer, não praticam o jornalismo e sim a propaganda, como diz Massimo D'Alema. Dispensam os fatos e desconhecem por completo a ética profissional. Isso tudo produz um espetáculo único a bem do deboche mundial.

Na sua entrevista, o líder esquerdista pronuncia em italiano duas palavras intraduzíveis: *cavillo* e *resipiscenza*. Aquela significa o truque, o engano, o ardil, destinado a justificar uma ação escusa ou criminoso.

A outra indica a atitude de quem se dispõe a repensar na situação que criou, de revê-la para se habilitar à reparação do erro. A primeira é constatação. A segunda não chega a revelar uma esperança, pois D'Alema não acredita na *resipiscenza* dos golpistas.

A solução, recomendável a esta altura da crise, também para o entrevistado estaria na convocação de eleições gerais o mais breve possível, como meio de repor a situação nos eixos democráticos, com a possibilidade de reformar um Parlamento hoje inconfiável. Há tempo, tal é a tese de muitos, de *CartaCapital* inclusive. Talvez se trate, infelizmente, de uma saída sábia demais.

Outro aspecto a ressaltar, o fato de que ser oposição de um governo ilegítimo está longe de configurar "uma situação desprezível", conforme D'Alema. Esta poderia ser a notável oportunidade de devolver o PT às consignas traídas e de reaglutinar as forças de esquerda do Oiapoque ao Chuí. Trabalho para Lula, está claro, e com dedicação total.

#ECC39

Brasil? Lilliput

por Mino Carta — publicado 09/05/2016 03h49

O afastamento de Eduardo Cunha já estava escrito no script do golpe, que não se esgota com o impeachment

O afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara estava escrito no *script* da conspirata. Ele paga o pato (obviamente, não o da Fiesp) para que Michel Temer e outros não paguem por coisa alguma. Aos leitores de *CartaCapital* recomendo que não se regozijem, e não se iludam quanto às próximas etapas deste trágico enredo.

Concluída a operação-*impeachment* com a decisão do Senado marcada para a próxima semana, caberia ainda recurso ao Supremo Tribunal Federal, o qual já deu demonstrações inequívocas de sua convivência com o *andante* geral da orquestração.

De sorte que fica previsível imaginar o passo seguinte: a devolução das investigações a respeito de Luiz Inácio Lula da Silva à sanha de Sergio Moro. Ousada demais a previsão da condenação final do ex-presidente da República, último e principal objetivo de caudalosa manobra?

Como disse Massimo D'Alema na entrevista publicada por *CartaCapital* na edição da semana passada, a prisão de Lula acentuaria o sabor do golpe e abriria a perspectiva de "um confronto lacerante". Mas não seria a detenção de Lula a última passagem do *script*? O *impeachment* de Dilma Rousseff não passa de uma etapa do golpe, outras hão de vir.

Há quem exclame, a começar pelo arguto professor Michel Temer: não é golpe. Como há de ser chamado então todo esse entrecho que agora sacramenta o *impeachment* tirado da cartola, ao longo de um complô, a unir juízes, promotores, polícia, empresariado e mídia para rasgar a Constituição ao derrubar a presidenta legitimamente eleita sem prova do crime de responsabilidade. Do alto da sua hipocrisia, a casa-grande recorre a técnicas para justificar suas mentiras.

Nunca aos meus olhos foi tão evidente a prepotência dos eternos donos do poder, prontos a aproveitar o momento de fragilidade de um país, por eles mesmos condenado a não passar de exportador de *commodities*, para desferir um golpe de feito inédito.

Os conspiradores vitoriosos não hesitam em se apresentar como patriotas quando nada fizeram por sua terra ao satisfazer apenas e tão somente a sua ganância.

Elite da pior qualidade, incapaz até de entender as vantagens que o capitalismo tem condições de oferecer à nação em peso pelos caminhos que em outros tempos Antonio Gramsci definiu como fordismo.

Referia-se a Henry Ford, promotor da revolução do Modelo T, o carro que os seus operários, dignamente pagos, poderiam comprar. À época, uma anedota contava da visita ao papa de emissários do magnata norte-americano, que pediam que, ao fim da missa, o oficiante, em vez de dizer *fiat voluntas tuas*, dissesse *ford voluntas tua*.

Devemos à dita elite nativa a permanência da senzala, a educação precária do povo, a saúde mais ainda. Mas os próprios autores da desgraça não primam pela sabedoria, pela cultura, pela visão profunda das coisas da vida e do mundo. Em geral, toscos até a medula, embora arrogantes.

De certa forma criaram o país que lhes convém, e tragaram na esteira dos seus comportamentos quem haveria de resistir e apontar a direção certa. Aludo inclusive ao PT. Imaginou ter atingido o estágio senhorial e se portou no poder como os demais pretensos partidos.

Figura exemplar do entrecho nefasto, Henrique Meirelles. Dispensando outras, muito além de dúvidas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e companhia, heróis da reação. Fico com Meirelles. Trata-se do inesgotável avalista das intenções neoliberais, melhor, neoliberalistas, das satisfações devidas ao maldito mercado, em qualquer governo. Figura para todas as estações, imprescindível.

Na tentativa de imaginar o que virá, é fácil antever o futuro. O loteamento dos bens brasileiros, o distanciamento dos BRICS para a alegria de Tio Sam, Alca em lugar de Mercosul. Etc. etc. Antes ainda, a punição do trabalho, e aqui a alegria será da Fiesp e quejandos. Antes de tudo, a punição do Brasil e da maioria abandonada ao seu destino, em boa parte incapaz de perceber e avaliar a imponente tragédia.

O que espanta é a profusão de bandeiras desfraldadas, a enfeitarem fachadas e carros, ou envolverem cidadãos ignaros. Celebra-se, igual à conquista de uma Taça do Mundo, o enterro do Estado de Direito. O espetáculo é assustador sem deixar de ser patético, reação parva, para não dizer demente, à fatal prepotência cometida contra qualquer propósito democrático. Se quiserem, contra quem se embandeira.

Suponho que, se Gulliver decidisse hoje partir na rota de Lilliput, não teria maiores dificuldades ao aportar no Brasil.

#ECC40

A lei do mais forte

por Mino Carta — publicado 16/05/2016 04h59

Miúda reflexão sobre a impossibilidade de qualquer tentativa democrática no país da casa-grande e da senzala

O Brasil é único. País sem similares no mundo. **Por exemplo.** Na porção dita democrática e civilizada do globo, a ideologia política, e não somente política por ser de largo espectro, costuma aceitar a clássica dicotomia entre direita e esquerda. Houve mudanças ao longo dos séculos, mas permaneceu a essência destas duas ideias, originárias da posição ocupada pelos partidos, ou facções que fossem, na primeira assembleia parlamentar surgida com a Revolução Francesa. Vale constatar, de saída, que os efeitos desta revolução até hoje não alcançaram o Brasil.

Segundo um respeitabilíssimo pensador, Norberto Bobbio, ser de esquerda hoje significa alimentar uma preponderante e desabrida preocupação social ao mirar na Igualdade, exclusiva premissa à verdadeira Liberdade, a qual, de outra maneira, só favorece a lei do mais forte. A este, garante a total liberdade de agir a seu talento.

A dicotomia à brasileira é absolutamente distinta. É casa-grande e senzala. Nos países ditos civilizados e democráticos sempre se deu a alternância no poder entre direita e esquerda. No Brasil a casa-grande imperou e impera de fio a pavio, mesmo nestes últimos 13 anos de governo tido como de esquerda, no entanto, tão inclinado a agradar aos senhores à guisa de anteparo. Não me deixam mentir figuras como Henrique Meirelles ou Joaquim Levy, Nelson Jobim e Kátia Abreu. E muitos mais, em cargos bem escolhidos.

Na linha da cruz e da caldeirinha, o governo e o PT frearam a atividade sindical enquanto não se furtavam a ridículas tentativas de estabelecer um *modus vivendi* com a enraivecida mídia nativa. Não foram capazes de tomar medidas democráticas necessárias a coibir as prepotências dos oligopólios midiáticos, a começar pelas Organizações Globo, e falharam pateticamente ao criar a inútil Comissão da Verdade disposta a engolir uma lei de anistia imposta pela ditadura. Enfim, reagiram à manobra golpista, encaminhada logo após as eleições de 2014, de forma morna e mal articulada, a ponto de parecer acovardada. Somente nos últimos lances do processo que a alvejou, Dilma Rousseff soube denunciar o golpe com as palavras precisas, inclusive no seu discurso do dia 12, destinado a grande e merecida repercussão internacional.

Incomoda-me, ao cogitar de outras personagens que já arcaram com papéis de relevo, José Dirceu e Antonio Palocci, uma pergunta inevitável, válida para quaisquer botões de quaisquer cidadãos: existe uma esquerda brasileira? Os meus, ao menos, soletram dúvidas atrozes, embora admitam dignas tentativas corajosamente levadas a cabo no passado para ser aplastradas pelos jagunços da casa-grande. A qual conta com o incentivo e os louvores de muitos ex-pretensos jornalistas de fé esquerdista, prontos a se tornar seus propagandistas sem o mais pálido compromisso com a ética profissional.

Ao pensar que, digamos, *sir* Winston Churchill foi de direita, formulo outra pergunta aos meus botões: que parentesco haveria entre o grande conservador e a casa-grande? A mesma que existe entre um cavaleiro britânico e um aborígene a viver no estágio da Idade da Pedra Lascada. Notáveis liberais militavam, como tais, à direita, mas não se confunda liberalismo com neoliberalismo, ou melhor, com neolibalismo, palavra mais adequada para definir a tragédia que o mundo enfrenta, incapaz de aviar o remédio.

Os dias de hoje no País revelam que a casa-grande soube aproveitar o momento de crise econômica, as falhas de Dilma Rousseff na condução da tarefa mais propriamente política, as graves responsabilidades do PT por ter abandonado a originária plataforma esquerdista, incapaz de acabar com o equívoco: quem manda é ela, a mansão dos senhores, habilitados a escalar os jagunços mais condizentes ao enredo contingente. Agora são magistrados, parlamentares corruptos, policiais, propagandistas midiáticos, cujos patrões, bem como os empresários em geral, mesmo rentistas, aliás, sobretudo rentistas, são inquilinos de pleno direito.

Não se diga que toda ideologia está ausente no Brasil. Em vigor, desde a fundação da República por meio do golpe, a ideologia patrimonialista, baseada em um poder que descaradamente confunde o público com o privado. Trata-se da concepção patrimonialista do Estado, qual fosse o castelo do senhor feudal, a alongar sua sombra do alto do morro sobre a aldeia dos servos da gleba.

Gostei muito de um recente filme de Quentin Tarantino, *Django Livre*, devaneio épico de um cineasta de sangue quente. Por aqui, faltam os Djangos. O povo brasileiro vive entre o medo atávico

da chibata e a ignorância a que o condenou à casa-grande. Às vezes entrega-se à algazarra futebolística-carnavalesca, eventualmente patrocinada pela Fiesp.

#ECC41

A chance de Dilma

por Mino Carta — publicado 23/05/2016 04h11

Como e por que o capítulo final do processo de impeachment ainda não foi escrito

Depois de um ano, sete meses e alguns dias, volto ao Palácio da Alvorada para entrevistar Dilma Rousseff, juntamente com dois ótimos companheiros, Sergio Lirio e André Barrocal.

No mesmo salão, à mesma mesa perfeitamente encerada, na segunda semana de outubro de 2014, ouvimos a presidenta que se preparava a enfrentar Aécio Neves no segundo turno das eleições destinadas a lhe entregar seu segundo mandato.

O confronto entre as situações me habilita a duas impressões a respeito do comportamento da entrevistada. **Em primeiro lugar**, anoto a serenidade em contraste com a tensão da entrevista dos tempos eleitorais.

A presidenta afastada pela manobra golpista está bem mais à vontade do que a candidata ao segundo turno. Mais segura, mais incisiva. A segunda impressão, pelo contrário, confirma aquela que tive no passado.

Vi, melhor, senti uma personagem solitária naquele cenário desmesurado, esmagador antes que imponente. O sentimento, desta vez, gera o impulso da solidariedade humana. A transcender, até, a questão política, a natural repulsa que o golpe de inédito feitio causa em praticantes do jornalismo honesto, ou, por outra, compromissados com a ética profissional e fiéis da democracia.

O retorno de Dilma ao posto conquistado nas urnas, determinado na sessão definitiva deste longo, atormentado processo de *impeachment* a ser presidida no Senado pelo presidente do STF, representaria um milagre?

Ouçõ um coro grego de respostas afirmativas. Seria milagrosa, **no entanto**, a mínima mudança de alguns votos? Entenda-se: basta reverter dois votos para selar a volta da afastada, caso se repita o resultado da votação anterior.

A presidenta tem sido acusada de ter agido amiúde autoritariamente e falhado na lida com o Congresso e com diversos setores empresariais. Teria mostrado inabilidade política nas horas em que o contrário se fazia indispensável.

Daí a dúvida razoável de que ela saiba agora tornar-se uma atilada intérprete da *realpolitik*. É evidente que a astúcia não faz parte das características de Dilma, enquanto firma-se em determinadas ocasiões uma certa rigidez moral, em nada aparentada com o exercício da arte do possível.

Dilma soube fazer algumas concessões, uma entre elas, talvez a maior, chamar Joaquim Levy para a Fazenda ao ser reeleita, para realizar um ajuste fiscal a toque de caixa, na convicção de que agir às pressas diminuiria o amargor do remédio. Ela admite hoje ter errado, e é um notável avanço de sua parte. **De todo modo**, lidar com a personagem Eduardo Cunha há de exigir um aparelho digestivo absolutamente fora do comum.

Quem sabe o Ulisses da *Ilíada*, inventor do cavalo de Troia, fosse capaz de enfrentar uma figura tão desbragadamente mal-intencionada, capaz de se apresentar hoje como dono da Câmara e do próprio governo, a serviço dos interesses da casa-grande, que a mídia estrangeira chama de plutocracia.

Na sua infinita malignidade, Cunha é um vilão de dimensão shakespeariana, a despeito da mediocridade intelectual dos seus comparsas e dele próprio, e é lamentável, para não dizer coisa pior, que um guaxinim possa fazer tantos estragos no quintal nativo.

De agora em diante, **de todo modo**, a presidenta afastada tem ainda sua chance, e veremos se sabe aproveitá-la. Diz Dilma que Lula vive um momento mais triste do que o dela, e entende-se: o ex-presidente é o alvo final deste espantoso entrecho.

No centro está a disputa do poder, mas resta verificar se os caminhos parlamentares e togados se afinarão daqui em diante. Cabe a hipótese de uma separação, em proveito do caos definitivo. Em cena, as ambições e as vaidades de quantos se atribuem o papel de salvadores da pátria, e não são poucos.

Para o amanhã, no sentido literal, Dilma tem alguma margem de manobra, a despeito de Cunha, e com o favor admissível de um ou outro exame de consciência, talvez ao som do batuque midiático que no exterior condena sem remissão mais um golpe à brasileira. Quanto aos pretensos salvadores, vale dizer que Michel Temer é soberano somente no emprego da mesóclise.

ANEXO B - EDITORIAIS DA REVISTA VEJA

#EV01

Carta ao Leitor

Agora, ao trabalho...

Uma reportagem desta edição de VEJA, a primeira do ano que começa, trata da urgência em consertar a economia brasileira em desarranjo. Nessa tarefa, o governo não pode perder tempo nem dispersar energia em egocentrismos ou disputas ideológicas internas. É hora de, juntos, reativarmos os motores que fazem o Brasil andar para a frente e, assim, lidar com os desafios de 2015, que não são poucos nem simples. A reportagem mostra que está avariada a casa de máquinas da economia brasileira. Será preciso, simultaneamente, manter em funcionamento os geradores de riqueza e consertá-los — um desafio de dupla complexidade apresentado aos dirigentes do país neste segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

Junto com a faixa presidencial, Dilma recebeu de Luiz Inácio Lula da Silva, há quatro anos, uma economia organizada e em crescimento. Em um mundo ainda soprando as feridas da crise financeira de 2008, o Brasil sobressaía por ter agido com vigor e no momento adequado, conseguindo absorver muitos dos impactos negativos do turbulento cenário internacional. Ao tomar posse em seu segundo mandato, na quinta-feira passada, em Brasília, Dilma recebeu de si mesma uma herança amarga. Resultado de apostas erradas, ditadas por uma visão preconceituosa e arcaica das relações do Estado com as forças de mercado, Dilma 1.0 entregou a Dilma 2.0 uma economia com urgência de ajustes drásticos e imediatos.

A operação de salvamento vem sendo planejada há um

Joaquim Levy simboliza a volta da racionalidade e da previsibilidade na condução da economia brasileira

mês por Joaquim Levy, o novo ministro da Fazenda, que Dilma foi buscar no Bradesco (o segundo maior banco privado brasileiro) e é um profundo conhecedor da máquina pública. O Plano Levy tem por objetivo prioritário devolver ao país a credibilidade perdida nos quatro últimos anos. Isso significa demonstrar, sem rodeios, a vontade e a possibilidade do Brasil de defender “a sanidade da moeda e a santidade dos contratos”, sabedoria secular inglesa para uma política econômica capaz de manter a inflação sob controle e de respeitar os termos financeiros dos acordos, especialmente aqueles firmados por empresas privadas com o governo.

Essa, acima, é a condição básica para atrair capital de longo prazo, dinheiro de investidores convencidos das vantagens de ficar muito tempo no Brasil, tornando-se parceiros do nosso sucesso e solidários nas adversidades do caminho que, mesmo às vezes tortuoso, eles sabem ser o correto. Esses investidores foram afugentados do Brasil pelos erros de política econômica cometidos nos primeiros quatro anos de Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. No vácuo deles, vieram não os dólares comprometidos com a saúde financeira

duradoura do Brasil, mas aqueles que lembram as aves de arribação, pois “se faz bom tempo elas vêm, se faz mau tempo elas vão”. Se os juros estão altos e o câmbio valorizado, eles vêm; do contrário se mandam.

VEJA acredita na possibilidade da nova política econômica de atrair investimentos produtivos e, assim, retomar o caminho para trazer estabilidade e progresso para todos os brasileiros.



#EV02

Carta ao Leitor

Últimos capítulos

Uma reportagem desta edição de VEJA relata o clima de todos contra todos que está predominando com a entrada na reta final da Operação Lava-Jato, que apura os crimes cometidos no escândalo do petróleo. Sobe o nível de tensão entre os empreiteiros e executivos presos na sede da Polícia Federal em Curitiba. A pressão gerada sobre eles pela iminência das sentenças de prisão, que devem sair em breve da pena do juiz Sergio Moro, está alimentando uma onda de fortes reações para o alto. Os

sócios-proprietários das grandes empreiteiras não sabem mais que fazer depois de sucessivos fracassos em suas tentativas legais de obter o relaxamento das prisões ou mesmo a anulação do processo por eventuais erros de condução por parte dos procuradores ou do próprio juiz Moro. Também deram em nada os ensaios de acordos orquestrados em Brasília que fariam tábula rasa dos crimes de natureza penal desde que as empreiteiras aceitassem a imputação de formação de cartel, obrigando-se a ressarcir o Tesouro de eventuais prejuízos financeiros em troca de continuarem aptas a prestar serviços e fazer obras para o governo.

Incomoda sobremaneira as empreiteiras o fato de, até agora, a roda da Justiça estar girando apenas com o objetivo de puni-las, quando se sabe que o petróleo foi um esquema de origem política da mesma natureza do mensalão — ou seja, um mecanismo montado pelo governo para a obtenção de recursos ilegais destinados a financiar campanhas eleitorais de candidatos do PT e comprar a fidelidade no Congresso de parlamentares da base de apoio. O mensalão foi feito com o ataque aos cofres de empresas ligadas ao Banco do Brasil. O petróleo, como o nome indica, fincou suas garras em diretorias da Petrobras. Nos dois esquemas de corrupção, a participação de empresas privadas (bancos e



Com Lula e Dilma junto com elas no petróleo, as empreiteiras têm chance de escapar de arcar sozinhas com as penas do escândalo

agências de publicidade no mensalão e empreiteiras no petróleo) foi decisiva para o desvio de dinheiro público. Seria não apenas ingênuo, mas também um erro colossal, imaginar que as empresas privadas poderiam ter sido ao mesmo tempo arquitetas e operadoras do mensalão e, agora, do petróleo. Nenhum dos dois escândalos teria sido possível sem a atuação dos diretores de estatais indicados pelo partido no governo.

A reportagem de VEJA revela como as empreiteiras estão agora atuando de modo a tentar impedir que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff escapem das eventuais responsabilidades pessoais e das de seus governos na armação e no funcionamento do petróleo. As empreiteiras estão mandando recados cada vez mais claros a Lula e a Dilma de que não aceitam arcar sozinhas com toda a culpa. Essas mensagens ficaram ainda mais claras e ameaçadoras na semana passada. Ninguém imagina que as empreiteiras estariam satisfeitas em seu senso de justiça caso aprofundassem abraçadas com Lula e Dilma. Nada disso. Elas calculam que, abraçadas aos dois, simplesmente não afundam.

#EV03

Carta ao Leitor

Sob o símbolo de “Moch”

A Operação Lava-Jato apurou que a organização criminosa instalada na Petrobras loteou as diretorias. Uma servia ao PMDB, outra ao PP e demais partidos da base aliada. A diretoria de Serviços, comandada por Renato Duque e Pedro Barusco, era exclusiva do PT. Com a divulgação na semana passada do depoimento de Barusco dado à Polícia Federal em novembro de 2014, o foco da Lava-Jato recaiu sobre o PT, justamente no momento em que o partido comemorava 35 anos de sua fundação. Barusco estima que o PT tenha tirado em dez anos meio bilhão de reais em propinas cobradas por ele e Duque das empreiteiras investigadas no escândalo do petróleo. Vale repetir. Meio bilhão de reais. Essa montanha de dinheiro foi extraída dos noventa maiores contratos de empresas com a Petrobras entre 2003 e 2013. Barusco é aquele que se ofereceu para contar o que fez junto com Renato Duque na Petrobras e se prontificou a devolver ao Tesouro Nacional o equivalente a 100 milhões de dólares do montante desviado.

O PT surgiu no horizonte político em 1980 como uma estrela iluminada pela feliz conjugação da esquerda democrática com o sindicalismo de resultados. Carismático, bom negociador e anticomunista, Lula completava o quadro de esperança do país, que se preparava para enterrar o regime militar, abrindo espaço para um quadro político dinâmico e consensual, totalmente diferente daquele polarizado entre esquerda e direita tradicionais, tão corruptas quanto dogmáticas. Há 35 anos o PT era um partido de ideias alinhadas com o que havia de mais universal, contemporâneo e inovador na esquerda mundial,



Vaccari, tesoureiro do PT,
em duas capas de VEJA: sempre
do lado torto das questões
que envolvem dinheiro público

a rejeição ao totalitarismo soviético, a disposição ao diálogo entre patrões e empregados e a convivência produtiva entre os governos e os mercados. Lula se insurgia contra os barões da esquerda dogmática. Em um comício como primeiro presidente do PT, ele disparou: “Aqueles que têm o privilégio de ler um belo livro de Marx ou Lenin confortavelmente deitados, evitem ditar regras aos trabalhadores”.

A experiência de poder, em especial de poder federal, acabou com o que sobrara daqueles tempos heroicos. O PT, como tantas outras forças revolucionárias da história, sucumbiu à maldição de Saturno, o dito clássico segundo o qual as revoluções devoram os próprios filhos. O PT devorou seus ideais originais. A corajosa universalidade deu lugar ao nacionalismo canhestro.

O partido chegou aos 35 anos vergado sob o peso das ideologias retrógradas contra as quais se insurgia. Chegou mestre em fisiologismo, prática que prometera erradicar. Chegou com a imagem, justa ou não, de a mais corrupta organização partidária brasileira. Melancolicamente, o símbolo do PT aos 35 anos de idade é o

“Moch”, diminutivo de mochila, apelido entre os corruptos de João Vaccari Neto, tesoureiro do partido, que, na semana passada, foi levado “sob vara” a depor.

Essa operosa mochila levava a políticos do PT dinheiro vivo e sujo do esquema do petróleo. Triste efeméride para quem chegou ao Palácio do Planalto para consertar “tudo isso que está aí” e em doze anos de poder o que fez mesmo foi aderir às piores práticas da política e aprimorá-las.

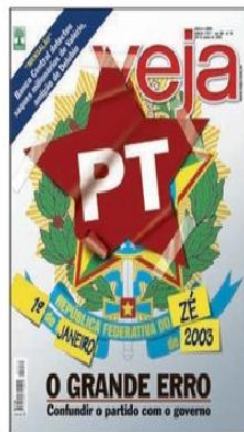
Carta ao Leitor

Ecos do grande erro

Uma reportagem de VEJA publicada em 29 de junho de 2005, portanto há quase dez anos, trazia na capa uma chamada que, em boa parte, explica os escândalos do ciclo petista no poder: “O grande erro: confundir o partido com o governo”. Acima do texto, o brasão nacional adaptado às circunstâncias sobre as quais a revista queria chamar atenção: “República Federativa do Zé — 1º de janeiro de 2003”.

O Zé era José Dirceu, que acabava de se tornar ex-ministro da Casa Civil, afastado por Lula na tentativa de conter a escalada de indignação popular com a revelação do mensalão. Dirceu perdeu o cargo na crise, foi julgado e condenado pelo crime de corrupção ativa, pena que passou a cumprir em regime semiaberto depois de oito meses preso em cela da penitenciária da Papuda, em Brasília. Outros três nomes da cúpula do partido também foram condenados e presos. A punição dos infratores, porém, não deu cabo da infração. É o que demonstra uma reportagem desta edição ao revelar os segredos que guarda um dos empreiteiros presos na Operação Lava-Jato, que apura o esquema do petrolão, o engenheiro baiano Ricardo Pessoa, da UTC. O mensalão e o petrolão têm a mesma origem.

Por tudo o que se revelou na Lava-Jato e, agora, com as informações que Pessoa se dispõe a relatar à Justiça, fica evidente que confundir governo e partido continua a ser o grande erro do PT no poder — um erro pelo qual os brasileiros pagam um alto preço na



A capa premonitória de VEJA, publicada há quase dez anos: tratar o governo como propriedade do partido é pecado original do ciclo petista de poder

forma de corrupção, de colonização do Estado por agentes ideológicos e de uso indevido das instituições republicanas com o objetivo de conter os danos políticos que os escândalos possam trazer ao núcleo do poder em Brasília. Esse desvio de conduta se verifica agora pela intromissão de José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, nos rumos da Operação Lava-Jato. Cardozo teve contato com advogados dos acusados, com os quais travou conversas primeiro negadas e depois admitidas, mas dadas como “normais”. As conversas,

porém, foram relatadas pelos defensores a seus clientes como tentativas impróprias de evitar que surjam mais revelações prejudiciais ao governo. Joaquim Barbosa, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e Sergio Moro, juiz da Lava-Jato, condenaram a iniciativa de Cardozo. Barbosa defendeu até a destituição do ministro. Moro classificou os encontros de “intoleráveis”.

Na semana passada, VEJA aprofundou a investigação do episódio com os mais próximos assessores de Ricardo Pessoa, da UTC. Ouviu deles que a ideia do encontro partiu de Cardozo e que o ministro foi muito claro em tentar demover Pessoa de fazer a delação premiada. Ouviu também que Pessoa está disposto a relatar à Justiça detalhes de sua ajuda financeira a políticos efetuada com dinheiro de propinas dos contratos conseguidos pelo PT para a UTC junto à Petrobras. Confundir governo com partido é muito perigoso.

#EV05

Carta ao Leitor

A falta de credibilidade

Existe uma quase unanimidade entre os estudiosos das disparidades de desenvolvimento entre as nações de que o fator comum a todas que podem ser consideradas bem-sucedidas é a confiança externa e interna que angariaram. No extremo oposto, também existe um fator coincidente a unir as nações que nunca se desenvolveram ou foram protagonistas de quedas históricas monumentais. Na base do fracasso está o fato de nunca terem conquistado credibilidade ou de a terem perdido. Uma reportagem desta edição de VEJA analisa o rebaixamento da Petrobras pela agência de análise de risco Moody's e alerta para o perigo de que essa queda de confiança na estatal brasileira do petróleo se alastre, atingindo outras grandes empresas e até o governo, o que seria um infortúnio de vastas proporções.

A reportagem entra nas questões técnicas dessas avaliações e aborda o grau de autoridade das agências para dizer se determinada empresa ou país oferece ou não risco aos investidores. Mostra ainda que de nada adianta um país ou empresa, unilateralmente, declarar que não aceita a avaliação do seu risco, como a presidente Dilma Rousseff tentou fazer ao criticar a decisão da Moody's. No fim das contas, o que prevalece é que os investidores se baseiam nas notas das agências quando decidem sobre onde colocar seu dinheiro. Muitos gestores de fundos multibillo-



Dilma e sua missão mais urgente: recuperar a confiança dos investidores no Brasil

nários são obrigados, por regras internas, a tirar o dinheiro investido em empresas e países que perdem determinado grau de confiança das agências de risco.

A melhor expressão de credibilidade que um país pode ter são suas instituições. Elas representam a garantia perene de que os atos, e não as palavras ou as promessas de momento de um governante, vão materializar a confiança depositada. As instituições existem para garantir a propriedade privada, o funcionamento sadio dos mercados e o investimento dos governos em infraestrutura e educação de qualidade. Idealmente, elas desenvolvem mecanismos que obrigam os governos a alocar recursos sem afrontar as leis, as penas e as de mercado. Como diz o ditado inglês: "Quer que confiem em você? Seja confiável". Isso vale para governos, empresas e para qualquer pessoa que vive em sociedade.

Carta ao Leitor

A tempestade perfeita

O Brasil está passando por três crises. Na economia, uma nova equipe tenta minimizar as consequências do apagão de racionalidade do primeiro governo de Dilma Rousseff, que devastou as contas públicas, arruinou a credibilidade do país e lançou a atividade produtiva em uma recessão que ameaça ser longa e profunda.

Na política, o Executivo e o Legislativo travam uma guerra particular em que as decisões de cada lado são tomadas por motivações em que apenas raramente o interesse nacional é o objetivo. No campo social, a paz das ruas esconde uma tensão montante nas redes sociais, nas quais as pessoas estão combinando extravasar sua insatisfação em manifestações convocadas para o próximo domingo, dia 15. Em nenhuma dessas frentes, a econômica, a política e a social, esperam-se melhorias significativas a curto prazo. Ao contrário, a sensação geral é que os próximos meses serão piores. Não se trata de fazer previsões pessimistas, mas de refletir a unanimidade das opiniões de empresários, sindicalistas, analistas de diversos matizes ideológicos.

O Brasil já passou por momentos parecidos com este e sobreviveu sem sequelas? Sim. Mas a resposta positiva conduz a outra indagação. O Brasil está de posse agora dos recursos que lhe permitiram contornar crises semelhantes no passado? Talvez não. De nosso maior castigo econômico, a hiperinflação, escapamos no começo dos anos 1990 em um momento de estabilidade com Fernando Henrique Cardoso



O Congresso cercado por manifestantes em junho de 2013: explosão de insatisfação mesmo com inflação na meta, pleno emprego e alta popularidade da presidente Dilma

na Fazenda e Itamar Franco no Planalto. A enorme popularidade de Lula arrefeceu os ânimos de quem, em 2005, via como saída para a crise do mensalão a abertura de processo de impeachment do presidente. As manifestações de 2013, quando o Palácio do Planalto e o Congresso foram cercados pelo povo em fúria, perderam força em um ambiente de pleno emprego e inflação na meta.

Escapamos antes sem maiores traumas, portanto, por não ter havido sobreposição de crises. O que assusta no atual momento é a possibilidade de que as crises econômica, política e social se realimentem, liberando energias desestabilizadoras. Enquanto há tempo, os políticos responsáveis, com lastro, história e influência, deveriam tirar os olhos da lista do procurador Rodrigo Janot e pôr todo o foco na lista de prioridades do que precisa ser feito com urgência para que o Brasil não afunde na tempestade perfeita que, tudo indica, vem por aí.

Carta ao Leitor

A faixa providencial

A capa de VEJA com a data de 27 de setembro de 2006 foi ilustrada com uma caricatura do então presidente Lula com os olhos vendados pela faixa presidencial. O primeiro mandato de Lula caminhava para o fim e aproximavam-se as eleições nas quais ele obteve nas urnas o direito de ficar mais quatro anos no Palácio do Planalto. A capa da revista refletia a perplexidade geral com o fato de o presidente e seu partido continuarem indiferentes às revelações do mensalão, escândalo que já viera a público e em que os envolvidos já estavam denunciados pelo procurador-geral da República. Os brasileiros que vão às ruas neste domingo, dia 15, para protestar contra a presidente Dilma Rousseff também estão perplexos. Os que votaram em Dilma estão atônitos com o abismo entre o país paradisíaco que ela pintou na campanha eleitoral e a dura realidade que estão vivendo agora. Quem votou contra parece tomado de espanto com a velocidade com que o Brasil está afundando e exige uma reação do governo. Dos dois lados, muitos se assustam com o fato de a presidente, pelo que se depreende de seu discurso em cadeia nacional de rádio e televisão no domingo passado, dia 8, mostrar-se alheia à realidade que a cerca, como se estivesse de olhos vendados. Por essa razão, VEJA fez a capa desta edição inspirada naquela de setembro de 2006.

A incapacidade de Dilma em enxergar a realidade é o foco de uma das reportagens que fazem parte do esforço jornalístico da revista, cujo objetivo é tentar entender os motivos da insatisfação popular com o governo e analisar os cenários políticos mais prováveis depois das manifestações de domingo. Com a ligeireza de um comentarista esportivo, Dilma pôs a culpa da inflação e da forte desaceleração econômica do Brasil na “crise externa”, que ela descreveu como a pior desde o

desastre financeiro e econômico mundial de 1929. Obviamente, de tão absurda, a comparação não convenceu a ninguém. Na ata da última reunião do Copom, que aumentou em 0,5 ponto percentual, para 12,75% ao ano, a taxa básica de juros, o próprio Banco Central fez seu painel técnico ao desmentir Dilma com a explicação de que “as perspectivas indicam recuperação da atividade em algumas economias maduras e intensificação do ritmo de crescimento em outras”.

É exasperante a ideia de que a presidente do Brasil desconheça as causas da crise que afeta os brasileiros — mais ainda a hipótese de que, mesmo as conhecendo, tenha simplesmente tentado enganar a opinião pública com uma retórica de palan-

que vazia e fantasiosa. Espera-se, portanto, que neste domingo quem leve susto seja a presidente. As manifestações podem ter o efeito de romper a carapaça com que os áulicos defendem os presidentes para poupá-los das más notícias, o que, provavelmente, é uma das causas da alienação de Dilma. As outras são seu dogmatismo e sua crença em receituários econômicos ultrapassados.

Muitas das pessoas que vão se manifestar neste domingo acreditam que a única saída para a crise é a renúncia ou mesmo a destituição da presidente por um processo de impeachment. Embora o impedimento seja um recurso constitucional e legal, portanto parte da ordem democrática, lançar mão dele exige muito mais do que insatisfação, antipatia, irritação ou raiva da presidente. Os brasileiros têm motivos de sobra para protestar, mas é irreal concluir que o próximo passo seja o impeachment de Dilma. Existem instâncias e cenários que podem restituir a governabilidade à presidente e recolocar seu governo no rumo certo — e eles precisam ter suas possibilidades esgotadas antes que se cogite uma alternativa mais radical.



#EV08

Carta ao Leitor

“Fora das instituições não há salvação”

Como a natureza, o poder abomina o vácuo. Na política, quando alguém fica fraco, outro se fortalece. É o que ocorre agora em Brasília. Dilma Rousseff ainda não completou três meses de governo e os sinais de fadiga de material emanados do Palácio do Planalto são tão evidentes que se poderia dizer que ela está em fim de segundo mandato. Dilma não pode aparecer em público sem que desperte um coro de vaias. Suas entrevistas coletivas ou pronunciamentos à nação pela televisão são a senha para que as pessoas abafem suas palavras com panelaços. Para tentar contornar isso, a assessoria do Palácio está expondo a presidente no ar sem aviso prévio e em horários inusitados, na hora do almoço ou no meio da tarde, quando as mães e os pais de família estão mais ocupados em seus afazeres. Seis em cada dez brasileiros, mostram as pesquisas, consideram o atual governo ruim ou péssimo. A maior queda de popularidade da presidente ocorreu justamente entre o contingente de eleitores que lhe deu a vitória nas urnas em outubro passado. O caso de Dilma está ajudando a elevar no horizonte político a figura de Eduardo Cunha, o deputado federal pelo PMDB do Rio de Janeiro que, contra a vontade do Executivo, foi posto pelos seus pares na presidência da Câmara.

Cunha é o personagem de uma reportagem especial desta edição de VEJA dedicada a explicar o novo arranjo de forças em Brasília depois das manifestações populares do domingo 15 de março. O governo ficou perplexo e sem ação com a inesperada magnitude dos protestos, em especial em São Paulo, onde mais de 1 milhão de pessoas formaram um



O Congresso assume seu papel constitucional, e isso é uma excelente novidade na democracia brasileira

mar verde-amarelo na Avenida Paulista. O grito das ruas não pode ser desmembrado das crises na economia e na política com as quais a presidente já estava tendo de lidar. Em horas como essa, os chefes do Executivo buscam apoio em seus aliados no Congresso. Em horas como essa, o que tem ocorrido no Brasil desde a redemocratização, há trinta anos, é o presidente da Câmara servir como uma das tábuas de salvação do presidente. Não é o caso agora. Cunha decidiu encarnar a independência dos poderes interpretando ao pé da letra a Constituição. A reportagem de VEJA mostra como ele exerceu esse papel no episódio que levou à demissão de Cid Gomes, o ministro da Educação que, da tribuna da Câmara, o ofendeu e aos demais deputados chamando-os de “chantagistas”.

Por qualquer ângulo que se examine o quadro político, o que se nota é uma presidente acuada pela impopularidade, pela falta de apoio do seu próprio partido, o PT, e pela súbita tomada de posição do Parlamento, algo que fazia muito não se via no Brasil. Este momento único pode degenerar em uma briga de personalidades — Dilma versus Cunha —, o que seria ruinoso. Mas pode também ser o momento de reequilíbrio da correlação de forças na democracia brasileira, há tempos marcada por um Executivo degraus acima do Legislativo e do Judiciário. Tudo vai acabar bem se os atuais detentores do poder em Brasília e os manifestantes das ruas não se afastarem da máxima simples e poderosa lembrada por Carlos Ayres Britto, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal: “Fora das instituições não há salvação”.

#EV09

Carta ao Leitor

O chamado das ruas

As pessoas que fizeram do domingo 15 de março de 2015 uma data histórica em nosso calendário político mandaram a Brasília uma mensagem muito clara. Elas mostraram que o Brasil real é melhor do que o Brasil oficial. São brasileiros que não têm dúvida de que se gastarem mais do que ganham vão à falência. Concordam com a ideia de que o mérito e o esforço individuais devem ser decisivos para o sucesso ou o fracasso de uma caminhada acadêmica ou profissional. Têm consciência de que incorrem em graves punições caso cometam atos de corrupção e que é impossível mentir a todos durante todo o tempo. Principalmente, aprenderam pela experiência que não pode existir despesa sem receita — ou, como lembra o economista Paulo Rabello de Castro, entrevistado desta semana das Páginas Amarelas de VEJA, é um absurdo em si achar que “um governo possa produzir vantagens extraordinárias para todos sem custo absolutamente para ninguém”. O Brasil real pauta-se por essas noções básicas. O Brasil oficial, quase sempre, vive de vender ilusões.

Se têm noção exata do que querem, os brasileiros que combinaram pelas redes sociais voltar às ruas das grandes cidades neste domingo, dia 12, para se manifestar contra o governo e seu partido, o PT, não sabem bem como conseguir seu intento. Uma reportagem desta edição de VEJA analisa esse paradoxo que sempre surge quando a velha ordem perde a capacidade de governar e a nova ainda não consegue se articular e se legitimar. O fato de não ser propriamente uma novidade histórica



Caras-pintadas no histórico domingo 15 de março: o Brasil real é melhor do que o oficial

não diminui a perplexidade do momento pelo qual passamos no Brasil. Embora os organizadores das manifestações se orgulhem da “espontaneidade” e “pureza” do movimento, cedo ou tarde a extraordinária energia cívica gerada nas ruas vai se ressentir da ausência de lideranças nacionais que encarnem os anseios populares e sejam alternativas política e partidariamente viáveis.

A reportagem lembra a antiga lição de que o poder, a exemplo da energia produzida nas hidrelétricas, não pode ser estocado. Ou é usado, ou não é poder. Lembra também que o poder abomina o vácuo, o que em Brasília significa que, quando o Palácio do Planalto vacila, o centro gravitacional da República começa a atravessar a Praça dos Três Poderes e migrar para o Congresso. Isso está ocorrendo agora enquanto você lê estas linhas. Metaforicamente, a imagem que se forma é a de Renan Calheiros, presidente do Senado, Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e Michel Temer, vice-presidente da República, todos do PMDB, disputando entre si a faixa presidencial. Se de um lado isso revela um saudável retorno do equilíbrio entre os poderes, com o aumento do protagonismo do Legislativo, de outro fica claro que esse balé não pode ignorar por muito tempo o chamamento cívico das ruas.

#EV10

Carta ao Leitor

A volta às origens

Uma reportagem desta edição analisa documentos internos do PT fruto das discussões recentes entre as cinco maiores tendências do partido. Fica claro que os grupos de militantes petistas, que raramente concordam sobre qualquer ponto, estão, desta vez, de acordo em que a salvação para o partido é tentar, a todo custo, afastar-se da corrupção que permeou seus doze anos de poder federal. Voltar às origens é a palavra de ordem. A experiência de poder, que enriqueceu muitos de seus integrantes, jogou a estrela vermelha do PT na lama. Isso tem dois significados práticos. O primeiro é que o PT volta a ser um partido médio, tendo perdido os jovens, a classe média tradicional e, mais recentemente, boa parte da imensa maré de brasileiros que ascenderam da pobreza nos últimos vinte anos pela distribuição de renda produzida pelo Plano Real e pelos projetos sociais do ciclo petista. O segundo, e mais problemático, é que o PT terá de vender a ideia espinhosa de que foi vítima, e não beneficiário, da corrupção.

O partido cujo objetivo declarado era conquistar a hegemonia política e cultural no Brasil agora tem de rever seus planos. O PT hoje luta não para reinar, mas para não desaparecer.

Além do dilúvio de escândalos que ameaça confinar os petistas a um nicho com menos de 30% dos eleitores brasileiros, o partido sofre pesadamente o impacto de forças transformadoras e modernizadoras que, no passado, foram vetores do seu sucesso. A urbanização acentuada da população brasileira, que deu massa crítica ao crescimento do PT nos anos 80, agora conspira contra, pois os moradores dos grandes centros perceberam que a visão de mundo petista nada pode fazer para minorar seus problemas reais de mobilidade ou viabilizar suas aspirações de ascender ainda mais na escala social e econômica. As redes sociais, que as lideranças petistas esperavam dominar com seus métodos agressivos de propaganda, mostraram, felizmente, que preferem viver sob o signo da liberdade individual de pensamento e ação.

Este é o quadro atual do PT: dois de seus últimos tesoureiros nacionais estão presos, o antes carismático ex-presidente não se arrisca a aparecer em público e a presidente eleita vê o poder migrar para seus aliados de ocasião no Congresso. Em 2002, Lula elegeu-se presidente com 61% dos votos. No ano passado, Dilma venceu com 51%. A curva de aceitação do PT, portanto, é descendente. Mas, mesmo assim, pouca gente poderia imaginar que o partido se desintegraria tão rapidamente. Refundá-lo em bases novas parece uma missão quase impossível.



Capas de VEJA sobre a trajetória do PT: um partido que hoje luta para sobreviver

#EV11

Carta ao Leitor

Longe do nocaute



Apesar de toda a pesada carga colocada sobre os ombros dos brasileiros pelos erros passados do governo... Apesar do alto custo dos ajustes recessivos aplicados na economia para corrigir aqueles equívocos... Apesar disso tudo, o Brasil real teimosamente se move na direção certa — e em várias frentes. Na frente política, é motivo de júbilo a aprovação pelo Senado Federal do projeto de voto distrital de autoria do senador José Serra (PSDB-SP). A tão esperada divulgação do balanço auditado da Petrobras, dias antes de se esgotar o prazo legal, é um passo significativo rumo à normalização das atividades da empresa brasileira, um gigante mundial que extrai 2,3 milhões de barris de petróleo por dia. Trazem o mesmo efeito regenerador os dados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostrando uma melhora na criação de postos de trabalho na economia brasileira. Também não se pode desprezar o fato de que se tenha estabilizado o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Tudo resolvido, então? Longe disso. Como um lutador de boxe nas cordas, o Brasil não venceu a luta, mas ganhou um tempo para respirar. O nocaute, que parecia inevitável, pode resultar em derrota, ou até vitória, por pontos no fim do ano. Os eventos e os dados animadores da semana passada são dignos de nota porque vieram em meio a um mar de ceticismo e pessimismo com os prognósticos para o

O voto distrital foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, agora, vai ser examinado pela Câmara dos Deputados

ano de 2015. São pequenos avanços, mas altamente significativos.

O voto distrital que passou no Senado valerá, se confirmado pela Câmara dos Deputados, apenas para as eleições de vereadores em cidades com mais de 200 000 eleitores. Pelo seu efeito de aproximar o eleitor do eleito, diminuindo o abismo entre o povo e o Poder Legislativo, essa primeira experiência de voto distrital no país, mesmo que restrita a municípios, vai servir de vitrine para a ampliação do sistema aos demais colégios eleitorais. A divulgação do balanço da Petrobras, com o reconhecimento dos prejuízos bilionários impostos pela corrupção e pela ingerência governamental, permite encerrar um capítulo sombrio da empresa. É irrelevante que o Inec só tenha deixado de cair em março? Não é o caso de soltar foguetes, mas é um alento depois de o índice ter apresentado queda por quatro meses consecutivos. O mesmo raciocínio vale para o Caged, pois, após três meses em declínio, o mercado de trabalho fechou o mês de março com saldo de 19 282 vagas.

Fica em secundaríssimo plano e restrito ao terreno da especulação se esses sinais positivos da semana passada serão bons para o partido A ou B ou se quem mais se beneficiará deles será o governo ou a oposição. VEJA acredita que, quando o cenário político e econômico melhora, isso é bom para todos os brasileiros. Ponto.

#EV12

Carta ao Leitor

A Constituição e as leis

As leis são instrumentos do Estado para controlar a sociedade, enquanto a Constituição é o instrumento da sociedade para controlar o Estado. Portanto, quando os ministros da corte constitucional brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF), se reúnem para decidir sobre a aplicação de leis em casos particulares, no fundo eles estão avaliando se o Estado não está abusando

de seus poderes sobre todas as pessoas que compõem a sociedade. Essa noção é fundamental para que não se caia na armadilha de elogiar o STF depois de decisões que nos agradam e criticá-lo quando, como ocorreu na semana passada com a soltura dos empreiteiros presos na Operação Lava-Jato, os ministros parecem ter agido contra os interesses dos brasileiros.

Poucas horas após a Segunda Turma do Supremo ter concedido *habeas corpus*, na terça-feira passada, a nove presos no Paraná, a opinião pública explodiu de indignação nas redes sociais, em que se podiam contar nove censuras ao STF para cada opinião favorável à decisão. Muitas das pessoas que ficaram descontentes viram na soltura dos acusados o prenúncio da impunidade e, mais uma vez, o melancólico triunfo dos corruptos sobre os homens de bem. Uma reportagem desta edição de VEJA mostra que não é bem assim. Prisão preventiva não é punição. Seu relaxamento, portanto, nada tem a ver com impunidade. Os processos contra os acusados continuam em sua fase final na corte do juiz Sergio Moro, que os sentenciará pesadamente, como permitem concluir as montanhas de provas reunidas contra eles e seus cúmplices nas estatais e nas altas esferas políticas.



Sessão da Segunda Turma do STF que soltou os presos da Lava-Jato: votação apertada, por 3 a 2

A reportagem enfatiza o corajoso e tecnicamente correto papel do juiz Moro em sua tentativa de fazer da Lava-Jato a versão brasileira da Operação Mãos Limpas, a investigação de grande envergadura que, nos anos 1990, reduziu fortemente a influência da máfia nos negócios de Estado na Itália. Moro prendeu, e o STF soltou. Isso, porém, não significa que o bravo juiz foi censurado pelo tribunal superior. Nada disso. Amparado em sua leitura do artigo 312 do Código de Processo Penal, o juiz Moro queria manter os acusados presos por mais tempo, até que desse por concluída, no jargão jurídico, a “instrução do processo”. Três dos cinco ministros integrantes da Segunda Turma do STF entenderam que a prisão preventiva deles, que já durava quase seis meses, passara a conflitar com o direito constitucional fundamental de ir e vir. Quando a lei (instrumento do Estado) bate de frente com a Constituição (instrumento da sociedade), prevalece a Constituição. Por isso, mesmo que, emocionalmente, seja doloroso engolir, a Justiça foi bem servida tanto na prisão quanto na soltura dos acusados.

#EV13

Carta ao Leitor



Solenidade
na sessão
especial do STF
em 2010 feita na
sede antiga, no
Rio de Janeiro

Como sabatar Fachin

Quando perguntaram a sir Isaac Newton como foi possível desvendar as leis da natureza, ele disse que só conseguiu fazê-lo por “enxergar o mundo de cima dos ombros dos gigantes” que o precederam. O Senado vai sabatar o advogado Luiz Fachin na próxima terça-feira. Fachin é o indicado de Dilma Rousseff para a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma reportagem especial desta edição de VEJA debruça-se sobre a história do STF e fornece subsídios para que os senadores possam fazer perguntas a Luiz Fachin à luz da sabedoria jurídica, do bom-senso e do civilismo de gigantes do pensamento que vestiram a toga na longa história da corte constitucional brasileira.

O poder de interpretar a Constituição é também o poder de transformá-la. Por essa razão, passa da hora de as sabinas do Senado deixarem de ser encenações e se tornarem instâncias efetivas de avaliação das condições necessárias para alguém ser investido de poder constituinte. A sabatina de Fachin é, portanto, o momento ideal para o Senado quebrar a tradição, que já dura mais de século, de aprovar

qualquer indicação do Executivo para o Supremo Tribunal Federal.

Na teoria e na prática, Fachin é muito diferente de todos os atuais e antigos ministros do STF. Ele é abertamente partidário, e gravou um vídeo em que enaltecia Dilma na campanha eleitoral de 2010. Defendeu a tese de que a poligamia não deveria ser questão de Justiça, mas de foro íntimo de seus praticantes. Tentou criar bases jurídicas para a desapropriação de terras produtivas e, nisso, advogou a abolição do direito constitucional à propriedade privada. Os senadores têm o dever de arguir Fachin sobre como ele pensa conciliar essas convicções com a imparcialidade e o rigor necessários para tomar decisões no Supremo.

A reportagem de VEJA completa-se com a revelação das primeiras entrevistas feitas por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no projeto História Oral do STF. As entrevistas mostram momentos em que, no vácuo de outras instituições, o Supremo emergiu como rocha sólida, evitando crises profundas e até guerras civis. Tudo isso aumenta, e muito, a responsabilidade dos senadores nas sabinas de candidatos a ministro do STF. Que eles cumpram seu dever.

Carta ao Leitor

A CCJ cumpriu seu dever

Na Carta ao Leitor da semana passada, VEJA lembrou a histórica resistência democrática e institucional do Supremo Tribunal Federal (STF) e fez um apelo aos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) para que arguissem para valer o advogado Luiz Fachin, indicado de Dilma Rousseff para uma vaga naquela corte:

“(...) passa da hora de as sabatinas do Senado deixarem de ser encenações e se tornarem instâncias efetivas de avaliação das condições necessárias para alguém ser investido de poder constituinte”.

A CCJ aprovou Fachin por 20 votos a 7. A sabatina durou doze horas. A média é de quatro. Em momentos de extrema subserviência, como em 2006, quando Lula indicou Ricardo Lewandowski, a aprovação durou menos de duas horas.

Uma reportagem desta edição de VEJA reflete sobre a animadora experiência da última semana, que pode marcar o começo do fim da aprovação acrílica de indicados do Palácio do Planalto para o STF. A reportagem lembra que a nova e cuidadosa abordagem da questão ainda está longe do ideal. O processo de confirmação de um juiz para a Suprema Corte dos Estados Unidos leva, em média, dois meses e meio. Primeiro, o indicado encaminha aos sena-



Fachin (à esq.) diante da comissão *A sabatina foi mais longa e melhor do que a média*

dores cópias de seus textos jurídicos, pareceres, sentenças e discursos. Em seguida, é sabatinado pelo comitê de Justiça e, obtendo ou não a recomendação, avança para a avaliação do plenário, onde, antes da votação final, se submete a outra sabatina.

Nesta terça-feira, 19, o nome de Luiz Fachin será submetido ao plenário para a apreciação definitiva de sua indicação. A CCJ cumpriu seu dever. Será a vez de o plenário endossar ou rejeitar a recomendação da comissão — diante da qual, para alguns, Fachin fez uma necessária autocrítica e, para outros, livrou-se lepidamente e por interesse imediato das posições radicais que antes defendia. No primeiro caso, seria pragmático. No segundo, oportunista. Ótima ocasião para os senadores exercitarem seus dons de leitores de caráter.

#EV15

Carta ao Leitor

Um dia histórico no STF

É bem estabelecido pela prática histórica o princípio de que sobre a liberdade de expressão repousam todas as demais garantias do regime democrático. Na quarta-feira passada, ao dar seu voto na decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucionais os artigos 20 e 21 do Código Civil, que exigem a aprovação prévia dos biografados a suas biografias, o ministro Luís Roberto Barroso produziu uma luminosa interpretação jurídica desse princípio.

Barroso lembrou que inexistia hierarquia entre as normas constitucionais, mas deu três razões pelas quais “a liberdade de expressão deve ser tratada como uma liberdade preferencial”.

A primeira razão, disse ele, é histórica, ressaltando que a censura nasceu junto com o Brasil, quando a carta de Pero Vaz de Caminha teve trechos considerados indecorosos suprimidos pelos religiosos jesuítas que fizeram sua divulgação em Portugal. O ministro Barroso lembrou que durante o regime militar havia censura ao cinema e à televisão, “apreendiam-se jornais e revistas por motivos políticos ou de moralidade e boicotava-se a publicidade dos jornais independentes, para asfixiá-los economicamente, situação que rotineiramente se repete na América Latina”.

A segunda: “Sem liberdade de expressão e de informação, não há cidadania plena, não há autonomia privada nem autonomia pública”.



O ministro Barroso:

“A liberdade de expressão deve ser tratada como uma liberdade preferencial”

A terceira: “A liberdade de expressão é indispensável para o conhecimento da história, para o progresso social e para o aprendizado das novas gerações”.

A dimensão histórica da votação de quarta-feira foi acentuada pelo advogado Gustavo Binebojm, que atuou na ação em nome da Associação Nacional de Editores de Livros (Anel): “Esta é uma causa de um país que tem pressa de se educar e se informar; é causa de todos os que acreditam que as ideias e as palavras podem mudar o mundo”. A quarta-feira passada ficará como mais um contraste do Brasil com a América Latina, onde, como bem disse o ministro Barroso, são rotineiras as tentativas de asfixiar a liberdade de expressão. No Brasil, essas tentativas recentes nunca passaram de ameaças. Isso se deve à resistência do STF, à maturidade das instituições civis, à coragem do Congresso — e, reconheça-se, à reiterada profissão de fé da presidente Dilma Rousseff nas liberdades democráticas.

#EV16

Carta ao Leitor

A serviço dos governados

O jornalismo de VEJA esteve na vanguarda da apuração de todos os grandes estremecimentos políticos do Brasil contemporâneo. Os repórteres da revista foram responsáveis pelas mais decisivas revelações, da queda de Collor, em 1992, ao petrolão, passando pelo estouro das quadrilhas que se locupletavam de dinheiro público nos escândalos conhecidos como Anões do Orçamento, Sanguessugas — e, com ainda mais preponderância, no mensalão.

Desde que os procuradores, os policiais federais e o juiz Sérgio Moro começaram a iluminar os labirintos escuros do esquema de corrupção na Petrobras, os leitores da revista foram os primeiros a saber das grandes revelações do que viria a celebrar-se como a Operação Lava-Jato. Isso se deve ao talento, dedicação e coragem da equipe liderada por Policarpo Junior, redator-chefe de VEJA e chefe da sucursal de Brasília. Policarpo, Rodrigo Rangel, Robson Bonin, Daniel Pereira, Adriano Ceolin e Hugo Marques são epitomes do jornalismo investigativo, atividade que o juiz Moro reconheceu recentemente como um dos mais valiosos instrumentos “de controle dos governantes pelos governados”.

Em pouco mais de um ano, a apuração do petrolão resultou em 24 capas e dezenas de reportagens sobre o caso, num total



Policarpo (no centro) e, da esquerda para a direita, sua equipe: Rodrigo, Robson, Daniel, Adriano e Hugo Marques

de 278 páginas, das quais brotaram notícias de primeira mão, os “furos”, no jargão jornalístico, antecipando valiosas informações com as quais os leitores de VEJA puderam situar-se em relação a questões complexas e graves.

Entre tantas descobertas, VEJA noticiou com exclusividade o conteúdo das delações premiadas de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, e do doleiro Alberto Youssef. Uma reportagem especial desta edição dá sequência a esses feitos, com a revelação dos espantosos relatos que compõem a delação do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, homologada na semana passada pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal. Os governantes nem sempre apreciam, mas os governados podem sempre contar com a imprensa livre e suas investigações.

#EV17

Carta ao Leitor

Um erro continuado

O pecado original da era petista foi presumir que a conquista da Presidência da República pelo voto fazia do Brasil propriedade privada do partido. Desde o começo do primeiro mandato de Lula, em 2003, o PT acostumou-se a tratar a coisa pública como se fosse sua. Essa apropriação indébita não se deu apenas no campo material, como ficou amplamente comprovado nos escândalos do mensalão e do petrolão, entre tantas outras investidas dos militantes sobre o Erário. Ela se manifestou fortemente também na tentativa de pôr as instituições a serviço dos interesses partidários.

Uma premonitória capa de VEJA de 29 de junho de 2005 estampou o selo da República toscamente coberto com um adesivo da estrela vermelha do PT e a chamada: “O grande erro — confundir o partido com o governo”. O patrimonialismo do PT em relação ao Estado emergiu de maneira incontestável em muitos momentos nos últimos doze anos. Lula doou refinarias da Petrobras ao governo da Bolívia como se lhe pertencessem. Dilma Rousseff perdeu dívidas milionárias contraídas com o Brasil por ditadores africanos, usando dinheiro do contribuinte para azeitar a política externa ideológica de seu partido.

Nos dois governos, o BNDES emprestou centenas de milhões de dólares para a construção de um porto em Cuba, hidrelétrica no Equador, metrô na Venezuela e gasoduto na Argentina, como se a infraestrut-



A capa de VEJA de 2005 e o ministro Cardozo: como sempre, o PT quer o Estado a serviço do partido

tura brasileira não estivesse absolutamente carente dessas obras.

Na semana passada, eclodiu mais um episódio com raízes na confusão proposital que o PT faz do partido com o Estado. Sem sequer se dar ao trabalho de disfarçar, o PT pressionou José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, para que agisse de modo a evitar a prisão de petistas suspeitos de crimes na Operação Lava-Jato. No governo Lula, ficou tristemente famosa a atuação do ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, morto no ano passado, como “advogado de defesa” do partido. A não ser em republiquetas e regimes autoritários, o ministro da Justiça esmera-se no cumprimento das leis e não em sua suspensão quando seu peso recai sobre correligionários. A pressão sobre Cardozo pode redundar em sua renúncia. Com atitudes assim, não é surpresa que, em pesquisas de opinião, Dilma tenha apenas 9% de aprovação e seu partido 11% de preferência — prova de que o Brasil não é uma republiqueta e se recusa a ser governado com autoritarismo.

Carta ao Leitor

O sensacional e o normal

A capa de VEJA da semana passada foi feita com o objetivo de refletir dias repletos de fatos extraordinários e relacionados que se sucederam no Brasil em uma sequência quase impossível de ser editorialmente retratada com uma capa tradicional. Montada como se fosse a primeira página de um tabloide sensacionalista, a capa agradou e surpreendeu os leitores.

Nesta semana foi nossa vez de ser surpreendidos. Muitos leitores elogiaram o que pensaram ser uma mudança gráfica permanente da capa de VEJA. Sinal dos tempos. Quando o extraordinário é tomado por normal, o país está mesmo fora dos eixos. Fizemos a capa sensacionalista para pontuar uma semana particularmente nervosa, movida pelo inesperado no centro da vida política brasileira.

O país passa por um período político conturbado, com reflexos paralisantes na economia. Surpresa mesmo será se tudo se acalmar de repente. Toda crise chega ao fim um dia. Esta é atualmente a única certeza positiva no cenário. Mas toda crise, para terminar, tem de ser percebida, enfrentada e vencida. Para vencer sem maiores traumas os períodos instáveis, o essencial é que nunca se perca o

horizonte institucional. Não existem soluções fora das instituições. Os homens públicos sempre podem falhar. As instituições que eles dirigem, no entanto, não contam com esse benefício.

“Que você viva em tempos interessantes”, expressão inglesa atribuída duvidosamente aos chineses, tem um significado que só pode ser compreendido quando se

conhece a maneira como ela é utilizada. Pois quando alguém diz isso está jogando praga, torcendo para que onde você estiver prevaleça o caos, este notório inimigo do progresso material e espiritual.

Estamos atravessando tempos interessantes, mesmo que não tenham sido trazidos por uma praga. Para superá-los, o esforço de todos tem de ser pela volta da previsibilidade na economia e da transparência, honestidade e confiabilidade na política.

A duras penas, nós, brasileiros, conseguimos derrotar a inflação, a irresponsabilidade fiscal e a instabilidade política. É inaceitável que a atual geração no poder nos arremesse de volta àqueles dias trevosos. As autoridades e os políticos, se quiserem, que vivam em tempos interessantes, mas não arrisquem neles a paz e a prosperidade dos brasileiros.



A capa de VEJA da semana passada refletiu dias cheios de fatos políticos excêntricos em Brasília

#EV19

Carta ao Leitor

O real problema de Lula

Muitas vezes a imprensa revela fatos que, de outra forma, ficariam para sempre longe do efeito detergente da luz solar e, assim, chama a atenção das autoridades. Uma segunda vertente do trabalho jornalístico é descobrir fatos já em fase de análise no âmbito da Justiça e dar conhecimento deles aos leitores.

A reportagem de capa de VEJA da semana passada é desse segundo tipo. Os repórteres de VEJA em Brasília descobriram que os advogados da OAS procuraram a Procuradoria-Geral da República (PGR) para uma conversa inicial com o objetivo de conseguir o benefício da delação premiada para Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira, preso em regime domiciliar por uma coleção de crimes de corrupção.

Os advogados informaram a PGR das principais revelações que Pinheiro se dispunha a fazer. As mais relevantes, a respeito de sua relação especial com o ex-presidente Lula, haviam sido adiantadas por VEJA em sua reportagem de capa de 29 de abril. Sem que fosse contestada, a revista narrou detalhes da duradoura e mutuamente produtiva convivência de Pinheiro e Lula, simbiose só interrompida com a prisão do empreiteiro pela Lava-Jato.

Citando como motivo a reportagem de capa da semana passada, Lula está processando a revista. Está-se diante da clássica manobra de atirar no mensageiro, quando o que se quer suprimir é a mensagem.



A edição de VEJA de 29 de abril publicou reportagem de capa com as revelações de Léo Pinheiro

Se VEJA não tivesse publicado sequer uma linha do que Léo Pinheiro quer contar em sua delação premiada, os fatos relatados aos procuradores permaneceriam os mesmos. Lula estaria no melhor dos mundos se sua maior dor de cabeça fosse a perseguição que imagina mover contra ele a imprensa. Seria uma maravilha para Lula se as reportagens que o incomodam fossem apenas invenções de jornalistas mal-intencionados a serviço de causas ingratas. Isso

sumiria tão rápido quanto surgiu. Mas, infelizmente para Lula, seu grande problema são fatos produzidos durante seu governo, por pessoas nomeadas por ele, com as quais privou de intimidade e até de amizade e que estão sendo presas ao ritmo de quase uma por semana.

Se por feitiçaria todas as revistas e jornais que desagradam a Lula desaparecessem de uma hora para outra, os aborrecimentos do ex-presidente continuariam do mesmo tamanho ou, como está ocorrendo, aumentando a cada dia que passa.

Espetáculos de ficção só existem quando são observados. Os fatos continuam existindo mesmo escondidos. Um dia eles voltam a assombrar. Esse é o problema de Lula.

#EV20

Carta ao Leitor

Nem explode nem salva

O Brasil tem problemas grandes e reais. Os políticos em Brasília também têm problemas grandes e reais. Ali está a real e a prioridade deles. Acertou quem disse que os políticos se movem, antes de qualquer coisa, para resolver as próprias circunstâncias. Os dois exemplos mais recentes desse comportamento são o que os jornais chamam de pauta-bomba e de Agenda Brasil. A pauta explosiva seria formada pelas propostas de emenda constitucional (PECs) e por outras iniciativas da Câmara dos Deputados que, se viessem um dia a entrar em vigor, aumentariam em alguns bilhões de reais os gastos do governo. A Agenda Brasil, por sua vez, engloba uma série de propostas do Senado anunciadas na semana passada que, se um dia se efetivarem, também vão aumentar em muitos bilhões os gastos públicos.

A pauta da Câmara é associada ao seu presidente, o deputado Eduardo Cunha, do PMDB do Rio de Janeiro. A do Senado tem as digitais do presidente daquela casa, o senador pelo PMDB de Alagoas, Renan Calheiros. Ambos servem aos interesses políticos diretos de seus patronos. Renan procura angariar a boa vontade do Palácio do Planalto, o que, acredita ele, aumentaria suas chances de escapar de ser demitido por revelações da Operação Lava-Jato. Cunha não tem mais esperança de escapar da demissão e ser oferecido contra ele por Rodrigo Janot, procurador-geral da República, também por revelações da mesma operação. A pauta-bomba funciona para Cunha como um anteparo. Ele usa os deputados em torno dele e, ao mesmo



Levy e Renan discutem a pauta da Agenda Brasil. Em realidade nenhuma, não há diálogo entre os poderes

tempo, ajuda a formar crises sua linha de defesa, segundo a qual Janet vai demitê-lo apenas por ter rompido com o governo.

Uma reportagem desta edição de VEJA mostra que nem a pauta-bomba tem, como se apregoa, o estandarte para dilatar os custos públicos nem a Agenda Brasil é a salvação da pátria. São apenas duas linhas convencionais com chances escassas de se tornarem realidade. As PECs da Câmara poderão, simplesmente, ser abandonadas quando chegarem ao Senado. A Agenda Brasil sofre de problema crítico que surge nessas ocasiões. Ela tem coisas boas e ruins. Ocorre que as boas não são novas e as novas não são boas.

Nenhuma delas vai abater um centavo da dívida pública bruta de 6,7% do PIB ou diminuir a desconfiança que obriga o Brasil a gastar 20% das receitas com o pagamento de juros. Nenhuma afasta o perigo real de sermos em parados para o purgatório financeiro, paradigma dos países rebaixados pelas agências internacionais de avaliação de crédito. Nenhuma incentiva o aumento do índice que melhor aponta se um país está no rumo certo, a produtividade, que nesse ano a põe 0,6% ao ano, o menor índice entre dois dos principais economias do mundo.

Do positivo nosso episódio, destaca-se mais uma prova da falta de protagonismo do Legislativo brasileiro e de convivência harmônica, mesmo que atribuída, entre os poderes. Não é pouca coisa.

Carta ao Leitor

A “vanguarda iluminista”

Em uma palestra no Instituto FHC, em São Paulo, na segunda-feira passada, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), mexeu com a audiência quando disse que muitas vezes o papel da mais alta corte do país é servir de “vanguarda iluminista” para a sociedade. Ele respondeu às críticas de que isso era um exagero, reconhecendo que talvez a expressão “vanguarda iluminista” pudesse soar um pouco arrogante, mas manteve-se firme na ideia central de que em muitos momentos da história brasileira, em particular no atual, a Justiça tem sido, se não uma ilha, pelo menos um farol de racionalidade quando tudo parece estar de pernas para o ar na política e na economia. Uma reportagem desta edição de VEJA dedica-se a tentar entender o alcance histórico desse protagonismo da Justiça cuja face mais visível é a atuação do juiz Sergio Moro à frente da Operação Lava-Jato.

A conclusão da revista coincide com a do ministro Barroso. VEJA avalia que o fim da sensação de impunidade que a Operação Lava-Jato transmite é equivalente a outros grandes momentos de mudança definitiva de curso, para melhor, que o Brasil experimentou recentemente — primeiro, a vitória no governo Fernando Henrique Cardoso contra o reino

do caos econômico encarnado pela inflação; depois, o reconhecimento de que nenhum país pode almejar a grandeza enquanto parte de sua população vive na miséria, o grande legado de Lula. A derrota da impunidade junta-se, então, à conquista da racionalidade econômica e à inadmissibilidade da miséria como o que faltava para o Brasil estar de posse de todos os ingredientes com os quais foram construídas as grandes nações democráticas, justas e prósperas do planeta.

O decano dos ministros do STF, Celso de Mello, definiu os agentes do escândalo do mensalão, ao sentenciá-los à prisão em 2012, como “os subversivos da ordem institucional, (...) delinquentes e marginais da ética do poder”. Começava ali a se manifestar a “vanguarda iluminista” do Judiciário brasileiro, evento auspicioso que o mesmo Celso de Mello dá pistas de que vá ocorrer de novo ao descrever assim o atual escândalo do petrolão: “Um método de

ação governamental e de conduta administrativa, degradando, em consequência de atos tão ignóbeis, a própria dignidade da política, fazendo-a descer ao plano subalterno da delinquência institucional”. São dois diagnósticos pautados pela justa indignação do magistrado. O primeiro resultou em punições exemplares. O segundo antecipa o mesmo e adequado desfecho.

O ministro Celso de Mello, do STF: o mensalão e, agora, o petrolão são degradantes manifestações de “delinquência institucional”



POUL MOURADIAN/PRANAL/PHOTODISC

#EV22

Carta ao Leitor

A cortina de lata

“Do Eixo Monumental, na Esplanada dos Ministérios, ao setor das mansões, no Lago Paranoá, uma ‘Cortina de Lata’ desceu sobre Brasília. Atrás dela estão 39 ministérios do precocemente esgotado governo de Dilma Rousseff.

Todas essas sinecuras e os brasileiros que, em maior ou menor grau, dependem delas estão submetidos à esfera do lulopetismo, ideologia que quase arruinou nossa economia e submeteu o Brasil, na semana passada, à vergonha de ver sua reputação, duramente conquistada, ser rebaixada por uma agência internacional de avaliação de risco.

O lulopetismo, embora minoritário, conseguiu, com alianças, chegar ao poder e go-

vernar com pendores para o autoritarismo, o monopólio da virtude, a implantação de uma hegemonia política e o controle da imprensa. Sejam quais forem as conclusões derivadas desses fatos — e são fatos, realmente —, não pode estar entre elas a de que foi em vão todo o esforço civilizatório de milhões de brasileiros para construir uma sociedade aberta em nosso país.

Muito terreno conquistado pela democracia e pela racionalidade econômica já foi cedido para aventuras ruinosas cujos danos levarão ainda muitos anos para ser revertidos. O progresso material e espiritual dos brasileiros depende de uma nova unidade que preserve e faça avançar a causa da paz social e da democracia.”



Um tapume metálico separou o povo da presidente Dilma Rousseff no desfile de 7 de Setembro, em Brasília, na semana passada

O desfile de 7 de Setembro em Brasília transformou-se na mais melancólica demonstração do isolamento da presidente Dilma Rousseff. A mandatária do país, que já havia se recusado a fazer a tradicional saudação em rede nacional de rádio e televisão no Dia da Pátria, apareceu em público, mas afastada do povo, protegida por um constrangedor tapume de lata. Nenhum presidente antes se viu obrigado a interpor um obstáculo físico entre ele e as pessoas que foram às ruas comemorar o dia da Independência do Brasil. Há dois meses, VEJA homenageou a presidente com uma tradução da obra *Se*, do inglês Rudyard Kipling. O 7 de Setembro de Dilma nos motivou a dedicar-lhe a adaptação livre de outro texto histórico, um pronunciamento de Winston Churchill, de 1946, o “Discurso da Cortina de Ferro”, expressão a que ele recorreu para demonstrar que, “de Estetino, no Mar Báltico, a Trieste, no Adriático”, a União Soviética havia erguido uma fronteira separando-a da Europa livre.

#EV23

Carta ao Leitor

A modernidade do capitalismo

Nosso propósito com a reportagem especial de 31 páginas desta edição de VEJA sobre o capitalismo não é nos juntarmos ao debate rancoroso sobre a responsabilidade histórica pela resistência da pobreza e pela estagnação atual da economia brasileira. Nosso objetivo é tentar iluminar questões que, por obscurantismo ideológico à esquerda e à direita, fizeram desse tipo de discussão uma guerra em que ambos os lados são dotados apenas da retórica de mútua destruição assegurada.

A reportagem parte da constatação unânime de que está falido o atual modelo brasileiro de governo, baseado no aumento indiscriminado da dívida pública, na intervenção estatal na economia e no afrontamento às leis de mercado, em especial o sistema de determinação de preços. A falência generalizada, mostra a reportagem, decorre de escolhas erradas feitas em Brasília, cujos resultados catastróficos foram aprofundados pela incapacidade de diagnosticar os equívocos e pelo ataque tardio, débil e vacilante, uma vez identificadas suas causas.

Fica evidente, na leitura, que não existe oposição entre o capitalismo e o Estado. O capitalismo é justamente a combinação da economia de mercado com a regulação do Estado. Quanto mais sábia, equilibrada e neutra a regulação, maior o progresso de todos. A qualidade da relação entre o Estado e o mercado é fator ainda mais determinante do bem-estar

de uma nação do que os recursos naturais, a cultura ou a religião. A confirmar isso, a reportagem de VEJA traz exemplos práticos de como problemas públicos podem ter soluções eficientes e quase sem custo quando o governo adota instrumentos clássicos da iniciativa privada como a competição e a meritocracia.

Sobressai no esforço jornalístico a utilíssima informação de que, em grande parte, é fruto apenas do desconhecimento o preconceito que, de boa-fé, muita gente nutre em relação

ao capital. Um trabalho do Banco Mundial mostra que o capital, tomado apenas no sentido de dinheiro, responde por ínfima parte — 17%, para sermos exatos — da prosperidade das 34 nações mais ricas do planeta. A maior parte da fórmula de riqueza daqueles países é composta do capital humano (educação), capital cívico (ética individual e coletiva), capital social (distribuição equitativa da justiça) e capital estatal (governos transparentes dotados de instituições funcionais).

Resta óbvio que a relação entre o Estado e a sociedade brasileira não pode mais ser a de senhor e servo. É urgente que comece a transição de um Estado grande e inimputável para um Estado capaz de criar e manter as condições ideais para que os mercados funcionem e compartilhem os frutos daquilo que fazem como nenhuma outra invenção humana, a criação de riqueza.



#EV24

Carta ao Leitor

O dever de apurar e publicar

VEJA publica nesta semana com exclusividade uma reportagem sobre o processo de delação premiada de Pedro Corrêa, o primeiro político preso na Operação Lava-Jato a recorrer a esse instrumento jurídico. Sempre que tem acesso ao conteúdo de investigações ou processos sigilosos — e VEJA se destaca nessa atividade —, a imprensa abre espaço para que os personagens citados se defendam com o argumento de que foram vítimas de vazamentos dirigidos com o objetivo apenas de atingi-los. Que nos desculpem os investigadores ou processados, mas, ao ingressarem na política, Suas Excelências renunciaram à privacidade, estritamente naquilo que interessa ao bem público.

A responsabilidade pelo sigilo, legal e eticamente falando, é das pessoas encarregadas de protegê-lo. O dever dos jornalistas é outro. Eles devem se concentrar em obter e publicar informações relevantes com honestidade e correção. O sigilo sobre o que foi dito pelos investigados é secundário. São os fatos apurados pelos policiais e procuradores, ao fim e ao cabo, que vão balizar a via dolorosa dos acusados no mundo judiciário, e não o que a imprensa mostrou ou o que opinou sobre eles.

VEJA revelou os detalhes de muitas delações premiadas feitas por envolvidos na Lava-Jato. As informações foram levantadas em fases distintas da negociação com a Justiça. A delação de Léo Pinheiro, da OAS, que não se concretizou ainda, foi obtida na fase inicial, em que os advogados informam em linhas gerais o que o acusado pode contar de interesse dos investigadores. Quando VEJA teve acesso a ela, já estavam concluídas as delações do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, do doleiro Alberto Youssef e do empreiteiro Ricardo Pessoa. A delação do ex-deputado Pedro Corrêa se encontra na fase em que o acusado narra aos procuradores o que sabe sobre o crime.

Publicar quanto antes fatos dessa natureza não tem o objetivo de transgredir regulamentos, tampouco o poder de fragilizar estratégias de defesa. As revelações trazem à luz informações que, de outro modo, poderiam ficar escondidas, ser adulteradas ou até suprimidas no decorrer do processo, muitas vezes por iniciativa dos próprios acusados, interessados em obter certos tipos de apoio em troca do seu silêncio ou de versões diferentes dos fatos. O registro jornalístico impede essa forma de fraude. Daí sua relevância social.



Capas de VEJA
com revelações
de delatores
da Operação
Lava-Jato:
o jornalismo
contra a fraude

#EV25

Carta ao Leitor

Fazendo história

O jornalista Roberto Pompeu de Toledo, colunista de VEJA, conheceu Fernando Henrique Cardoso no início da década de 80, quando o ex-presidente ocupava uma cadeira de senador em Brasília. Em dezembro de 1985, tiveram a primeira conversa longa, em pleno inverno de Paris, aonde Pompeu de Toledo acabara de chegar para assumir o posto de correspondente de VEJA. Foi o começo de uma relação profícua entre o jornalista e o político, que resultou em uma edição memorável da revista em setembro de 1997: FHC, já morando no Palácio da Alvorada, concedeu sua primeira entrevista em que falava não da miudeza do cotidiano político, mas dos grandes rumos de seu governo e do futuro do Brasil. Convidado a ampliar a abordagem em livro, o jornalista lançou no ano seguinte *O Presidente segundo o Sociólogo*. Pompeu de Toledo escreveu para esta edição de VEJA a resenha do primeiro volume dos *Diários da Presidência*, no qual FHC relata em primeira pessoa sua rotina nos dois anos iniciais de governo, 1995 e 1996. De um lado, nenhum outro presidente, nem Getúlio Vargas, fez narrativa tão detalhada de sua passagem pela Presidência quanto FHC; de outro, poucos jornalistas em ativi-



Pompeu e FHC na biblioteca do Alvorada: da entrevista ao livro

dade no Brasil estão tão apetrechados para analisar *Diários* com prosa tão elegante quanto Pompeu de Toledo.

Completando a edição, os jornalistas Pedro Dias Leite, editor de Brasil, e Vera Magalhães, titular da coluna Radar, entrevistaram FHC em seu apartamento em São Paulo, na semana passada. Quiseram saber por que o ex-presidente decidiu publicar seus diários ainda em vida. Diz FHC: “As coisas estão tão complicadas no Brasil que está na hora de rasgar a fantasia. Sei que a gente paga por isso, mas estou pouco ligando, sou sincero. Passou o tempo em que eu ficava muito preocupado com qual seria a reação ao que eu disse”. Com esse aperitivo da sinceridade ex-presidencial, o leitor está convidado a conferir a resenha e a entrevista, a partir da página 52.

#EV26

Carta ao Leitor

A Operação Passe Livre

Em março de 2011, uma reportagem de VEJA apresentou aos leitores José Carlos Bumlai, um personagem misterioso que chamava atenção pela desenvoltura com que transitava pelos gabinetes mais exclusivos do poder. O editor executivo Rodrigo Rangel e o editor Daniel Pereira, ambos da sucursal da revista em Brasília, relataram os privilégios de Bumlai, então conhecido apenas como pecuarista. VEJA revelou que Bumlai reunia em torno de si “empresários e políticos interessados em favores, negócios, cargos ou em abrir alguma porta no governo”.

O espanto maior dos jornalistas, porém, foi constatar que Bumlai tinha acesso livre à sede do governo na era Lula. A presidente Dilma Rousseff havia assumido o cargo fazia quase três meses quando se descobriu que a administração anterior mandara afixar uma placa de acrílico na mesa do chefe da segurança do Palácio com os seguintes dizeres: “O Sr. José Carlos Bumlai deverá ter prioridade de atendimento na portaria principal do Palácio do Planalto (...) em qualquer tempo e em qualquer circunstância”. Na semana passada, Bumlai foi preso pela Polícia Federal por agenciar negociações bilionárias na Petrobras durante o governo Lula. Não por outra razão a operação que prendeu Bumlai foi batizada de



Bumlai era íntimo do poder a ponto de ganhar uma placa no Palácio do Planalto

Passe Livre. A reportagem de VEJA que ilustra esta página (“Entrada proibida”) contou que Dilma mandou acabar com os privilégios do amigo de Lula no governo.

Outro personagem de primeira grandeza que também foi preso na última semana, o senador petista Delcídio do Amaral teve revelado, em primeira mão, por uma reportagem de VEJA, seu envolvimento nos escândalos apurados pela Lava-Jato. Lustra nosso orgulho o fato de VEJA ser o órgão jornalístico que mais revelações exclusivas vem fazendo sobre o escândalo do petrolão. Mas o que realmente nos alegra é constatar que as instituições estão funcionando no Brasil, com independência e harmonia entre os poderes e com o primado da Justiça, o que tornou sua distribuição igualitária, mesmo para sócios do poder, antes privilegiados com passes livres ao Palácio do Planalto “em qualquer tempo e em qualquer circunstância”.

#EV27

Carta ao Leitor

A beleza do impeachment

A reportagem de abertura da edição especial de VEJA sobre o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado na semana passada, tem como título “Impeachment não é guerra”. Também não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950. Não é também uma disputa pessoal, a despeito de a chefe da nação e o deputado Eduardo Cunha, presidente

da Câmara dos Deputados, dono da iniciativa, terem dado ao processo as cores dramáticas de um confronto em torno da integridade moral de cada um. Reagiu Dilma: “Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública”.

A presidente Dilma Rousseff tem o direito e, sobretudo, o dever de se defender, de modo que o atual processo de impeachment seja fiel ao espírito dos legisladores que o conceberam, sabiamente, como um rigoroso, complexo e deliberadamente difícil procedimento constitucional. Um impeachment concluído sem que o dono do mandato tenha esgotado seus recursos legais de defesa abriria um precedente perigosamente desestabilizador. Executado estritamente dentro do rito regimental, o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país. Mesmo que em sentidos inversos, os dois mecanismos



ATA OU DESATA
Conclusão da crise política é o que se pode esperar do processo contra Dilma no Congresso

REUTERS/IMAGENS

servem ao propósito constitucional da preservação da ordem democrática.

Embora tenha sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político. Seus rumos e seu desfecho não são determinados pela força ou fraqueza das evidências de autoria do crime imputado ao presidente, mas pelo somatório de forças contra e a favor de sua destituição. A presidente Dilma manterá seu cargo enquanto contar com uma base forte de sustentação no Congresso. Se perder essa base, perderá o mandato.

A beleza do processo de impeachment está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mas inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade sem inflação, da segurança pessoal, da saúde e da educação de qualidade.

#EV28

Carta ao Leitor

A igrejinha arcaica

Uma reportagem especial desta edição de VEJA toma o estado da economia brasileira como mostra do poder de destruição do caos, do descontrole e da paralisia no Planalto Central sobre o país. É arrasador. O colapso do sistema político potencializou os efeitos de um tosco experimento estatal arrogantemente chamado por Dilma Rousseff de “nova matriz econômica”. Essa estratégia nada tinha de nova. Nem de matriz. Era a mesma igrejinha da arcaica scita econômica voluntarista e intervencionista que tanto sofrimento já provocou antes nos brasileiros.

Irresponsavelmente imposta ao país, essa política anulou conquistas modernizadoras e está custando aos brasileiros uma viagem forçada rumo ao passado. A reportagem de VEJA mostra como a máquina de atraso do governo nos fez retroceder no tempo. Em termos de participação no PIB, a indústria nacional voltou aos patamares de 1950 — isso mesmo, 65 anos atrás. O regime de exploração energética da região do pré-sal tem a cegueira ideológica nacionalista de 1953. Concentrou poder e riqueza nas mãos de burocratas e políticos corruptos e deu origem ao petrolão, o maior escândalo de corrupção da era moderna. O centralismo, com protecionismo, controle de preços e gigantismo estatal, remonta a 1974, início do governo do general Ernesto Geisel, que quebrou



MONTAGEM SOBRE FOTO DE WILLYAUG GLASCO

A melancólica

volta ao passado foi imposta aos brasileiros pela scita econômica professada por Dilma Rousseff

o Brasil. Desde 1981 os brasileiros não eram submetidos aos rigores de uma depressão econômica profunda como a atual. Não sofríamos com o aumento do desemprego com essa intensidade desde 2002 e, por último, mas não menos crucial, há treze anos não sabíamos o que era viver sob uma inflação acima de 10%.

Quem teme perder o mandato por causa de “pedaladas” deveria mesmo estar preocupado com os efeitos das “atropeladas” da razão, do senso comum, da álgebra, da lógica comezinha e da língua portuguesa. A política econômica de Dilma Rousseff não tinha a menor chance de dar certo. Por isso deu errado.

#EV29

Carta ao Leitor

Senso de proporção

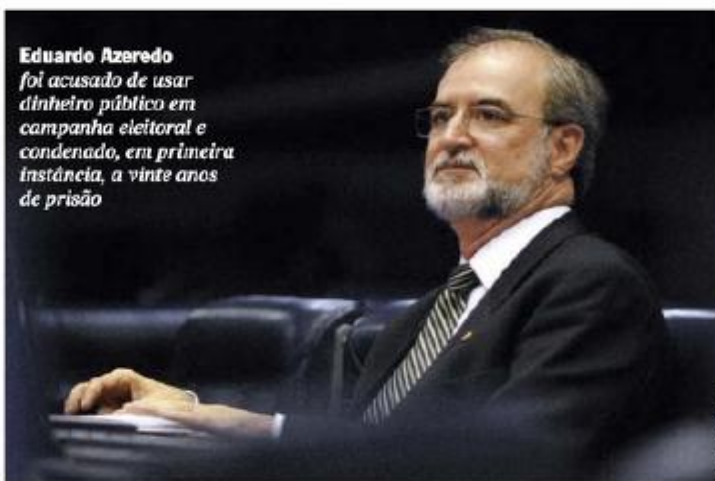
Esta edição de VEJA dedica uma página para falar da condenação em primeira instância de Eduardo Azeredo, ex-governador de Minas Gerais e ex-presidente do PSDB.

A juíza Melissa Pinheiro Costa Lage lavrou uma sentença de vinte anos de prisão em regime fechado para Azeredo por seu envolvimento em um esquema de desvio de dinheiro público para financiar sua fracassada campanha à reeleição em 1998. O esquema recebeu o apelido de mensalão minciro ou mensalão tucano.

Tendo se destacado na cobertura do mensalão do PT, VEJA não deveria dar na capa a condenação de Azeredo? A resposta é não. São dois casos totalmente diferentes no que diz respeito às provas, aos fins e à abrangência de cada um. A única equivalência relevante entre os episódios refere-se ao fato de terem tido no centro de sua engrenagem os gastos com publicidade oficial e, nela, a presença de Marcos Valério, publicitário condenado a 37 anos de prisão por seu papel no mensalão do PT.

Em termos de volume de recursos desviados, tem-se 170 milhões de reais no mensalão do PT e 3,5 milhões de reais no do PSDB. O escândalo mineiro é cinquenta vezes menor que o do PT. O mensalão do PT tinha 38 réus, e 25 deles foram condenados de forma definitiva. O escândalo que envol-

Eduardo Azeredo
foi acusado de usar dinheiro público em campanha eleitoral e condenado, em primeira instância, a vinte anos de prisão



veu Azeredo tem o ex-governador e mais nove réus. O mensalão do PT foi julgado pelo pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) com sessões transmitidas ao vivo para todo o país pela TV Justiça. Azeredo foi condenado por uma juíza de primeira instância, sendo-lhe facultado o direito de recorrer da sentença em liberdade.

O mensalão do PT ocorreu de forma continuada mesmo fora das temporadas eleitorais, e o dinheiro arrecadado foi, segundo a frase célebre do ministro Celso de Mello, decano do STF, “uma tentativa imoral e ilícita de manipular criminosamente, à margem do sistema funcional, o processo democrático”. A acusação contra Azeredo é de ter-se beneficiado de dinheiro desviado no período eleitoral, sem o objetivo de compra de votos no Parlamento. A corrupção, em qualquer proporção, precisa ser combatida e noticiada. Sempre. Mas a coisas desiguais, tratamentos desiguais.

#EV31

CARTA AO LEITOR



OBRA PÚBLICA deixaria de ser fonte de escândalos com a adoção de mecanismos de mercado

SIMPLES E EFICIENTE

UMA REPORTAGEM DESTA EDIÇÃO de VEJA discute a adequação da explosiva Medida Provisória (MP) 703, editada pela presidente Dilma Rousseff em dezembro passado e remetida ao Congresso Nacional. A MP muda os termos do acordo de leniência instituído na Lei Anticorrupção e, segundo interpretação dos procuradores da Operação Lava-Jato, equivale a conceder anistia irrestrita às 29 empreiteiras flagradas em delitos de corrupção no petróleo. O Planalto, por seu lado, declara-se motivado apenas pelo desejo de contribuir para os debates no Congresso sobre como implantar na prática os acordos de leniência no Brasil.

VEJA sempre foi favorável aos acordos de leniência quando celebrados nos moldes de bem-sucedidas experiências de outros países, com três pontos inegociáveis.

Primeiro, a punição exemplar dos indivíduos corruptos e corruptores.

Segundo, o ressarcimento dos prejuízos causados por eles ao patrimônio público.

Terceiro, a admissão de culpa e a assinatura de termos de reforma de conduta por parte das empresas.

Acordos de leniência fiéis a esses três princípios são instrumentos de normalização da atividade das empreiteiras sem impunidade nem retrocessos nos formidáveis avanços recentes obtidos pela Justiça brasileira.

Sejam quais forem os termos finais dos textos legais sobre o combate à corrupção no Brasil, nenhum deles será inteiramente satisfatório sem a volta do seguro-garantia. Desastrosamente retirado em 1993, pelo então presidente Itamar Franco, da Lei nº 8 666, que rege as relações do governo com empresas, o seguro-garantia, ou performance bond, já foi objeto de análises positivas de VEJA em outras oportunidades. Ele põe o interesse público em primeiro lugar.

Com o performance bond, sobrepreços e aditivos, manobras corruptas de obtenção de propinas, tornam-se questões privadas a ser resolvidas pelos mecanismos de punições e incentivos típicos do mercado. Para não serem surpreendidas, as seguradoras fiscalizam o cumprimento dos cronogramas. Já as empreiteiras lutam para entregar obras de qualidade, com preço justo e no prazo, de modo a pagar menos pelos seguros. Simples e eficiente. ■

#EV32

CARTA AO LEITOR

DE QUE LADO ESTÁ VEJA?

NA MISSÃO DE INFORMAR e noticiar fatos, VEJA estampa na capa assuntos que, algumas vezes, despertam paixões, suscitam críticas — e até clogios — fora da realidade. Foi assim com a capa da semana passada, sobre a leveza de alma de muitos jovens de hoje sobre sua sexualidade mutante, tema antes quase inabordável.

VEJA foi coberta de críticas nas redes sociais, em que predominaram comentários desairosos sobre os jovens personagens da reportagem — e análises mal informadas de que a revista aderiu às teses da esquerda, estando suas páginas, como escreveu alguém, “cada vez mais vermelhas”.

É irônico, pois tem sido muito mais comum para VEJA ser alvo de inflamados comentaristas de esquerda atribuindo-nos os mais perversos vícios da direita radical.

Afinal, de que lado está VEJA? Desde que começou a circular, em setembro de 1968, a revista só tem um lado: o da defesa intransigente do Brasil. Em seus 48 anos de existência, VEJA sempre se pautou pela luta por um Brasil em que o progresso econômico e social com igualdade de oportunidades para todos fosse a base de uma sociedade aberta, democrática, tendo a economia de mercado como o motor da criação de riqueza. VEJA sempre esteve entre as forças da nação que se unem em torno dos valores éticos comuns às sociedades civilizadas e avançadas.

Ilustra esta página a atualização livre de uma campanha institucional marcante da revista em 1999, quando VEJA também parecia de direita aos olhos da esquerda, esquerdista para os leitores de direita, moderada para os radicais e radical demais na avaliação dos moderados. A bem-humorada conclusão da campanha, feita pela agência AlmapBBDO, continua perfeitamente válida hoje: “Incrível que seja a maior revista do país, mesmo desagradando a tanta gente”.

10 24 DE FEVEREIRO, 2016



#EV33

CARTA AO LEITOR



O SIGNIFICADO DA PRISÃO DE SANTANA

UMA REPORTAGEM desta edição de VEJA revela que Dilma Rousseff foi advertida por um empreiteiro de que as investigações da Lava-Jato revelaríamos em pagamentos secretos feitos no exterior por serviços prestados às campanhas eleitorais do PT. O beneficiário dos pagamentos, João Santana, é o mais hábil marqueteiro eleitoral que o Brasil já viu em ação. Ele está preso em uma cela da Polícia Federal, investigado por suspeita de ter recebido dinheiro desviado pelo esquema de propinas do PT na Petrobras.

A acusação e as provas já recolhidas formam um conjunto ameaçador para os governantes eleitos do Partido dos Trabalhadores que contrata-

MONICA MOURA E JOÃO SANTANA, presos pela Polícia Federal sob suspeita de terem recebido dinheiro de propina do esquema do PT na Petrobras

ram seus serviços em campanhas, destacando-se entre eles a presidente Dilma Rousseff. Santana foi o marqueteiro das duas campanhas de Dilma e da que reelegeu Lula, em 2006. Monica Moura, mulher de João Santana, confessou aos policiais federais que investigam o caso ter recebido dinheiro de caixa dois no exterior, em nome da empresa de que é proprietária junto com o marido. Monica reconheceu que a origem do dinheiro era a empreiteira Odebrecht, mas disse que os recursos se referem às campanhas que Santana e ela fizeram na Venezuela em 2011.

Pela letra fria da lei, sem margem para interpretações, utilizar-se de dinheiro sujo em campanha eleitoral é fator determinante para a perda de mandato. Por essa razão, a prisão de Santana abre caminho para a investigação da campanha de Dilma, com consequências funestas para a presidente caso as provas do uso de dinheiro sujo sejam aceitas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por mais que tente, o governo Dilma não consegue afastar-se dos fantasmas do passado e das ameaças que eles representam. ■

#EV34

CARTA AO LEITOR



SEM PRECIPITAÇÕES Marcelo Odebrecht, ao ser preso no ano passado: uma apuração paciente e rigorosa

INVESTIGAÇÕES SÉRIAS

A **CONDENAÇÃO** de Marcelo Odebrecht por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa, divulgada na semana passada, é uma crônica de superlativos. Príncipe dos empreiteiros, herdeiro de um enorme conglomerado com milhares de funcionários em dezenas de países, Marcelo Odebrecht foi defendido por uma equipe formada por 22 advogados. Mesmo assim, pegou dezenove anos e quatro meses de prisão. Na sentença, o juiz Sergio Moro, que cuida da Lava-Jato, ocupa 234 páginas para fundamentar sua decisão, na qual descreve a teia de contas secretas da empresa e o fluxo de muitos milhões de dólares em propinas. O dado superlativo mais relevante, porém, não está nessas quantidades portentosas. Está na qualidade do trabalho de investigação da Lava-Jato.

O juiz Moro só pôde condenar Marcelo Odebrecht em razão de uma apuração paciente, rigorosa e séria. Nada em sua sentença traz imprecisões, piruetas retóricas ou conclusões que não estejam fundamentadas em fatos, documentos, depoimentos. Talvez essa seja uma das grandes lições que a Lava-Jato está prestando ao Brasil: investiga-

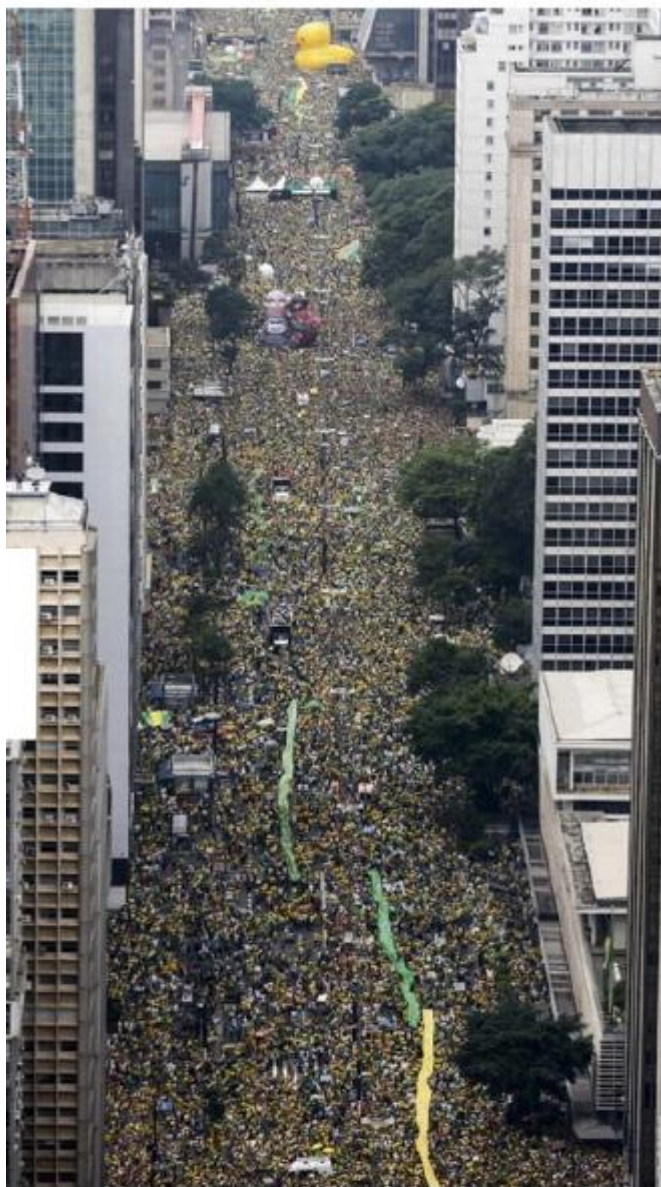
ções não podem ser movidas pela incandescência das paixões, pelo amadorismo, pela precipitação. Numa república sob o império da lei, todos os cidadãos são igualmente merecedores de respeito por parte de policiais, juizes, procuradores, promotores.

A própria Lava-Jato, em que pese o trabalho minucioso que tem feito, já recebeu acusações de cometer excessos, como aconteceu diante da condução coercitiva do ex-presidente Lula para depor na Polícia Federal, em São Paulo. Pode-se concordar com essas críticas ou discordar delas, e há boas razões de ambos os lados, mas talvez nenhum brasileiro, com honestidade, possa acusar os operadores da Lava-Jato de usar qualquer prova, de qualquer jeito.

É altamente desejável que se possa dizer o mesmo sobre as demais investigações em curso no país. É fundamental que o vasto apoio popular às investigações e condenações de corruptos não seja interpretado como salvo-conduto para medidas intempestivas e irresponsáveis. Até aqui, a Lava-Jato tem percorrido esse caminho prudente. Que seu exemplo se dissemine. ■

#EV35

CARTA AO LEITOR



O PROTESTO DOS MILHÕES O domingo na Avenida Paulista: o direito e a esperança de passar o país a limpo

PLJ, O MAIOR PARTIDO DO BRASIL

A SIGLA DO TÍTULO acima significa Partido da Lava-Jato. Na histórica manifestação do domingo 13 de março, em que mais de 3 milhões de brasileiros foram às ruas de norte a sul do país, houve apenas duas unanimidades: a própria Lava-Jato, que vem desvendando o maior esquema de corrupção já investigado no Brasil, e o juiz Sergio Moro, titular da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba.

Tanto nos protestos de domingo como nas manifestações espontâneas que se seguiram à repudiada ascensão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ministro da Casa Civil, nenhum político, nenhuma legenda ganhou a simpatia das ruas. Mesmo os líderes da oposição, que convocaram os protestos dos milhões no domingo, enfrentaram o constrangimento de ser abertamente hostilizados.

Fala-se aqui em PLJ não para sugerir que as operações da Lava-Jato estejam partidárias. Essa é a crítica oportunista dos investigados. Fala-se em PLJ para jogar um pouco de luz sobre a desoladora descrença dos brasileiros nos atuais partidos políticos, em todos eles, a começar por aquele que foi outrora o mais popular de todos, o PT.

As evidências de que o grosso da população brasileira confia no combate à corrupção promovido pela Lava-Jato aumentam as responsabilidades de seus operadores e do juiz Moro. Por isso, é imperioso que as investigações transcorram num ambiente de respeito às leis e às normas, sem precipitações, sem atropelos, sem constrangimentos extraleais. É imperioso que os investigadores jamais se igualem no mau comportamento aos investigados.

Em um país tão pouco habituado a apurações capazes de ferir o centro nervoso da corrupção, independentemente da estatura política ou econômica dos envolvidos, é natural que o caminho seja turbulento. O fundamental é não esquecer que os defensores do PLJ nutrem a esperança de passar o Brasil a limpo — e têm o direito de não se decepcionar com as autoridades em quem confiam tal como se decepcionaram com os políticos que um dia elegeram. ■

#EV36

CARTA AO LEITOR



JE SUIS BRASIL

UM PAÍS DIVIDIDO não precisa ser um país hostil. Os sinais de intolerância entre quem apoia e quem rejeita o impeachment da presidente Dilma Rousseff apareceram inicialmente na troca de ofensas e insultos no ambiente virtual da internet. Depois, começaram a aparecer nas ruas, na forma de xingamentos e ofensas cara a cara. Agora, numa escalada perigosa, a intolerância vem degenerando em agressões físicas entre adversários e requerendo até intervenção policial em alguns casos. É um péssimo sinal.

É não é um péssimo sinal apenas porque representa a falência do diálogo e a incapacidade de conviver com a diferença. É péssimo porque, não importa qual seja o desfecho da crise, nenhuma das forças políticas agora em confronto vai sumir do cenário nacional. As distintas correntes de pensamento, as opiniões divergentes e conflitantes continuarão a povoar as discussões, tal como deve mesmo ocorrer em uma democracia. Isso significa que, se quisermos ser uma nação, só nos restará um único caminho — o do convívio pacífico com os contrários.

SOMOS TODOS BRASILEIROS É bom não esquecer que entre os que apoiam e os que rejeitam o impeachment da Dilma existe um país

Em boa medida, o ambiente de intolerância que se registra no país é responsabilidade do próprio PT. Primeiro, porque os escândalos de corrupção vieram demonstrar de modo acachapante o grau de cinismo do partido quando pregava a “ética na política” como bandeira essencial. Segundo, porque sua liderança máxima, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, insistiu em fracionar o país no binarismo rudimentar do “nós” e “eles”.

O PT é o maior culpado pelo clima hostil, mas não é o único. A pregação tosca de que todo cidadão contrário ao impeachment de Dilma seria um defensor da corrupção é um primarismo que só serve para cavar o fosso da divisão e nutrir o ódio. A criminalização das ideias adversárias é o cemitério da política. O cemitério da política é o berço do totalitarismo. E o totalitarismo é nada menos que o fim.

A expressão “Je suis...” disseminou-se como sinônimo de solidariedade depois dos atentados ao jornal satírico francês *Charlie Hebdo*, no ano passado. “Je suis Charlie” tomou as ruas de Paris e do mundo. O bordão passou a simbolizar um gesto de resistência pacífica contra a intolerância, esse monstro que insiste em brotar da alma humana. Talvez esteja na hora de bradar o slogan “Je suis Brasil”. Afinal, entre os que pregam o impedimento da presidente e os que defendem sua permanência no poder, somos todos brasileiros. ■

#EV37

CARTA AO LEITOR

SIMULAÇÃO Na carta presidencial acima, uma montagem de VEJA, fica evidente: o fisiologismo é inaceitável

A PRAGA DOS CARGOS

O DOCUMENTO QUE ILUSTRA esta página é uma criação de VEJA. Sua forma é uma simulação, mas seu conteúdo é verdadeiro. Para barrar a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo montou o velho balcão de negócios, oferecendo 600 cargos e alguns milhões de reais em verbas públicas a quem se dispuser a votar segundo a orientação oficial. A montagem da carta presidencial, com sua mensagem fisiológica despidoradamente clara, ressalta quanto essa prática é inaceitável.

A troca de cargos por votos em Brasília não é nova, todos os governos da era democrática recorreram a esse recurso para cabalar apoio no Congresso, mas sua aplicação é tão danosa que não se pode deixar de denunciá-la: a vasta, a imensa, a descomunal quantidade de cargos federais de confiança, assim chamados aqueles que podem ser ocu-

pados sem concurso público, está na base e na origem da corrupção e da desqualificação da política. Não é por outra razão que o governo montou uma esplanada soviética em Brasília: já teve 39 ministros, cargos criados, na maioria, apenas para aumentar a barganha na feira do fisiologismo.

Agora, na batalha do impeachment, Brasília vive uma situação inusitada: o atual governo Dilma oferece cargos para manter-se governo enquanto um futuro governo Michel Temer oferece os mesmos cargos para virar governo. Na semana passada, na reunião em que seu partido rompeu com o governo, o senador Romero Jucá disse: "A partir de hoje, nesta reunião histórica, o PMDB se retira da base e ninguém no país está autorizado a exercer cargo federal em nome do PMDB". Quer dizer: o maior e mais profundo gesto de independência é não "exercer cargo federal".

O Brasil tem cerca de 20 000 cargos de confiança; nações avançadas têm 1 000, no máximo 8 000. A redução desse número interessa ao país, mas não aos maus políticos. Quando estão no governo, encantam-se com a facilidade mercadológica de comprar votos com cargos. Quando estão na oposição, aguardam o momento em que mudarão de lado para igualmente deliciar-se no balcão. Será lamentável se a crise política for superada sem deixar um legado duradouro ao país e às novas gerações. A erradicação da praga dos cargos de confiança seria um bom começo. ■

#EV38

CARTA AO LEITOR

O ALIADO ERRADO

COM QUASE 70% DOS BRASILEIROS torcendo pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, seria natural que o processo transcorresse sem maiores tropeços. Nas democracias, vontades assim tão majoritárias costumam se materializar com facilidade. No entanto, o impeachment de Dilma está-se revelando mais penoso e truncado do que deveria ser. O placar dos votos na Câmara dos Deputados tem variado a cada hora — segundo as consciências e, sobretudo, ao sabor de convites sonantes. Até aqui, a matemática mostra que reunir os 342 votos para tirar a presidente do Planalto não será uma tarefa serena.

Uma das razões para as dificuldades do impeachment está na foto ao lado. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) preside a Câmara desde fevereiro do ano passado e, nesse posto de comando, ele tem sido incansável no empenho em agilizar o impeachment e remover obstáculos que possam surgir no caminho. O problema, portanto, não está na sua atuação. Está na sua biografia, que, a cada revelação, ganha uma nova camada de nódoas.

A última veio na forma de um escândalo internacional, o Panama Papers, um conjunto de 11,5 milhões de documentos vazados de um escritório de advocacia panamenho, que pôs a nu as conexões de autoridades de mais de cinquenta países com paraísos fiscais. Uma reportagem de VEJA nesta edição mostra que, pelo que se sabe até agora, Cunha é o único político brasileiro atingido pelo novo escândalo.

É um constrangimento que um deputado enredado em suspeitas desse calibre esteja no comando do impeachment. A base legal do impedimento da presidente são as pedaladas fiscais e outras estripações orçamentárias, mas boa parte de sua legitimidade política recai sobre a rede de corrupção que se alastrou pelos governos petistas. Desmoralizado por propinas e contas secretas na Suíça, Cunha, com sua presença, contamina a lisura do impeachment.



CONTAMINANDO O IMPEACHMENT O deputado Eduardo Cunha, uma das estrelas do Panama Papers: a cada revelação, uma nódoa

Faz parecer, como alegam petistas e sequazes, que a corrupção é apenas um pretexto para tirar Dilma do poder. Pior: deu ao governo a chance de alegar, com razão, que o processo de impeachment só foi instalado na Câmara por um ato de “vingança” de Cunha. Brasília inteira sabe que, de fato, o deputado se revoltou com a recusa do PT em preservar seu pescoço da guilhotina da comissão de ética.

Por todas essas razões, Cunha é o aliado errado. Se, por algum infortúnio, o impeachment de Dilma não prevalecer na Câmara, os políticos que aceitaram a aliança com Cunha talvez tenham algo a dizer aos milhões de cidadãos que estarão lamentando a derrota. Na penumbra da política brasileira, não deixa de ser uma lição válida aprender que as alianças de conveniência, a ideia recorrente de que o inimigo do meu inimigo é meu amigo, são abordagens rasas e que, no fim das contas, não compensam. Os quase 70% de brasileiros fartos de irresponsabilidade, desfaçatez, mentiras e roubalheiras merecem mais do que isso. ■

#EV39

CARTA AO LEITOR

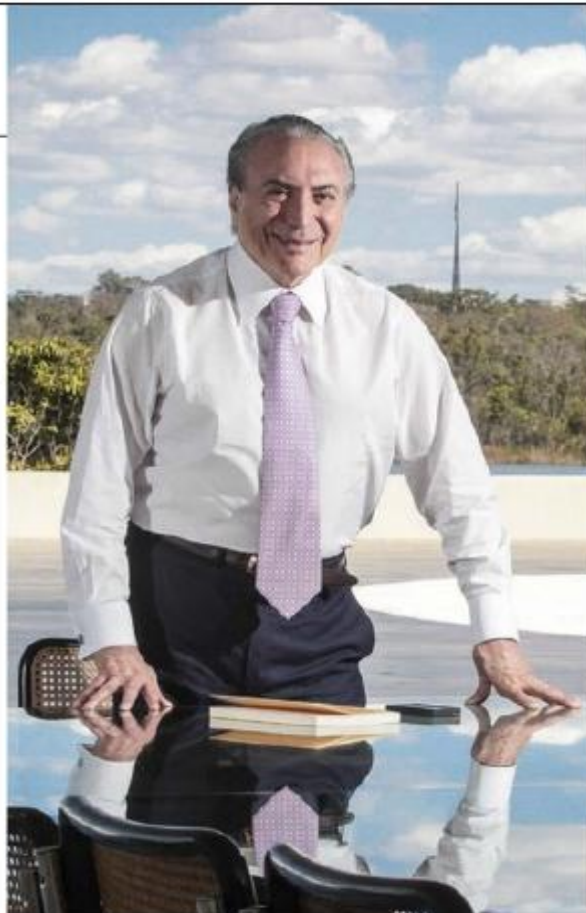
UM DESAFIO E TANTO

UMA TRAGÉDIA PESSOAL levou José Sarney à Presidência da República e uma tragédia política conduziu Itamar Franco ao mesmo posto. Se o impeachment de Dilma Rousseff for aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o vice-presidente Michel Temer, aos 75 anos, será o terceiro vice a assumir a cadeira do titular em três décadas de democracia. Mas, no seu caso, nada será como antes. Temer enfrentará uma realidade toda própria.

Em boa medida, ele terá obstáculos que poriam à prova qualquer político que viesse a substituir Dilma, dada a magnitude do desastre que a petista produziu no país. A recuperação da economia, o resgate da credibilidade externa do país, a retomada da racionalidade fiscal, a pacificação e a reunificação dos brasileiros — tudo isso compõe desafios monumentais, mas nenhum deles se apresenta apenas porque o vice é Temer.

Outros desafios, sim. O primeiro é a sua legitimidade popular. Nas últimas pesquisas eleitorais, o nome de Temer mal conseguia passar de 1% da preferência do eleitorado nacional. Em pesquisa divulgada na semana passada, pela primeira vez o instituto Datafolha perguntou aos eleitores sobre o impeachment de Dilma e, também, de Temer. O resultado: 61% desejam o afastamento de Dilma e 58% querem o impedimento de Temer.

Além da falta de prestígio popular, o vice, se assumir o cargo, terá de vencer as desconfianças de que sua ascensão pode tirar o fôlego da Operação Lava-Jato. Motivadas pela presença um tanto ostensiva de colegas do seu PMDB atingidos pela lama da corrupção, as desconfianças não passam de especulações infundadas. Temer teria ajudado a reduzi-las se tivesse contemplado o assunto no áudio de catorze minutos que vazou para o público na semana passada, no qual ensaia o primeiro pronunciamento que pretende fazer aos brasileiros caso o impeachment seja aprovado na Câmara.



NEM SARNEY NEM ITAMAR Temer, à mesa na parte externa do Palácio do Jaburu, residência oficial em Brasília

No ensaio, Temer falou quatro vezes a palavra “diálogo”, bom sinal para um país cujos ânimos estão perigosamente exaltados. Disse seis vezes a palavra “emprego”, deixando evidente sua preocupação com a chaga que afeta milhões de brasileiros. Por três vezes falou a palavra “sacrifício”, numa prova de que quer distância da enganação do caminho fácil. Disse oito vezes a palavra “reforma”, um alento para a consciência nacional que conhece a urgência de tantas reformas, da administrativa à previdenciária, da trabalhista à tributária. Mas não falou em “corrupção” nem lembrou a Lava-Jato, lapso notável, pois o combate à corrupção e o apoio às investigações levaram milhões de cidadãos às ruas para pedir a vacância da cadeira que Temer está agora prestes a ocupar.

Por tudo isso, Temer não assumirá como um Sarney, mas, se tiver sorte e coragem para acertar o passo, poderá terminar como um Itamar, cujo governo se encerrou com sucesso, legando ao país a mais transformadora das conquistas da democracia brasileira, o Plano Real. ■

#EV40

CARTA AO LEITOR



BUSCA DA VERDADE Meirelles e Moro, que estarão no debate promovido por VEJA, e a capa do livro: futuro e passado

O FÓRUM E O LIVRO

É MISSÃO E VOCAÇÃO editorial de VEJA discutir os temas que afetam a vida de todos nós — da corrupção que subtrai à nação o dinheiro dos contribuintes à poluição que contamina águas e ares; da evolução tecnológica que encurta as distâncias à ciência que desvenda os mistérios da origem da vida. Por isso, a revista decidiu realizar um debate que pudesse iluminar os caminhos a seguir depois da grave crise nacional. Com o mote “O Brasil que temos e o Brasil que queremos”, o fórum de VEJA discutirá o futuro na economia, na política e no âmbito da Justiça. Já conta com a confirmação de personalidades exponenciais em seu campo de atividade, como Sergio Moro, o juiz da Operação Lava-Jato, e Henrique Meirelles, escalado para assumir o Ministério da Fazenda num eventual governo de Michel Temer.

Organizado para uma ampla plateia, o evento ocorrerá durante toda a manhã da segunda-feira 23 de maio, no Teatro San-

tander, em São Paulo. Os leitores poderão enviar suas perguntas através dos perfis de VEJA nas redes sociais, acompanhar a cobertura ao vivo no site da revista e, depois, ler sobre o assunto na edição seguinte.

Com o mesmo propósito de incrementar a oferta de ideias, VEJA faz chegar às bancas e livrarias nesta semana o volume *Dez Anos em Dez Temas*, resenhado nesta edição pelo jornalista Laurentino Gomes, autor de *1808, 1822 e 1889*. Gomes, antes de se tornar autor desses best-sellers sobre o século XIX brasileiro, teve uma passagem de quinze anos por VEJA. No livro, editores da revista selecionaram mais de três dezenas de reportagens que registraram os principais acontecimentos no Brasil e no mundo nos últimos dez anos.

Com o livro e o fórum, um refletindo sobre o passado e o outro iluminando o futuro, VEJA pretende cumprir um de seus objetivos primordiais: promover a discussão profunda e permanente, por meio da qual podemos compreender um pouco melhor o mundo que nos cerca. Esse é um papel essencial da imprensa livre e também é, simultaneamente, causa e efeito da democracia. Com iniciativas assim, VEJA acredita manter seu compromisso de aprofundar o conhecimento e buscar a verdade. Nas inesquecíveis palavras de Hubert Beuve-Méry, fundador do jornal francês *Le Monde*, o dever da imprensa é “dizer a verdade, custe o que custar. Sobre tudo se custar...” ■



#EV41

COM ORGULHO, OS OLHOS DO BRASIL

DESDE MARÇO DE 2004, quando surgiram os primeiros indícios de que o Pet sobria mesmo envolvido em alguma irregularidade, VEJA dedicou seus melhores esforços para demonstrar as transações opacas contra sua empresa, que já foi símbolo de permanência e orgaosvidade de poder brasileiro. De lá para cá, foram 48 capas sobre a assim chamada situação, todas elas respondendo capôgla na sua lada. Com o apuradô e talentosa equipe de VEJA, sobretudo os jornalistas do jornal de Brasília, com a ajuda do pelo rodado-chefe Polôcaro Jardim, a primeira de antecipar aos leitores, com exclusividade, alguns dos capítulos mais importantes desse episódio.

Nesse processo, VEJA recebeu elogios em o país, como sempre ocorre quando a revista assume um papel destacado na vigilância sobre o poder. Há 24 anos, VEJA lidera a cobertura que levou ao impeachment do então presidente Fernando Collor. Foi posteriormente criticada como um veículo de "incondôveis interesses partidários". Como o impeachment de Collor logo se tornou uma realidade nacional, deusado e então presidente praticamente sem deliberação, o papel de VEJA também logo passou a receber apoio em restrições e apuradas subsequentes.

Nos últimos dois anos, VEJA voltou a ter um protagonismo, desta vez no momento do exatôdo que se trata de revelar a presença de irregularidades da presidente Dilma Rousseff no fim de seu PT. Como o impeachment de Dilma ainda

AS 48 CAPAS DE VEJA A cobertura da revista do do Pet sobria e o assunto, em um trabalho aborçador e conhecido de que a informação é o símbolo da democracia

chega a ser a realidade, pelo momento com a longa jornada que se viu no caso de Collor, os críticos de que VEJA se contenta por "incondôveis interesses partidários" continuam a acusar. É com orgulho que VEJA registra as oscilações. Por oportuna em pelo oportuna, em o momento, em o direito, das mesmas oscilações que a revista precisa cumprir sua missão de vigiar o poder — qualquer poder.

De Collor a Dilma, ocorreu uma transformação radical. A internet libertou do silêncio anônimo uma multiplicidade de vozes que, embora frequentemente produzam uma confusão ininteligível, acabaram suplantando o tempo em que a imprensa era mais lenta e incômoda, e, assim, conseguiu, pelo apuradô e o correto portador da história da verdade. Assim, como pluralidade, VEJA recebe críticas e elogios com naturalidade e respeito, mantendo o compromisso de vigiar o poder e divulgar o que sabe, aborçador a conclusão de que a informação é o símbolo da democracia.

O senador James Madison (1751-1836), quarto presidente dos Estados Unidos e pai da Constituição americana, escreveu: "Um governo de povo sem informação que o povo, se sem que o povo tenha os meios de obter a, nada mais é do que o prelúdio de uma tirania ou uma tragédia, ou talvez de ambas".

Inspiração VEJA, exceto, se o leitor puder se empregar uma revista que o poder estabeleceu no Brasil um governo que deve de prestar a história e a tragédia, os a ambos, jamais contentar com o silêncio de VEJA. Foi assim ao momento em que se viu no caso de Collor, qualquer que seja o governo de hoje. Por essa razão, VEJA não se contenta de repetir que é, e nunca deixará de ser, os olhos do Brasil. ■

